

Módulos 3 e 4

.....

Claudia Beltrão

Jorge Davidson

Volume 2

História Antiga





Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

História Antiga

Volume 2 – Módulos 3 e 4

Claudia Beltrão

Jorge Davidson



SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA



Ministério
da Educação



Apoio:



Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua Visconde de Niterói, 1364 – Mangueira – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20943-001

Tel.: (21) 2334-1569 Fax: (21) 2568-0725

Presidente
Masako Oya Masuda

Vice-presidente
Mirian Crapez

Coordenação do Curso de História
UNIRIO – Mariana Muaze

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Claudia Beltrão

Jorge Davidson

COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

SUPERVISÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristiane Brasileiro

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL E REVISÃO

Alexandre Belmonte

Anna Maria Osborne

José Marcelo Oliveira

Departamento de Produção

EDITORA

Tereza Queiroz

REVISÃO TIPOGRÁFICA

Cristina Freixinho

Daniela de Souza

Diana Castellani

Elaine Bayma

Patrícia Paula

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Katy Araújo

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Márcia Valéria de Almeida

ILUSTRAÇÃO

Fernando Romeiro

CAPA

Fernando Romeiro

PRODUÇÃO GRÁFICA

Oséias Ferraz

Patricia Seabra

Copyright © 2009, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

B453h

Beltrão, Claudia.

História antiga. v. 2 / Claudia Beltrão, Jorge Davidson. -
Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

366 p.; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-7648-597-1

1. História antiga. I. Davidson, Jorge. II. Título.

CDD: 930

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Alexandre Cardoso

Universidades Consorciadas

UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
Reitor: Almy Junior Cordeiro de Carvalho

UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Vieiraves

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL
FLUMINENSE
Reitor: Roberto de Souza Salles

·
·
·
·
·

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Aloísio Teixeira

UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Motta Miranda

UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO
Reitora: Malvina Tania Tuttman

História Antiga

SUMÁRIO

Volume 1 – Módulos 3 e 4

Aula 11 – Aspectos culturais do Egito faraônico _____ 7

Claudia Beltrão / Jorge Davidson

Aula 12 – A Grécia Antiga: o espaço geográfico e a ocupação humana _____ 37

Claudia Beltrão / Jorge Davidson

Aula 13 – Campo e cidade no mundo helênico arcaico _____ 71

Claudia Beltrão / Jorge Davidson

Aula 14 – As estruturas políticas da *poleis* clássicas _____ 99

Claudia Beltrão / Jorge Davidson

Aula 15 – O mundo das *poleis* _____ 131

Claudia Beltrão / Jorge Davidson

Aula 16 – Roma e Itália o espaço, a ocupação humana e a *urbs* no período arcaico _____ 179

Claudia Beltrão / Jorge Davidson

Aula 17 – Roma: a cidade e sua expansão no período republicano _____ 215

Claudia Beltrão / Jorge Davidson

Aula 18 – *Vrbs et orbis*: o império romano _____ 253

Claudia Beltrão / Jorge Davidson

Aula 19 – Roma: sociedade e cultura _____ 285

Claudia Beltrão / Jorge Davidson

Aula 20 – Imperialismo e romanização: nós e os "clássicos" _____ 329

Claudia Beltrão / Jorge Davidson

Referências _____ 357

Aula 11

Aspectos
culturais do Egito
faraônico

Meta da aula

Apresentar aspectos culturais do antigo Egito.

Objetivos

Ao final do estudo desta aula, você deverá ser capaz de:

1. identificar aspectos relacionados com a religião, as artes e outras manifestações culturais do antigo Egito;
2. reconhecer o legado cultural do Egito.

Pré-requisito

Para que você encontre maior facilidade na compreensão desta aula, é importante ter em mãos um bom dicionário da Língua Portuguesa e um atlas; também é importante consultar o quadro cronológico apresentado ao final da Aula 8.

Introdução

O legado do Egito

Podemos dizer que ao reconhecermos imagens, monumentos (como as pirâmides ou obeliscos), sarcófagos e outros vestígios como fruto da cultura do antigo Egito, de certa forma, a cultura foi transmitida até nós. Mas, como afirma Harris (1993), “a verdadeira herança do Egito é, na verdade, o fato de ter-se entrelaçado, ao longo dos séculos, de forma quase imperceptível, na interminável teia da experiência humana”. Se ao pensar no antigo Egito o que vem a nossa cabeça é a imagem de uma múmia ou uma máscara mortuária de ouro, na verdade estamos perdendo de vista o fato de que a cultura egípcia está muito presente na cultura ocidental por meio do seu legado em elementos como o calendário, as matemáticas, a astronomia, a medicina, a escrita, a literatura e até no Direito.

O interesse pela cultura do Egito Antigo se manifesta na atualidade por meio de diferentes formas. Podemos identificar três modos de aproximação à cultura egípcia: a egiptofilia, a egiptomania e a egiptologia. A primeira, diz Bakos (2003), busca

(...) o exotismo naquela sociedade e deseja a posse de coisas relativas ao Egito antigo. A segunda, da Egiptomania, faz reinterpretação e re-uso de traços da cultura do antigo Egito de uma forma que lhe sejam atribuídos novos significados. A última, da Egiptologia, caracteriza os olhares dos egiptólogos acadêmicos e trata com rigor científico tudo que se relaciona com o antigo Egito, inclusive práticas de egiptomania.

Procuremos, então, escolhendo a abordagem da egiptologia, aproximar-nos do rico universo cultural do Egito faraônico.



Um dos mais famosos egiptólogos brasileiros foi o imperador D. Pedro I. Seu interesse na cultura egípcia viu-se plasmado no excelente acervo de peças egípcias adquiridas em 1824. Essa coleção se encontra atualmente no Museu Nacional do Rio de Janeiro, situado no Paço de São Cristóvão. Entre as peças que se conservam no museu, sendo que nem todas estão expostas, encontram-se objetos diversos como estelas, sarcófagos, baixo-relevos, estatuetas, múmias, amuletos, papiros e diversos objetos funerários. D. Pedro II deu continuação à tarefa, inclusive viajando duas vezes ao Egito e trazendo, numa das viagens, um sarcófago que recebeu de presente.

Religião no antigo Egito

Segundo Cardoso (1999), é comum ler afirmações de diversos autores no sentido de que a religião seria o fundamento da civilização egípcia. O autor afirma que isso pode fazer algum sentido, caso se refira ao fato de que a religião encontrava-se no núcleo da civilização, da visão de mundo e do modo como os antigos reconstruíam a realidade. Se, no entanto, diz Cardoso, a afirmação estiver pretendendo que a religião seja mais importante do que a economia, por exemplo, isso seria uma grande asneira. No antigo Egito não existia uma ciência econômica, do mesmo jeito que também não havia “religião” como uma entidade que pudesse separar-se, pelo que é impossível traduzir o nosso termo “religião” em língua egípcia. Levando em consideração essa afirmação, mais uma vez devemos deixar de lado os nossos preconceitos para tentar compreender uma manifestação radicalmente diferente da nossa experiência como seres do século XXI.

Aspectos gerais e mitos de criação

Se bem que os egiptólogos compreenderam que a religião do antigo Egito era muito diferente da tradição judaico-cristã, a sua abordagem muitas vezes se viu “contaminada” por essa tradição, mesmo que de forma imperceptível. Entre as diversas interpretações que tentam evitar esse olhar preconceituoso, Cardoso destaca o de duas egiptólogas escandinavas, Englund e Finnenstad.

Elas partem da constatação de um forte monismo no pensamento egípcio. Anterior a qualquer especialização de ciência, religião e filosofia como ramos separados de atividade intelectual, estranha mesmo a uma separação estrita entre as atividades intelectuais e as de outro tipo, a visão de mundo dos egípcios é ao mesmo tempo religião, cosmologia (e cosmogonia), psicologia, sociologia e teoria política – se quisermos utilizar etiquetas modernas (CARDOSO, 1999, p. 25).

No antigo Egito, o mundo não se dividia em divino, natural e humano, mas todos esses eram vistos como aspectos de um todo indivisível. As oposições a que estamos acostumados na tradição cristã funcionam de outra forma no contexto da religião egípcia. Nesse caso, as oposições são complementares. Esse tipo de pensamento manifesta-se em outros aspectos da cultura egípcia. Podemos, inclusive, observá-lo no caráter duplo do país, o Alto e o Baixo Egito, numa oposição que tende a uma síntese unitária (ver Aula 10) e que se manifesta na dupla coroa, uma fusão entre a coroa branca e a coroa vermelha, que representavam ambas as regiões.

Talvez uma das maiores elaborações da civilização do Egito faraônico seja a maravilhosa imagem que criaram sobre o mundo e as forças que regem o seu devir. Essa imagem foi plasmada na mitologia, na arte, nos rituais e na língua escrita, por meio de diversas obras. Por estarmos considerando um período de 3.000

anos, e um território que teve mais de uma capital ao longo desse tempo, devemos levar em consideração que tanto as práticas como as concepções da criação do cosmos, por exemplo, sofreram mudanças ao longo do tempo.

Outro elemento que caracteriza a religião egípcia é que, diferentemente do caso da Mesopotâmia e da maioria das religiões modernas, os egípcios não criaram textos completos relacionados com o seu pensamento mítico. Em lugar de estenderem-se em narrativas completas e sistemáticas dos mitos, os textos utilizavam afirmações ou analogias curtas (CARDOSO, 1999).

Assim, a criação do mundo foi explicada mediante diversas versões originadas em vários centros de culto ao longo do tempo. As pesquisas indicam que elas são mais complementares do que contraditórias. As três principais versões se originaram em Hermópolis, Heliópolis e Mênfis. Basicamente, todas elas partem de um caos original e acabam num universo organizado, ou seja, a criação era vista como um processo evolutivo. As diferenças entre os vários relatos consistem em pontos de vista ou perspectivas diferentes.

O mito de Hermópolis, no Médio Egito, parte de um caos diferenciado, mas considera que nas próprias águas inertes do caos inicial existiam quatro casais de deuses que continham o necessário para passar desse caos ao universo ordenado. Esses deuses personificavam diversos atributos do caos: a escuridão, a ausência de formas, a eternidade imóvel e a natureza daquilo que é escondido ou oculto (CARDOSO, 1999).

No mito de Heliópolis, um deus criador, Atum (que se associa a Ra), emergiu das águas do caos e criou o mundo organizado a partir de um casal primordial, o deus Shu, que personifica o ar, e a deusa Tefnut, que personifica a umidade atmosférica. Esse casal gerou outro casal de deuses, Geb, a Terra, e Nut, o céu. Situando-se entre Geb e Nut, e abrindo os braços, Shu criou o universo conhecido. Silverman (1997) afirma que esse mito tem muitos pontos de contato com a teoria do Big Bang dos físicos atuais, embora traduzido em

metáforas do nascimento em lugar de terminologia abstrata científica ou filosófica.

Por sua vez, o mito de Mênfis apresenta um relato similar ao anterior, só que com algumas variantes. O deus criador é Ptah, um deus local, que foi criando os outros deuses só mencionando os seus nomes.



Figura 11.1: Shu (em pé, no centro), deus do ar, cria o universo separando seus filhos Geb (deus terrestre, deitado no chão) e Nut, (deusa celestial).

Segundo a mitologia egípcia, o surgimento do mundo organizado não eliminou o caos original. Ele simplesmente foi confinado fora dos limites do mundo organizado, ou seja, fora dos limites do próprio Egito, onde permanecia como uma força ameaçadora à vida e à estabilidade. Essa concepção confere ao rei um papel de suma importância: ele seria o responsável por manter afastadas essas forças do caos e representar os homens perante os deuses.



Estrelas e planetas

Como em outras sociedades agrárias, os egípcios estudavam as estrelas e os planetas, considerando seus movimentos como indícios das mudanças das estações. A estrela mais importante era Sírio (chamada pelos egípcios Sopdet, a mais brilhante, e Sótis, pelos gregos), já que a sua reaparição assinalava o início da inundação anual do Nilo, que marcava o ritmo da vida no antigo Egito. Inclusive, o nascimento de Sírio foi de grande utilidade para estabelecer a cronologia da história egípcia, já que o antigo calendário faraônico usava como referência o início do governo de cada rei, sem estabelecer pontos de referência concretos para sua longa história.

As observações do céu também permitiram que os egípcios identificassem cinco planetas (Júpiter, Saturno, Vênus, Marte e Mercúrio), além de algumas constelações como Órion e a Ursa Maior.

As divindades

O panteão egípcio era composto por numerosos deuses. Cardoso (1999) explica que os nomes de alguns deles estão relacionados com a atividade ou com suas formas de manifestação. Assim, o significado do nome do deus-cão funerário Upuaut é “aquele que abre os caminhos” (para os mortos), e o do deus lunar Khonsu é “aquele que vai e vem”. Outros nomes estão relacionados com lugares, como o caso da deusa Nekhbet, “aquela da cidade de Nekhbet”, ou ainda Hórus, “aquele que está longe”. Outros deuses tinham seus nomes relacionados a eventos míticos, como Montu de Tebas, um deus guerreiro cujo nome significa “aquele que amarra” (os inimigos). Além disso, muitos deuses tinham vários nomes, talvez para mostrar suas diversas atribuições e poderes ou para ocultar o seu nome verdadeiro. Isso também está relacionado com

um aspecto surpreendente: os deuses egípcios eram inconstantes no que se refere à aparência e suas manifestações. Esse fato pode explicar-se, em parte, devido ao fato de que os egípcios não acreditavam que pudessem ter acesso à aparência real dos deuses, mas os representavam de acordo com os seus atributos. “Em outras palavras”, afirma Cardoso (1999, p. 58-59),

(...) a iconografia é conceitual, não figurativa no sentido habitual do termo. A prova disto está em múltiplos detalhes que mostram tal caráter conceitual. Por exemplo, deuses criadores eram, no contexto dos mitos de criação, qualificados de “pai e mãe”, o que pode dar uma idéia de bissexualidade: mas na verdade permaneciam, mesmo então, ou masculinos inequivocamente (Amon, Atum-Ra, Aton, etc.) ou femininos (...), ou seja, tais frases referiam-se apenas à função no momento desempenhada no mito, não ao sexo mesmo da personagem.

Outra expressão desse caráter conceitual das representações é o fato de os deuses terem sido representados como homens, como animais ou como seres híbridos, mistura de homem e animal.

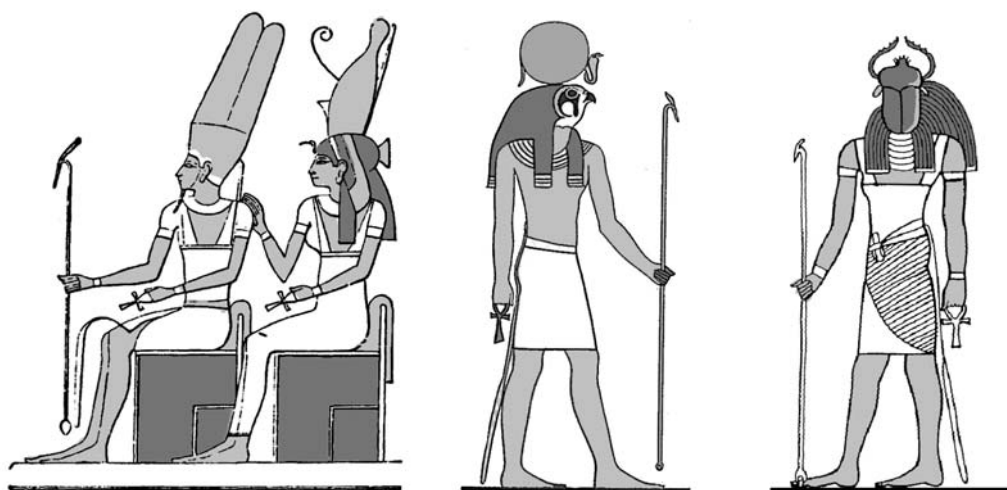


Figura 11.2: Representações do deus solar Ra. Da esquerda para a direita: Amon (representado como um homem) junto à deusa Mut; Ra-Harakhte, (representado como um homem com cabeça de falcão); e Khepri, o Sol do amanhecer (representado como um homem com cabeça de escaravelho).

Os deuses agrupavam-se em famílias ou em grupos rivais, e existia uma hierarquia entre eles, sendo que esse ordenamento podia estar influenciado pela afinidade das dinastias reinantes com certos deuses específicos. Porém, o deus solar Amon-Ra transformou-se na principal deidade ao tornar-se o “rei dos deuses” a partir do II milênio.



Akenathon

Se bem que a religião egípcia tenha mantido uma grande uniformidade durante quase três mil anos, ao final da XVIII dinastia (século XIV a.C.) o faraó Akenathon promoveu, durante duas décadas, uma curiosa aproximação do monoteísmo (poderíamos falar com mais precisão em henoteísmo. Ver Aula 7), promovendo uma visão que desafiava as crenças estabelecidas. Com efeito, se bem que nos primeiros anos do seu reinado o faraó tenha tolerado a adoração do resto dos deuses tradicionais, a partir de um dado momento tentou eliminar os numerosos deuses que compunham o panteão egípcio reconhecendo só um, o deus solar Aton, como origem do universo e criador. Além de não criar nenhum mito relacionado com a criação do mundo, a iconografia divina passou a ser pouco variada, centrando-se no Sol que, com raios terminados em mãos, oferece vida ao faraó e sua família, e por extensão a toda a humanidade.

A reforma de Akenathon não teve sucesso. As gerações posteriores o qualificaram de herético, destruíram os seus monumentos e restauraram a religião na sua forma tradicional.



Figura 11.3: Akenathon, Nefertiti e seus filhos.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Akhenaten,_Nefertiti_and_their_children.jpg

Entre os principais deuses, podemos mencionar:

Ra: o deus solar, o mais importante, representado como um homem com cabeça de falcão com um disco solar na cabeça.

Amon: um dos mais poderosos, considerado o “rei dos deuses” e representado como um homem. Amon combinava-se com o deus solar Ra, tornando-se ainda mais poderoso com o nome de Amon-Ra.

Anúbis: deus do embalsamamento e da morte, representado como um homem com cabeça de chacal.

Aton: o deus criador, representado como um homem com a dupla coroa.

Ísis: deusa protetora, representada como uma mulher com dois cornos na cabeça e um disco solar entre eles.

Hórus: deus do céu, representado como um homem com cabeça de falcão ou como um falcão.

Osíris: deus da morte e do mundo subterrâneo, representado como um homem mumificado com uma coroa adornada com penas.



Se você quiser conhecer outros deuses, veja uma lista mais completa, com imagens, no sítio do British Museum: <http://www.ancientegypt.co.uk/gods/explore/main.html>.

Os templos

Os templos eram a morada dos deuses e o principal lugar onde eles se comunicavam com os homens. Os templos não eram, como estamos acostumados a pensá-los, lugares de congregação da comunidade; pelo contrário, com exceção do primeiro pátio, aberto ao público em geral nos grandes festivais, o acesso se restringia ao faraó e aos sacerdotes e oficiantes.

As funções do templo eram três: servir como morada do deus, funcionar como o lugar onde se desenvolviam as cerimônias rituais e atuar como símbolo do universo (MOLINERO, apud MOLINERO; SOLÁ, 2000).

Inicialmente, no período pré-dinástico, os templos eram estruturas simples que abrigavam os deuses. Com o transcurso do tempo, eles foram se sofisticando pelo uso de materiais mais duradouros, tijolos, primeiro, e pedra, depois, e foram adotando uma estrutura padronizada, localizando-se em um espaço físico rodeado de muros elevados que lhes conferiam um aspecto de fortaleza.

Nesse complexo, além do templo havia residências sacerdotais, oficinas, depósitos, lugares onde se copiavam manuscritos e, às vezes, um lago sagrado para realizar lavagens rituais.

Os elementos básicos do templo, que habitualmente se repetem, são: pilono (muro em forma de pirâmide truncada), pátio aberto, sala hipóstila, sala de oferendas, santuário da barca divina e santo dos santos (onde reside o deus) (CARDOSO, 1999). As paredes exteriores e os pilonos estavam decorados com imagens destinadas a afastar as forças do caos. Essas imagens incluíam o faraó massacrando os seus inimigos, bem como cenas de caça. Diante do pilono se colocavam mastros com bandeiras, obeliscos e, a partir da rainha Hatchepsut, também avenidas com esfinges para marcar o caminho das procissões.

O pilono representava a montanha do Sol nascente. À medida que ia avançando para o interior do templo, ele tornava-se mais escuro e o chão ia elevando-se, para imitar a colina primordial da criação. Assim, o pátio aberto era uma representação do meio-dia. Na sala hipóstila a luz era amortecida: ela representava o crepúsculo e também lembrava o pântano primordial. Nela, as imagens mudavam e eram comuns as representações da barca do deus e do faraó cumprindo diversas tarefas relacionadas com o culto. O santo dos santos era uma sala escura que lembrava também o momento da criação.

O culto

Segundo Cardoso (1997, p. 68),

o culto no Egito era sempre oficial: os templos eram parte do aparelho do Estado, os sacerdotes eram funcionários e não passavam de substitutos do rei, o único que construía templos e neles era figurado oficiando. O faraó representava a humanidade inteira na adoração e nas oferendas destinadas a manter a ordem do mundo e repelir o caos.

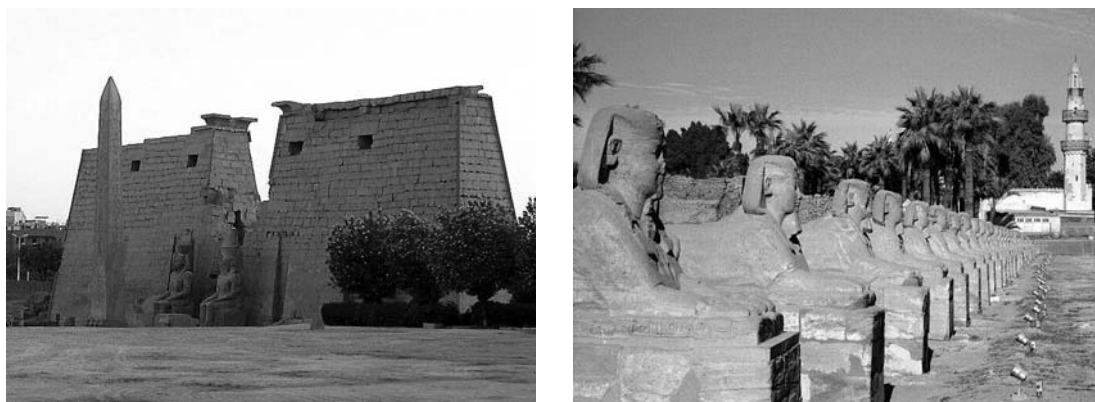


Figura 11.4: Templo de Amon – Luxor. À esquerda, primeiro pilono, obelisco e estátuas de Ramsés II; à direita, avenida de esfinges.

Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Templo_de_Luxor

O templo era o lugar onde o rei e os sacerdotes iniciados praticavam uma série de rituais de Estado para assegurar o bom desenvolvimento dos acontecimentos, basicamente, para assegurar a alimentação do povo egípcio e manter a ordem no mundo organizado, identificado com o próprio Egito.

Os rituais diários visavam atender a estátua divina como se fosse um rei ou uma figura de grande importância. A etapa inicial do culto consistia na preparação de oferendas animais e vegetais que eram levadas até o deus mediante uma procissão. Depois da colocação das oferendas nos altares, no momento em que o Sol aparecia no horizonte, o sacerdote principal abria as portas do santuário com o acompanhamento de cânticos destinados a acordar o deus. Nesse momento, iniciava-se a parte mais importante do culto, com o ingresso do sacerdote na obscuridade do santo dos santos, iluminado por tochas. O sacerdote abria a porta do tabernáculo onde se encontrava a imagem do deus, impunha as mãos sobre a estátua e recitava algumas orações, que precediam a refeição do deus, que consistia nas oferendas preparadas anteriormente. De fato, os sacerdotes utilizavam essas oferendas para alimentar-se ao longo do dia, considerando que o deus consumia uma parte imperceptível para os sentidos. Depois, a estátua era tratada como

se fosse um ser vivo: era lavada, maquiada e vestida. Às vezes, o deus era enfeitado com joias e diversos objetos simbólicos. Depois de ungir a estátua com óleo e oferecer-lhe grãos de sal e resina, o tabernáculo era fechado e se realizavam libações com água e fumigações como incenso, marcando o fim da cerimônia. Essa era a parte mais importante do ritual diário, embora os sacerdotes continuassem desenvolvendo diversas tarefas ao longo do dia.

Além dos rituais diários, os sacerdotes acompanhavam a estátua do deus em saídas periódicas em uma estrutura que simulava a barca sagrada, que era carregada nos ombros pelos oficiantes. Em festivais mais importantes, a imagem do deus podia ser transportada pelo rio Nilo em uma barca verdadeira.



Na sua viagem ao Egito, Heródoto (2, 37, p. 2-5) fez a seguinte descrição dos sacerdotes egípcios:

Os sacerdotes rapam o corpo todo de três em três dias, para que nenhum piolho ou outra impureza exista neles enquanto servem aos deuses. Os sacerdotes usam apenas uma veste de linho e sandálias de papiro: não lhes é permitido usar roupas ou calçado de outro material. Lavam-se duas vezes por dia e duas vezes por noite com água fria, executam milhares de ritos religiosos, mas também gozam de grandes privilégios: não consomem nem gastam nenhum dos seus bens, mas ficam saciados com os alimentos sagrados e todos os dias lhes cabe uma grande quantidade de carne de boi e de ganso e também recebem vinho de uva, mas não podem comer peixe (...). Não suportam ver favas, porque as consideram um legume impuro. Não há um só sacerdote para cada divindade, mas muitos, e um deles desempenha as funções de sumo sacerdote: e quando um morre, o filho ocupa o seu lugar.



Atende ao Objetivo 1

1. Leia o seguinte fragmento e responda:

A estela da restauração, erigida no templo de Karnak (aproximadamente 1330 a.C.), descreve a situação anterior à chegada do novo faraó, Tutankhamon, ao trono:

[...] Quando Sua Majestade apareceu como rei, os templos dos deuses e das deusas, de Elefantina até os pântanos do Delta, estavam tombados como ruínas. Suas capelas estavam devastadas, transformadas em lugares onde cresciam ervas. Seus santuários, era como se nunca tivessem existido: onde haviam sido suas paredes estava agora um caminho percorrido com os pés. O país estava na angústia, pois os deuses o haviam abandonado. Se um exército fosse enviado à Fenícia para ampliar as fronteiras do Egito, não tinha absolutamente sucesso. Se se rezasse a um deus para pedir-lhe algo, ele não vinha – de todo (...).

O texto continua descrevendo os resultados da ação do faraó (confeção de estátuas do culto, oferendas, nomeação de sacerdotes etc.), depois de assumir o poder:

Então, o coração dos deuses e das deusas que residem neste país alegrou-se: os senhores dos santuários se rejubilaram. As margens do Nilo gritavam e exultavam. Uma felicidade brilhante se espalhou pelo país inteiro, pois uma situação ditosa se apresentara. (...) Toda a vida e força que estavam junto a eles foram destinadas às narinas do rei, o Hórus nascido de novo, o filho bem-amado de seu pai, Amon-Ra, rei dos deuses, que o pusera no mundo para assim renascer (...) (CARDOSO, 1999, p. 72-73).

- a) Como a estela descreve a situação anterior à chegada de Tutankhamon ao trono?
- b) Considerando o que já foi visto na primeira parte da aula, qual é o efeito das ações do novo faraó?

Respostas Comentadas

a) O relato descreve uma situação de caos, quando o culto foi abandonado e os deuses já não respondiam aos pedidos dos homens. O mundo ordenado, identificado com o próprio Egito, estava sendo invadido pelas forças do caos. Entre outras consequências da situação, o texto destaca a impossibilidade de os egípcios obterem uma vitória militar sobre os inimigos e o fato de os deuses não darem ouvidos aos pedidos dos súditos.

b) A chegada do faraó Tutankhamon e as ações por ele empreendidas são um freio às forças do caos e uma recuperação da ordem no país. O faraó é visto como aquele capaz de voltar a obter a proteção dos deuses por meio de suas ações, como a restauração de templos e a nomeação de sacerdotes, logrando um renascimento, um novo ciclo de estabilidade, harmonia e ordem para o país.

A religião funerária

Ao observar os vestígios arqueológicos do antigo Egito em museus e exposições, diz Donadoni (1994), torna-se surpreendente a importante presença de objetos vinculados à religião funerária. Isso não é casual, considerando as dificuldades que as explorações arqueológicas encontram para estudar os lugares hoje habitados ou aqueles que ficaram ocultos sob o depósito de lodo trazido pela enchente do Nilo.

A esses tão pouco acessíveis testemunhos da vida opõem-se as condições especiais dos cemitérios, situados no deserto, fora das zonas inundadas, sob um clima que permite a sobrevivência dos materiais que, em quase todos os outros locais, teriam sido destruídos (DONADONI, p. 217).

Para começar, devemos levar em consideração que na civilização egípcia não existia uma fronteira tão dramaticamente marcada como em outras culturas entre a vida e a morte. A fronteira entre o aquém e o além era, de certa forma, permeável. Como diz (DONADONI, p. 218),

é um mundo que, potencialmente, inclui a morte entre os outros acontecimentos da natureza e que nessa inclusão são encontrados o modo de alimentar uma visão mais otimista de perpétuos regressos e rejuvenescimentos, como acontece com o ciclo diurno, o ciclo solar, o ciclo das vegetações, o ciclo da Lua, o ciclo das cheias do Nilo.

Essa crença não era suficiente para afastar totalmente os medos. De fato, os egípcios tinham terror à morte, e em certas fontes fica evidente a rejeição do conforto mitológico. Um exemplo disto é o seguinte trecho de um texto que data de 2100 a.C., denominado “Canto do harpista”, que fora gravado num túmulo real e que chegou a nós em um papiro:

Gastam-se as gerações e passam (...). O que são as suas cidades? Os muros caíram, as suas cidades parecem nunca ter existido. Não há quem venha do Além e descreva o seu mundo, e descreva as suas coisas e acalme o nosso coração para que alcancemos o lugar para onde eles foram (...). Chegará o dia do grito [= o lamento fúnebre] – mas o do coração cansado [= o defunto] não ouve o grito deles: seus lamentos não salvam ninguém do túmulo (DONADONI, 1994).

Ou seja, existia uma ambivalência entre o pessimismo e a procura do sentimento de serenidade com relação à morte.

Os egípcios possuíam três concepções diferentes a respeito da morte, mesmo sem considerar que tivessem de escolher entre elas. Essas concepções eram, segundo Cardoso (1997); “1) a ressurreição da múmia na própria tumba, sua ‘casa de eternidade’; 2) um destino celeste, estelar ou solar; 3) a vida no mundo subterrâneo de Osíris.”

A primeira concepção parece ser a mais antiga, em que o morto toma como suporte para seu *ka* (palavra difícil de traduzir e que representa uma espécie de força vital dos homens) a múmia ou uma estátua, animando-a e recebendo roupas, alimentos e outros elementos que os vivos oferendavam com certa frequência. Essa ideia abriu caminho para outras interpretações em que o morto ganhava o *ba* (ou princípio de mobilidade) e assim podia sair do túmulo durante o dia, retornando à noite.



O chamado *Livro dos mortos* (segunda metade do II milênio) oferece encantamentos mágicos para que o morto pudesse assumir diversas formas em suas saídas durante o dia. Nele, diz:

Encantamento para conhecer os encantamentos para sair (durante o dia) – sem manter um homem separado do mundo inferior ao entrar ou sair – , assumir qualquer forma que quiser, bem como não (permite) que o seu *ba* volte a morrer (CARDOSO, op. cit., p. 110).

Essa última possibilidade, a morte definitiva depois da morte, era o que mais aterrorizava os egípcios.



Figura 11.5: Localização do Vale dos Reis, no Egito.

Fonte: http://oi.uchicago.edu/i/egypt_map.gif (Instituto Oriental da Universidade de Chicago)

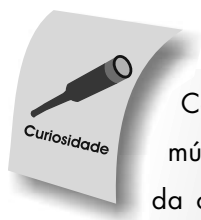
A possibilidade da saída dos mortos do túmulo permitiu novos desdobramentos, nos quais poderiam circular por diversas dimensões, adotando diversas formas, como um pássaro de cabeça humana, um navegante na barca solar ou uma estrela.

Como o corpo era o elemento destinado a conservar o *ka* e o *ba*, os egípcios desenvolveram sofisticadas técnicas de embalsamamento para conservá-lo, num processo que podia durar até setenta dias. Inicialmente eram retirados os órgãos internos do morto, com exceção do coração, por motivos simbólicos. Isso se deve ao fato de que os órgãos internos se decompunham facilmente, arriscando a preservação do corpo. Este era coberto com um sal de sódio, que tem propriedades antissépticas e desidratantes. Uma vez que o corpo se ressecava, realizava-se um tratamento com o objetivo de devolver certa elasticidade à pele. Então, era recheado com diversos elementos para, finalmente, ser envolvido com tiras de linho. Durante esse processo, eram colocados amuletos entre as tiras de linho. A partir do III milênio a.C. a cabeça começou a ser coberta por uma máscara mortuária de ouro.



Figura 11.6: Ritual da abertura da boca destinado a permitir a entrada do *ba* e do *ka* na múmia no momento de depositá-la na tumba (Ilustração de O Livro dos mortos).

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Abertura_da_boca.



Cardoso (op. cit.) explica que a origem da palavra múmia é resultado de uma confusão. Na fase tardia da civilização egípcia, os corpos eram trabalhados utilizando-se uma resina derretida que adquiria uma cor escura. Os árabes julgaram, por engano, que o material utilizado era piche ou asfalto (em árabe, *mummiya*).

Além da preparação do corpo, era fundamental a construção de uma tumba seguindo determinadas regras. As características das tumbas mudaram ao longo do tempo, dependendo das regiões geográficas. Basicamente, possuíam duas partes, uma estrutura inferior, muitas vezes subterrânea, e uma estrutura superior. A parte mais importante da estrutura inferior era a câmara do sarcófago ou caixão. Não era possível aceder a ela, sendo o seu acesso bloqueado depois do funeral. A parte superior podia conter uma capela, depósitos e outras salas. Esta última parte era acessível aos visitantes para a realização de cerimônias rituais. Cabe destacar que essas características eram similares para as tumbas dos reis e para as dos particulares.

A forma das tumbas reais variou ao longo do tempo. As primeiras eram edifícios de tijolos relativamente baixos. O passo posterior foi a construção de pirâmides em degraus (III dinastia, ver **Figura 11.7**), das quais se passou, no Reino Antigo, às pirâmides propriamente ditas, feitas de pedra ou de tijolo recoberto com placas de pedra. No Reino Novo, as tumbas passaram a ser hipogeus, isto é, cavadas na rocha, como as encontradas no Vale dos Reis, a oeste de Tebas.

Obviamente, as tumbas grandiosas e os rituais funerários complexos não estavam ao alcance das pessoas comuns, que não podiam custear esse tipo de construções e funerais.

Um elemento que não devemos olvidar é que, como afirma Cardoso (op. cit., p. 127),

No caso dos reis e dos ricos, parece óbvio que, além das finalidades propriamente funerárias, a pompa dos enterros e a ereção de uma tumba de material durável constituíssem uma forma de afirmação social cujos destinatários fossem os vivos.



Figura 11.7: Pirâmide do faraó Zoser em Saqqara, projetada por Imhotep (2635-2610 a.C.).

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Pir%C3%A2mide_de_degraus

Escrita e literatura

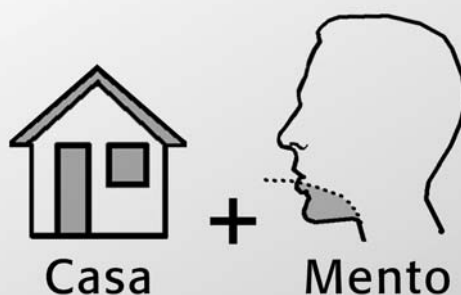
Os egípcios desenvolveram o sistema de escrita hieroglífica que inicialmente apoiou-se em ideogramas, mas que, com o transcurso do tempo, foram transformando-se em símbolos fonéticos que aos poucos acabaram sendo abreviados.

O termo hieróglifo significa, em grego, “escrita sagrada”, já que era a forma de expressão utilizada basicamente em templos, tumbas, estelas e em alguns papiros. O princípio básico dessa forma de escrita é que ela utilizava imagens em lugar de símbolos (como são as letras), e que essas imagens representavam, além

delas mesmas, um ou mais sons. “A escrita hieroglífica consiste na combinação de imagens representativas de idéias, os pictogramas, e de imagens representativas de sons, os fonemas” (BAKOS, 2002).



Bakos utiliza uma analogia para explicar o desenvolvimento da escrita. Ela afirma que, seguindo a lógica de desenvolvimento da escrita hieroglífica, em português, a palavra casamento poderia, por exemplo, traduzir-se pelas figuras de uma “casa” e um “mento” (parte inferior do rosto).



Exemplificando, a imagem de uma boca, na escrita pictográfica, representava apenas essa parte do rosto e era pronunciada como tal: r – a boca. Sem que ninguém possa dizer exatamente quando nem como, essa imagem passou a indicar também o som essencial e primevo do vocábulo. E a figura da boca passou a ser lida com um som previamente conhecido e divulgado na comunidade: /r/, que equivale à letra ‘r’ (BAKOS, 2002, p. 181).

Porém, a escrita hieroglífica não era muito prática para escrever rápido, motivo pelo qual os egípcios desenvolveram uma modalidade simplificada ou cursiva da escrita hieroglífica: o hierático. Por sua vez, ela deu lugar a mais uma simplificação: o demótico.

A grande maioria dos textos egípcios que chegaram até nós é religiosa e funerária. Mas a partir do Reino Novo também começa a surgir uma literatura profana, que inclui romances curtos, poesias e sátiras, entre outros. Mesmo quando a grande maioria das obras literárias egípcias perdeu-se devido à fragilidade do material em que foram escritas, o papiro, valiosas obras chegaram até nós. Alguns exemplos são a “Canção do harpista”, as “Lamentações de um camponês”, a “Sátira dos ofícios” e a “História de sinuhe”.

Alguns elementos da literatura egípcia sobreviveram ainda graças a terem sido reutilizados pela literatura árabe, que parece ter algumas de suas fontes na tradição oral egípcia. Embora sem poder estabelecer com certeza a relação, alguns pesquisadores fizeram paralelos entre a história de Ali Babá e os quarenta ladrões, de *As mil e uma noites*, e um conto faraônico, “A captura de Joppe”, bem como entre “Simbad, o Marujo” e o conto “O naufrago”, do Império Médio.

Arte e arquitetura

Os antigos egípcios não tinham, como nós, uma noção da arte como atividade que se autojustifica: arquitetos, escultores ou pintores viam-se como funcionários ou como artesãos que produziam objetos funcionais para uso religioso, funerário ou de outro tipo (CARDOSO, 1982, p. 99).

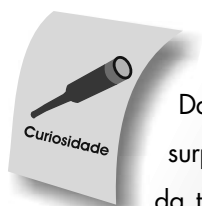
Os antigos egípcios utilizaram diversos meios de expressão artística: escultura, pintura, arquitetura, relevos.

Como afirmam El-Nadoury e Vercoutter (apud MOKTHAR, 1980, p. 174), a

(...) produção artística no antigo Egito não tinha, em seu conjunto, uma função essencialmente estética, mas era, sobretudo, expressão da crença egípcia de que a vida terrena se repetiria no além.

A maior parte das obras artísticas e arquitetônicas coincide com os períodos de apogeu do poder centralizado. Isso se deve a que o rei era o principal construtor e quem mais consumia objetos artísticos.

A arte egípcia era altamente padronizada, existindo um conjunto de regras que foram seguidas, com poucas variantes ao longo de séculos. Isso faz com que peças artísticas produzidas em qualquer período possam ser caracterizadas facilmente como arte egípcia.



Dada a importância do faraó no impulso à arte, não resulta surpreendente que tenha acontecido uma ruptura dentro da tradição canônica durante o reinado de Akenathon.

O período conhecido como "amarniano" se caracteriza por uma diferenciação de estilo, com uma tendência para o naturalismo ou realismo. Mesmo sem produzir-se uma mudança radical, a rejeição da representação dos deuses tradicionais e suas correspondentes associações promoveram o surgimento de novas composições artísticas. Por exemplo, a centralidade do culto a Atum fez com que as imagens subsidiárias vissem o seu tamanho reduzido. Outra mudança evidente foi um aumento das proporções nas representações do faraó e da sua família, mudança que provavelmente foi impulsionada pelo próprio Akenathon, e uma tendência maior ao naturalismo.

A arquitetura, por sua vez, foi evoluindo ao longo do tempo, registrando-se diferenças significativas entre os estilos dos templos e tumbas reais até que os estilos foram afixados no Reino Novo. Templos, tumbas e monumentos eram construídos com materiais duradouros, e a sua principal característica é a monumentalidade. Também é importante salientar que a construção dessas obras monumentais era possível mediante a aplicação de conhecimentos de matemática e física à extração, ao transporte e à colocação de imensos blocos de pedra utilizados. As colunas e a abóbada também podem ser mencionadas entre os logros da arquitetura egípcia, junto com o domínio de técnicas que lhes permitiram construir importantes obras de controle hidráulico, como diques, barragens e canais.

A escultura também era monumental e bastante idealizada. Os faraós eram representados em posições bastante convencionais, nas quais a função prevalece sobre a pessoa.



Figura 11.8: Afresco na tumba de Seti I (1291 a 1278 a.C.), Vale dos Reis.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Seti_I

Outros aportes

O legado do antigo Egito inclui também descobertas ligadas aos campos da medicina, da matemática e da astronomia.

Os conhecimentos adquiridos no campo da mumificação permitiram que os egípcios desenvolvessem técnicas cirúrgicas. O papiro Smith nos permitiu saber que os egípcios sabiam efetuar suturas, curar fraturas mediante a aplicação de talas e curar feridas leves no crânio e na face. Também foram encontrados em múmias indícios de cirurgias e tratamentos dentários.

No campo das matemáticas, houve aportes tanto no campo da aritmética como nos da geometria e da álgebra. Os apurados métodos de cálculo permitiram que a organização administrativa funcionasse com bastante precisão no cálculo de diversas variáveis que interessavam ao Estado, como o volume das colheitas e os impostos que seriam coletados. Os conhecimentos geométricos foram aplicados na arquitetura e na agrimensura, que permitia que o Estado mantivesse um cadastro das propriedades.

Por último, no referente à astronomia, os egípcios conseguiram desenvolver um calendário com um ano civil de 360 dias, aos quais eram acrescentados cinco dias ao final de cada ano. Esse calendário está na origem do nosso calendário atual, tendo servido como base para a reforma juliana e a reforma gregoriana. Além disso, conseguiram identificar diversos planetas e estrelas.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Revise a aula, leia o fragmento a seguir e responda às perguntas:

Falando das pirâmides e outras obras monumentais, Kemp (1987) afirma: A “grande cultura”, que por sua vez se transforma em cultura de turista, não foi a criação espontânea de uma pessoa comum. Não é acidental que encontremos suas manifestações em grandes prédios religiosos, em palácios, mansões e castelos. A grande cultura, que exige patronato e a direção de mão de obra, se origina nas cortes. A riqueza, o tamanho, o esplendor, os padrões artesanais e as novidades intelectuais são parte dos instrumentos do poder. E a mística do poder parece expressar-se de forma mais efetiva através da religião. O templo e o palácio, e no caso do antigo Egito suas extensões na cultura em volta da morte, geralmente representam bastante daquilo que distingue as culturas passadas. Uma vez que esteja bem estabelecida, uma grande tradição pode ter uma influência que se sinta em toda a sociedade (KEMP, 1987, p. 111).

- a. Existiam no antigo Egito a arte e a arquitetura como atividades que se justificassem por si próprias?
- b. Quem produzia os objetos artísticos, os monumentos e a arquitetura que Kemp denomina “grande cultura” e com que finalidade?

Respostas Comentadas

a. Como você viu na aula, diferentemente dos nossos dias, a arte e a arquitetura não existiam como uma atividade independente autojustificada. Elas existiam, principalmente, no marco da atividade do Estado.

b. Os artesãos, artistas e arquitetos que produziram as obras de arte dessa “grande cultura” a que se refere Kemp eram, na maioria, funcionários que se viam como produtores de objetos para uso religioso, funerário etc. Eles trabalhavam para os reis e, portanto, de certa forma, tornaram-se instrumentos do poder para impor uma visão de mundo que justificava o domínio do faraó e dos grupos mais abastados da sociedade. Por meio da riqueza e da grandiosidade das suas obras, ajudavam a corporizar essa mística do poder da qual fala Kemp.

RESUMO

Os antigos egípcios construíram ao longo de mais de 3.000 anos uma importante e original civilização, o primeiro reino unificado da História. Desde o desenvolvimento da arquitetura, das artes e da ciência até a criação de uma estrutura burocrática estatal complexa, os egípcios demonstraram uma grande habilidade prática para organizar, criar e resolver problemas. Seu legado, mesmo que nem sempre seja facilmente reconhecível, chegou a nós por intermédio de diversas civilizações com as quais tiveram contato.

Na próxima aula, atravessaremos o Mediterrâneo para conhecer a brilhante e vital civilização grega.

Aula 12

A Grécia Antiga:
o espaço
geográfico e
a ocupação
humana

Meta da aula

Apresentar as civilizações cretense e micênica, que forneceram os fundamentos do mundo helênico clássico.

Objetivos

Após o estudo do conteúdo desta aula, você deverá ser capaz de:

1. conhecer as linhas gerais do processo de povoamento da Hélade e os principais aspectos da civilização cretense;
2. analisar a relação entre os poemas homéricos e os dados da arqueologia, na construção do conhecimento sobre a Grécia micênica.

Pré-requisito

Para que você encontre maior facilidade na compreensão dessa aula, é importante ter em mãos um bom dicionário da Língua Portuguesa e um atlas.

INTRODUÇÃO

Quer se trate de fatos religiosos (mitos, rituais, representações figurativas), de ciência, de arte, de instituições sociais, de fatos técnicos e econômicos, consideramo-los sempre como obras criadas pelo homem, como expressão de uma atividade mental organizada. Através dessas obras, procuramos o que foi o homem em si, esse homem grego inseparável do quadro social e cultural de que ele é, ao mesmo tempo, artífice e produto (VERNANT, 1994, p. 9).

Nossa viagem agora nos levará aos nossos terceiros “clássicos”: os gregos antigos. Entraremos na terra grega, com o povo grego. Devemos começar, contudo, por algumas definições, para que possamos aproveitar bem essa parte do nosso roteiro.

A compreensão do que era Grécia, para os gregos antigos, diferia profundamente da nossa compreensão atual. Para eles, gregos eram aqueles que falavam a língua grega. Onde quer que houvesse gregos, ali estava a *Grécia*. Aliás, a palavra Grécia não era por eles empregada; trata-se de um nome divulgado pelos romanos, posteriormente.

Os gregos antigos chamavam o seu território de *Hellas* e a si mesmos de helenos. Os romanos chamaram-nos *Graii* (Graia era o nome de uma região da Hélade ocidental, e provavelmente os romanos tiveram seus primeiros contatos com o mundo grego com helenos provenientes dessa região). *Graeci* é uma forma derivada de *Graii*, e *Graecia* foi o nome dado pelos romanos à Hélade, pelo qual a conhecemos até hoje.

A região que chamamos atualmente Balcãs constitui o centro original da civilização grega. Esta região é delimitada, por um lado, pelo Mar Mediterrâneo e, por outro, pela alternância de montanhas rochosas e despenhadeiros e alguns vales férteis para a agricultura. Esse território é dividido por cordilheiras que dificultam as comunicações entre

as áreas habitáveis. Dessa característica geográfica, provavelmente resultou a divisão da população em certo número de comunidades autônomas, com suas constituições e línguas próprias, sem obediência conjunta a qualquer tipo de poder central. A pobreza do solo e as condições físicas desfavoráveis, como o relevo acidentado, períodos longos de seca etc., incentivaram os deslocamentos populacionais e, logo, a expansão helênica por outras terras.

Hellas, então, era uma região cujos limites nunca foram definidos com precisão na antiguidade, mas que podemos delimitar como incluindo o território ao sul de uma linha indo do golfo Ambrácio até a foz do rio Penelos, ou seja, abrangendo a Tessália, excluindo-se a Macedônia e o Epiro.



Figura 12.1: O mundo grego.

Fonte: http://lead.cap.ufrgs.br/~francisco/amadis_amora_teste/paginas/projeto_60/conxandre.htm

Há três grandes regiões continentais: o *Peloponeso*, ao sul, que se liga à parte central por um pequeno istmo; a *Ática*, na Grécia central e, separada por uma cordilheira e acessível pelas Termópilas, está a região Norte. Devido à grande quantidade de montanhas, a comunicação entre os habitantes só era possível pelo mar ou por estreitas passagens no relevo acidentado, dificultando os contatos entre as populações.

No Mar Egeu, vemos muitas ilhas, próximas umas às outras, umas grandes, como Creta, Rodas e Lesbos, e a maioria pequenas. Os helenos também se instalaram na Jônia, do lado oriental do Mar Egeu, na região da atual Turquia, e, posteriormente, fundaram cidades na Sicília e na Itália, formando a chamada *Magna Grécia*, para além de colônias em todo o Mediterrâneo ocidental, como Marselha, na atual França, e Empório, na Espanha. Tudo isso é conhecido por nós como Grécia.

No período clássico, a Hélade consistia em vários grupos humanos, organizados geralmente em *poleis*, como Atenas, Esparta, Tebas, Corinto e muitas outras. Contudo, os “helenos” viam a si mesmos como constituindo um povo único. Uma mesma cultura, com variações regionais, e uma mesma língua, com grandes diferenças dialetais, garantiam-lhes uma identidade própria e distinta de outros povos, a quem denominavam “bárbaros” (*barbarophonoi*, ou seja, aqueles que falam *bar-bar-bar*, algo que não se consegue entender).

Não obstante as características locais, podemos entrever similaridades em suas instituições políticas (vemos as *poleis* governadas sob constituições oligárquicas ou democráticas), sua religião e seu respeito aos mesmos santuários e oráculos eram comuns e, apesar das diversidades, havia uma relativa unidade em suas manifestações artísticas, mas a unidade cultural da Hélade manifestava-se principalmente nos festivais religiosos comuns. Você conhecerá tudo isso nas nossas próximas aulas.

Seguiremos, em nossa viagem, a periodização convencional da história grega, conforme sistematizada pelo historiador britânico M. I. Finley (1988, p. 26):

1 – Período Arcaico – aproximadamente entre 800 a 500 a.C.
Nesse momento, delineia-se o “mapa” geopolítico da Hélade e da Magna Grécia.

2 – Período Clássico – séculos V e IV a.C. Este é o período em que as *poleis* atingiram seu maior desenvolvimento político, artístico e econômico.

3 – Período Helenístico – desde a época de Alexandre, o Grande (323 a.C.) até a conquista romana do Mediterrâneo (146 a.C.).

Antes, porém, conheceremos dois tipos de organização cultural e política anterior ao mundo das cidades gregas, por meio de um quadro geral dos grupos humanos que habitaram a Hélade antes dos “gregos”.

Os primeiros habitantes

Existe, ao longo do mar cor de vinho,
uma terra chamada Creta...

E há nela inúmeros homens e noventa cidades,
cujas línguas se misturam;

Lado a lado, vêem-se aqueus, cidônios,
corajosos eteo-cretenses, dórios de cabelos
ondulados e nobres pelasgos

(Homero. *Odisséia*, XIX, p. 172-179)

A arqueologia não chegou a um consenso em seus esforços para esclarecer as migrações de povos para a península grega. Traçaremos um esboço da hipótese mais aceita atualmente, pois a consideramos útil para fins analíticos.

Os grupos humanos que trouxeram a língua indo-européia para a Hélade vieram aparentemente do Norte, no fim do III Milênio, ou no início do II Milênio a.C., dispersando os antigos habitantes da península, chamados *pelasgos* ("povo do mar"). Alguns dos recém-chegados parecem ter se instalado no golfo Malíacos, e podem ter sido os primeiros a se autodenominarem *helenos*. Esses povos ficaram conhecidos pelo nome de *aqueus*, e disseminaram-se paulatinamente pela maior parte da península, entrando em contato com a civilização cretense.



A língua grega, pelo seu vocabulário, pelas suas conjugações e declinações e pela sua sintaxe, é próxima das línguas faladas antigamente e ainda hoje na Índia e da maior parte das línguas faladas atualmente na Europa – à exceção do basco, do húngaro, do finlandês e do turco. Vejamos um exemplo: a nossa palavra *pai*. Em grego e em latim, dizia-se *pater*; em alemão, se diz *Vater*, em inglês, *father*, e por aí vai...

A civilização cretense

A região da Hélade propriamente dita – entre o sul do Peloponeso e o Monte Olimpo – era habitada desde 4500 a.C., e os estabelecimentos neolíticos foram fundados por populações originárias ou influenciadas pelo Oriente Próximo asiáticos e que, entre 3000 e 2600 a.C., já constituíam organizações monárquicas e desenvolviam, por meio de instrumentos de cobre e bronze, uma economia agrícola e pastoril.

A invasão de povos vindos da Anatólia trouxe novas técnicas à região (início da Idade do Bronze), assim como conhecimentos adquiridos em contatos anteriores com outros povos, especialmente

orientais; continuou-se a prática pastoril e agrícola, agora com a utilização do arado, e o comércio no Mediterrâneo oriental ampliou-se. Entre esses povos, predominava a organização monárquica forte em reinos independentes.

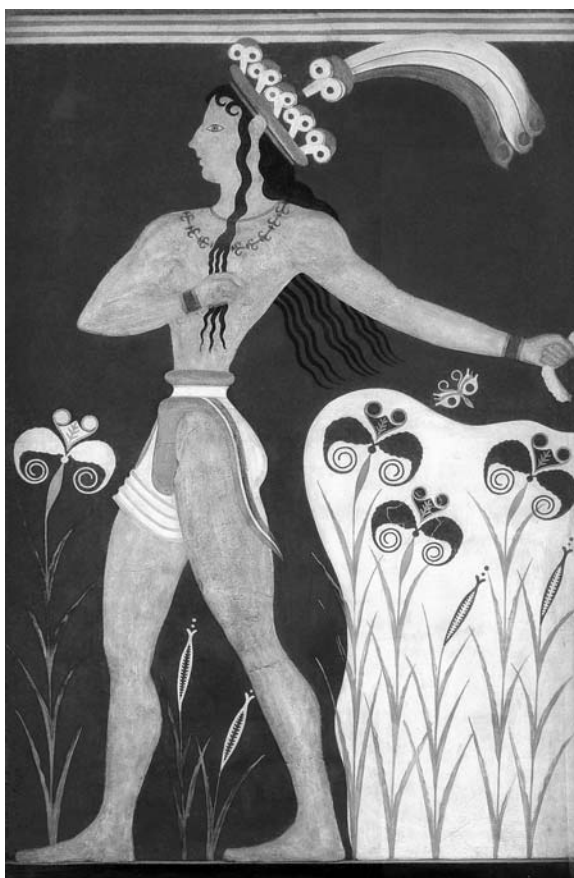


Figura 12.2: Representação humana em friso, encontrada em Cnossos, Creta.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Knossos_frise2.JPG

Ignoramos o nome desses povos anatólios a que os helenos chamavam *pelasgos*, e que geralmente denominamos *cretenses*, pois deles temos notícias especialmente pelos vestígios arqueológicos de Creta, que parece ter sido o principal centro de sua civilização. Ou ainda *egeus*, segundo o nome do mar em cujas margens viviam e cujas margens ocupavam.

Creta era uma ilha ocupada pela civilização anatólia e não foi, inicialmente, tomada pelos helenos. A civilização cretense originara-se no final do III Milênio antes de Cristo e, em 1800 a.C., já havia construído grandes palácios, com depósitos monumentais de alimentos e arquivos contábeis. Os cretenses mantinham muitos contatos com o Egito faraônico, o que foi muito importante para a difusão da cultura egípcia no Mediterrâneo oriental (VERNANT, 1967, p. 9-14).

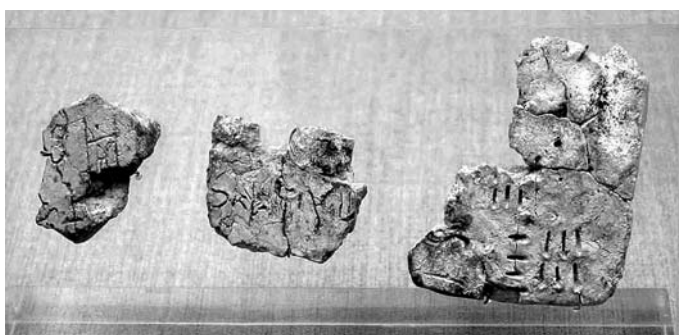


Figura 12.3: Tabuinhas de argila com escrita Linear A.

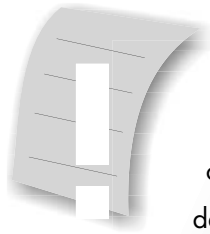
Fonte: http://fr.wikipedia.org/wiki/Image:Linear_A_tablets_filt.jpg

Nos sítios arqueológicos cretenses, foi encontrado um grande número de tabuinhas de argila, cobertas de caracteres de escrita. A escrita cretense, denominada Linear A, era hieroglífica, e compunha-se de sinais que marcavam sílabas, mas a língua usada pelos cretenses ainda não foi plenamente decifrada pelos pesquisadores até hoje, o que deixa muitas perguntas por responder. Sabe-se que a principal cidade de Creta, Cnossos, era um centro administrativo monumental. Creta foi a líder da região do Egeu à época do Bronze, em meados do II Milênio, e conheceu o apogeu da chamada **talassocracia** minóica, isto é, seu poder influenciava toda a região.

Talassa

Em grego, significa "mar" e *kratos* quer dizer "poder".

Talassocracia, portanto, é sinônimo de "império marítimo".



Para o estudo da civilização cretense, utiliza-se geralmente a periodização denominada *cronologia Evans*, que tem como referência a análise da documentação arqueológica de Cnossos:

Minóico Primitivo	I: 2500 – 2400 a.C.
	II: 2400 – 2100 a.C.
	III: 2100 – 1950 a.C.
Minóico Médio	I: 1950 – 1840 a.C.
	II: 1840 – 1750 a.C.
	III: 1750 – 1550 a.C.
Minóico Final	I: 1550 – 1450 a.C.
	II: 1450 – 1400 a.C.
	III: 1400 – 1050 a.C.

Os cretenses praticavam a cultura da vinha, da oliveira, dos cereais. Criavam gado e conheciam a metalurgia de vários metais: ouro, cobre, estanho, mas desconheciam o ferro. As pesquisas arqueológicas encontraram, em Creta, vestígios de grandes palácios, que compreendiam uma rede de compartimentos e de salas numerosas, dispostos à maneira de um labirinto e agrupados em torno de um grande pátio. O palácio de Cnossos cobre um espaço edificado de 150 m e tinha, pelo menos, dois andares. Ali vemos salas de banho e salas de recepção, com afrescos nas paredes representando animais ou flores, procissões de mulheres luxuosamente vestidas, corridas de touro e outros temas pictóricos.

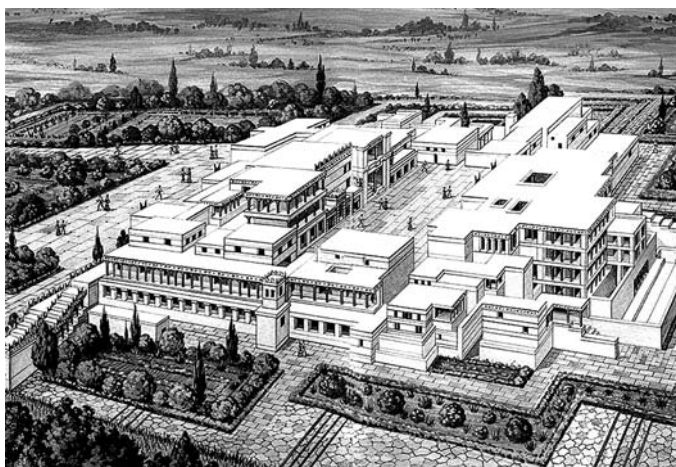


Figura 12.4: Reconstituição artística do Palácio de Cnossos.

Fonte: <http://greciantiga.org/img/pre/i182.asp>



Figura 12.5: Ruínas de Cnossos.

Fonte: http://www.ipv.pt/millennium/19_esf1.htm



Figura 12.6: Ruínas de Cnossos.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Knossos_r5.jpg

A ilha de Creta atingiu um grande estágio de prosperidade e uma posição dominante no Mar Egeu a partir do período conhecido como Minóico Médio (1700-1400 a.C.). Provavelmente essa prosperidade resultava, em parte, da situação geográfica da ilha, favorável ao comércio e ao transporte marítimo.

A metalurgia do bronze e a produção de cerâmica cretenses eram de alta qualidade, e seus mercadores levavam os produtos dessas indústrias à Hélade, ao Egito, a Chipre, à Sicília e outros lugares. Os cretenses produziram, também, obras de arte que eram comercializadas por todo o Mediterrâneo e além. Seus vasos e esculturas foram encontrados em vários sítios arqueológicos, em muitos pontos da Europa e da Ásia Menor.

Os cretenses parecem não só ter mantido um comércio ativo e próspero com outras regiões, mas também ter exercido um domínio intenso em certas partes da Hélade, especialmente em Micenas e Tebas, influenciando em muito a chamada civilização micênica, que veremos na segunda parte dessa aula.

O apogeu da civilização cretense se deu nos séculos XVI e XV a.C., quando Cnossos tornou-se a principal cidade e seu rei era o senhor de toda a ilha. *Minos* de Creta é um nome recorrente nas menções a Creta. Esse nome pode ter sido o de vários reis cretenses, ou o próprio título real. A referência mais conhecida a Minos é a versão ateniense da derrocada de Cnossos, na lenda de Teseu e o Minotauro.

A lenda grega diz que Minos era filho de Zeus e de Europa, e se casou com Pasífae, a filha do Sol, e teve dela duas filhas. Mas era um rei cruel e se recusou a sacrificar Poseidon, um belo touro que o deus lhe enviara como presente de casamento. Para puni-lo, Poseidon fez com que Pasífae se apaixonasse pelo touro. Ajudada pelo inventor Dédalo, que lhe preparou um disfarce de vaca, Pasífae conseguiu realizar o seu desejo e deu à luz um monstro, metade touro, metade homem, conhecido como Minotauro (o touro de Minos).

Dédalo, então, construiu um labirinto, em cujo centro Minos confinou o filho de Pasífae. E, como o monstro se alimentava de carne

humana, o rei impôs às cidades dominadas por Creta um tributo anual de sete rapazes e sete moças. Esses jovens eram devorados pelo Minotauro. Atenas teria enviado, entre os jovens, o rei Teseus que, ajudado pela princesa Ariadne, filha de Minos e Pasífae, matou o monstro, enquanto Poseidon enviou à ilha um grande terremoto, que fez ruir a cidade.



Figura 12.7: Teseu luta com o Minotauro.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Minotaur.jpg>

As pesquisas arqueológicas em Cnossos, contudo, trouxeram à luz diversas representações de um esporte cretense do período minóico, que consistia em saltos e malabarismos e perseguições de touros, como você pode ver na **Figura 12.8**. Esse esporte, provavelmente, era um ritual religioso, mas as análises ainda não nos permitem perceber muitos detalhes sobre ele. Seja como for, as touradas ibéricas modernas são derivações desse esporte cretense, e é possível que o “tributo” citado na lenda do Minotauro destinasse os jovens a tal esporte perigoso, e, no qual muitos morriam. Do mesmo modo, o nome *labyrinthos* era o próprio nome do palácio de Minos, que, com seus corredores e salas, gerou a nossa idéia de labirinto.

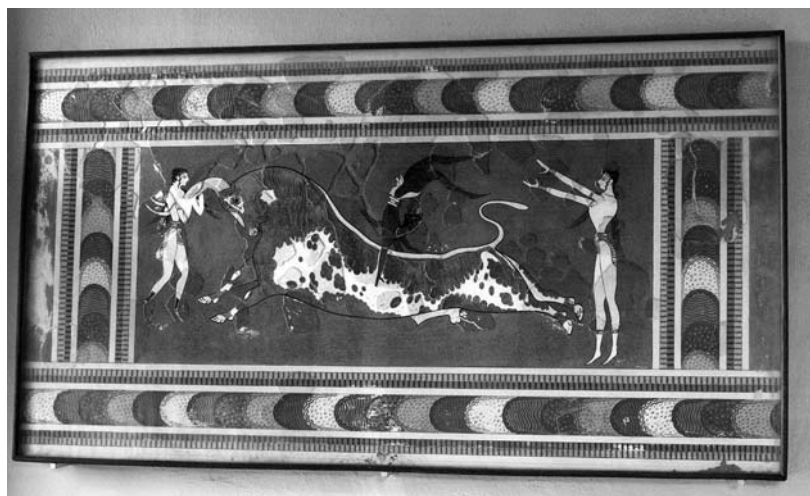


Figura 12.8: Friso de Cnossos.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Knossos_frise_taureau.JPG

Em meados do século XV a.C., as cidades de Creta e outras ilhas do Egeu sofreram destruições, mas não sabemos exatamente o que se passou. É possível que invasões de povos helenos tenha posto fim à civilização cretense, e há referências a terremotos e outros desastres naturais, como na própria versão ateniense. Seja como for, o fim do poderio de Cnossos ocorreu em torno de 1400 a.C., quando parte de sua população migrou para a Ásia Menor, para a Síria e o Egito. Em torno de 1200 a.C., a chegada dos povos *dórios* destruiu a maior parte dos monumentos remanescentes da civilização cretense.

Por muito tempo, os pesquisadores consideraram que as primeiras civilizações gregas nada deveram ao Oriente. Hoje, essa afirmação é muito questionada, pois sabemos que muito da cultura grega veio de civilizações orientais. Divindades, costumes, a escrita, de lá vieram. Heródoto já o indicara isso, mas só recentemente suas idéias foram retomadas pelos estudiosos. Mais tarde discutiremos este tema.



Atende ao Objetivo 1

1. Ao apresentar as contribuições da pesquisa arqueológica para o conhecimento da civilização cretense, M. I. Finley nos diz que:

Apercebeu-se com prontidão de que se tratava de uma cultura muito mais avançada do que a da Idade da Pedra e, ao mesmo tempo, em muitas das suas qualidades essenciais, diferente da posterior de Atenas ou Esparta, ou mesmo da grega da Micenas. Não podia haver um símbolo melhor ou mais facilmente visível da diferença do que o grandioso palácio, a estrutura labiríntica que escavações subseqüentes em todos os lugares de Creta revelaram ser característica do mundo minóico. Aquele tipo de palácio – ou qualquer outro tipo, na realidade – era totalmente desconhecido dos gregos. (...)

À medida que as escavações e estudos prosseguiam, tornava-se óbvio que a civilização minóica se concentrava no palácio, mais com analogias das contemporâneas do Médio-Oriente do que da Grécia ulterior. (...) Quem construiu os palácios dispunha de mão-de-obra, além do acesso a idéias e bens do Egito, Síria e até da Babilônia. Todos os centros cretenses importantes estavam situados nas proximidades de bons portos ou, mais rigorosamente, de costas protegidas, pois nesse período os navios eram conduzidos para terra nas situações de mau tempo (FINLEY, 1990, p. 24).

Com base no conhecimento que você adquiriu sobre Creta, responda:

- Como seria o nosso conhecimento sobre Creta se tivéssemos que nos limitar apenas aos relatos lendários atenienses?
- Qual é a importância das pesquisas arqueológicas para o conhecimento da civilização minóica?

Comentário

Você deverá dissertar sobre a importância da arqueologia na construção do conhecimento da história antiga em geral, e da civilização minóica em particular. De fato, se contássemos apenas com os relatos lendários, conheceríamos apenas uma Creta imaginária, rica e repleta de monstros. A arqueologia nos revelou uma Creta rica e opulenta sim, muito mais do que viria a ser o mundo grego do período arcaico. Os dados arqueológicos vêm nos revelando uma Creta mais pormenorizada, com complexos palacianos, edifícios, ferramentas, obras de arte, vinculada às redes de comércio e comunicação do Mar Mediterrâneo. Muito resta a definir e delimitar, muito a descobrir e decifrar. A redescoberta de Creta é um tema para o futuro, pois as pesquisas são ainda incipientes, mas já se entrevê a importância dessa redescoberta para o esclarecimento de questões ainda sem resposta em relação à origem da civilização grega.

A civilização micênica

Como vimos, no fim do segundo milênio, entre 2000 e 1950 a.C., a civilização cretense entrou em declínio, talvez devido à chegada de povos que falavam um grego primitivo; esses povos são os primeiros helenos daquela região.

Os mais antigos “antepassados” dos “gregos” só chegaram à região dos Bálcãs no final do III Milênio e logo se dirigiram para as ilhas do Egeu. Esses imigrantes falavam uma língua indo-européia, antepassada direta do grego clássico, e se misturaram com os habitantes das diversas regiões, muitas vezes violentamente, dominando os autóctones.

Os primeiros “helenos” a se estabelecerem foram os *jônios*. Segundo a interpretação tradicional, eles submeteram os antigos habitantes da Ásia Menor e os reduziram à servidão. Os jônios, ao que parece, agrupavam-se em tribos de guerreiros organizados numa sociedade de tipo militar, mas aprenderam muito com as populações dominadas. Construíram cidades fortificadas, mesmo que sem a sofisticação dos cretenses. Mas não conheciam a escrita e não deram continuidade ao comércio mediterrânico que havia anteriormente.

Por volta de 1580 a.C., os jônios foram expulsos de parte de seus domínios pelos *aqueus* e *eólios* (que se instalaram principalmente na Beócia e Tessália), encontrando refúgio nas terras da Ática.



Os aqueus figuram em fontes não helênicas. Em Bogazköy, na Turquia Ocidental, foram descobertos arquivos hititas que se referem a um reino chamado *Achchiyava* (Acaia) e a seu rei, *Atarshiyash* (Atreu), a quem Homero apresenta como pai de Agamêmnon e Menelau.

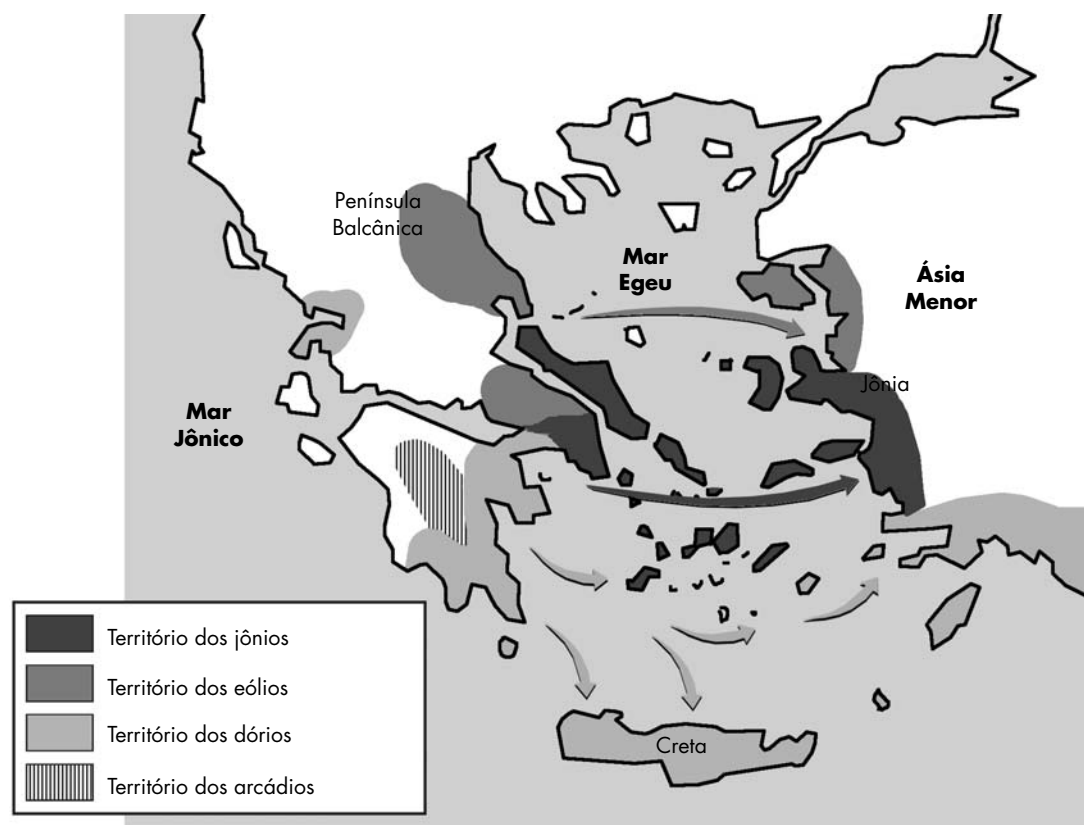


Figura 12.9: Migrações de povos indo-europeus.

Fonte: http://www.templodeapolo.net/Civilizacoes/grecia/historia_civilizacao/bronze3.html

Inicialmente, os aqueus também eram bandos guerreiros originários dos Balcãs, mas, a partir do momento em que se instalaram em boa parte da Grécia continental, aprenderam muito e sofreram influência cultural dos cretenses, que dominaram em torno de 1400 a.C., aproximadamente. Os reis aqueus do Peloponeso, especialmente o de Micenas, enriqueceram muito com saque dos palácios cretenses. A opulência de Micenas no século XIV a.C. pode ser explicada, em parte, pelo considerável saque trazido de Creta. A influência da civilização cretense sobre o tipo de organização palaciana que se desenvolveu no Peloponeso foi grande, especialmente no que tange à escrita.

Os aqueus desenvolveram uma civilização centrada em palácios, conhecida como civilização micênica, numa referência à poderosa cidade de Micenas, a mais influente de todas. Constituíram reinos independentes em torno de cidades poderosas, que se uniam,

algumas vezes, por interesses comuns e aceitavam obedecer a um único líder momentaneamente. Nesses reinos, o poder monárquico forte concentrava riquezas ao abrigo de enormes muralhas, as acrópoles, cidades altas ou palácios fortificados. Esta civilização guerreira contou também com uma burocracia. Alguns pesquisadores, por isso, denominam este período de *despotismo de tipo oriental*: um poder central forte, apoiado por uma burocracia palaciana.

As mais antigas formas políticas especificamente helênicas remontam à época micênica. Com efeito, era um tipo de estado que tinha por centro uma fortaleza, um palácio. As escavações arqueológicas revelaram a existência de tais palácios na Beócia (Orcómeno), na Ática (sob a Acrópole) e principalmente no Peloponeso (Micenas, Tirinto, Pilo); apenas atualmente, graças à decifração do Linear B, começamos a vislumbrar algo sobre os reinos micênicos.



Figura 12.10: Tábua com escrita em Linear B e transcrição.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Escreita_linear_B

No cume da hierarquia social estava um rei-sacerdote, do mesmo tipo do rei-sacerdote minóico, cujo título era *anax* ou *basileus*. Em seguida, diferentes personagens em que se tem querido ver chefes do exército e dos diversos serviços administrativos. Por fim, toda uma burocracia de escribas encarregados de redigir e guardar os arquivos, sob a forma dessas tabuinhas de argila que chegaram até nós. A massa da população compreendia, por um lado, os livres – entre os quais os soldados, os artesãos dos palácios, os camponeses de aldeias limítrofes – e os não-livres, os escravos particulares e dos deuses.

A expansão militar dos aqueus para o mar em busca de novas terras gerou a lendária Guerra de Tróia, na atual Turquia, que reflete os conflitos reais que ocorreram entre helenos e outros povos no final do II Milênio a.C., que você conhecerá na próxima seção desta aula.

Entre 1500 e 1150 a.C., a civilização micênica floresceu. Palácios monumentais aparecem a partir do século XIV a.C. A economia era controlada pelo palácio, da vida rural à indústria e comércio, tudo registrado por escrito. Também o comércio marítimo e as expedições de pilhagem desta civilização disseminaram a cultura grega pelo Mediterrâneo, ao mesmo tempo em que permitiram aos próprios helenos assimilarem influências orientais.

O mundo micênico desapareceu no século XI a.C., sem que ainda se explique o que ocorreu. Os palácios deixaram de ser usados, assim como a escrita, até que uma nova civilização, sem palácios, surgiu. Segundo a interpretação tradicional, teria sido a invasão dos *dórios*, no fim do II Milênio, que fizera submergir a Grécia micênica, entre os séculos XII e XI.

Os *dórios* eram grupos guerreiros que se expandiam neste momento, ocupando o Peloponeso, Creta e outras regiões; partilhavam a terra em lotes iguais e submetiam os povos conquistados à servidão. Uma das consequências das invasões dórias teria sido a destruição quase que total da civilização micênica. No período de um século, as

criações orgulhosas dos arquitetos aqueus, os palácios e as cidadelas, transformaram-se em ruínas. A escrita e as criações artísticas da época áurea de Micenas também foram abandonadas.

Os dórios se estabeleceram, sobretudo, no Peloponeso, onde introduziram a metalurgia do ferro e a cerâmica com decoração geométrica. Escapando aos invasores, numerosos aqueus se refugiaram na costa da Ásia Menor, onde se instalaram seguidos por alguns dórios. Lá, aos pés do platô da Anatólia, onde se cruzam as grandes rotas que levavam ao centro do Oriente próximo, formou-se a Grécia da Ásia, onde sobreviveram traços da civilização creto-micênica que, no contato com o Oriente, desenvolveu-se ainda mais: os helênicos da Ásia, em suas relações com os mesopotâmicos e os egípcios, enriqueceram-se com os conhecimentos técnicos dessas duas civilizações mais antigas e sofisticadas do que os recém-chegados aos Bálcãs.



Atende ao Objetivo 1

2. Leia o trecho seguinte e responda à questão:

Por muito tempo acreditou-se que esta civilização [da Idade do Bronze] não estava relacionada à história grega. Entretanto, na década de 1950, a decifração dos tabletes de argila escritos em Linear B (escrita silábica empregada pelos micênicos) provou que a língua que se falava então já era o grego. Neste caso, a civilização micênica foi uma civilização grega e, como tal, deveria figurar como um período a mais dentro da nossa cronologia. Entretanto, o conteúdo dos tabletes decifrados, aliado às informações arqueológicas provenientes dos centros micênicos, demonstram que estes possuíam traços socio-políticos [sic] característicos do mundo oriental (FLORENZANO, 1994, p.11).

Refletindo sobre o texto da historiadora Maria Beatriz Florenzano, estabeleça as características dos centros micênicos que levam alguns historiadores a falarem em *despotismo de tipo oriental* para definirem a civilização micênica.

Comentário

Você deverá reler o conteúdo dessa seção da nossa aula e dissertar sobre o fato de que os centros micênicos se organizam claramente em torno de um palácio, com uma centralização econômica e política bastante acentuada. Releia as aulas que tratam da organização política das cidades-Estado mesopotâmicas, pois ali foram tratadas as principais características desse modelo.

Os tempos homéricos

Homero educou a Hélade, e na administração e na educação dos assuntos humanos, merece que o tomem e o estudem, e que regulem segundo seus preceitos toda a sua conduta.

(PLATÃO. *República*. 606e)

Os séculos XI a IX, que se sucederam às invasões dóricas, são bastante obscuros, sendo conhecidos, principalmente, por alguns poucos vestígios arqueológicos. Mas, para o conhecimento de um longo período sem escrita como este, nem tudo fica esclarecido com os objetos.

Assim, nesse período, que se estende de 1100 a 800 a.C., a população parece ter diminuído e empobrecido. Os antigos súditos dos palácios micênicos parecem ter continuado a viver em aldeias. Não há mais registro de grandes construções. Com o desaparecimento dos escribas, desapareceu também a escrita, substituída pela poesia recitada em público. Houve, no entanto, certa continuidade no uso de técnicas, pois o cultivo da terra e a fabricação de vasos de cerâmica davam seqüência a períodos anteriores.

Os novos dominadores da região continuaram a cultuar os mesmos deuses e a realizar rituais que já existiam antes. Entretanto, o ferro passou a ser mais utilizado, substituindo o bronze que predominava anteriormente na confecção de materiais de metal. A sociedade organizava-se de forma diferente, criando novos valores: em vez de palácios, surgia uma sociedade de estrutura mais simples, de camponeses e guerreiros.

Esses séculos são conhecidos como “Idade das Trevas”, pois não sabemos bem o que se passou. Tradicionalmente dizia-se que houve um retrocesso cultural, com o abandono da escrita, mas atualmente, esse termo é muito contestado. Ressaltamos que é justamente essa civilização camponesa e guerreira que irá lançar as fundações da Grécia clássica.

Durante os séculos que se seguiram às invasões dóricas, nascia, lentamente, sobretudo na Grécia da Ásia, da mistura de elementos creto-micênicos, indo-europeus e orientais, a civilização grega propriamente dita, chamada clássica. Ela não surgiu como um milagre, mas como herdeira dos avanços e conhecimentos apreendidos e adaptados de outras civilizações e de sua própria experiência. Caracterizou-se por uma unidade cultural básica, ao mesmo tempo em que apresentava

variações de acordo com as origens do elemento humano que a compunha, as paisagens e as influências estrangeiras recebidas.

A partir do século IX a.C., constata-se o renascimento de certos locais que nunca foram completamente abandonados, como Atenas e, sobretudo, o surgimento de novos povoados, como Tebas, Esparta e Argos. Este renascimento não se limita à Grécia continental; nas ilhas, nas costas da Ásia Menor, povoados helenos aparecem solidamente constituídos e, a partir de meados do século VIII a.C., balizavam de cidades gregas as bacias ocidental e oriental do Mediterrâneo.

No século IX, assistimos ao retorno da escrita, com a adoção do alfabeto – de origem fenícia – o que permitiu que os helenos pudessem escrever com muito mais facilidade do que com a escrita com base em ideogramas.



Os documentos escritos do Linear A e do Linear B começaram a ser produzidos em torno de 1400 a.C., mas um momento decisivo veio com a adaptação do alfabeto fenício. Mas, se os signos fenícios foram apropriados, seu significado original não o foi. Ou seja, os sinais gráficos que se referiam a coisas perfeitamente claras em fenício como o *aleph* (boi) e *bet* (casa), transformaram-se, ao serem usados pelos helenos, em sílabas sem qualquer referência direta a qualquer objeto. Desse modo, nasceram as letras do alfabeto grego: *alpha*, *beta* etc. Com isso, a expressão gráfica do pensamento pode se desenvolver mais amplamente, posto que poucos signos gráficos, ao serem combinados, podiam significar diversas coisas concretas ou abstratas, o que ampliou as possibilidades da escrita.

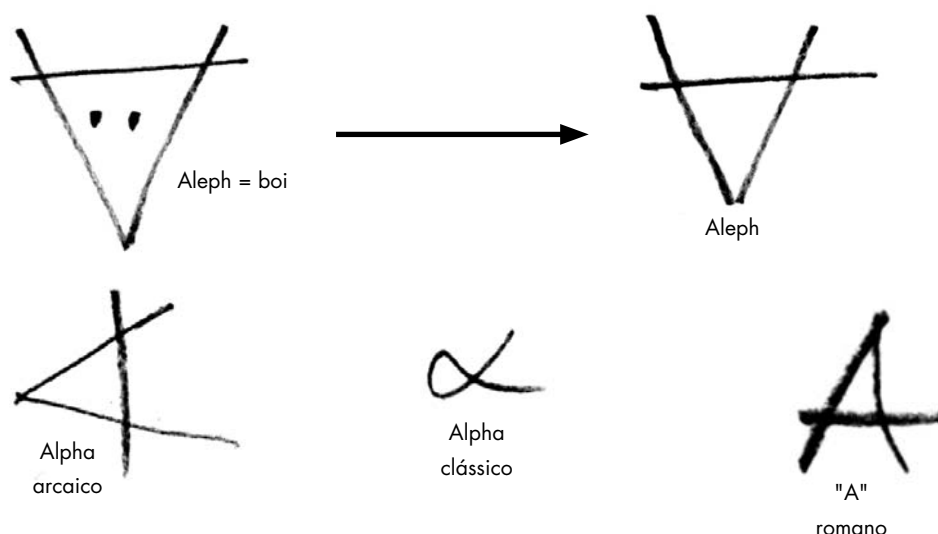


Figura 12.11: Esquema do desenvolvimento do alfabeto grego – *alpha*.

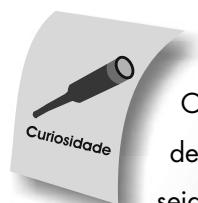
Por esta época, foi feita a composição dos poemas que foram transcritos em Atenas, no século VI, e que a tradição atribui a um poeta jônio, Homero. Se o mais antigo desses poemas, a *Ilíada*, conserva a memória da grande expedição conduzida pelos helenos aqueus contra Tróia, o mais recente, a *Odisséia*, evoca, por sua vez, nas aventuras de Ulisses, as viagens dos primeiros colonizadores e a organização política dos Estados helenos primitivos.

Os poemas homéricos e os dados arqueológicos

Subsistem muitas dúvidas tanto a respeito da autoria quanto da data dos poemas atribuídos, desde a antiguidade, a Homero. Na modernidade, chegou-se mesmo a duvidar da própria existência de um Homero, e levantou-se a hipótese de o nome *Homero* significar simplesmente *poeta* (ver esta discussão em FINLEY, 1982, p. 13-23), dada a existência de divergências nos poemas, tanto em termos de temática e métrica, quanto da própria língua grega.

Podemos dizer que os dois extensos poemas, a *Iliada* e a *Odisséia*, são, na realidade, o resultado de um longo processo de desenvolvimento de temas e mitos, cuja consolidação poética levou séculos e que esteve exposto a muitas influências. Desde a antiguidade, afirmava-se que os textos definitivos dos poemas foram feitos em Atenas, no período clássico, para que pudessem ser recitados na íntegra no festival religioso das **Panatenaias**.

As **Panatenaias** eram um festival em honra de Atena, celebrado anualmente no mês grego de Hecatombaion (que corresponde aproximadamente ao nosso mês de julho) e, de três em três anos, em um grande festival. Incluía competições hípicas, musicais e poéticas. No século V a.C., Péricles mandou construir um teatro especial para o festival, o teatro do Odeion.



O poema mais antigo, a *Iliada*, é uma epopéia em vinte e quatro cantos. Seu título é derivado de Ílion, um outro nome da cidade de Tróia, devido ao seu fundador lendário, Ilos. O tema do canto é a cólera de Aquiles, o melhor guerreiro aqueu, causada por uma afronta que lhe foi cometida por Agamêmnon, o líder da expedição guerreira contra Tróia. O incidente entre Aquiles e Agamêmnon é parte da história do cerco a Tróia, narrando um breve momento da operação guerreira que teria levado 10 anos.

O pesquisador da história antiga, como você já sabe, tem de lidar com o caráter fragmentário da sua documentação, seja de que tipo for. O passar do tempo, por um lado, faz inúmeros estragos, mas o que sobreviveu foi principalmente aquilo que foi julgado digno de ser preservado e, no caso da documentação textual, copiado e recopiado ao longo dos séculos. Vejamos um exemplo drástico: dos cento e cinquenta autores de tragédia dos quais conhecemos os nomes – por meio de citações – só nos chegaram peças de três: de Ésquilo, de Sófocles e de Eurípedes. Dos 82 títulos de peças de Ésquilo, só temos sete completas; dos 123 títulos de Sófocles, temos também sete completas e, de Eurípedes, dos 92 títulos, só nos restam 19 completas. O fato de os poemas de Homero terem nos chegado em texto integral, atravessando os milênios que nos separam da época de sua composição, denota a importância que lhes foi dada ao longo do tempo por diversas sociedades.

Os deuses olímpicos aparecem divididos em suas simpatias entre gregos e troianos, e intervêm em favor de um lado e de outro. Às vezes, chegam a lutar entre si mesmos. Há uma peste no acampamento grego e o adivinho Calcas declara que a doença só seria debelada se devolvessem a moça Criseis, cativa de Agamêmnon, a seu pai, um sacerdote de Apolo (o deus que enviara a peste aos gregos, dada a ofensa a seu culto). Agamêmnon concorda em devolver a moça, mas exige, em troca, Briseis, escrava de Aquiles.

Ofendido com a arrogância de Agamêmnon, Aquiles e seu companheiro Pátroclos se retiram da luta. Os guerreiros gregos, privados de seu melhor combatente, sofrem diversos reveses e pressionam Agamêmnon para que faça as pazes com Aquiles. Ressentido, Aquiles rejeita os presentes de Agamêmnon, mas permite a seu companheiro que se junte aos aqueus, pois os troianos estavam incendiando os navios gregos. E Aquiles veste Pátroclos com sua armadura, fato que instiga a coragem dos gregos e o temor dos troianos, que tomaram Pátroclos por Aquiles.

O herói troiano Heitor, filho do rei de Tróia, contudo, não se deixa enganar, e mata Pátroclos. Aquiles, enfurecido pelo sofrimento, reconcilia-se com Agamêmnon e retorna ao campo de batalha, disposto a vingar seu companheiro. Ele mata Heitor e ultraja o cadáver do príncipe troiano, humilhando o velho rei Príamo, quando comparece em pessoa no acampamento grego pedindo o corpo de seu filho.

Durante o poema, Homero nos apresenta um quadro da vida de Tróia sob o cerco, mostra uma Helena que então despreza Páris, seu raptor e causa eficiente da guerra, mostra numerosos guerreiros e governantes, e lança luz sobre os costumes, a religião e a arte da época.

A epopéia *Odisséia*, também composta em vinte e quatro cantos, narra o retorno de Ulisses (Odisseus, em grego) de Tróia, e sua vingança contra os pretendentes ao seu reino e à sua rainha, Penélope. Se os dois poemas, por suas linhas gerais, pertencem a uma mesma época, sabemos, pela estrutura da língua, que a *Odisséia* é mais recente do que a *Ilíada*.

A narrativa começa quando dez anos da queda de Tróia já haviam passado. Os reis e guerreiros gregos já estavam de volta às suas terras, menos Ulisses, rei de Ítaca, que se encontrava na ilha de Ogigia, onde a deusa Calipso o detinha havia sete anos. Penélope, enquanto isso, fazia o possível para adiar a escolha de um novo marido – o que significa escolher um novo rei –, alegando que tinha de tecer a mortalha de Laertes (o pai de Ulisses), e desfazendo a cada noite aquilo que bordara durante o dia. A artimanha da rainha foi descoberta, e os pretendentes, que se banquetevavam todas as noites na casa de Ulisses e depredavam suas riquezas, exigiram que tomasse uma decisão. Telêmaco, o jovem filho de Ulisses e Penélope, parte em visita a Nestor, em Pilos, e a Menelau e Helena, em Esparta, buscando notícias de seu pai.

Enquanto isso, o herói passa por várias aventuras, sempre buscando o retorno à sua Ítaca. Quando consegue regressar, a deusa Atena disfarça Ulisses em um velho mendigo que, após a revelação de sua identidade a Telêmaco, planeja o extermínio dos pretendentes.

Segundo Finley (1982), os dois poemas estão separados no tempo por cerca de cinquenta anos, e nos apresenta algumas de suas distinções gerais:

<i>Ilíada</i>	<i>Odisséia</i>
Há muitos heróis	Há um único herói
Os deuses se dividem em facções rivais e interferem nas ações humanas por interesses pessoais	O elemento pessoal das interferências divinas é matizado pelas exigências de um ideal de justiça
Há atos divinos, mas não há magia	Há atos mágicos (por exemplo, da feiticeira Circe)
Os deuses agem de maneira aleatória	Atena guia Ulisses e Telêmaco em toda a narrativa
O foco de atenção da narrativa está voltado para o Oriente	O foco de atenção da narrativa se volta para o Ocidente

Dos dois poemas, a *Odisséia* é o que abrange um campo maior de atividades humanas, e seu interesse para a pesquisa histórica é inegável. O poeta apresenta a estrutura social e a vida familiar do reino de Ítaca, a realeza, a aristocracia, a gente do povo, os banquetes, a agricultura, a pecuária (isto é, a criação de porcos) etc. (sobre este tema, ver especialmente: VIDAL-NAQUET, 2002).

Os historiadores citados nos mostram que os poemas não são contemporâneos àquilo que narram. Mas os historiadores se perguntam: houve mesmo, na Grécia, um tempo em que os seres humanos viveram do modo como Homero relata?

Nesse ponto, a pesquisa arqueológica interveio, buscando soluções para o problema. As pesquisas arqueológicas na Grécia e na Ásia Menor tiveram início com Heinrich Schliemann, um mercador alemão apaixonado pelos poemas homéricos, cujas escavações permitiram descobrir a cidade de Tróia, a cerca de 5 km dos Dardanelos. Após a descoberta de Tróia, Schliemann se dirigiu ao Peloponeso, iniciando as pesquisas arqueológicas na região dos palácios micênicos.



Figura 12.12: Região da Tróade, Dardanelos.

Fonte: http://www.templodeapolo.net/Civilizacoes/grecia/historia_civilizacao/bronze3.html



Figura 12.13: Muros de Tróia.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/T%C3%B3ia>



Figura 12.14: Heinrich Schliemann.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Heinrich_Schliemann



Figura 12.15: Peças de ouro e cobre encontradas em uma tumba real em Micenas.

Fonte: http://it.wikipedia.org/wiki/Immagine:Tesoro_tombe_reali_Micene.jpg



Figura 12.16: Acrópole – Palácio de Micenas.

Fonte: <http://www.fflch.usp.br/dh/heros/traducoes/pausanias/micenas.html>

A partir da análise comparativa dos poemas com os dados arqueológicos, por meio de pesquisas que se desenvolvem há décadas, chegou-se à conclusão de que há, sem dúvida, um núcleo micênico nos poemas, mas os dados relativos à época micênica surgem já deformados pelo próprio processo de transmissão da poesia oral e, obviamente, pela liberdade poética de seu autor. As pesquisas arqueológicas revelaram, então, o mundo que denominamos “homérico”, um mundo que não correspondia ao período micênico (séculos anteriores a ele), nem ao mundo das *poleis*, que surgirá tempos depois.

O mundo homérico era um mundo muito mais simples do que o micênico, em sua organização social e política. Era um mundo iletrado e sua arquitetura não era monumental, nem para os vivos, nem para os mortos. E os séculos mais prováveis para ele são os séculos IX-VIII a.C.

Nesse momento, nascia lentamente, da mistura das contribuições creto-micênicas, indo-européias e orientais, a civilização grega propriamente dita. Ela não surgiu a partir do nada, *ex nihilo*, mas foi o resultado de fusões e embates culturais que se estenderam ao longo de mil anos.



Tróia (Troy - Ancient Myths and Unsolved Mysteries – 2004, EUA. Direção: Tim Baney) é um excelente documentário sobre o mundo micênico. Tendo como fio condutor a descrição homérica da Guerra de Tróia, apresenta as pesquisas arqueológicas realizadas no último século na região da cidade e no Peloponeso. Trata-se de uma rica fonte de informações sobre o período, que merece ser vista e revista.



Atende ao Objetivo 2

Segundo o historiador Pedro Paulo Funari,

Por muito tempo, entre os historiadores pensou-se que os gregos formavam um povo superior de guerreiros que, por volta de 2000 a.C., teria conquistado a Grécia, submetendo a população local. Hoje em dia, os estudiosos descartam essa hipótese, considerando que houve um movimento mais complexo. Segundo o pesquisador Moses Finley, “a ‘chegada dos gregos’ significou a chegada de um elemento novo que se misturou com seus predecessores para criar, lentamente, uma nova civilização e estendê-la como e por onde puderam”. Ou seja, mais do que um povo homogêneo, uma raça superior, o que ocorreu na Grécia – e que nos lembra o Brasil, com seu amálgama de culturas – foi uma grande mistura, que talvez explique a própria capacidade de adaptação e dinamismo que os gregos demonstram ao longo da história. Os gregos souberam incorporar elementos culturais de outros povos à sua própria civilização, adaptando-os às suas necessidades (FUNARI, 2001, p. 24-25).

3. Reflita sobre as assertivas de Funari, e busque no texto exemplos, destacando as contribuições advindas tanto dos poemas homéricos quanto dos dados arqueológicos, que fundamentem tal interpretação.

Resposta Comentada

Como você já deve saber, os séculos subsequentes à derrocada dos palácios micênicos são bastante obscuros para nós. No que tange à documentação literária, os poemas de Homero são as nossas principais fontes de informação. Em termos de documentação arqueológica, a cada dia, novas pesquisas revelam novos dados sobre a pré-história grega. Tanto a documentação literária quanto a arqueológica nos revela povos em contato entre si, no mar Egeu, e com o Oriente, com os mesopotâmicos, com os egípcios, com os hititas e outros. Um bom exemplo de trocas culturais, adaptação e dinamismo é a adoção do alfabeto fenício pelos gregos.

Considerações Finais

As civilizações cretense e micênica espalharam-se tanto para a Grécia continental quanto para outras regiões do Mediterrâneo. A influência de sua cultura estendeu-se até a Itália e a Sardenha, o Egito e o Mediterrâneo oriental, ainda que não tenha havido domínio político dessas regiões por parte nem dos cretenses, nem dos micênicos.

Do mesmo modo, essas civilizações receberam influências dos povos com os quais mantiveram contato. Creta, atualmente, vem recebendo a atenção de historiadores e arqueólogos, e várias questões são levantadas sobre as populações que viveram na ilha. Os micênicos são hoje relativamente bem conhecidos, pois nos legaram muitos vestígios arqueológicos e documentos escritos que, em sua maioria, foram decifrados. Sua escrita foi um instrumento de administração e controle, tendo sido pouco usada para a literatura. Como era administrativa e bastante complicada, baseada em ideogramas e sinais silábicos, era conhecida apenas por um reduzido número de escribas. A língua usada era já o grego, contudo primitivo.

Concordamos, então, com M.I. Finley:

Enquanto aguardamos respostas mais seguras a muitas perguntas (sobre origens, relações comuns, datas), a arte e a arquitetura, as realizações técnicas e as implicações sobre o modo como a sociedade estava organizada encontram-se à nossa disposição para serem observadas, bem como a catástrofe final, quer tenha ocorrido em Creta em 1400, ou em 1200 a.C., quer na Grécia continental. Quando os gregos reemergiram à plena luz da história, vários séculos mais tarde, continuavam a falar grego, mas empregavam uma escrita nova, e tinham um estilo de vida totalmente novo. É por isso que a Creta minóica e a Grécia micênica fazem, de pleno direito, parte da pré-história grega (FINLEY, 1990, p. 32-33).

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, o chamado “mundo homérico” será o centro das nossas atenções. Você conhecerá a Grécia arcaica e o desenvolvimento das *poleis* gregas, especialmente no que tange aos aspectos sociopolíticos.

Aula 13

Campo e cidade
no mundo
helênico arcaico

Meta da aula

Apresentar os elementos constitutivos da *polis* clássica, a partir da observação das formas de organização humana na Grécia no período homérico e no período arcaico, com base na documentação textual e arqueológica.

Objetivos

Após o estudo do conteúdo desta aula, você deverá ser capaz de:

1. conhecer as formas de organização da sociedade grega no período homérico, com ênfase nas estruturas fundamentais dos *oikoi* aristocráticos;
2. compreender o processo de formação das *poleis*, a partir das transformações sociais, econômicas e políticas dos séculos VIII-VI a.C.

Pré-requisito

Para que você encontre maior facilidade na compreensão desta aula, é importante ter em mãos um bom dicionário da Língua Portuguesa e um atlas.

INTRODUÇÃO

Na nossa última aula, você viu que, ao contrário do que geralmente se pensa, o estudo da Grécia Antiga não envolve apenas as *poleis* ou a democracia. As *poleis*, a democracia, a arte helênica clássica etc., tudo isso pertence ao período clássico e, principalmente, a Atenas, uma dentre as diversas *poleis* da Hélade. Não podemos esquecer que as *poleis*, a democracia, a arte denominada “clássica” etc., dependeram de muitos séculos de formação, criação, adaptação e amadurecimento.

Do mesmo modo, você já deve ter notado que o estudo da história antiga envolve não somente as dificuldades que tangem à interpretação dos dados, mas também à obtenção desses dados. Fontes literárias e fontes arqueológicas têm igual importância na recuperação de informações e na interpretação (ou reinterpretação) da história antiga.

O período de quatro séculos que separa o fim da civilização dos palácios micênicos do mundo das *poleis*, no início do século VIII a.C., chamado por muitos historiadores e arqueólogos “Séculos Escuros”, revela-se mais complexo do que este título faz supor. É verdade que desapareceu o uso da escrita, muitos sítios foram abandonados e a civilização material empobreceu. À medida que as buscas são multiplicadas, contudo, descobre-se que as rupturas são menos radicais do que se pensava até pouco tempo atrás, e que a civilização micênica não desapareceu bruscamente de um dia para outro; traços de continuidades, que levam a uma apreciação mais nuançada desses séculos, vêm sendo descobertos.

Já se sabia que data daquela época a emigração de populações gregas rumo às ilhas e ao litoral da Ásia Menor. Cada vez mais se acredita que parte delas era oriunda de Atenas, e que a Ática permaneceu durante estes quatro séculos uma região relativamente ativa. A tendência, enfim, é revalorizar e pesquisar esse período, do qual derivou o mundo grego do período clássico.

Trataremos, nesta aula, do processo de formação do mundo das cidades gregas, passando de um tipo de organização camponesa e guerreira para uma organização humana centrada nas *poleis*. Em outras palavras, você vai conhecer o mundo que surgiu após a destruição de Micenas.

O mundo de Homero

Porque penso que não há prazer mais belo do que quando
o prazer invade toda a gente, os convidados ouvem o
cantor na sala, sentados por ordem, as mesas a seu lado
estão cheias de pão e de carnes, o copeiro tinha vinho da
cratera, leva-o e deita-o nas taças; confesso que é a coisa
mais bela que conheço.

(Homero, *Odisséia*, IX, 5-11)

Admitindo-se que a *Ilíada* e a *Odisséia* de Homero nos possibilitam entrever elementos do período que se seguiu ao fim da civilização micênica – ou seja, aproximadamente os séculos X-IX a.C. –, os estudiosos modernos procuraram reconstituir uma imagem da sociedade a partir do relato homérico, procurando cotejá-lo com os dados arqueológicos disponíveis.

Esse mundo nos chama a atenção, em primeiro lugar, por revelar um profundo declínio do nível geral de vida, que foi seguido por uma paulatina reorganização política, econômica, social e cultural. Como você já sabe, durante muito tempo considerou-se que essa fosse uma época obscura, uma “Idade das Trevas”, mas sabemos hoje que foi o momento no qual a civilização helênica se forjou, e daí resulta a sua importância e o seu interesse para a pesquisa histórica.

Jean-Pierre Vernant, em seu livro *Origens do pensamento grego*, nos apresenta algumas considerações sobre essa época que devemos levar em conta. A desestruturação do poder dos palácios micênicos e a chegada de novos povos à Hélade, como vimos na aula anterior, trouxeram algumas transformações notáveis. O classicista francês fala

desse período como sendo fértil em transformações: a metalurgia do ferro suplanta a do bronze, as representações artísticas mudam sua forma e temática. Verificam-se grandes transformações políticas e sociais, e a incineração de cadáveres substitui a prática da inumação (VERNANT: 1967, p. 24-35).



Figura 13.1: Jarro ático com decoração geométrica (séculos XIX-VIII a.C.).

Fonte: <http://greciantiga.org/art/art03.asp>

A arte transforma-se completamente. A ilha de Creta e a Grécia micênica tinham vivido um grande desenvolvimento da arte pictórica, que desapareceu com o fim dos palácios micênicos. A renovação da pintura manifestou-se a partir do século IX, com o surgimento do chamado “estilo geométrico”. Os vasos de cerâmica, principalmente na Ática, são então ornados com motivos em círculos, semicírculos, linhas interrompidas etc. Quando começam a aparecer figuras nessa decoração, são também freqüentemente geométricas: bustos triangulares, braços formando um retângulo sobre a cabeça e um círculo para o rosto, ainda que a localização do olho indique que ele está sendo visto de perfil.



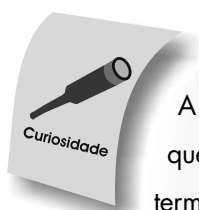
Figura 13.2: Cratera ática de estilo geométrico (século VIII a.C.).

Fonte: <http://greciantiga.org/img/vdi/i127.asp>

Em relação às transformações sociais, Vernant nos chama a atenção para as alterações no âmbito da linguagem. O vocabulário dos títulos, dos postos, das funções guerreiras etc, praticamente desapareceu com o mundo micênico. Poucos foram os títulos que subsistiram, como *basileus*, mas seu significado se alterou. Não mais significava o *anax*, o rei micênico em seu palácio, e sim o chefe de uma propriedade rural, o *oikós* (VERNANT: 1967, p. 24).

Vejamos o poema mais recente de Homero, a *Odisséia*. Já dissemos que este poema é, dos dois poemas homéricos, aquele que nos fornece informações mais relevantes para o estudo da sociedade da época, pois o poeta fala bastante da ilha de Ítaca e de elementos da vida quotidiana nesta região. O quadro de Ítaca, apresentado pelo poeta, com seu *basileus*, com sua assembléia e os banquetes de nobres, seu *demos* (povo) silencioso, é revelador de certas estruturas do período.

Nos poemas homéricos, desaparecidos os palácios micênicos, a vida humana está estruturada em torno do *oikós*, uma palavra que traduzimos como “casa”. Ocorre que um *oikós*, não era a mesma coisa do que uma “casa” brasileira da atualidade. Ele era muito mais amplo: era uma unidade econômica, uma unidade de consumo e de produção e era o centro da vida de uma família e de seus escravos e dependentes de todo o tipo. Cada *oikós* tinha um chefe à sua frente, o *basileus*, dono de tudo o que houvesse ali: pessoas, terras, ferramentas, armas, gado etc.



A palavra *oikós* permanece entre nós, em alguns termos que utilizamos quotidianamente. Economia é uma delas. Este termo, formado pela contração de *oikós* + *nomos*, significa literalmente: “regras da casa”. *Oikonomia*, em grego, significava a administração dos negócios do *oikós*, da família.

Nos poemas homéricos, percebemos que a produção de bens em um *oikós* era realizada por dependentes, ou seja, por pessoas que não pertenciam à família nuclear do *basileus*. Alguns desses dependentes eram escravos, outros pareciam ser livres, mas totalmente dependentes do *oikós*. Na *Odisséia* são citados vários escravos do *oikós* de Ulisses: o porqueiro Eumeu, a ama Ericléia são alguns deles.

Tanto as fontes literárias quanto as arqueológicas nos indicam que havia mais escravos do que escravos nos *oikoi* do período homérico. Esse fato se torna compreensível quando observamos as formas usuais de obtenção de mão-de-obra servil nesse período. A maior parte dos escravos era obtida por meio da pilhagem e do saque. As incursões guerreiras desse período tinham por finalidade, geralmente, a obtenção de bens que faltavam ao *oikós*, em um período no qual o comércio declinou. Nessas incursões – provavelmente a famosa Guerra de Tróia foi uma delas –, os vencedores invariavelmente pilhavam os vencidos, matavam os homens e escravizavam as mulheres e as meninas. Vejamos uma passagem do poema:



Figura 13.3: Detalhe de vaso de figuras negras
– Atenas (ca. século VI a.C.).

Fonte: <http://greciantiga.org/art/art04v.asp>

À partida de Ílion, o vento que nos trazia pôs-nos em Ismaros,
no país dos Cícones. Ali pilhei e matei os guerreiros e quando,
sob as muralhas, se dividiu as mulheres e a pilha de riquezas,
fiz os lotes tão bem que ninguém ao partir ficou, quanto à
sua parte, enganado (Od. II, p. 337- 342).

Alguns escravos eram obtidos pela compra. Os fenícios eram especialistas no tráfico de crianças escravas. No poema, Eumeu (de nascimento nobre, mas que fora raptado e vendido por comerciantes fenícios) e Euricléia tinham sido comprados quando crianças.

Homero fala na existência de cinquenta escravas na casa de Ulisses, que se ocupavam das tarefas domésticas: moíam os grãos, faziam o pão, lavavam as roupas, limpavam, fiavam e teciam. Os escravos homens também tinham afazeres domésticos: sabemos que atendiam aos comensais nos banquetes, servindo o vinho e cortando a carne. Mas trabalhavam especialmente nos campos, como o porqueiro Eumeu e o pastor Filécio.



Figura 13.4: Ulisses reencontra Penélope – Relevo em terracota (século V a.C.).

Fonte: http://fr.wikipedia.org/wiki/Image:Odysseus_Penelope_louvre_CA860.jpg

A família do *basileus*, assim como ele próprio, também participava da produção de bens do *oikós*. Ulisses, por exemplo, era hábil na agricultura e nas caçadas, era bom marceneiro (foi ele quem fez o leito do casal do tronco de uma árvore) e construía jangadas com facilidade. As mulheres da família também trabalhavam: supervisionavam as tarefas dos escravos e, especialmente, fiavam e teciam (uma tarefa considerada feminina mesmo durante o período clássico). Por isso, Penélope pôde adiar a escolha de um novo *basileus* enquanto Ulisses, perdido, não retornava à Ítaca, fiando uma mortalha para o seu sogro.

A bem considerarmos, a situação de um escravo de *oikós* podia ser considerada mais “confortável” e mais “segura” do que a de uma pessoa livre pobre. Essas pessoas livres, sem recursos e sem estarem diretamente ligadas a um *oikós*, eram denominadas *thetes* e não tinham qualquer proteção. Um *thete* estava abaixo do escravo na hierarquia social do mundo homérico. Era solto no mundo, vagando de um lado a outro à procura de algum trabalho

em troca de alimentos e roupas. Não contava com a proteção do grupo guerreiro e do *basileus*. Na *Odisséia*, percebemos a situação social de um *thete*:

Nobre Ulisses, não tentes consolar-me a respeito da morte;
preferiria trabalhar, como thete, às ordens de outrem, de um
homem sem patrimônio e de poucos recursos do que reinar
sobre os mortos, que já nada são (Od. XI, p. 489-491).

Podemos dizer, então, que a posição social de um indivíduo não dependia do fato de ser livre ou não; dependia, sim, da sua integração em um *oikós*. O poeta estava mais interessado em narrar as aventuras do seu herói do que nos falar de pastores ou agricultores trabalhando a terra, mas a existência de pequenos proprietários e de artesãos é atestada pela arqueologia e eles surgem aqui e ali no poema. O nome dessas pessoas livres era *demiourgoi* nome derivado da união de *demos* (povo) e *ergon* (trabalho). Certamente eram livres, mas não eram *thetes*. Possuíam alguma habilidade especial, eram artesãos, cantores, escultores etc. itinerantes que ofereciam seus serviços aos *basileis*. Os *demiourgoi* tinham uma posição social privilegiada, derivada de suas habilidades, destreza ou conhecimentos específicos, por sua *techné* (termo grego que, em latim, foi denominado *arte*). Nos poemas homéricos, eles são poetas, adivinhos, médicos, arquitetos e cantores.

No período homérico, entrevemos um ideal que será caro à antiguidade clássica: a *autharkeia*, termo que traduzimos por “autarquia”. Cada *oikós* procurava ser autárquico em relação aos demais. Um *basileus*, então, procurava fazer com que seus domínios produzissem de tudo um pouco e, então, desenvolviam-se as mais diversas atividades nessas grandes propriedades: o pastoreio, a agricultura, a produção de azeite e vinho, a fição, a tecelagem. Mas havia produtos que, muitas vezes, um *oikós* não conseguia produzir. Assim, era necessário obter alguns produtos do exterior da propriedade. Nesse caso, as incursões guerreiras e os banquetes forneciam aos *oikoi* aquilo que lhes faltava, numa época em que

o comércio, se não tinha desaparecido totalmente, não conseguia prover aos *oikoi* tudo aquilo de que necessitavam e não conseguiam produzir, como certos produtos de luxo e de metal, escravos etc. Daí a freqüência das citações de trocas de presentes nos poemas homéricos, como na passagem a seguir:

Voltarás para o navio de ânimo alegre, levando um presente magnífico, precioso, que guardarás como recordação de mim, qual o que os hospedeiros costumam dar aos hóspedes amigos que recebem em sua casa (Od. I, p. 311-318).

A pilhagem, a troca de presentes e o banquete eram, então, fundamentais para a vida dos *oikoi*. A arqueologia nos revelou as características físicas essenciais de um *oikós*. A construção se organizava em torno de dois eixos: o *mègaron* (sala de banquetes) e o armazém, onde se conservava o excedente da produção. Vejamos uma passagem da *Odisséia*, na qual Ulisses, disfarçado de mendigo, fala da sua casa:

Vejo lá dentro muitos homens banquetecendo-se: há um cheiro de gordura, e ressoa: ouço o som da cítara, que os deuses fizeram companheira dos banquetes (Od. XVII, p. 269-271).

O banquete é uma instituição social fundamental dessa época. Um *basileus* deveria oferecer banquetes aos nobres, pois, com isso, não só afirmava a sua autoridade e prestígio sobre o grupo, como também adquiria fama em outros *oikoi*. Mas que grupo é esse?



Figura 13.5: Cena de banquete – afresco ateniense (século V a.C.).

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/Image:Symposiumnorthwall.jpg>

Esse grupo é um grupo de guerreiros que afirma sua coesão por meio do rito do banquete. O banquete foi àquela época e, de certo modo continua sendo, um rito social fundamental, ligado às questões de identidade do grupo e de formação de uma elite. A elite social do mundo homérico era, então, o grupo dos guerreiros, cuja função básica é proteger a comunidade dos *oikoi*.

Aparelhei nove navios, e a equipagem depressa se reuniu.
Durante seis dias, meus fiéis companheiros banquetearam-se:
eu forneci-lhes muitas vítimas para sacrificarem aos deuses e
prepararem seus festins (Od. XIV, p. 248-251).

Vemos, na passagem, duas atividades da aristocracia guerreira do mundo homérico: as incursões guerreiras e os banquetes, que criam os laços de lealdade entre os membros do grupo. A própria expedição a Tróia incluiu muitos banquetes, e nos parece que, no interior dessa sociedade, o estatuto social era, muitas vezes, definido pelo tipo de comida consumido:

Os nossos nobres que detêm o poder na Lícia são grandes
homens: comem gordas ovelhas e bebem o melhor vinho,
doce como o mel (*Ilíada*, XII, 310-28).

Vejamos o que podemos perceber do banquete dessa época. Em grego, banquete se diz *deipnon*. No *mègaron*, o maior cômodo do *oikós*, em primeiro lugar, o grupo realizava um sacrifício no qual as vítimas eram mortas e oferecidas a divindades. A carne era grelhada e servida no próprio espeto aos convidados que se sentavam ao longo das paredes, dois por cada mesa, e dividiam a louça e a taça de vinho (sempre misturado com água e servido em uma cratera).



Figura 13.6: Cratera ática do período clássico.

Fonte: www.paideuma.net/painel10.htm

O ritual do banquete foi uma das principais instituições sociais do mundo helênico em toda a antiguidade, e no mundo homérico já vemos algumas de suas características principais: o banquete era um rito ligado à aristocracia guerreira e ao prazer; ele criava a identidade do grupo de guerreiros, formando uma aristocracia cujos membros se identificavam graças a uma mesma posição social e econômica. Ao passo que promovia a autoridade do *basileus* que realizava o banquete e recebia os convidados, reforçava os laços políticos, por meio dos presentes oferecidos aos convivas, e os laços de parentesco, mediante casamentos combinados durante o festim, nos quais filhas e viúvas eram “trocadas” entre os convivas, ligando-os entre si. A prática dos presentes tinha, então, um significado ritual e uma importância política e econômica. Objetos de luxo como metais, tecidos, escravos, bois, esposas etc. eram trocados e os *basileis* assumiam compromissos entre si.

Um outro momento importante, também descrito por Homero e confirmado pelas pesquisas arqueológicas, era a assembléia (*ecclesia*) dos guerreiros. Os aristocratas, diante de uma situação de guerra ou outro problema considerado referente a toda a aristocracia dos *oikoi*, se reuniam em um descampado, organizando-se na forma de um círculo, e ali discutiam e deliberavam. Na *Ilíada*, o poema mais antigo de Homero, vemos tais assembléias aristocráticas, nas quais eram decididas as ações de guerra.



Figura 13.7: Capacete coríntio de bronze (século VI a.C.).

Fonte: <http://greciantiga.org/art/art04m.asp>



Atende ao Objetivo 1

1. Os poemas homéricos nos apresentam a imagem de uma sociedade distinta da sociedade de tipo micênico, que não somente se organizava de forma diferente, mas criava novos valores. No lugar de palácios fortificados, surgia uma sociedade de camponeses e guerreiros, centrada no *oikós* e na aristocracia.

Faça uma pequena dissertação sobre os *oikoi* do período homérico, destacando o que podemos perceber sobre a vida de sua população, seus tipos humanos, a forma de organização econômica e política, e a importância dos banquetes para a coesão do grupo de guerreiros que dominava esse mundo.

Comentário

Os poemas homéricos, ao lado dos dados arqueológicos, nos apresentam uma série de dados sobre o mundo que se seguiu à derrocada dos palácios micênicos. Neste mundo de organização mais simples, iletrado, camponês e guerreiro, você deverá refletir sobre os elementos humanos que o compunham (guerreiros, escravos, artesãos etc.), sua forma de organização e criação de identidade coletiva, seus excluídos etc. Para tal, é importante não somente a leitura atenta desta aula, mas também a observação das representações visuais e elementos da cultura material que apresentamos. Por fim, apresente uma síntese sobre o mundo homérico, buscando a compreensão de seus principais elementos constitutivos.

As *poleis* arcaicas

A chegada de novos povos e as contribuições orientais trouxeram novos elementos para a Hélade. E o que se passou nos séculos que assistiram à transição entre os séculos X e VIII a.C. foi uma seqüência de transformações, que lançarão as bases para os séculos futuros da história grega. O acontecimento decisivo no final desse período é, sem dúvida, o surgimento da ***polis***, ou cidade-estado, uma forma original de organização social.

As *poleis* arcaicas parecem muito mais primitivamente organizadas do que os palácios micênicos. Se continua a haver um rei assistido por um conselho de nobres, em compensação a burocracia parece ter desaparecido completamente, como também a classe profissional dos soldados. O direito de portar armas e combater era apanágio dos aristocratas, os chefes dos *oikoi* da região.

Nessa altura, a estabilização relativa dos povoados, o desenvolvimento da colonização e, conseqüência de ambos, o desenvolvimento da produção que permitiu, para além da satisfação das necessidades, a comercialização dos excedentes, a especialização do trabalho e o desenvolvimento das trocas, ocasionaram modificações profundas que afetariam de forma desigual as diferentes partes do mundo helênico; algumas ficaram completamente fora deste movimento, outras deram provas de uma notável precocidade, como a região da Ática, cujas primeiras manifestações podemos seguir desde cerca de fins do século VIII e da primeira metade do século VII a.C., não sem sérias dificuldades, devidas à difícil interpretação das fontes arqueológicas e à índole tardia das fontes literárias.

Polis é um termo de raiz indo-européia, encontrado em outras línguas com a mesma origem, sempre com o sentido de uma colina fortificada, uma cidadela. É só na Hélade do período arcaico que o sentido do termo vai se transformar em um sentido mais geral de cidade. Isso foi possível após o fim das monarquias centralizadas do período micênico, e após um período – que podemos definir como sendo de “transição” – caracterizado pela concentração da sociedade nos *oikoi*, como vimos na primeira seção desta aula.

Com a *polis*, as planícies que circundavam a cidadela passaram a fazer parte da comunidade, e não mais uma parte submetida. Um novo vocábulo, *acrópole*, passou a designar este lugar topográfico da colina, que sempre conservará um grande significado político e religioso.



Ao lado de Homero figura outro poeta do período arcaico, Hesíodo, que registra, na primeira parte dos 382 versos de *Os Trabalhos e os Dias* (os *Erga*), narrativas mítico-cosmogônicas fundamentais para a cultura helênica e, na segunda parte, tece conselhos práticos e outras considerações sobre as atividades agrícolas e comerciais de sua época. Em outro poema, a *Teogonia*, Hesíodo apresenta o que será o arcabouço da religião grega, clássica, que você conhecerá neste curso. *Os Trabalhos e os Dias* apresenta o mundo da *polis* arcaica, e é considerado obra de fundamental importância para o conhecimento dessa época. Fala do mundo dos *basileis*, a quem chama “reis comedores de presentes” e o mundo dos *georgoi*, a partir de uma disputa entre irmãos sobre a parte que caberia a cada um da herança do pai, um agricultor proprietário de terras. O poema de Hesíodo é um documento fundamental para a pesquisa histórica do período helênico arcaico.

No início do século VIII, o mundo grego está dividido politicamente em muitas cidades. Do século VIII ao VI, o processo de formação desse mundo das cidades se completa, passando de uma sociedade camponesa e guerreira para um tipo de organização social e política centrada nas *poleis*. Os gregos espalharam cidades por todo o Mediterrâneo, rivalizando no comércio com os grandes mercadores orientais, os fenícios.

A principal novidade da *polis* é o fato de se tratar de uma forma colegiada de governo, e não mais de uma forma monárquica. O antigo rei não desaparece totalmente; em alguns casos, como na *polis* de Esparta, a realeza se integra em uma estrutura política mais ampla. Em outros casos, como na *polis* de Atenas, o rei passa a exercer funções exclusivamente religiosas e é assimilado ao grupo de magistrados da cidade.

Nesse momento, então, assistimos a uma fragmentação do poder monárquico, mesmo ao seu desaparecimento, transformando o rei num magistrado eleito por um período mais ou menos determinado, enquanto que a autoridade real passa às mãos de um conselho, constituído apenas pelos membros da aristocracia militar, chefes dos *gene*, que diziam descender dos grandes heróis lendários, entre os quais se partilhava o território da cidade, sendo cada aldeia (*demos* ou *komè*), o centro de um desses *gene*.

Esses aristocratas, conseguindo reduzir o papel do rei, tornaram-se de fato os dirigentes da *polis*. Formavam um conselho soberano e administravam a justiça em nome de um direito tradicional pautado por regras mantidas em segredo. Somente eles eram suficientemente ricos para manter cavalos, servos e equipamentos de guerra. De suas incursões guerreiras dependia a sorte da *polis* em um tempo em que as batalhas se davam em uma série de combates singulares. Proprietários do solo, detentores dos poderes políticos e judiciários, defensores da região, os **aristocratas** eram os verdadeiros donos da *polis*, num regime aristocrático.

O vocábulo **aristocrata** é derivado do termo grego *aristoi*, que significa "os melhores".

Em geral, a nova forma de governo compreende três mecanismos básicos: os magistrados, o conselho e a assembléia. Podemos dizer, também, que a *polis* foi, inicialmente, uma criação da aristocracia guerreira que concentrou, em seu círculo, o poder político, despojando os reis de seu poder.

Os aristocratas monopolizavam totalmente o exercício das magistraturas e a composição do conselho, órgão que, no início, concentrava todas as decisões importantes. Na assembléia (*ecclesia*), tinham assento todos os homens livres adultos, como os *demiourgoi*, que prestavam serviços à comunidade; os *georgoi*, ou seja, os pequenos proprietários de terras e os *thetes*, pessoas livres sem qualquer posse ou qualificação profissional e que, como você já sabe, dependiam da boa vontade dos demais.

Fisicamente falando, uma *polis* é um pequeno agrupamento humano soberano que compreende uma cidade e o campo ao redor e, eventualmente, alguns povoados urbanos secundários. A *polis* se

define, de fato, pelo povo, *demos*, que a compõe: uma coletividade de indivíduos submetidos aos mesmos costumes fundamentais e unidos por um culto comum às mesmas divindades protetoras. Em geral, uma *polis*, ao se formar, compreende várias tribos: a tribo está dividida em diversas *fratrias* e estas em *gene*; estes, por sua vez, compostos de muitas famílias no sentido estrito do termo. A cada nível, os membros desses agrupamentos acreditam descender de um ancestral comum e se encontram ligados por estreitos laços de solidariedade. As pessoas que não fazem parte destes grupos, os estrangeiros (*xenoi*), não têm direitos, nem proteção.

A forma políade arcaica de organização social constituía um instrumento eficaz de integração social, garantindo um lugar social a todo o *demos* e, ao mesmo tempo, distinguindo-os dos estrangeiros, dos dependentes e dos escravos.

O monopólio do poder exercido pelos nobres tinha sua base no controle da maior parte das terras, principal meio de produção. Havia um motivo ainda mais importante: o controle da justiça, por sua vez garantido pela supremacia religiosa das famílias aristocráticas, proveniente, segundo acreditavam e propalavam, da origem divina das suas famílias. Além disso, seu poder era reafirmado por seu papel na defesa da comunidade, pois eram os guerreiros da *polis*.

Sobre a *polis* aristocrática, o historiador francês Pierre Lévêque (1997) apresentou uma análise que consideramos pertinente: ele assinalou como o “primeiro motor” da criação da *polis* o que chamou de “a dinâmica do ferro”. A passagem da sociedade do bronze à sociedade do ferro se deu no século IX, apesar da lenta introdução desse metal desde o século XI a.C. A generalização do ferro se deu em dois domínios: no domínio da guerra, com a adoção de armas mais eficazes, que levou ao fortalecimento do poder dos guerreiros e à capacidade agressiva e defensiva das comunidades; e no domínio agrícola, com a utilização de instrumentos que facilitaram e melhoraram o rendimento do trabalho, o que aumentou a capacidade de produção de alimentos. O crescimento demográfico, então, foi sentido em toda a Hélade.

O crescimento, então, foi global, e assistiu-se ao restabelecimento das relações marítimas com o Oriente. Os beneficiários diretos são, certamente, os aristocratas, que dispunham de excedentes para participar das trocas econômicas mais longínquas, comandavam as expedições e acumulavam objetos preciosos e raros, aumentando ainda mais seu prestígio.

No plano econômico e social, ao mesmo tempo em que houve progressos na produção agrícola e industrial (especialmente na cerâmica) atestados pela arqueologia, assistiu-se a uma maior diversificação da população e, em particular, ao reaparecimento da distinção entre *demiourgoi* e *georgoi*. Mas esse mesmo progresso e esta estabilização iriam rapidamente levar a uma nova ruptura do equilíbrio. Por um lado, o progresso das trocas levou ao aparecimento e desenvolvimento de uma nova classe de homens, estranhos à cidade, ou saídos da velha aristocracia, que tiravam do comércio o essencial de seus rendimentos e tem nas mãos uma nova forma de riqueza, a moeda, que surge no mundo grego em fins do século VII a.C.



Figura 13.8: Moeda com cabeça da deusa Atena – Corinto (século VI a.C.).

Fonte: http://www.museu.gulbenkian.pt/exposicoes/moeda_greg/exp.htm

Comunidade estruturada sob o domínio e para o benefício da aristocracia, a *polis*, por seu crescimento global, preparou a sua própria transformação. Com seus núcleos urbanos aumentados e mais ricos, com seus campos cada vez mais produtivos, ela se torna presa cobiçada por seus vizinhos. Vemos, então, surgirem os inúmeros conflitos armados no período arcaico, que opuseram *polis*

contra *polis*. Aos poucos, o grupo de guerreiros aristocratas não bastou para assegurar a defesa da comunidade e, com a perda do monopólio da guerra, seu poder político foi posto em causa.

O desenvolvimento da produção e da moeda tendeu a fazer da terra não apenas um bem necessário, mas também proveitoso. E aqueles que tinham nas mãos o poder se assenhorearam das melhores terras. Isso, junto com o crescimento demográfico, trará uma crise agrária que oporá, no mundo grego, em fins do século VII, as massas camponesas endividadas e reduzidas à mais atroz miséria contra aqueles que detêm a terra e o poder político. A crise social e política, denominada *stasis* em grego, tornou-se grave especialmente na Hélade.

Os excluídos da aristocracia por diversos motivos – escassez de terras, derrotas nas disputas políticas etc. –, assim como os miseráveis e aventureiros, quando possível partiam e formavam grupos em torno de um líder à procura de novas terras para se instalar. Muitas vezes, a decisão de partir era ditada pela própria *polis* de origem. Várias cidades que existem até hoje foram criadas desse jeito, a partir de expedições de grupos helênicos em busca de novas terras, como Nápolis, Marselha, Salerno, Palermo etc.

Nessas novas terras, organizavam povoados novos, fazendo surgir novas cidades gregas, *poleis* em torno do Mediterrâneo. Conquistavam novas terras, estabeleciam ligações comerciais entre regiões distantes, graças a este processo de colonização que se estende da Magna Grécia ao sudeste da Gália e Espanha. Muitas dessas colônias (*apoikia*) se tornaram grandes centros de civilização helênica, como é o caso das cidades gregas da península itálica, como Nápolis (do grego *Nea Polis*: “cidade nova”).



Caso você tenha interesse em ver um bom mapa de cidades gregas no Mediterrâneo à época de que estamos tratando, visite a página http://plato-dialogues.org/tools/gk_wrld.htm

Esses camponeses, dados os aperfeiçoamentos técnicos que atingiram primeiro a arte da guerra, são cada vez mais chamados a combater por uma terra que está cada vez mais em risco de lhes escapar. Com o surgimento de armas novas e mais baratas e com as alterações nas táticas da guerra, os cidadãos de classes médias e pobres puderam então também participar da defesa das cidades. A velha cavalaria aristocrática e os carros de combate cedem lugar à infantaria pesada dos *hoplitas*. Sendo assim, os *hoplitas* passaram a reclamar reformas e reivindicar uma maior participação na vida política, o que provocou muitas guerras civis.



O termo *hoplita* é derivado do nome do escudo (*hoplon*) que portavam, com o qual, ao ser segurado com o braço esquerdo, protegiam o soldado que se posicionava à sua esquerda na linha de batalha. A nova forma de guerrear implicava ação em conjunto, ordem e disciplina, com os *hoplitas* formando linhas de batalhas, mais tarde denominadas *falanges*, nas quais guerreavam ombro a ombro. Com isso, o valor do guerreiro deixou de ser medido pelas façanhas heróicas, passando a ser valorizada a união do grupo guerreiro.



Figura 13.9: *Hoplitas em vaso ático (século VI a.C.).*

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Image:Lekythos_hoplite_Petit_Palais_ADUT01575.jpg

Assim, tudo concorre para abalar o poder da aristocracia dos *gene*, e a segunda metade do século VI a.C. são anos muito turbulentos na história do mundo grego. A crise não é igual em todo o lado. Mas, pouco a pouco, assiste-se por toda a parte a um fenómeno duplo:

1. a *redação das leis*—a substituição de um direito consuetudinário, do qual apenas a aristocracia era conhecedora, por uma lei escrita, isto é, que podia ser conhecida por todos;
2. o *alargamento do corpo cívico*—os *hoplitas* formando, de agora em diante, ao lado do conselho aristocrático, a assembléia que nem sempre era dotada do poder soberano, mas representava o povo em face da aristocracia.

Tudo isso não se fez sem recurso à violência, principalmente porque muitas vezes foi necessário resolver simultaneamente o problema agrário. Este recurso à violência traduziu-se, na maioria das cidades (Esparta é a exceção mais notável) pela tirania, um regime de transição.

Várias cidades, por volta de 650 a 550 a.C., foram governadas por *tiranos* (*turannós*), que se colocavam contra a aristocracia, dizendo-se defensores dos direitos do povo. De fato, os tiranos ampliaram os direitos políticos dos cidadãos e permitiram que os indivíduos se desligassem do poder dos grupos familiares. Entretanto, tais transformações, que desembocaram no que conhecemos como *democracia*, ocorreram principalmente nas cidades marítimas e mais voltadas para o comércio. Este será o nosso próximo tema de estudo da nossa viagem: as *poleis* da Grécia clássica.



O termo *tiranía* não tinha, na Grécia arcaica, o mesmo significado que tem hoje. Para nós, um tirano é uma pessoa que dispõe do poder de modo despótico, sem nenhum respeito pela lei ou pelos interesses dos demais.

Na Grécia Antiga, o vocábulo *turannós*, termo do qual derivou “tirano”, tinha inicialmente o mesmo significado de *ánax* e *basileus*, designando o rei, ou o chefe. Basta observarmos o título original da tragédia *Édipo Rei*, uma das peças teatrais de Sófocles, mais conhecidas na modernidade, *Oidipous Turannos*, para percebermos seu significado à época.



Atende ao Objetivo 2

2. Leia a passagem de M. I. Finley:

Nas regiões mais desenvolvidas do continente grego e da Ásia Menor, bem como nas ilhas Egéias, havia agora um grande número de comunidades estabelecidas, no autêntico sentido da palavra; era algo que faltava ao mundo dos poemas homéricos, por um lado, mas que se mostrava ainda muito rudimentar e incompleto, quando comparado com a futura cidade-estado plenamente desenvolvida. É simbólico que, quando se regressou à construção em larga escala, tenham sido os templos os primeiros a aparecer, depois, as muralhas das cidades, e não os palácios. Estas comunidades arcaicas eram invariavelmente pequenas, os seus habitantes na ordem dos milhares, e independentes (a não ser que subjugados por conquista) (FINLEY, 1988, p. 29).

Que fatores contribuíram para a criação e o fortalecimento das *poleis*? Descreva-os e comente a sua importância nas transformações das *poleis* arcaicas.

Comentário

O mundo helênico, entre os séculos VIII-VI, assistiu a grandes transformações, que modificaram totalmente o quadro da vida em sociedade. Você deverá destacar e analisar os principais elementos desse processo que levou ao enfraquecimento do poder dos gene aristocráticos, ao alargamento do corpo cívico, à expansão de *poleis* pelo Mediterrâneo, ao recrudescimento do comércio etc. Explique e comente cada um deles, esboçando uma síntese dessa forma de organização humana que foi a *polis* do período arcaico.

Considerações Finais

É certo que o conhecimento da sociedade helênica do período compreendido entre o fim do mundo micênico e o século VIII é tributário, em grande medida, dos poemas homéricos. O mundo descrito pelo poeta é muito diferente do mundo micênico, revelado pelo Linear B e pela arqueologia.

Apesar de a sociedade homérica ter sido, por muito tempo, considerada uma época obscura, atualmente as pesquisas renovam o interesse dos historiadores e dos arqueólogos sobre essa época que foi, decerto, a gênese da Grécia das *poleis*.

O mundo homérico dos *oikoi* aristocráticos, pela estabilização que criou, permitiu não somente uma renovação demográfica e social, mas lançou as bases para um crescimento econômico que o levaria à crise e à transformação. O resultado dessa crise e das mudanças gerais na forma das pessoas viverem e se organizarem foi a *polis*.

Em um primeiro momento, a *polis* se organizava para o bem-estar e enriquecimento de sua aristocracia guerreira. O sucesso da estrutura políade, contudo, trouxe às *poleis* novos fatores que demandaram adaptações às vezes radicais, como a *apoikia* e a tirania, que levaram à ampliação do corpo cívico e a novas formas de viver.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, você conhecerá o mundo das *poleis*. A partir das *poleis* de Atenas e de Esparta, você conhecerá a Grécia do período clássico.

Aula 14

As estruturas
políticas das
poleis clássicas

Meta da aula

Apresentar o processo de desenvolvimento das poleis clássicas, com ênfase em duas experiências políades: a *pólis* democrática de Atenas e a oligarquia espartana dos *homoioi*.

Objetivos

Após o estudo do conteúdo desta aula, você deverá ser capaz de:

1. reconhecer o processo de formação, as principais instituições e os limites da democracia ateniense;
2. identificar alguns elementos que compunham as estruturas políticas da *pólis* de Esparta.

Pré-requisitos

Para que você encontre maior facilidade na compreensão desta aula, é importante ter em mãos um bom dicionário da Língua Portuguesa e um atlas.

INTRODUÇÃO

A tenacidade das pequenas comunidades independentes só pode ser explicada como um hábito resultante de uma profunda e enraizada convicção a respeito de como resolver o problema de "viver junto"

(FINLEY, 1998, p. 33).

Como você já sabe, a *pólis* pode ser definida como uma comunidade politicamente autônoma. Ao historiador cabe sempre o cuidado de evitar generalizações abusivas, então, há que estabelecer algumas características fundamentais da estrutura *políade*.

Em primeiro lugar, a *pólis* não está necessariamente ligada ao fenômeno da urbanização. Certamente, do ponto de vista material, para que uma *pólis* existisse, era necessário haver um local central onde situar os edifícios públicos e religiosos e onde as atividades e negócios públicos se realizassem. As *poleis* helênicas tinham elementos materiais em comum: uma cidade alta, centro religioso e cívico, além de local defensivo para a comunidade (*acrópolis*); uma cidade baixa, onde estavam situados os edifícios públicos e os cidadãos se reuniam em suas assembleias (*ásty*), e uma região circundante, onde eram produzidos alimentos (agricultura e pecuária) e outros gêneros (como a mineração) de que a *pólis* necessitava (*khorá*).



Figura 14.1: Atenas, sítio da Acrópole.

Fonte: <http://br.geocities.com/starworksrbg/historia.htm>

Vamos parar um pouco para refletir sobre o surgimento da *pólis*. É possível que a geografia explique em parte o desenvolvimento de comunidades políticas independentes na Hélade, pois a península grega é dividida, em sua quase totalidade, por montanhas e pequenos vales, e a comunicação regional devia ser difícil na Antigüidade. Mas acreditamos que o enquadramento geográfico não baste para explicar o surgimento da *pólis*, pois em regiões de planície mais vasta como a Beócia, no norte da península, surgiram nada menos do que doze pequenas *poleis*, enquanto que na Ática, uma região montanhosa, surgiu uma imensa *pólis*, Atenas. Não cremos, portanto, ser satisfatória a hipótese de que as características geográficas da Hélade teriam dado origem à estrutura *políade*.

Daí a importância da análise das comunidades helênicas do período arcaico, pois foi justamente nesse período que a questão do “viver junto” delimitou um *modus vivendi*, no qual a idéia e a prática da comunidade igualitária se originaram e consolidaram, definindo os traços da *pólis* e criando o estatuto do cidadão (*polités*, em grego).

A idéia do cidadão, membro integral da comunidade, participante de seu governo, de sua manutenção e defesa, criou a idéia de que os *politai*, isto é, os cidadãos, são a verdadeira *pólis*. Em outras palavras, a *pólis* são os cidadãos que a compõem, e isso define o que seja a *política* (FINLEY, 1988).

O caminho percorrido para a criação da idéia de *política*, a arte de viver na *polis*, contudo, foi longo e repleto de dificuldades. Seguiremos, nesta aula, o caminho de duas *poleis*, Atenas e Esparta. Essas são as duas *poleis* mais bem conhecidas, e são modelos muito diferentes de organização política. A primeira foi o grande exemplo da democracia grega; a segunda, o maior exemplo de uma cidade militar e aristocrática.

Atenas

A origem da *pólis* de Atenas é um tema obscuro. Pouco se sabe a respeito de sua história antes do fim do século VII a.C. Sabemos que havia, na época micênica, um palácio no sítio da cidade, e que tal palácio, menor do que os palácios da região do Peloponeso, não foi destruído como os demais. Atenas, então, foi uma das poucas regiões micênicas que continuaram ocupadas, sem interrupção, por todo o período posterior à decadência desta civilização. Os atenienses repeliram os dórios e preservaram sua independência e, no período homérico, sua influência já se estendia a toda a Ática.

Situada na Ática, a sudeste da península grega central, com um solo pouco fértil, a produção de trigo e cevada nem sempre bastava para alimentar sua população. As colinas favoreciam o plantio de oliveira e de videiras, do que resultou uma indústria de azeite e vinho próspera, desde o século VIII a.C. Ao sul da península, os atenienses desenvolveram a mineração de prata e o excelente porto do Pireu favoreceu o destaque de Atenas no comércio marítimo. As *poleis* eram, em geral, relativamente pequenas, mas Atenas soube ampliar seus domínios e acabou por incorporar toda a península da Ática, no século VIII a.C., à sua área de influência.



Figura 14.2: Mapa da Hélade.

Fonte: <http://www.historiadomundo.com.br/grega/mapa-do-imperio-grego/>

O vocábulo **arconte**, nome dado aos magistrados atenienses, é derivado do termo *arché*, que significa "poder" ou, ainda, a "fonte de que emana o poder". Desse modo, os *archai* são os símbolos do poder, e os arcontes, os seus detentores em nome do *demos*.

Os **tesmótetas** eram magistrados judiciários criados no século VII a.C. para auxiliarem os arcontes.

O nome deste magistrado, o **polemarca**, era derivado do termo *polemon* (guerra). É um termo ainda presente entre nós, por exemplo, no substantivo "polêmica".

Por muito tempo (séculos IX-VI a.C.), Atenas viveu sob o regime aristocrático; a terra estava nas mãos de poucos, os *eupátridas* (em grego, "que tem bons pais") ou aristocratas. O filósofo Aristóteles, na primeira parte de seu livro *A constituição de Atenas*, escreveu que o poder real ateniense era partilhado por três **arcontes**, aos quais foram acrescentados seis **tesmótetas**. Sabemos, então, da substituição dos reis pelos magistrados encarregados da guerra (**polemarcas**) e de outros assuntos do Estado (os *arcontes*, em número de nove, eleitos a cada ano). A figura do *basileus* foi substituída por um arconte-rei, encarregado das questões religiosas da comunidade.

Os arcontes governavam a cidade, assistidos por um conselho aristocrático sediado na colina de Ares – por isso, chamado Areópago – que, no período arcaico, aplicava a justiça e a administração, decerto em favor de seus interesses. Os pobres, em geral, pequenos camponeses e artesãos, passavam por grande penúria, e, endividados, tendiam à escravidão por dívidas.

Já vimos que a colonização foi um expediente criado para resolver o problema agrário, mas as reivindicações pela abolição das dívidas camponesas e do fim da escravidão dos insolventes permaneceram como um foco de dissensões na *pólis*.

Ao lado dessa situação de penúria da população mais pobre, conforme Atenas aumentava seus contatos com o mundo mediterrâneo, crescia o poder econômico de uma parte do *demos* ateniense, os comerciantes, que enriqueceram com o incremento do comércio nos séculos VII e VI a.C., que passaram a pressionar os aristocratas a fazer concessões políticas.

Os conflitos sociais cresceram e chegaram a tal ponto que os atenienses entraram em acordo para tentar resolver a crise. A tradição ateniense rezava que o *demos*, para tentar uma solução que diminuísse a *stasis*, recorreu a um legislador, encarregando-o de redigir leis que se tornassem conhecidas por todos. Dracon, uma personagem lendária, teria sido esse legislador, estabelecendo um código de leis para minimizar a crise social.

O código de Dracon, extremamente rígido (daí que o termo "draconiano" seja usado até hoje para referir-se a algo muito rígido, especialmente as legislações), teria sido feito por volta de 620 a.C. Desse código de leis, só foi encontrada uma reprodução posterior. Certamente representou um avanço, pois tornou as leis conhecidas e aplicáveis a todos, mas não acabou com a hegemonia dos aristocratas, que continuaram a dominar a vida política. Por isso, nem os problemas nem a ameaça de guerra civil acabaram.

Os atenienses, então, recorreram a outro legislador que, apesar de aristocrata, era um *sophoi* reconhecido e admirado por

todos: Sólon. A tradição conta, então, que Sólon foi encarregado, em 594 a.C., das leis e da reforma em Atenas. De fato, Sólon empreendeu uma série de reformas que regulamentaram o estatuto do *polités* ateniense.

O legislador favoreceu o desenvolvimento econômico da indústria e do comércio, cancelou dívidas dos cidadãos mais pobres e acabou com o sistema de escravidão por dívidas. Conferiu mais poderes à assembleia popular dos cidadãos (*ecclesia*) e vinculou os direitos políticos às fortunas, e não mais ao privilégio de sangue ou às ligações familiares. Se, por um lado, somente os cidadãos mais ricos podiam se tornar arcontes, por outro, todos os cidadãos passaram a ter o direito de participar da *ecclesia*. Sólon teria instituído, também, um novo conselho, a *Boulé* (cujo nome, em grego, remete à troca de idéias), e um tribunal popular (a *Heilieia*). Mais tarde, no século V a.C., essas instituições, que no começo não eram tão importantes, iriam se sobrepor ao poder dos arcontes e do Areópago, fazendo com que Atenas caminhasse mais alguns passos em direção à futura democracia.

Do mesmo modo, Sólon reformou o corpo social, estabelecendo quatro categorias de cidadãos:

1. os *pentakosiomédimnoi* – ou seja, aqueles cuja colheita em grãos ou em líquidos chegava a 500 medidas;
2. os *hippeis* – isto é, os cavaleiros, que recolham 300 medidas, aos quais ficaram reservadas as principais magistraturas;
3. os *zeugitai* – que recolham 200 medidas, cidadãos capazes de se equiparem como *hoplitas*;
4. os *thetes* – camponeses e artesãos pobres.

Ressalte-se que essas categorias de cidadãos correspondiam à organização da capacidade guerreira da *pólis*. A reforma de Sólon, uma reforma censitária, era inovadora, pois instituir uma organização que não se pautava pelos laços de consangüinidade, classificando o cidadão por sua riqueza, definia um novo caráter para a organização guerreira: o caráter cívico. Além da ligação com

a terra, o *polités* era definido pela possibilidade de armar-se à sua custa e participar da guerra. O *hoplita* é um soldado de infantaria, que combate em falange. Assim, os *zeugitai* são colocados lado a lado dos *hippeis*, os cavaleiros, e dos *pensakosiomédimnoi*, os grandes proprietários de terras. A guerra deixa de ser prerrogativa de poucos e se torna assunto de todos, isto é, do corpo de cidadãos, ou seja, da *polis* (VERNANT, 1967, p. 46).

Desse modo, a divisão fundamentada na riqueza e não mais no nascimento, promovida pelas reformas de Sólon, foi um passo importante nas transformações de Atenas. Os problemas sociais, entretanto, não foram satisfatoriamente resolvidos, e a *stasis* recomeçou, resultando em lutas entre grupos que se digladiavam. O regime aristocrático não tinha se encerrado. Note-se, contudo, que suas medidas diziam respeito exclusivamente aos cidadãos. Estavam excluídos os escravos e os estrangeiros.

Entre 560 e 527 a.C., Atenas viveu sob a tirania de Pisístrato, um aristocrata que se opôs à oligarquia dominante contando com grande apoio popular. Isso foi possível, entre outros motivos, graças à ampliação do comércio marítimo ateniense, ocorrida a partir do século VI a.C., que tornou o poder dos comerciantes grande o suficiente para fazer frente ao domínio dos grandes proprietários rurais. Os próprios camponeses conseguiram ampliar sua participação social devido ao seu papel econômico crescente, numa Atenas cada vez mais voltada para o mundo exterior.

Pisístrato governou de modo absoluto e, sob seu governo e o de seus dois filhos, Atenas conheceu um notável desenvolvimento cultural e econômico, o que provavelmente explica o crescente enfraquecimento do poder aristocrático. Além disso, Pisístrato encomendou a transcrição da *Ilíada* e da *Odisséia*, até então apenas transmitidas oralmente, o que fez com que os poemas chegassem até nós. Esse tirano confiscou grandes domínios de aristocratas que lhe faziam oposição e ampliou o número de pequenos proprietários, construiu grandes palácios, favoreceu a cultura e o crescimento econômico ateniense (FINLEY, 1988, p. 37-39).

Outro tirano, Clístenes, da importante família dos Alcmeônidas, apoiando-se também no *demos*, modificou completamente as estruturas políticas de Atenas, tirando das mãos dos grupos aristocráticos seus privilégios políticos, minando o poder aristocrático ao reagrupar as tribos e ao mudar o sistema de voto e de representação política. As antigas quatro tribos hereditárias foram substituídas por dez tribos definidas por seu território geográfico, a Boulé passou de 400 para 500 membros, escolhidos por sorteio, a *khora* foi dividida em trítias (três por tribo), cada uma com um certo número de *demos*. A partir daí, todo cidadão estava alistado em um *demos* e podia votar na assembléia.

No tempo de Clístenes, foi criado o ostracismo, procedimento legal votado pela *ecclesia*, que levava ao exílio, por dez anos, um cidadão considerado perigoso para a liberdade dos cidadãos. Escrevia-se o voto em cacos de cerâmica, *ostrakon*, de que deriva o nome, o ostracismo que foi uma instituição muito importante, principalmente por evitar o ressurgimento de guerras civis ou do poder concentrado numa só pessoa ou em uma oligarquia (MOSSÉ, 1987, p. 47-53).



Figura 14.3: Ostrakon encontrado no sítio de Atenas, com o nome do político Cimon.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Image:AGMA_Ostrakon_Cimon.jpg

Em 491 a.C., a Hélade se viu assaltada pelo Império Persa. Ao perigo trazido pelas Guerras Médicas viu nascer uma liga do *poleis*, denominada **Liga de Delos**, unidas em prol de sua liberdade, encabeçada por Atenas. A dupla vitória dos hoplitas atenienses em Maratona (490 a.C.) e Salamina (480 a.C.) consolidaria o poder ateniense. A partir de então, Atenas, que liderara a liga contra os inimigos, tornou-se a cidade mais importante e rica da Grécia. Restaurou suas fortificações, ergueu construções admiráveis, tornou-se um império e evoluiu em direção à democracia em sua forma clássica.

Liga de Delos

É o designativo da aliança de *poleis* em torno de Atenas, logo após as Guerras Médicas. Seu centro era o santuário de Apolo na ilha de Delos. As cidades aliadas conservavam, teoricamente, sua liberdade em relação a Atenas, *hegemon* da Liga. Na verdade, porém, as "aliadas" pagavam tributo a Atenas, forneciam soldados e equipagem para o exército e a frota atenienses, enfim, forneciam o que Atenas precisava para garantir a defesa da Hélade, mas também enriqueciam a cidade, que tinha a hegemonia na península.



Figura 14.4: Mapa da Hélade e de parte do Império Persa.

Fonte: <http://www.colegiosaofrancisco.com.br/alfa/civilizacao-grega/grecia-antiga.php>



Figura 14.5: Sítio arqueológico da ilha de Delos.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/Image:Delos2.jpg>



"Medos", na Antigüidade, era sinônimo de "persas". As Guerras Médicas opuseram gregos e persas no início do século V a.C. O historiador Heródoto foi quem, em suas *Histórias*, nos transmitiu o melhor relato dessa guerra.

As Guerras Médicas foram deflagradas pelas conquistas do rei Ciro, que conquistou um vasto império territorial que ia do Irã até a Ásia Menor, e que foram consolidadas por seu filho Cambises que, além disso, conquistou o Egito. Ocorre que existiam cidades helênicas na Ásia Menor, como Mileto e Éfeso, que se viram, assim, na dependência do Império Persa. Tais cidades pediram ajuda a Atenas, que organizou a sua defesa.

Atenas enfrentou o novo rei persa, Dario, que sucedeu Cambises, na planície de Maratona, quando os hoplitas triunfaram e forçaram Dario a recuar. Dez anos mais tarde, contudo, seu filho Xerxes novamente atacou a Hélade. Dessa vez, foi formada uma coalizão de cidades gregas, tendo à sua frente a cidade mais poderosa militarmente, Esparta. O rei Leônidas, que organizou a barreira aos persas no desfiladeiro das Termópilas, não conseguiu impedir o avanço persa, mas conseguiu tempo suficiente para Atenas organizar, com o general Temístocles, uma estratégia para a defesa da Hélade. O confronto final foi em Salamina, em uma batalha vencida pelos gregos.

Outro documento textual sobre as Guerras Médicas, rico de significados, é a tragédia *Os persas*, de Ésquilo, que conta o triunfo de Atenas sobre os persas de Xerxes.



Figura 14.6: Império Persa na época de Cambises.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Image:Persian_empire_490bc.gif

Em Atenas, esse regime político atingiu seu pleno desenvolvimento no tempo de Péricles, que praticamente liderou a cidade, como **estratego** e orador. Nessa época, os cargos políticos ligados à redação das leis e sua aplicação tornaram-se legalmente acessíveis a todos os cidadãos, e palavras como justiça e liberdade passaram a ser referências importantes no imaginário ateniense. Entre 440 e 432 a.C., Péricles comandou a construção de diversos edifícios monumentais na cidade, que se tornou o centro artístico, econômico e intelectual da época.

Em suma, graças ao poder exercido sobre as duzentas *poleis* a elas vinculadas pela Liga de Delos, e aos impostos que tais cidades lhe pagavam anualmente, o regime democrático ateniense pôde se desenvolver plenamente. O termo *democracia* é um conceito surgido na Grécia Antiga. Por cerca de um século, a partir de meados do século V a.C., Atenas viveu essa experiência política.

Os **estrategos** eram um tipo de magistratura em muitas *poleis* gregas. Em Atenas, eram um colégio de dez membros, eleitos anualmente, dentre os cidadãos que pertenciam à primeira classe do censo, os *pentakosiomédimnoi*. Eram chefes militares e responsáveis pelo que hoje chamamos de "política externa".

A democracia ateniense era direta, ou seja, todos os cidadãos podiam participar da *ecclesia*, que tomava as decisões relativas aos assuntos políticos, na *ágora*. Mas devemos deixar bem claros os limites da democracia ateniense. Eram considerados cidadãos apenas os homens adultos (mais de 18 anos), nascidos de pai e mãe atenienses. Só as pessoas com esses atributos eram cidadãos da *pólis*. Os cidadãos tinham três direitos essenciais: liberdade individual, igualdade em relação a outros cidadãos perante a lei e o direito de falar nas assembleias. Os *misthói*, uma espécie de pagamento diário aos cidadãos que desempenhassem funções públicas, e os soldos pagos aos remadores da frota ateniense, asseguravam aos cidadãos mais pobres os recursos que lhes faltavam.

Em 431 a.C., havia cerca de 42 mil cidadãos com direito a participar das assembleias, mas a *ágora* não comportava esse número de pessoas. A *ecclesia* podia se reunir na colina, na praça Pnix, em uma superfície de seis mil metros quadrados, com capacidade para até 25 mil pessoas. Assim, embora houvesse 42 mil cidadãos, nunca mais de 25 mil votavam e, em geral, menos pessoas tomavam parte na assembleia.

A *ecclesia* se reunia ordinariamente dez vezes por ano, mas para cada uma dessas vezes havia mais três encontros extraordinários. As sessões começavam ao raiar do sol e terminavam ao final do dia. Qualquer cidadão tinha o direito de pedir a palavra e ser ouvido. As proposições da *ecclesia* eram enviadas à *Boulé*, onde eram comentadas e emendadas, retornando, então, para serem aprovadas pela assembleia. A votação se dava levantando-se o braço. Embora todos os cidadãos tivessem o direito de falar na assembleia, eram somente os oradores, na prática, que faziam uso da palavra, pois o *demos* soberano se reduzia, de fato, a uma minoria de cidadãos que tinha a possibilidade de assistir regularmente às sessões, dirigidas por alguns homens mais influentes.

O *demos*, definido como o conjunto de cidadãos, era considerado soberano, e suas decisões só estariam submetidas às leis resultantes de suas próprias deliberações. Nenhum cidadão poderia

deixar de se submeter às leis, sob pena de sofrer as punições previstas. O caso mais célebre foi o julgamento e a condenação do filósofo Sócrates, acusado de desrespeito às divindades e à religião.

Em Atenas, havia dois tipos de leis que tinham de ser respeitadas: as leis divinas (*themis*), dadas pela tradição, que não podiam ser alteradas pelos homens (como o parricídio, o incesto etc.), e as leis feitas pelo ser humano, que todos conheciam e eram reproduzidas por escrito, em inscrições monumentais, para que todos pudessem ver. As leis, uma vez aprovadas, deveriam se aplicar a todos; os que haviam votado contra ainda podiam sair da cidade (ou seja, podiam deixar de ser cidadãos), mas, uma vez ficando, tinham de obedecer às decisões da maioria. Lei, nesse sentido, era *nomos*, um conceito tão essencial que permanece conosco em muitas palavras, como "economia"; o *nomos* é a lei humana, racional, tem uma lógica e pode ser modificada pela decisão racional dos cidadãos reunidos em assembléia.

As reuniões da *ecclesia* eram organizadas pela *Boulé*, que se dedicava, o ano inteiro, a analisar todo tipo de questão (projetos de lei, supervisão da administração pública, da diplomacia, dos assuntos militares etc.), aconselhando a *ecclesia* sobre temas de interesse público. As reuniões da *Boulé* eram públicas, e suas funções principais eram receber e enviar projetos de decretos para a assembléia, aconselhar os magistrados e redigir os decretos. Podemos dizer que certas decisões administrativas, como é o caso das finanças públicas, ficavam a cargo da *Boulé*.



Figura 14.7: Bouleuterion.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/Bouleuterion>

Os quinhentos cidadãos do *Bouleuterion* eram homens sorteados dentre as tribos, entre aqueles que se apresentavam como candidatos, com mais de trinta anos de idade. Como os participantes da *Boulé* tinham de ficar um ano no cargo, dedicando-se a reuniões diárias, acabaram por receber os *misthói*. Entretanto, como se pagava muito pouco, havia mais candidatos ricos do que pobres.

Os arcontes eram apenas os executores das decisões da *ecclesia* e da *Boulé*. Tinham poderes de manter a ordem e o respeito a leis e decretos. Os magistrados podiam ser homens eleitos pela assembléia – no caso em que fossem ocupar cargos que necessitavam de alguma habilidade especial, como conhecimentos de estratégias militares – ou escolhidos por sorteio entre os candidatos.

Por fim, um tribunal popular, a *Helieia*, que contava com milhares de juízes escolhidos por sorteio para os diferentes tribunais específicos, em geral com 501 membros cada um, responsabilizava-se pelas questões de direito da *pólis*.

A partir de 395 a.C., os cidadãos que participavam das assembléias também passaram a ter direito a receber um pagamento por sua presença. A idéia era que os cidadãos de menos posses, que trabalhavam para garantir seu sustento, pudessem assistir às reuniões e usufruir os direitos políticos, do mesmo modo que os mais abastados (MOSSÉ, 1987, p. 35-43).

Segundo Finley (1997, p. 47),

Tanto quanto se saiba, apenas em Atenas o Estado providenciou apoio em massa aos pobres, através do emprego em larga escala na marinha de guerra e da estipulação de pagamento, na forma de um modesto *per diem*, a todo o tipo de cargos, inclusive aos milhares de jurados e mesmo, a partir do século IV, àqueles que assistiam às reuniões da assembléia.

Paremos para refletir sobre uma questão: uma democracia direta, que chega a pagar seus cidadãos para exercerem o poder político, só é imaginável em Estados pequenos e com recursos econômicos suficientes para proporcionar aos seus cidadãos disponibilidade e tempo livre, não é mesmo? Em Atenas, como foi dito, apenas tinham direitos integrais os cidadãos. Calcula-se que, em 431 a.C., havia mais de 300 mil habitantes na Ática, região que compreendia tanto a parte urbana como a rural da cidade de Atenas. Nesse total, os cidadãos não eram a maioria da população. Os escravos, os estrangeiros e mesmo as mulheres e crianças atenienses não tinham qualquer direito político.

Os estrangeiros residentes (os *metecos*), além dos impostos, eram obrigados a pagar uma taxa especial, e também prestavam serviço militar. Estavam autorizados a atuar em diversas profissões, e de fato exerciam a maior parte das atividades econômicas, artesanais e comerciais que os cidadãos tendiam a desprezar. Vários estrangeiros se destacaram como artistas e intelectuais, como os sofistas e o próprio Aristóteles. Eram responsáveis por boa parte do desenvolvimento e da prosperidade de Atenas. Entretanto, além de não terem direitos políticos, eram proibidos de se casarem com mulheres atenienses, sendo tratados como pessoas de "segunda classe" até sua morte.

Os escravos atenienses eram, em sua maioria, prisioneiros de guerra, gregos ou bárbaros, e seus descendentes, considerados, basicamente, como "instrumentos vivos". Alguns trabalhavam nas minas de prata, das quais se extraía metal para armamentos, ferramentas e moedas, enquanto outros eram escravos rurais. A grande maioria da população escrava, contudo, era composta de escravos urbanos empregados nas mais variadas tarefas e ofícios, permitindo que seus senhores se ocupassem da vida política. As famílias mais ricas atenienses tinham em torno de 15 escravos domésticos, ou mais, e a maior parte dos cidadãos tinha apenas um escravo ou nenhum.



Figura 14.8: Escrava cuidando do bebê de sua dona (ânfora ateniense do século V a.C.).

Fonte: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/06/319306.shtml>

Na *Política* de Aristóteles, vemos a importância das pessoas de poucas posses para a forma de participação política popular:

Onde o número de pobres supera a proporção indicada, é natural que haja a democracia e cada tipo de democracia, se moderada ou radical, dependerá da superioridade de cada tipo de *demos*. Assim, por exemplo, se é maior a população de camponeses, haverá a democracia moderada; se predominam os trabalhadores e assalariados, [será] a radical e todas as gradações intermediárias, segundo as proporções (1.296 b13-1.297 a6).

A *Guerra do Peloponeso*, conflito que opôs Atenas e Esparta, pôs fim ao período clássico da democracia. Ao fim dessa guerra, em 404 a.C., Atenas sofreu um golpe de Estado, que colocou no poder trinta oligarcas, os chamados "Trinta Tiranos", que, mesmo tendo sido logo expulsos, abalaram o regime democrático ateniense, já frágil economicamente, após sua derrota para Esparta.



A Guerra do Peloponeso durou mais de vinte e cinco anos, estendendo-se de 431 a 404 a.C. Provocada por questões irrisórias, a guerra foi, como o historiador Tucídides declarou em seu livro *História da Guerra do Peloponeso*, uma consequência da hegemonia ateniense no Egeu. Aos poucos, assumiu uma aparência de conflito ideológico entre a democracia ateniense e a oligarquia militar espartana. Esparta foi a vencedora final, mas ambas as cidades sofreram muito com as décadas de guerra. Ambas saíram do conflito enfraquecidas, abrindo espaço para a chegada de novos "conquistadores", no caso, Felipe da Macedônia, que você conhecerá mais adiante.

Podemos dizer que era a exploração da Liga de Delos que garantia a prosperidade de Atenas, seus monumentos, soldos, riquezas, frota, construções, no século V a.C. As duzentas cidades que forneciam a Atenas matéria-prima e tributos sustentavam a sua riqueza. Foi esse verdadeiro império que garantiu a possibilidade de participação dos pobres na política e fez deles beneficiários diretos da exploração de outras cidades. Dessa forma, a potência de Atenas era baseada na exploração de seus "aliados", e a democracia nela pressupunha a escravidão e dependia da exploração de outros gregos.



Atende ao Objetivo 1

1. Leia o trecho a seguir e responda:

Principiemos por uma generalização: todo o governo de uma cidade-estado englobava, pelo menos, uma assembléia ampla (e, regra geral, apenas uma), um conselho ou conselhos menores e um certo número de funcionários que se revezavam entre os homens elegíveis, a maior parte das vezes numa base anual. Todos os seus elementos – a composição dos grupos, o seu método de escolha, os poderes, os nomes por que eram conhecidos – variavam bastante ao longo do tempo e de lugar para lugar, mas o sistema tripartido era tão ubíquo que quase pode entender-se como sinónimo do governo da cidade-estado (FINLEY, 1997, p. 74).

Com base no trecho de Finley, descreva as etapas e analise o processo de formação e funcionamento da democracia ateniense, destacando suas principais instituições e seus limites.

[illegible]

Resposta Comentada

O trecho de Finley chama a atenção para os elementos principais que caracterizam o governo de uma cidade-Estado. A chamada "democracia ateniense" caracterizou o regime político que conheceu a maior participação popular em toda a história do Ocidente. Você deverá, então, sintetizar os passos principais da formação dessa experiência política do governo direto por parte dos cidadãos, analisando suas características principais, seu modo de funcionamento, seus limites e as bases em que se apoiava. Reflita, por fim, sobre o papel da Liga de Delos e da escravidão para a sustentação do regime democrático ateniense.

Esparta

O estudo da *pólis* de Esparta é mais complexo do que o de Atenas. Podemos conhecer um pouco da história de Esparta com o auxílio da arqueologia, pois os documentos textuais antigos não nos permitem entrever muita coisa. Uma característica da documentação textual sobre Esparta é o fato de ter sido elaborada, o mais das vezes, por pessoas que não estiveram na cidade, e dela só tinham informações indiretas.

Desse modo, se conseguimos reconstituir as grandes etapas de sua história desde a sua fundação pelos dórios, em torno do primeiro milênio a.C., até a sua conquista pelos romanos, no início do século II a.C., o estudo de suas instituições políticas é algo sobremaneira difícil. Esparta foi muito idealizada por seus vizinhos, por seus amigos e inimigos, especialmente pelos atenienses, de modo que a história da cidade é ainda muito obscura.

A cidade de Esparta localizava-se na região da Lacônia, a sudeste da península do Peloponeso, cortada pelo rio Eurotas, num vale cercado de altas montanhas de difícil acesso. Nessas montanhas, havia depósitos de minerais, uma importante fonte de recursos. As terras eram férteis, propícias ao plantio de cereais, oliveiras e vinhas, e as pastagens eram boas. A Messênia, região vizinha a Esparta, era ainda mais atraente economicamente. Entretanto, na costa da Lacônia, dados os grandes despenhadeiros e pântanos, desfavorável à navegação, persistiram o isolamento e o pouco destaque ao comércio.



Figura 14.9: Peloponeso.

Fonte: <http://wiki.4us.pl/pt/wiki/Imagem:Greciaantiga.png.html>

Segundo a tradição, os dórios invadiram a Lacônia e fundaram uma cidade, Esparta (século IX a.C.). Conquistaram ainda, após muitos combates, toda a Lacônia e a Messênia, no século VIII a.C., transformando as populações conquistadas e seus descendentes numa espécie de servos, chamados *hilotas*, termo que significa "aprisionados".

Os conquistadores dórios tornaram-se proprietários de terras, e cada espartano adulto tinha um lote de terras próprio, cultivado por famílias de hilotas. Os hilotas eram obrigados a dar aos espartanos

uma percentagem dos frutos da terra, normalmente a metade, como se fossem meeiros. Esses hilotas não eram escravos, pois não eram, de fato, propriedade dos espartanos. Decerto eram submetidos, mas formavam uma comunidade à parte, embora sem direitos legais. Podiam, por exemplo, ser mortos por um espartano sem que este sofresse qualquer punição pelo assassinato. Apenas os espartanos pertenciam ao grupo dos *iguais*; dedicavam-se aos assuntos da cidade e da guerra, e eram sustentados pelo trabalho dos hilotas.

Esses hilotas se revoltaram muitas vezes. Uma das maiores revoltas ocorreu na Messênia, no século VII a.C.; após muitos anos de conflitos, os rebeldes acabaram subjugados pelos espartanos.

A arqueologia confirma que, até cerca do século VI a.C., Esparta era uma cidade semelhante às demais, dominada por uma aristocracia guerreira e proprietária de terras. Graças às guerras e conquistas, Esparta, no final do século VII a.C., chegou a dominar um terço do Peloponeso, submetendo os antigos habitantes às suas leis, fundando novas cidades e entrando em contato com outras *poleis*.

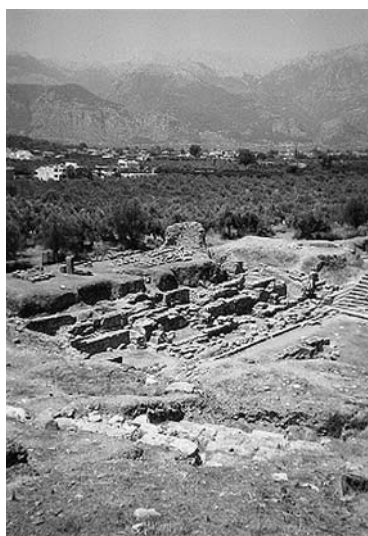


Figura 14.10: Sítio arqueológico de Esparta.

Fonte: <http://fr.wikipedia.org/wiki/Sparte>

Decerto, a conquista da Messênia, ao longo de duas guerras, beneficiara a aristocracia pela distribuição de *cleroi* (lotes de terras) tomados dos territórios conquistados, enquanto que a existência dos hilotas permitia a essa aristocracia uma dedicação exclusiva às artes da guerra. Entretanto, como os conquistadores eram minoritários em relação aos conquistados, os espartanos, sentindo-se ameaçados, no século VI, resolveram abrir mão de certos territórios difíceis de manter a longo prazo e optaram por fechar a sua *pólis* às influências estrangeiras, às artes, às novidades e às transformações, adotando para si próprios costumes rígidos e uma disciplina atroz, a fim de manter intacta a ordem estabelecida. Em suma, diante da maioria da população do Peloponeso, ou seja, das populações dependentes da Lacônia e da Messênia, a aristocracia dos *homoioi* (em grego, "semelhantes"), os cidadãos espartanos, passa a ser um grupo isolado e privilegiado, vivendo recluso, em perpétuo estado de defesa. Daí sua vida austera, que se tornou proverbial para a tradição ocidental.

Esparta se tornou, então, uma máquina de guerra e, no mundo grego, somente Atenas, com sua força militar composta não somente por seus hoplitas, mas também pelas forças aliadas de que dispunha, podia lhe fazer frente. E as duas *poleis*, modelares no mundo grego por seu poder e sua riqueza, acabaram por se enfrentar, após sua vitória comum contra os persas. A rivalidade entre Esparta e Atenas culminou na Guerra do Peloponeso, que dividiu o mundo grego entre 431 e 404 a.C.

Vamos conhecer, em linhas gerais, aquilo que as fontes nos permitem conhecer dessa *pólis*.

Esparta era governada por um pequeno número de dirigentes que compunham a *Gerúsia*, uma espécie de conselho e tribunal supremo. A *Gerúsia* (em grego, "conjunto de velhos") era composta pelos dois reis de Esparta, ao que parece originários das duas famílias rivais mais poderosas da cidade, e mais 28 anciãos (os *gerontes*), escolhidos entre nobres de nascimento com mais de sessenta anos (uma idade considerável para a Antigüidade grega, cuja expectativa de vida não ultrapassava 50 anos), que ocupavam o cargo vitaliciamente, após terem sido eleitos por aclamação pela assembléia de homens adultos da cidade.

Essa assembléia, cujos poderes não parecem ter sido muito grandes, também elegia, por aclamação, os cinco *éforos* (uma espécie de prefeito, que permanecia no cargo por um ano), com poderes executivos. Na verdade, as decisões da assembléia, na forma de leis, eram manipuladas para que os interesses de um pequeno grupo de cidadãos mais poderosos e influentes prevalecessem.

Para os atenienses, Esparta era a *pólis* oligárquica por excelência, já que o papel do *demos* era passivo e a autoridade estava nas mãos dos reis e dos mais antigos guerreiros, na *Gerúsia*.

Todos os cidadãos de Esparta, os *esparciatas*, eram guerreiros, sendo proibidos por lei de exercer atividades que entrassem em conflito com a atividade militar. No mundo antigo, as guerras eram sazonais, ou seja, ocorriam normalmente no verão. Durante o resto do ano, os *esparciatas* ficavam mobilizados em acampamentos militares, sempre em exercícios militares e, mesmo para dormir, não largavam suas armas. Os guerreiros espartanos batalhavam a pé, formando fileiras, as *falanges*. Ao som de flautas e coros, as falanges avançavam em formação cerrada contra o inimigo, como se fosse um muro de escudos movimentando lanças afiadas.



Figura 14.11: Hoplita grego (busto de mármore do século V a.C.).

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Batalha_das_Term%C3%B3pilas

A educação espartana era muito rígida. Desde a mais tenra infância os meninos eram criados como futuros guerreiros, submetidos a condições muito duras, tanto para seu corpo como para seu espírito, de maneira a se tornarem homens muito resistentes; daí se usar, até hoje, o adjetivo "espartano" para designar a sobriedade, o rigor e a severidade. Passavam seu tempo treinando para a guerra. Para aprender a suportar a dor, os meninos eram chicoteados até sangrarem e eram ensinados a serem cruéis, desde garotos. Os jovens deviam obedecer às ordens dos mais velhos sem resistência, e só podiam falar quando alguém mais idoso permitisse. Como falavam pouco, os espartanos o faziam com extrema concisão, e esse tipo de fala é chamada até hoje "lacônica".



A fala espartana foi motivo de admiração na Antigüidade e no decorrer dos séculos. Um bom exemplo é uma tirada do general espartano Leônidas que, no desfileiro das Termópilas, ao receber uma mensagem do grande rei persa Xerxes que dizia: *Nossas flechas são tantas que encobrirão o sol*, respondeu: *Então, lutaremos na sombra*. A fala espartana, de tão concisa, deu origem ao ditado ateniense de que "é mais fácil ouvir uma estátua falar do que um espartano".



Figura 14.12: Monumento a Leônidas e aos espartanos tombados na Batalha de Termópilas, erigido em 1955 na Grécia.

Fonte: http://www.laeditorialvirtual.com.ar/Pages/LosEspartanos/Martos_LosEspartanos_C3.htm

Como dissemos, Esparta e suas instituições não são muito conhecidas; a maioria das informações provém de autores que viveram séculos após os acontecimentos ou de homens que não eram de Esparta. Entretanto, sabemos que a estrutura social era muito rígida e que a educação das crianças tinha um papel fundamental na transformação de homens em guerreiros ferozes.

Conforme o costume, o pai levava o recém-nascido até os anciãos para ser avaliado. Se a criança fosse considerada forte e saudável, era permitido que sua família a criasse. Se não, o bebê era jogado de um despenhadeiro. Aos sete anos, todos os meninos deixavam suas mães e eram reunidos e divididos em unidades, ou tropas, passando a viver em conjunto, sempre. O mais veloz e mais valente nos exercícios militares tornavam-se o líder da unidade, e os demais deviam obedecê-lo, assim como aceitar as punições que ele estabelecesse.

Os rapazes aprendiam a ler e a escrever, mas apenas o necessário ao objetivo de se tornarem bons soldados, disciplinados e submissos, concentrando-se no aprendizado guerreiro. Quando chegavam à adolescência, suas provações aumentavam: eram obrigados a andar descalços e nus, de modo que adquiriam uma

pele resistente; só se banhavam com água fria, mesmo nos invernos rigorosos, e dormiam em camas de junco, feitas por eles mesmos.

Aos vinte anos, o rapaz era considerado adulto, e, aos trinta, podia se casar, adquirindo certos direitos políticos e um pouco mais de independência. Mas só aos 60 anos era liberado de suas obrigações militares para com o Estado, e desmobilizado.

Esparta foi um caso isolado, claro. Um corpo de cidadãos que também era um exército a tempo inteiro, comandado por reis empossados hereditariamente e suportado por uma ampla população de hilotas, encontrava-se numa situação em todos os aspectos diferente da da cidadania de qualquer outra *pólis*. Contudo, existem demasiadas coisas que desconhecemos. Pouco nos ajuda, por exemplo, que Aristóteles diga, sem referir pormenores, que os reis eram obrigados a agradar (*demagogein*) aos éforos, que estes eram eleitos anualmente através de um método "infantil", que os membros do Conselho dos Anciãos eram nomeados vitaliciamente por manipulação. Nenhum autor antigo discute a psicologia do exército, treinado para a obediência desde a infância, quando este se reunia em assembléia para optar entre as várias propostas alternativas que lhe eram apresentadas pelos reis e pelos éforos. Pode com segurança imaginar-se que as pressões exercidas seriam diferentes das atuantes na assembléia ateniense (ou qualquer outra), mas é tudo quanto podemos dizer. (...) Como de costume, os relatos disponíveis cingem-se a assuntos militares e revelam uma duradoura crise interna (FINLEY, 1997, p. 79).

Os maiores frutos desse sistema foram a disciplina, por um lado, e a falta de criatividade, por outro, o não-desenvolvimento das artes e da indústria, a estagnação, enfim. Porém, Esparta formou um exército muito poderoso, o que acabou por fazer com que esta cidade se tornasse uma grande potência no contexto das *poleis* gregas.

Após a Guerra do Peloponeso, ambas as cidades que lideraram o conflito estavam enfraquecidas. Mesmo vencendo a guerra, Esparta viu sua organização políade desmoronar. Finley nos diz que, estiolada por sua própria estrutura, que petrificava o corpo dos *homoioi*,

No espaço de suas gerações depois do êxito espartano final, a derrota de Atenas na Guerra do Peloponeso, Esparta ficou reduzida a uma cidade-estado relativamente menor. Há indícios da tendência para a formação de exércitos quase privados e para a monarquia militar, mas os recursos demográficos eram demasiados pequenos para suportar o futuro (FINLEY, 1997, p. 79-80).



Atende ao Objetivo 2

2. Leia o trecho a seguir. Trata-se de um trecho da lei espartana (a *Retra*) que, segundo o historiador grego Plutarco, teria sido estabelecida por Licurgo.

Depois que o povo estabeleceu o santuário de Zeus Silânio e Atena Silânia, depois que o povo distribuiu-se em tribos e obes, depois que o povo estabeleceu um conselho (Gerúsia) de trinta, incluindo os reis (arquagetas ou fundadores), que se reuniam de estação a estação para a festa de Ápelas entre Babica e Cnáquion; que os anciãos apresentem ou rejeitem propostas; mas que o povo tenha a decisão final. Se o povo se manifestar de forma incorreta, que os anciãos e os reis a rejeitem (PLUTARCO, Licurgo, IX, p. 7-8).

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are approximately 20 lines visible. The paper has a slight shadow on the right side, suggesting it's resting on a surface. There is no handwriting or other markings on the paper.

Resposta Comentada

Considerações Finais

Segundo Aristóteles, *a tirania é o governo de um só homem em benefício do governante, a oligarquia em benefício do rico, a democracia em benefício do pobre* (Política, III, 1.279 b6-40). A vida política apresenta características distintas em cada tempo e lugar, mas podemos dizer que as comunidades helênicas buscaram formas de constituição de um estado ideal, que minimizasse o conflito social, no interesse de uma vida agradável para todos os seus cidadãos.

Se no período arcaico, aristocratas (os reis "comedores de presentes" de Hesíodo) monopolizavam o poder, que era exercido em seu benefício, o crescimento das *poleis* levou à necessidade de transformações das estruturas tradicionais.

Essas transformações levaram a uma redefinição da concepção do que era a comunidade cívica e a cidadania, outrora restrita à aristocracia, ampliando-se cada vez mais até estender-se a todos os membros do *demos*. Mesmo no caso da oligárquica Esparta, a ampliação do corpo social é visível, posto que os *homoioi* eram os homens nascidos de pai e mãe espartanos. Estrangeiros e escravos eram – e sempre foram – considerados estrangeiros, sem nenhum direito de participar do grupo dos *homoioi*, dos "iguais", dos *politai*.

Decerto a participação efetiva do *demos* no governo da *pólis*, no período clássico, diferia segundo níveis que iam desde a simples aclamação das decisões da oligarquia, como em Esparta, até a participação plena e direta no governo da *pólis*, como foi o caso do paradigma da democracia: a Atenas do século V a.C. E, em ambas, Esparta e Atenas, verifica-se a base de sustentação de suas experiências poliádicas: a escravidão e a submissão de outras cidades e povos. O desenvolvimento e a manutenção da experiência poliáde, seja oligárquica, seja democrática, dependiam dessas fontes de recursos, que possibilitaram o sustento material de seus cidadãos e as grandes obras e empresas pelas quais essas *poleis* são conhecidas até hoje.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, você conhecerá o mundo do cidadão das *poleis*. Trataremos de temas da vida quotidiana, religião, pensamento, arte, casamento e sexualidade.

Aula 15

O mundo das
poleis

Meta da aula

Apresentar alguns dos principais elementos e características na vida pública e privada das *poleis* clássicas e o declínio dessa experiência, sob o Império helenístico.

Objetivos

Após o estudo do conteúdo desta aula, você deverá ser capaz de:

1. reconhecer as características e os elementos básicos das práticas sociais e culturais das *poleis* do período clássico, com ênfase na *pólis* ateniense;
2. reconhecer o processo de desintegração da experiência *poliade* clássica, a partir das conquistas de Alexandre, o Grande, e a criação dos reinos helenísticos.

Pré-requisitos

Para que você encontre maior facilidade na compreensão desta aula, é importante ter em mãos um bom dicionário da Língua Portuguesa e um atlas.

INTRODUÇÃO

O mundo das *poleis* helênicas era um mundo de expressões variadas em relação às formas de organização política, mas também um mundo rico de experiências culturais e artísticas. Nesta aula, você conhecerá um pouco mais sobre a sociedade e a cultura das *poleis* do período clássico. Em primeiro lugar, vamos conhecer alguns aspectos da vida pública e da vida privada nas *poleis*.

Vida pública e vida privada na *pólis* clássica

Em nossos dias, damos muita importância à nossa vida privada, e é comum dizermos e ouvirmos frases como "tenho de proteger a minha privacidade", ou coisas semelhantes. Distinguimos vida pública e vida privada dando prioridade à segunda, em detrimento da primeira, não é mesmo? Mas o conceito de privacidade é uma invenção muito recente, e é derivado do desenvolvimento do capitalismo e do individualismo moderno, um tema que você estudará em seu curso.

Para exemplificarmos, atualmente a divisão das casas conta com aposentos reservados a indivíduos particulares. Na medida do possível, tenta-se dispor a organização de uma casa de modo tal que as pessoas mantenham sua privacidade e, se a família dispuser de recursos suficientes, chega-se mesmo a reservar quartos e banheiros particulares para cada um de seus membros. É daí que vem a expressão "privada" para designar a latrina das casas atuais, por ser um local no qual a pessoa fica sozinha, e certamente consideraríamos muito esquisito se, nos banheiros públicos, as latrinas não fossem divididas por compartimentos, nos quais uma pessoa não vê nem é vista pelos demais usuários do banheiro. No mundo antigo, este era um fenômeno desconhecido...

Ocorre, contudo, que esse processo de privatização da existência quotidiana é muito recente. Na Europa e nos Estados Unidos, por exemplo, tal fenômeno só se efetivou em fins do século XVIII, e, no Brasil, apenas no século XX d.C. Basta observar a disposição das casas, por exemplo, as sedes de fazenda do século XIX que ainda estão de pé, para percebê-lo.

Para começarmos o nosso tema, afirmamos que, na Grécia Antiga, a concepção de vida pública e de vida privada era bem diferente da nossa. Para os gregos, alguém dizer que queria preservar sua privacidade era algo não só inconcebível quanto estranho, e, mesmo, ridículo. É correto dizer que na Antiguidade não havia um individualismo e uma privacidade de tipo moderno, o que não quer dizer que não houvesse distinção entre o público e o privado.

Na Grécia Antiga, havia uma distinção clara e particular entre a vida pública e a vida privada. A vida pública era essencial, até mesmo para a definição da identidade das próprias pessoas. A *pólis* era o elemento central, e o próprio ser humano era definido como aquele que vive na cidade. Aristóteles dizia que o homem é um animal político, lembra? A *pólis* era o centro da civilização grega e seus habitantes eram chamados *politai*, aqueles que vivem na *pólis*, embora nem todos os habitantes fossem juridicamente considerados cidadãos. A vida em sociedade implicava a participação nos assuntos da cidade, a *politeia*, termo que significa, basicamente, os "assuntos da cidade", "constituição", ou seja, aquilo que se refere à vida da cidade. Os homens acabavam por se dedicar pouco à vida familiar, um assunto mais próprio das mulheres (REDFIELD, 1994, p. 145-165).



Figura 15.1: Mosaico do período helenístico, representando homens discutindo filosofia na *ágora* (praça pública).

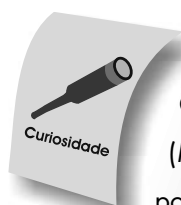
Fonte: <http://www.klickeducacao.com.br:8000/klickids/arte/arte02/arte02d.asp>

A vida pública compreendia a participação nas assembléias, nos festivais e no exército. Os camponeses também eram soldados, trabalhando a terra na maior parte do ano e indo à guerra no verão. As mulheres e as crianças não eram cidadãos e, nesse sentido, não faziam parte da vida pública. Tampouco participavam dela os escravos e estrangeiros residentes da cidade, como você já viu na aula passada.



Figura 15.2: Cratera ática do pintor Eufrônio (período clássico).

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Euphronios_krater_side_B_MET_L.2006.10.jpg



O espaço das práticas públicas, que derivava da comunidade (*koinonia*, em grego), referendava a preeminência da política na vida helênica e, assim, na preponderância do interesse público (*koinós*) sobre o interesse privado (*ídios*). Tal preponderância deixou marcas profundas na tradição cultural ocidental, inclusive no nosso vocabulário. Como exemplo, basta observarmos no sentido atual do vocábulo "idiota". O que significa hoje uma pessoa "idiota"? No mundo grego antigo, o vocábulo remetia ao âmbito privado da vida humana. Um "idiota" era aquele sujeito que só se ocupava da sua vida particular...

A idéia de privacidade na Grécia Antiga era muito distinta da nossa. Continuemos em pouco mais: havia diferenças muito grandes entre o estilo de vida da elite e o dos camponeses mais humildes. Os camponeses – a grande maioria da população – viviam com grande simplicidade, em famílias nucleares (pai, mãe e filhos), em que todos trabalhavam para garantir a sobrevivência da família.

Também nas cidades havia artesãos e outros tipos de trabalhadores, cuja vida também exigia grande dedicação ao trabalho, pouco conforto material, roupas simples e leves, alimentação frugal.



Figura 15.3: Mulheres no tear. Lécyto de figuras negras atribuído ao pintor Amásis (período clássico).

Fonte: http://www.heladeweb.net/N1%202002/fabio_de_souza_lessa.htm

Isso levava alguns escritores aristocráticos, como Xenofontes, a considerar artesãos e outros trabalhadores como maus cidadãos, posto que, dado o fato de precisarem trabalhar duramente para garantir o seu sustento, tinham pouco tempo e disposição para os assuntos públicos:

Sócrates, vai mostrar-me todas as artes? Para quê?, pergunta Critóbulo. Não é fácil encontrar trabalhadores capazes para todos os ofícios, assim como não se pode tudo fazer. As artes que parecem ser as mais belas e que conviria, especialmente, que me dedicasse, mostre-me quais são, quem as pratica e, por seu lado, na medida do possível, ajude-me com suas instruções.

Você falou bem, Critóbulo, disse ele. Na verdade, os ofícios artesanais são mal vistos e é, certamente, natural que sejam profissões desprezadas nas cidades. Esses trabalhos acabam com os corpos dos artesãos e dos mestres, obrigando-os a uma vida caseira, sentados na sombra da sua oficina, às vezes até mesmo por todo o dia, junto ao fogo. Na medida em que os corpos estão dessa maneira maltratados, a alma torna-se igualmente frouxa. Em primeiro lugar, os trabalhos artesanais nos deixam tempo para o ócio destinado aos amigos e à vida pública. Dessa forma, tornam-se péssimos amigos e cidadãos. Em certas cidades, em particular as mais belicosas, chega-se a proibir aos cidadãos o exercício de qualquer ofício artesanal (XENOFONTE, *Econômico*, IV, 1-3).

Xenofonte, seguindo uma visão aristocrática, associa o trabalho manual à degradação, à falta de tempo e à falta de instrução (*skholé*) para a vida do cidadão. Decerto, esse ponto de vista da elite proprietária de terras não era compartilhado por todos, como vemos no seguinte trecho:

Quando nos reunimos em assembléia, se o estado necessita de alguma construção, percebo que os arquitetos são enviados e consultados a respeito das estruturas, e quando se trata de construção naval, os armadores são consultados, e assim acontece com tudo que a assembléia considera matéria técnica derivada do aprendizado (...). Mas quando se trata de algo referente ao governo da cidade, quem se levanta para aconselhar a assembléia pode ser tanto um pedreiro como um ferreiro ou sapateiro, mercador ou armador, rico ou pobre, de família nobre ou não (PLATÃO, *Protágoras*, 319b-d).

Já as famílias mais abastadas – grandes proprietários ou grandes comerciantes – viviam com muita sofisticação. Promoviam banquetes (*symposia*), com muita comida, vinho, declamações e discussões filosóficas. O centro da vida da elite estava na casa,

oikós. No entanto, os homens bem-nascidos viviam, antes de tudo, para a vida pública, para o *ócio*.



Figura 15.4: Um banquete. (Pintura em figuras vermelhas em vaso ático do período clássico.)

Fonte: <http://academic.brooklyn.cuny.edu/classics/hansen/dionfest.htm>

É preciso ressaltar que esse *ócio* nada tem a ver com o conceito de *ócio* que surgiu no século XVIII, no início da industrialização, quando artesãos e camponeses se tornaram trabalhadores assalariados e seu tempo livre passou a ser considerado improdutivo para os seus patrões. Para evitar os supostos malefícios dessa ociosidade, tida pelos empregadores como vagabundagem, surgiu a idéia da ociosidade como "tempo perdido". *Ócio*, porém, entre os gregos, era um conceito de origem aristocrática, que implicava a liberdade, *eleutheria*, que advém da não-necessidade de trabalhar em ofícios manuais. Essa liberdade era o requisito para a participação na vida pública e para o trabalho intelectual, para a dedicação a discussões estimulantes (MOSSÉ, 1994, p. 23-46).

A vida privada, contudo, existia, apesar de ser considerada como menos importante do que a vida pública. Observemos agora alguns aspectos da vida privada na Grécia clássica.



Atende ao Objetivo 1

1. Leia o seguinte trecho, de James Redfield, sobre o direito de cidadania na *pólis* clássica:

(...) esse direito era a *time* (honra) do cidadão, o seu direito de ser "digno de consideração". Uma sanção comum na jurisprudência ática era a *atimia*, que consistia na perda do direito de aparecer em público; era uma espécie de exílio interno, como o de um habitante "discriminado" na África do Sul, e colocava o cidadão ao nível de uma mulher ou de uma criança (REDFIELD, 1994, p. 155-156).

Com base na análise do trecho citado, reflita e redija um pequeno texto sobre a preeminência da vida pública sobre a vida privada na Grécia clássica.

Comentário

Você deverá ponderar sobre o fato de que a *pólis* grega clássica pode ser definida como um corpo político baseado na idéia de cidadania, ou seja, era uma comunidade constituída por uma pluralidade de pessoas juridicamente "iguais". Os cidadãos formavam um "público", e a vida civil consistia quase integralmente e literalmente em reuniões públicas – assembléia, teatro, jogos, rituais etc. O direito do cidadão era justamente o direito de participar nessas

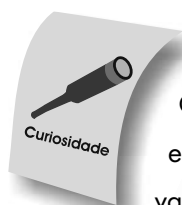
reuniões, se não com um papel ativo (discursando e gerindo), pelo menos como espectador, assistindo aos debates, às peças do teatro etc. A participação no espaço público era, então, a finalidade da vida masculina, e acreditavam que só participando desse espaço é que podiam se tornar seres humanos no verdadeiro sentido da palavra. Daí a preeminência do público sobre o privado no período grego clássico.

Casamento e sexualidade

A maneira de se ver as fases da vida – a infância, a adolescência, a juventude, a maturidade e a velhice – varia muito conforme as sociedades e as épocas. Na Grécia, em todas as fases da vida, havia muitas diferenças entre homens e mulheres, desde o nascimento, quando apenas os meninos eram apresentados à *fratria* (o conjunto dos familiares). As crianças podiam ser recusadas pelos pais e abandonadas, sem sanções legais.

As casas da elite eram divididas em duas partes, a masculina e a feminina. As meninas tinham pouco contato com os meninos depois da primeira infância, como mandava a "boa educação". Tinham brinquedos que se referiam à vida que teriam na idade adulta, basicamente brinquedos que remetiam às suas funções de mães e donas de casa, dedicadas à costura da lã, ao cuidado dos filhos e ao comando dos escravos domésticos. As meninas mais ricas aprendiam também música e dança. Os meninos brincavam de vários jogos, geralmente ligados a lutas. Já rapazes, começavam o treinamento para o serviço militar. A caça era um treinamento para a guerra, assim como as competições esportivas de que participavam. A educação dos rapazes consistia no conhecimento das letras, da poesia, da retórica, e, se desejassem, podiam continuar sua instrução, com o estudo da Filosofia (ANDRADE, 2002).

Na época áurea de Atenas, por exemplo, o ensino era obrigatório para os futuros cidadãos. Os meninos começavam aprendendo boas maneiras com os pedagogos e, depois, a ler, escrever, contar e cantar acompanhados da lira, além de praticarem esportes. Dos 14 aos 18 anos, sua educação consistia principalmente em exercícios físicos, preparando-os para prestar o serviço militar, dos 18 aos 20 anos. O principal objetivo da educação ateniense era a formação de cidadãos capazes de defender a cidade e cuidar dos assuntos públicos, indivíduos que participassem de competições atléticas e musicais e que soubessem falar em público, expondo suas idéias com clareza. O usufruto da cultura ateniense (teatro, arte, música, espetáculos, festas e cultos públicos, debates políticos etc.) não era apanágio das elites. Os cidadãos mais pobres tinham acesso a tudo isso, se bem que mais limitadamente, como espectadores, desde a instituição dos *misthoi*, que você já conhece.



Os gregos davam muita atenção aos cuidados com os mortos, especialmente os guerreiros ou as parturientes, atividades sociais valorizadas que freqüentemente levavam à morte precoce, e eram consideradas as mortes mais honrosas.

Os cuidados com os mortos eram reservados às mulheres, que lavavam e perfumavam o corpo do morto, que era velado na casa da família por um ou dois dias. No velório, as mulheres choravam, e esta era uma das raras ocasiões em que as mulheres da elite apareciam em público. O defunto podia ser cremado ou enterrado, e sua tumba recebia a visita e o cuidado dos parentes. Os gregos acreditavam que o morto seria conduzido por Hermes ao mundo inferior, onde estava Hades, ficando nesse mundo subterrâneo para todo o sempre. A sepultura seria o local de ligação entre vivos e mortos, e apenas a lembrança dos vivos fazia com que o morto tivesse algum conforto no Hades.

As sepulturas nos trazem um rico cabedal de informações. A arte funerária nos revelou epígrafes e imagens com as quais os historiadores lançam luz sobre a sociedade que estudam.



Figura 15.5: Estela funerária de Hegeso, filha de Proxenos, encontrada no Kerameikos, o cemitério ateniense (século V a.C.).

Fonte: <http://www.hellenic-art.com/statues/hegeso.htm>

Quanto à vida familiar, percebemos que o casamento de pobres e o de ricos eram bastante diferentes. Os camponeses e artesãos, que tinham de trabalhar para sobreviver, casavam-se muito cedo. Já os homens ricos casavam-se mais tarde. Entre estes, o casamento era considerado uma aliança entre famílias, sendo acertado entre o pai da noiva e o noivo, ou seu pai. O noivo era, frequentemente, mais velho que a noiva, os homens casavam-se perto dos trinta anos, e as mulheres, em torno dos quinze anos.

Entre os pobres, ao que tudo indica, o casamento era menos formal, a diferença de idade entre os cônjuges era menor ou inexistente e a mulher não era confinada; acredita-se que, entre as classes mais pobres, era a própria mulher que decidia sobre seu casamento, e não seu pai. A mulher costumava se casar ainda na puberdade. Aos 12 ou 13 anos, ela já podia passar à posição de dona de casa. O marido, com seus 35 ou 40 anos, ou seja, um homem maduro, tornava-se o responsável legal pela esposa, denominada *mélissa* (abelha, em grego). A mulher passava a fazer parte da família do marido, e a descendência era marcada pelo lado paterno, em uma relação patrilinear, ou seja,

centrada nos antepassados paternos. O casamento, para a elite, visava a transmissão da herança e, por isso, esperava-se que da união resultassem filhos, os herdeiros; a esterilidade da mulher justificava o divórcio (LESSA, 2001).

Os gregos acreditavam que o sêmen encontrava na mulher apenas um terreno para se desenvolver. *Sperma*, em grego, quer dizer "semente", e, por analogia com o que se passa na agricultura, consideravam que a mulher era a terra, que era fertilizada pelas sementes do marido. Se uma mulher não produzisse filhos, era necessariamente uma falha dela, e o marido podia divorciar-se legalmente.

Embora os maridos fossem, em geral, muito mais velhos que as mulheres, e corressem muitos riscos de morrerem na guerra, não havia um descompasso muito grande entre as populações masculina e feminina. As mulheres morriam com frequência nos trabalhos de parto. Os homens costumavam, então, se casar muitas vezes. Percebe-se, por tudo isso, que mulheres e homens vivam muito distantes uns dos outros. O casamento não era, como nós tendemos a considerar atualmente, uma relação afetiva, e sim uma relação familiar e política, que visava à geração de filhos legítimos para a *pólis*. Afeto e sexualidade passavam longe do casamento.

Paremos para considerar o segundo termo: *sexualidade*. Hoje em dia, falamos e ouvimos muito essa palavra, mas sexualidade é uma noção criada modernamente, referindo-se ao modo como se expressam as relações entre os sexos e seus desejos. E, nesse campo, os gregos também eram bem distintos de nós.

Para nós, amor e sexualidade estão relacionados entre si, e, no mundo ocidental moderno, não se pode separar esses temas de dois aspectos que não existiam na Antigüidade grega: a herança judaico-cristã e o discurso científico do século XIX a.C. No primeiro caso, as relações sexuais ligam-se tradicionalmente às noções de culpa e pecado, de abstinência e controle dos desejos, considerados, de um modo ou de outro, ligados às forças demoníacas. A noção do pecado original é aqui muito importante, pois se associa a queda do Paraíso à descoberta da nudez e, portanto, da sexualidade (*Gen. 3, 6-7*).

No cristianismo tradicional, justifica-se a relação sexual apenas para a reprodução, e, por isso, o casamento foi, durante muitos séculos, algo apenas tolerado pela Igreja. O protestantismo, que viria a abençoar a procriação, seguia uma tradição também presente na Bíblia, segundo a qual o ser humano devia "crescer e multiplicar-se". Contudo, mesmo aqui, justifica-se a relação sexual apenas pela procriação. Isso não significa que não tenha havido muitas práticas diversas, mas o que nos importa agora é que havia um padrão moral que, ao não ser seguido, implicava uma sanção externa, por parte das autoridades eclesásticas, mas também sanções internas, como o sentimento de culpa, que leva milhares de pessoas ao analista diariamente...

A partir do século XIX a.C., assistimos a um interesse crescente pelo estudo das Ciências, com o chamado "cientificismo", que você estudará em História Moderna, e a sexualidade humana passou a ser considerada algo que pertence não ao reino divino, mas ao reino animal.

A inserção do ser humano no reino animal foi capital para se encarar a sexualidade como instintiva e semelhante à do animal. Retirada, aparentemente, a culpa, a sexualidade passou a ser algo cientificamente analisável, muitas vezes levada ao paroxismo. Criaram-se, então, conceitos antes inexistentes, como homossexualidade, heterossexualidade, bissexualidade etc., mas o que nos interessa aqui é que somos herdeiros dessas duas concepções bastante diversas de sexualidade; uma tradicional, ligada às sanções morais da religião, e outra derivada da ciência, que "coisifica" e quantifica o ser humano e suas relações. Para entendermos a sexualidade grega, temos de nos esforçar por abandonar essas duas concepções.

As relações entre seres humanos, não importando quais sejam, não existem fora da cultura. No caso da sexualidade, dá-se o mesmo; por exemplo, não estamos mais habituados a casamentos arranjados, nem à poligamia institucional, mas outras sociedades atuais fazem uso deles.

O **gineceu**, do grego *ginós* (mulher), era ala reservada às mulheres *oikós* ateniense. O *androceu*, por sua vez, era a ala masculina (de *andrós* = homem).

Na elite grega, os casamentos eram arranjados, e não ocorriam "por amor", tal como os concebemos. A própria idéia de beleza feminina era completamente diferente da nossa. Em primeiro lugar, os homens procuravam nas mulheres a perfeição física, isto é, a ausência de defeitos, e, em seguida, uma robustez que garantisse bons partos. Uma pele muito clara também era desejada, significando que a mulher ficava reclusa no **gineceu**, e não se expondo ao sol. A timidez era uma grande qualidade (LESSA, 2001).

Na escolha do futuro marido de suas filhas, os pais valorizavam a força física, a coragem e o *status* social do genro. Mas, para a imensa maioria da população, o casamento, mais do que uma união de famílias e propriedades, era uma maneira de conseguir sobreviver trabalhando em conjunto.

Na sociedade ateniense, o espaço privado estava ligado à individualidade e à vida doméstica. A casa era um espaço partilhado apenas pelos familiares. Havia, então, uma bipolaridade forjada pela ideologia masculina ateniense. Certamente – como em todo discurso ideológico –, havia uma distância entre o discurso e a prática social. Se os textos de autores atenienses como Xenofontes e os pintores de vasos nos apresentam as esposas dos *aristoi* atenienses, fazem-no com a preocupação de exaltar o modelo considerado virtuoso da mulher-abelha (*mélissa*) (VERNANT, 1989, p. 218).



Por *ideologia*, entendemos aqui um conjunto de representações dos valores éticos e estéticos que norteiam o comportamento social. No caso da sociedade ateniense, os valores estéticos estão representados pelos ideais de proporção, justa medida, equilíbrio; enquanto os valores éticos, pela *paidéia*, ou seja, falar a língua grega, comer o pão, beber o vinho misturado a água, lutar na primeira fila de combate, obedecer às leis, cuidar dos pais e fazer os seus funerais, manter o fogo sagrado da lareira doméstica, ter filhos do sexo masculino e participar ativamente da vida política. De acordo com G. Duby, ideologia é um sistema completo, que tende a ocultar certas articulações projetando toda a luz sobre outras (DUBY, 1988, p. 132).

A esposa bem-nascida é representada, no sistema *políade*, por meio de um modelo idealizado a partir da abelha (*mélissa*), cujos traços principais nos são apresentados por M. Detienne: "tipo de vida puro e casto, ou seja, uma atividade sexual bastante discreta, hostilidade aos odores e à sedução; fidelidade conjugal" (DETIENNE, 1976, p. 55-56). Pesquisas atuais como as desenvolvidas por Fábio Lessa (2001) e Marta Mega de Andrade (2002) vêm demonstrando, contudo, com base em dados arqueológicos, a distância entre a ideologia masculina e a realidade da prática social da Grécia.

Podemos afirmar, então, que o contraste feito pela ideologia ateniense entre vida pública e privada era aguçado. O ambiente público era igualitário, competitivo e impessoal. Seu local típico era a arena aberta – assembleia, mercado, tribunais, teatro, ginásio e batalhas. O *oikós*, ao contrário, era o espaço fechado, hierarquizado e muito mais funcional do que ornamental. No seu interior, os relacionamentos eram hierárquicos: marido-mulher, pai-criança, senhor-escravo (LESSA, 2001, p. 51).

Na elite, então, podemos dizer que o sistema familiar era patriarcal e fortemente limitador da liberdade das mulheres. Um de seus traços mais marcantes era a relativa separação entre o mundo privado feminino e o mundo público masculino. Não havia, decerto, grandes oportunidades de socialização entre mulheres e homens, sendo a esfera de contato das mulheres eminentemente feminina, restrita às mães, às demais parentes, às escravas etc. Um bom exemplo dessa falta de socialização entre mulheres e homens é o próprio casamento, visto que os esposos raramente chegavam a se conhecer antes de sua realização.

Certamente, pessoas que se desconhecem não podem se amar... Já antes do uso da escrita alfabética, na sociedade homérica, existia entre os gregos o conceito de "amor nobre", o amor entre homens. Na religião grega, os deuses também mantinham relações homoeróticas, como Zeus e Ganimedes, Zéfiro e Jacinto etc. Era considerado "nobre" porque se baseava nas afinidades de idéias, na relação de aprendizado, a chamada *pederastia*. Este nome indica

que se tratava de uma relação pedagógica, isto é, de educação, entre um mestre e um aluno (em grego, "menino" é *paidós*, termo de que derivam tanto "pedagogia" como "pederastia"). Tal processo pedagógico era regido por normas fixadas pelos costumes e que eram ratificadas entre o erastão (o amante adulto) e o pai de erômenos (o adolescente), em fase de formação para a vida pública.



Figura 15.6: Zéfiro e Jacinto. (Taça ática de figuras vermelhas, do pintor Douris, século V a.C.)

Fonte: <http://es.wikipedia.org/wiki/Imagem:Hyakinthos.jpg>

Havia, pois, relações amorosas lícitas e comuns entre homens, sem que houvesse qualquer problema nisso (que, como vimos, se origina na tradição judaico-cristã). Esses homens não eram classificados em outra categoria, como hoje se faz, pois não havia a idéia de homossexualidade. Esse tipo de comportamento era generalizado entre os gregos, sendo a regra, não a exceção (REDFIELD, 1994). Por isso mesmo, os romanos definirão o amor entre homens como "amor à grega". E esses amantes masculinos não deixavam de se relacionar com mulheres; antes do casamento, mantinham relações com as *hetairas*, "companheiras" de banquete que, obviamente, não eram suas esposas legítimas. Nesses banquetes, como já dissemos, comia-se, bebia-se, conversava-se, filosofava-se, mas havia também relações sexuais, que envolviam tanto homens entre si como com as *hetairas*. Enfim, era comum que houvesse verdadeiras orgias nos banquetes.

Os casados, mesmo que tivessem amantes masculinos, não deixavam de se preocupar com a reprodução da família, pois o casamento não envolvia relações de amor. Eram comuns, ainda, relações sexuais com escravos da casa, homens ou mulheres. Havia, pois, na Grécia Antiga, diversos tipos de relações amorosas e sexuais concomitantes e socialmente bem aceitas.



O poeta Luciano de Samósata, por volta de 160 d.C., realizou uma viagem que narrou em *Assuntos do coração*. Nessa viagem, foi acompanhado por dois jovens gregos, Cáricles e Calicrátidas, a quem nos apresenta como pessoas excêntricas em termos das preferências sexuais da época. O jovem Cáricles sentia-se atraído exclusivamente por mulheres, enquanto Calicrátidas as evitava como sendo "poços de perdição". No poema, ocorre um debate entre ambos os jovens, que aconteceu quando visitavam o templo de Afrodite, em Cnido, no Mediterrâneo, uma espécie de centro de peregrinação para o qual afluíam pessoas com problemas que, hoje, classificamos como "sexuais".

No momento em que o trio de amigos observava a estátua de Afrodite, discutindo que tipo de amor era superior, o das mulheres ou o dos homens, Luciano repara em uma mancha escura na parte interna da coxa da estátua, e a guia, uma senhora idosa da região, conta uma historietta para o grupo: muito tempo atrás, um jovem de uma ilustre família local visitara o templo e ficara obcecado com a estátua da deusa. Visitava, então, o templo todos os dias, olhando fixamente para a estátua, e falava amorosamente com a deusa. Vejamos o que nos diz o poeta:

Finalmente, à medida que sua paixão tornou-se mais inflamada, o rapaz rabiscou mensagens de amor em todas as paredes do templo. Trouxe tudo o que podia para o altar, como oferendas à deusa. Por fim, a tendência violenta de seus desejos transformou-se em desespero e a audácia tornou-se sua alcoviteira.

Certa noite, na hora do crepúsculo, esgueirou-se atrás da porta e escondeu-se no interior do santuário – mantendo-se imóvel, quase não respirava. Quando os guardiões do templo fecharam a porta como de hábito, ele ficou trancado sozinho no interior com a deusa. Mas que necessidade há que eu descreva em detalhes o ato sórdido cometido naquela noite? Essas manchas resultantes de seus abraços amorosos foram vistas no dia seguinte; a mácula na perna da deusa prova o que ela sofreu.

Dizem que o rapaz em questão se atirou de um penhasco e desapareceu para sempre.

Espantados com a história, os amigos retomaram a sua discussão: qual era o melhor amor? E as discussões se estenderam ao longo de muitas páginas... Finalmente, vencido pelo cansaço, o poeta concedeu a vitória a Calicrátidas, o pederasta. Luciano concordou com ele de que o amor pelas mulheres é complicado pela necessidade humana de procriar, enquanto a paixão pelos rapazes era mais próxima da amizade, mais pura e desinteressada. Isso se dava porque as mulheres eram vistas, pelos homens, como objeto de posse e uso, o que não permitia que houvesse amor entre eles.

E o que podemos falar das mulheres? Vejamos alguns fragmentos da poetisa mais famosa da Grécia Antiga, Safo de Lesbos:

Antigamente, era assim que dançavam
a essa hora, as mulheres de Creta;
ao som da música, ao redor do altar sagrado
dançavam, calçando sob os pés delicados
as flores tenras da relva.
A Lua já se pôs,
e as Plêiades; é meia-
noite; a hora passa e eu
deitada estou sozinha
Vieste e me fizeste bem. Eu esperava,
queimando de amor; tu me trazes a paz
(FONTES, 1992, p. 91; 113).

Essa poetisa, Safo, tornou-se líder de uma sociedade literária feminina, chamada *moisopólos oikía* ("casa das musas"). O grupo de mulheres que se reuniam ao redor de Safo se dedicava à música, à poesia e ao culto de Afrodite. Apesar de o mundo grego ser fortemente patriarcal, verifica-se que havia muitas expressões literárias, artísticas e filosóficas femininas, que vêm sendo estudadas cada vez mais.

Safo, chamada na Antigüidade de "A Décima Musa", traz-nos poesias homoeróticas não-fálicas, bilaterais e igualitárias, expressando o desejo sexual feminino. Seus poemas nos chegaram de modo fragmentário, após os séculos de repressão feminina que o Ocidente conheceu, e vêm sendo recuperados atualmente. Bella Zweig (1993, p. 148), por exemplo, nos diz que Safo foi vítima de uma "deliberada falsificação do material antigo, por exemplo, mudando os finais indicativos de gênero, na sua poesia, para fazê-la amar homens." Vemos, nos fragmentos que apresentamos, a presença de Afrodite, que também pode ser creditada a um contexto feminino. Como as informações diretas do comportamento e da reflexão das mulheres

na Grécia Antiga são muito raras para nós, os poemas sáficos são importantíssimos para a pesquisa histórica, permitindo-nos repensar toda uma série de conceitos sobre a sociedade grega, após séculos de manipulações das fontes antigas por intérpretes medievais e modernos. Muito resta ainda por estudar, mas os estudos sobre as mulheres gregas são muito promissores atualmente.

Os gregos, enfim, não pareciam sentir culpa nem encaravam o sexo como algo cientificamente analisável. Para eles, era algo ligado à *physis*, portanto, às forças divinas. As relações amorosas eram designadas, em geral, pelo nome *aphrodisia*, que significa “aquilo que está sob o domínio de Afrodite”, uma das deusas mais poderosas do panteão grego.

Havia, porém, críticas a dois tipos de comportamento sexual, ambos gerados pelo descontrole. Deixar-se levar pelos desejos sexuais, caso isso implicasse atitudes consideradas pouco apropriadas, como uma paixão desmedida, era condenado. Nesse caso, a reprovação podia cair sobre o amor entre homens e mulheres também, mas este caso era raro, dado o afastamento entre os dois sexos. Um segundo comportamento moralmente condenável era o descontrole que levava, no homem, aos modos efeminados, considerados falta de moderação.



Atende ao Objetivo 1

2. A sociedade ateniense se caracterizava pela existência de uma representação ideológica binária, constituída a partir da oposição interno/feminino x externo/masculino. Com base nessa afirmação, analise a seguinte passagem de Xenofonte e redija um pequeno texto:

Ora, como essas duplas funções, as do interior e as do exterior, demandam atividades e cuidado, a divindade, a meu ver, afeiçoou antecipadamente a natureza da mulher para os cuidados e os trabalhos do interior, e a do homem para os trabalhos e cuidados do exterior (*Econômico*, VIII, 22; VII, 35-36).

Comentário

O argumento principal de Xenofonte é que existem espaços separados de atividades para homens e mulheres, mas também que esses espaços são complementares. O autor se refere predominantemente a uma divisão de tarefas, de competências e de autoridade, dada a ideologia *políade* ateniense, que priorizava o público em detrimento do privado. O universo privado é reservado, no discurso, à mulher, reproduzindo o modelo ideal feminino preconizado pelos homens. Podemos dizer, assim, que a importância da mulher no mundo das *poleis* residia no fato de conceber herdeiros legítimos, perpetuando o grupo familiar e, por conseguinte, a própria *pólis*.

Religião e cultura

O mundo divino das *poleis* helênicas é de uma riqueza rara. Trata-se de um mundo politeísta e, como ocorre frequentemente nesses casos, a multiplicidade das divindades permite muitas adaptações, alterações, composições. A profusão – que nos parece quase anárquica – das divindades corresponde, em grande medida, à multiplicidade das *poleis* que compõem o mundo grego.

Seres divinos e seres humanos

A religião grega era um importante fator de unidade num mundo de cidades com instituições e costumes tão diversos, como o era o mundo grego. No corpo dessa religião, havia, porém, muitas crenças que variavam com o tempo, ou conforme os lugares, já que não havia livros sagrados definitivos, como a Bíblia, nem um clero organizado, tampouco uma teologia. Contribuições de poetas, artistas e populares foram significativas para o desenvolvimento das crenças, imagens e cultos, constituindo, assim, a religiosidade grega.

As fontes e a riqueza dessa religião, cujos deuses eram bastante próximos dos homens e da terra, radicavam na vida concreta e quotidiana dos gregos, que acreditavam que Zeus estava presente no raio e na chuva, que Hermes acompanhava os viajantes, que Deméter determinava a sorte dos campos, que Poseidon comandava os humores dos mares, que Afrodite regia a vida amorosa etc. Para os gregos, os deuses interferiam, de forma direta, na vida dos mortais, comandando a natureza, participando da vida de cada ser humano, zangando-se, premiando, manifestando-se sempre, fosse por meio de trovões, sonhos, oráculos etc. Outras entidades mitológicas – ninfas, monstros, sereias, faunos – estavam também sempre presentes e atuantes no quotidiano.

Com relação aos cultos e ritos, podemos dizer que ocorriam em dois níveis separados: o público e o doméstico. Os cultos e rituais religiosos domésticos eram variados e desenvolviam-se com maior liberdade, enquanto os públicos eram estatais, tinham um nítido caráter oficial, representando o espírito cívico, e, portanto, suas formas evoluíram mais lentamente.

Os deuses e heróis gregos eram diferentes da noção que nós temos da divindade. Segundo a Bíblia, base da tradição moderna, os seres humanos foram criados à semelhança divina de um deus único. Por terem se distanciado da perfeição divina, os seres humanos tornaram-se cheios de desejos e, por conseqüência, de insatisfações e imperfeições. Os mortais têm sentimentos como o amor e o ódio, dizem tanto a verdade como a mentira, nascem, crescem e morrem. Nada disso ocorre com a divindade judaico-cristã, que serve de modelo para o homem, com a perfeição que não é abalada pelos sentimentos humanos. A própria representação da divindade com aparência humana é raríssima hoje em dia, e, quando é feita, é encarada mais como uma metáfora, já que se acredita geralmente que um deus não pode ser como um simples homem.

Não podemos nos aproximar da compreensão dos deuses gregos sem nos despirmos dessa nossa concepção da divindade. Os deuses gregos comportavam-se de modo muito semelhante aos homens, sendo deles distinguidos pela imortalidade. Aos seus deuses, os gregos

atribuíram formas e sentimentos humaníssimos, mas não adoeciam, não envelheciam, não morriam e eram muito mais poderosos, embora pudessem, às vezes, se aliar aos homens para demonstrar seu poder ou atingir determinados objetivos. Podiam ser personificações de sentimentos, como é o caso de Eros, ou de conceitos, como é o caso da Tyché (*Fortuna ou Sorte*). E os gregos também atribuíam aos deuses muitos fenômenos da natureza, como tempestades, doenças etc. A religião grega também explicava a origem do *kosmós*, como você já viu em seu curso de Filosofia.



Figura 15.7: Poseidon. (Escultura do período clássico.)

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:0036MAN_Poseidon.jpg

Aos seus deuses, os gregos também reputavam histórias, aventuras, narrativas fantásticas, que eram passadas, oralmente, de geração a geração. A própria palavra "mito" não tinha o sentido de história fantasiosa que adquiriu posteriormente. Ao contrário, o povo grego acreditava que os mitos eram relatos que provinham dos antepassados e, por isso, eram aceitos como acontecimentos de um passado distante. Com o passar do tempo e o advento da escrita, os mitos foram registrados, redefinidos, aprimorados, seus personagens tornaram-se figuras esculpidas em mármore ou bronze, fixando-se, a partir daí, o que antes era um emaranhado de crenças, narrativas e cultos originários de tradições indo-européias, cretenses e asiáticas, desenvolvidos ao longo do tempo. Entretanto, mesmo após sua fixação, os mitos não deixaram de evoluir durante toda a civilização grega.

Esses mitos servem ao historiador como importante fonte de conhecimento sobre o pensamento grego e as características de seu culto. Além disso, embora muitas das histórias dos heróis e suas aventuras sejam nitidamente imaginárias, revelam ao historiador como os gregos se relacionavam com a natureza, as suas ocupações, seus instrumentos, seus costumes e os lugares que conheciam. Os mitos gregos, além disso, permanecem atuais, por tratarem de sentimentos humanos e, muitas vezes, traduzirem ou procurarem responder a indagações morais e existenciais que rondam a mente humana. Por isso, ainda falam à nossa sensibilidade.

Em honra a Zeus e a outras divindades, celebravam jogos, e os mais famosos (para nós) eram os jogos Olímpicos, em honra de Zeus, na cidade de Olímpia, de quatro em quatro anos, com duração de cinco dias.



Figura 15.8: Sítio arqueológico da *palestra* (local onde os atletas se exercitavam) em Olímpia, Grécia.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Palestra_at_Olympia.jpg

A religião grega é uma religião *políade*, ou seja, é a religião das divindades protetoras da cidade. A *pólis* se articula, como você já viu, em torno de dois espaços distintos: a *ágora*, a praça pública, onde se resolvem os assuntos humanos, e a *acrópole*, a morada dos deuses. Assim, os deuses que habitavam a *acrópole* tinham por missão assegurar a proteção e a prosperidade de toda a comunidade, da qual fazia parte. É o caso de Poseidon, em Pilos, por exemplo, e de Atena, em Atenas. Vejamos o caso de Atena, que residia no *Parthenon*, em Atenas.



Figura 15.9: O Parthenon, templo de Atena, na acrópole de Atenas.

Fonte: http://de.wikipedia.org/wiki/Bild:Athens_Acropolis.jpg

Deusa protetora da cidade, portanto de todos os membros da comunidade *políade*, todos participavam dos seus festivais e a *pólis* desembolsava o que era necessário para a organização de seu culto. O festival em honra da divindade da *pólis* (as *Panateneias*) era uma ocasião na qual se reforçavam os laços sociais, num contexto de celebração que incluía jogos atléticos e encenações teatrais. Isso era do maior interesse para a *pólis*, reforçando a coesão social.

A Grécia clássica era um mundo dividido numa multiplicidade de cidades que conservavam, de forma ciumenta, a sua autonomia e buscavam impor a sua superioridade sobre as vizinhas, o que causava uma situação de conflito permanente entre elas. Em alguns lugares privilegiados, entretanto, estabeleciam-se nichos de paz e concórdia, e se estruturava um santuário supranacional, os santuários pan-helênicos. Duas atividades religiosas animavam esses locais: a prática da adivinhação, nos *oráculos*, e os jogos atléticos.

No que se refere aos oráculos, as formas eram variadas. No caso do Oráculo de Zeus, em Dodona, a adivinhação se dava pela interpretação de sons provocados pelo vento em uma árvore sagrada, que representava as forças provenientes de Gaia e o seu contato com o mundo terreno. No caso do Oráculo de Apolo, em Delfos, a adivinhação se dava por intermédio da *pitonisa*, a sacerdotisa que, em estado de entusiasmo (do grego *enthousiasmós*, que significa "ter o deus em si"), dizia-se possuída pela divindade, gritando uma mensagem obscura que tinha, depois, de ser decifrada ou interpretada pelos sacerdotes que a auxiliavam.



Figura 15.10: Sítio do Templo de Apolo, em Delfos.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Delphi_temple-650px.jpg

Quanto aos jogos atléticos, os mais importantes se desenrolavam em Delfos, no Istmo de Corinto, em Olímpia e em Atenas. Havia, contudo, uma infinidade de outros jogos, de influência local.

Os jogos tinham uma origem aristocrática, e eram um momento importante das práticas religiosas gregas. Em Olímpia, de que já falamos, os jogos foram estabelecidos em memória de Pelops, um herói, por Heracles, um semideus. Em geral, comemoravam originalmente um herói morto, cuja vida além da morte e energia vital cumulavam a comunidade de vigor. Os jogos atléticos eram, portanto, rituais religiosos de renovação e rituais políticos de coesão social.

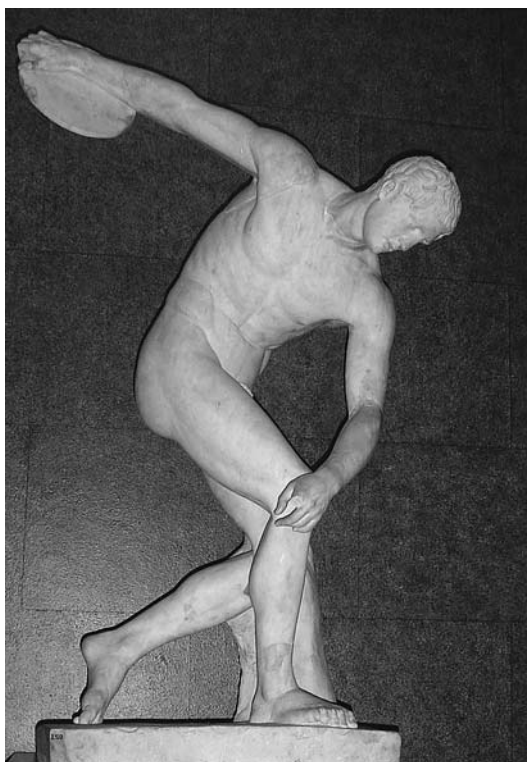


Figura 15.11: Discóbulo (atleta lançador de disco) de Míron. (Escultura em mármore, cópia romana.)

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Discobulus.jpg>

A renovação das forças da comunidade, promovida pelos jogos atléticos, estava ligada, de modo geral, às energias cósmicas. No período arcaico, eles comemoravam o "grande ano", um ciclo de oito anos que marcava, no calendário grego, a coincidência dos ciclos solar e lunar. Mas, já no período clássico, esse intervalo foi dividido e os jogos passaram a ocorrer de quatro em quatro anos. Tão importante para a vida cívica foram os jogos que a realização dos primeiros jogos pan-helênicos, ocorrida em 776 a.C. em Olímpia, foi tomada como o marco inicial do calendário grego. E os povos helênicos contavam o tempo dizendo o ano tal de tal olimpíada.

A vitória nos jogos dava à *pólis* de onde provinha o atleta um grande prestígio, e o encontro regular das representações políades helênicas era ocasião para reforçar a solidariedade entre as *poleis*, formular ou reformular alianças entre elas etc.

Os diversos aspectos da religião grega aparecem, pois, como instrumentos operatórios na sustentação da ideologia políade. O teatro grego é um dos elementos mais característicos do mundo das *poleis* clássicas, fazendo parte das suas instituições cívicas. Vamos, então, conhecê-lo em suas linhas gerais.

O teatro grego

O teatro é uma das manifestações mais expressivas da civilização grega, tendo surgido no fim do século VI ou no início do V em Atenas, no âmbito dos festivais dionisíacos. Diôniso tornara-se, no período clássico, uma das divindades cujo culto em Atenas tinha um brilho particular. Dois festivais em especial, o das *Lenéias* (final de janeiro) e as *Grandes Dionisíacas* (final de março), tinham como uma de suas atrações a apresentação de tragédias e comédias em concursos dramáticos presididos pelo arconte (um dos dez magistrados, designado para os assuntos referentes ao teatro).

Tratava-se, então, de uma grande cerimônia religiosa e cívica, ponto alto das festas em honra ao deus. Enquanto Atena era a deusa protetora das artes, dos ofícios e da guerra, Diônisos era inicialmente um deus da vegetação, aliando em sua figura complexa algumas práticas "selvagens" e outras estreitamente ligadas à vida cívica. Nas Grandes Dionisiacas, por exemplo, estavam presentes não apenas os cidadãos, mas também metecos (estrangeiros residentes), bem como representantes das cidades aliadas de Atenas, que iam nessa ocasião levar-lhe o tributo anual exigido.

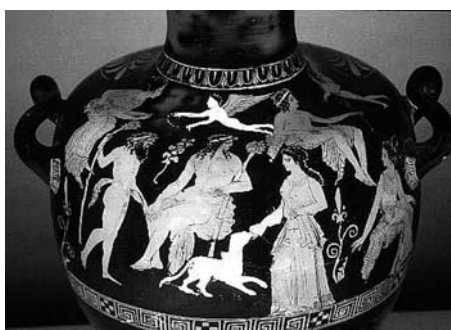


Figura 15.12: Diônisos. Vaso ático de figuras vermelhas (período clássico).

Fonte: <http://www.nietzscheana.com.ar/dioniso.htm>

Os modernos não chegaram a um acordo se as mulheres atenienses podiam ir ao teatro. Tudo indica que não eram excluídas, na medida em que se tratava de uma cerimônia religiosa da qual participavam por direito. Todos os cidadãos tinham o dever de assistir a essas representações em honra ao deus, e era seu veredicto que determinava qual poeta seria coroado. Dispomos de abundantes informações a respeito do desenrolar das Grandes Dionisiacas. A festa começava com uma procissão (*pompé*), seguida por um sacrifício e um banquete. Um concurso de ditirambos (poesias cantadas e dançadas em honra do deus) precedia os concursos dramáticos propriamente ditos. Depois de um novo sacrifício, desta feita no teatro, eram sorteados os juízes que, à razão de um por tribo, pronunciavam-se após os quatro dias de representações cênicas: três para a tragédia e um para a comédia.



Figura 15.13: Vista aérea do Teatro de Diônisos, em Atenas.

Fonte: http://pobladores.lycos.es/channels/aficiones_y_tiempo_libre/Rincon_d_saint_seiya/area/12

O Teatro de Diônisos situava-se na encosta sudeste da Acrópole. No século V a.C., o apogeu do teatro ateniense, as arquibancadas eram de madeira; apenas no século IV a.C. seriam substituídas por pedras. O teatro comportava até vinte mil espectadores, que passaram a receber, no fim do século V, uma dotação de dois óbolos como *misthoi*, cujo montante foi aumentado no século IV, para o ingresso do teatro, o *theórikon*.

Um nível abaixo das arquibancadas se encontrava a *orchestra*, espaço circular de cerca de dezoito metros de diâmetro, onde ficava o coro. Atrás a *skené*, uma divisória de madeira vazada por três portas que formava todo o cenário, sendo precedida por uma plataforma estreita e levemente elevada, onde ficavam os atores.

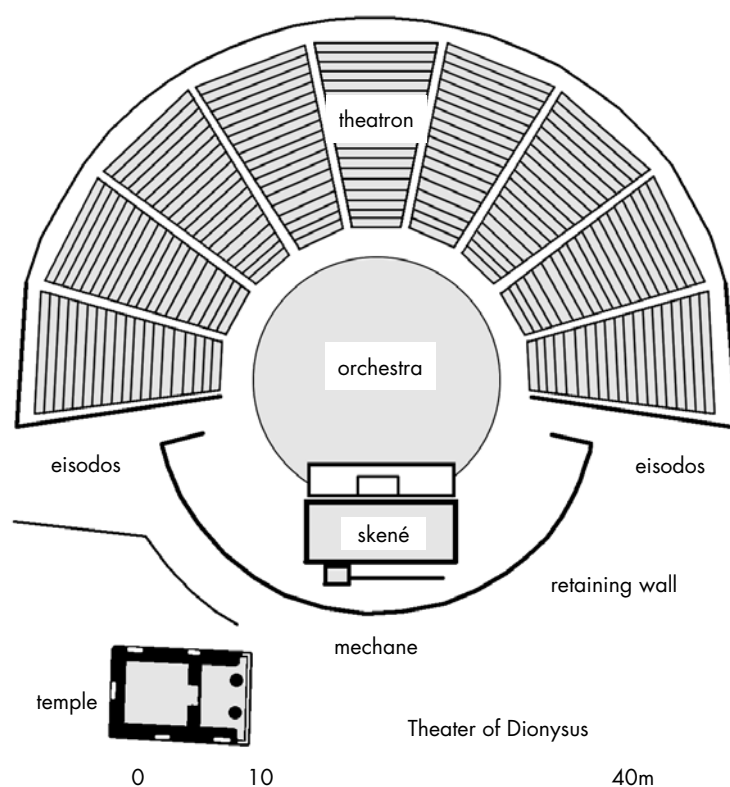


Figura 15.14: Esquema do Teatro de Diônisos.

Fonte: <http://www.colegiosaofrancisco.com.br/alfa/civilizacao-grega/teatro-grego.php>

Como no teatro elisabetano e como em algumas encenações atuais, o cenário era reduzido à sua expressão mais simples, e a imaginação dos espectadores devia suprir a ausência de qualquer sinal real do lugar onde a ação supostamente se passaria. Havia, entretanto, um mecanismo elementar, seja para fazer surgir os deuses acima da *skené*, seja para introduzir uma "cena de interior", por intermédio de uma máquina rolante chamada *ekkilema*, que transportava os atores através da porta central da *skené*. Na verdade, ainda que não houvesse uma "unidade de lugar" propriamente dita, ao se transmitir por um "mensageiro" o que se passava no interior da "casa" ou do "palácio", supria-se a ausência de cenário. Os atores eram todos homens, mesmo nos papéis femininos, e usavam máscaras (*hipócritas*), geralmente feitas de tecido e encimadas por uma peruca. As máscaras rígidas, assim

como os calçados altos (coturnos), parecem só ter surgido no período helenístico. Os figurinos eram em cores vivas, para que pudessem ser vistos de longe.



Figura 15.15: Máscara teatral (*hipócrita*) em terracota (período helenístico).

Fonte: http://fr.wikipedia.org/wiki/Image:Dionysos_mask_Louvre_Myr347.jpg

Desde meados do século V havia três atores em cena representando todos os papéis, além de alguns figurantes mudos. O primeiro ator (*protagonista*) desempenhava o papel principal e certos papéis secundários. A mudança das máscaras permitia aos espectadores reconhecer o personagem interpretado pelo ator.

O coro compreendia entre doze e quinze pessoas. Não eram atores profissionais, mas cidadãos comuns recrutados e treinados pelo *corego*, o cidadão abastado que assim cumpria uma *liturgia*. Os *coreutas* eram também mascarados e carregavam o atributo simbólico do grupo que coletivamente representavam: bengala para os idosos, roupas escuras para as mulheres de luto, tirso e peles de cervo para as bacantes etc. O coro era acompanhado

nas recitações cantadas por um flautista, que não usava máscara. Suas intervenções davam ritmo à peça, e ele já foi visto como uma espécie de intermediário entre os atores e o público.

Em relação às peças propriamente ditas, seu tema variava caso fossem tragédias ou comédias. As comédias recorriam muito à vida quotidiana da cidade, ainda que o enredo fosse imaginário. Assim, o comediógrafo Aristófanes punha em cena, sob disfarces grotescos, políticos, estrategos, filósofos contemporâneos (e mesmo deuses). Na peça *Lisístrata*, quando a cidade de Atenas estava esgotada pela Guerra do Peloponeso, sugeriu a conclusão de uma paz unilateral por parte de seu herói ou uma greve de sexo das mulheres de Atenas, estendendo assim à cidade um espelho em que ela se reconhecia.

Os tragediógrafos, por outro lado, buscavam nos relatos míticos transmitidos pelos poetas épicos os temas de suas peças, ainda que freqüentemente as reflexões de um personagem remetesse a preocupações do momento. Isso é particularmente perceptível no teatro de Eurípedes, composto no tempo da Guerra do Peloponeso.

As peças, em especial as tragédias, eram construídas de acordo com um esquema invariável: um prólogo antes da entrada do coro, que expunha a situação, seguido pelo *párodos*, a primeira intervenção do coro, alternando-se em seguida as cenas faladas e cantadas até a cena final, ou êxodo. O tema de uma peça em geral consistia em um episódio particularmente significativo do mito em que se baseava, no caso das tragédias, que eram agrupadas em trilogias, ou seja, em grupos de três peças. Apenas uma dessas trilogias subsistiu em sua íntegra: a *Oréstia*, de Ésquilo, que evoca três momentos importantes do mito dos Átridas: o assassinato de Agamêmnon, o assassinato de Clitemnestra e Egisto e a fuga de Orestes perseguido pelas Erínias e absolvido do crime de matricídio de que era culpado pelo Areópago.

Muito foi discutido entre os modernos acerca da "psicologia" dos personagens do teatro ateniense. Em relação à comédia, esse problema não se pôs; o que o autor põe em cena são tipos desenhados em suas grandes linhas. Até mesmo o teatro de Menandro, no fim do

século IV a.C., embora conferindo aos "sentimentos", especialmente ao amor, uma importância nova, elabora uma tipologia que será herdada pela comédia romana: o velho, o rapaz, a mocinha, a cortesã, o soldado, o parasita etc. Em relação à tragédia, o problema é mais complexo, pois Clitemnestra, Édipo e Medéia aparecem como personagens excepcionais. Mesmo assim, mais do que o desenho das personagens, é a organização da intriga que lhes confere tal "personalidade" excepcional.

O século V a.C. é a grande época do teatro grego, sintetizada pelos nomes de Ésquilo, Sófocles e Eurípedes na tragédia e pelo de Aristófanes na comédia. No século IV a.C., a produção dramática é aparentemente menor, já que são reencenadas as peças dos autores do século anterior com mais frequência do que são encenadas peças novas. Praticamente, nada subsistiu da tragédia, e apenas alguns fragmentos da "comédia intermediária" restaram da obra dos comediógrafos. É somente com Menandro, nas últimas décadas do século, que a comédia passará por um novo renascimento, surgindo a "comédia nova".



Figura 15.16: Atores celebrando após uma representação. (Relevo votivo de mármore do período clássico.)

Fonte: http://fr.wikipedia.org/wiki/Th%C3%A9%C3%A2tre_grec_antique



Atende ao Objetivo 1

3. Leia com atenção o texto a seguir:

Embora o tema da tragédia seja, mais ou menos indiretamente, o marginal, o diferente, o irracional, todas as partes da representação teatral refletem a sua integração na cidade e nas suas instituições democráticas. (...) A tragédia podia levar à cena, de forma simbólica e religiosa, debates contemporâneos acerca de temas políticos e morais, como, por exemplo, a limitação dos poderes do Areópago, nas *Eumênides*, de Ésquilo. (...) Acima de tudo, a tragédia cria um espírito comunitário, no teatro e na cidade. Na cidade, os cidadãos-espectadores, embora diferentes, têm consciência de sua unidade dentro da cidade e do edifício público onde estão reunidos. Os espectadores da tragédia tornam-se espectadores uns dos outros enquanto cidadãos e enquanto espectadores da peça (SEGAL, 1994, p. 193-195).

Com base nesse texto e naquilo que você estudou nesta aula, elabore uma pequena dissertação sobre o teatro ateniense, destacando sua ligação com a religião grega e a *pólis*.

[illegible]

Comentário

Você deverá refletir sobre as características da experiência religiosa grega, que se refletia em muitas de suas práticas sociais e políticas, como nos festivais públicos e, designadamente, no teatro. Busque analisar e dissertar sobre a vida em comum na Grécia clássica, sobre a vida do cidadão, em seus fundamentos religiosos e em suas práticas cívicas.

O período helenístico

No século IV a.C., o Mediterrâneo foi sacudido pela expedição de Alexandre, o Grande, e o mundo das *poleis* sofreu grandes transformações. Este conquistador deu ao helenismo uma extensão com a qual nem os mais calorosos defensores da supremacia do grego sobre o "bárbaro" poderiam sonhar. Levou suas armas até a Índia e conquistou um império territorial que ultrapassou o dos persas, fazendo com que as estruturas políticas, econômicas, sociais e mesmo mentais do mundo mediterrânico entrassem em ebulição com a epopéia do jovem herói, que dizia renovar as explorações míticas de Hércules e Diônisos. O Mediterrâneo foi integrado em um único Império, mas com a morte de Alexandre, ninguém poderia suportar o peso de tal fardo.

As transformações do século IV a.C.

A luta entre Atenas e Esparta, conhecida como Guerra do Peloponeso, começou em 431 a.C. e durou até 404 a.C., quando a derrota de Atenas iniciou um período de declínio das *poleis* independentes. A luta entre Atenas e Esparta foi o resultado, acredita-se, da disputa pelo controle das cidades gregas, e mesmo após a

derrota de Atenas as guerras entre as cidades gregas continuaram a ocorrer, resultando no enfraquecimento das *pólis* e na ruína para camponeses e artesãos. Um equilíbrio precário obtido após a Guerra do Peloponeso na Grécia e após a reconstituição do Império Persa por Artaxerxes III ruiu rapidamente sob Filipe, que unira cidades gregas em aliança (Liga de Corinto), com o objetivo de conduzir a guerra na Ásia contra o Grande Rei.

Há que perceber que o Império Persa havia séculos estava diretamente ligado à história grega. O Grande Rei intervinha nas relações entre as cidades gregas, ora apoiando Esparta, ora Atenas durante a Guerra do Peloponeso.

Filipe foi nomeado *hegemon* da Liga e, obviamente, da expedição. Atenas nada pôde fazer, *pólis* que era o grande foco de resistência a Filipe da Macedônia. Quando Atenas se resolveu a participar da guerra, em 336, Filipe foi assassinado e seu filho, Alexandre, subiu ao poder. Ao mesmo tempo, soube-se do assassinato de Artaxerxes.



Figura 15.17: Representação de Alexandre na Batalha de Issus. (Fragmento de mosaico encontrado em Pompéia.)

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:BattleofIssus333BC-mosaic-detail1.jpg>

O que era a Macedônia? Era um pequeno reino, constituído por povos de língua grega, provavelmente os últimos a chegarem aos Bálcãs. Foram, por séculos, obscuros pastores seminômades, e somente no século VII vemos um poder centralizado em torno da necrópole real de Aigai.

Os reis da Macedônia se declaravam gregos e participavam dos Jogos Olímpicos já desde pelo menos o século V a.C. Do mesmo modo, paulatinamente se envolveram nos negócios do mundo grego, e a partir das Guerras Médicas estreitaram suas ligações com Atenas, cabeça da Liga de Delos, e cunharam suas primeiras moedas.

A partir do século IV a.C., vemos o desenvolvimento das cidades macedônicas e o início da exploração das minas do Pangeu. A ligação com o mundo egeu aumentou sobremaneira a partir daí. No século IV a.C., a capital macedônica Aigai (hoje Vergina) foi substituída por Pella.

Os vestígios arqueológicos nos atestam a helenização da Macedônia. É no século IV a.C. que modificações na formação do exército criaram uma força militar invencível. A cavalaria dos *hetairoi* (companheiros) continuou a existir, assim como o seu prestígio, mas o surgimento da infantaria pesada dos *pezhetaoroi* (companheiros a pé), armada com uma lança pesada, a *sarissa*, deu origem à por muito tempo invencível falange macedônica, de que Filipe e Alexandre aproveitarão a força.

Desde a sua subida ao trono, Filipe dominou o mundo egeu. Conquistou o litoral trácio-macedônico, que antes estava sob o controle de Atenas, e soube aproveitar-se dos conflitos entre as cidades da Tessália para lhes impor sua autoridade. Em vinte anos, Filipe impôs a hegemonia macedônica sobre a Grécia continental e deixou um reino forte para seu filho.

Por outro lado, sobre o Império Persa podemos comentar que esse grande território nunca foi realmente unificado. As províncias (satrapias) ocidentais sofriam grande influência das cidades gregas e o Egito reconquistara sua independência no século IV, auxiliado

por estrategos atenienses ou mesmo pelo rei espartano Agesilau. Artaxerxes, principalmente dada a aliança com Idrieus, o sátrapa da Cária (cuja capital era Halicarnasso), filho de Mausolo, conseguiu reconquistar o Egito, mas não sem dificuldades. A ausência de unidade do Império Persa servia para estimular Filipe e as cidades gregas asiáticas à conquista da Ásia. Com o assassinato, à mesma época, de Filipe e de Artaxerxes, os dois novos reis, Alexandre e Dario, disputaram o Mediterrâneo oriental.

Alexandre desembarcou na Ásia Menor em 334, para conduzir a campanha contra os persas, como *hegemon* dos gregos aliados na Liga de Corinto, com o objetivo declarado de "libertar" as cidades gregas da Ásia. Esse era um tema antigo, a Liga de Delos já fora criada com esse intuito. Na verdade, sabemos que quando Dario III subiu ao trono, em 336 a.C., a maioria dessas cidades pagava tributo ao Grande Rei e fornecia-lhe navios e homens para a frota.

Alexandre se apresentava como defensor da liberdade e, após conquistar as cidades, impôs regimes de tipo democrático e em geral perseguiu as elites pró-persas. As cidades passaram a pagar tributo (sinal de sujeição, na Antigüidade) a Alexandre. Rapidamente Alexandre realizou o objetivo traçado pela aliança celebrada entre Filipe e os gregos (Liga de Corinto), mas demorou bastante para desmobilizar os contingentes gregos, o que denota um objetivo de conquista ampliado.

Havia uma grande variedade de estatuto das cidades "libertadas", mas visivelmente não foram integradas à Liga de Corinto. Há notícias, por exemplo, de Alexandre presenteando "amigos" com essas cidades (PLUTARCO, *Alexandre*). Seriam tão livres assim?



Figura 15.18: Império helenístico de Alexandre.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/Image:MacedonEmpire.jpg>

Alexandre, enfim, dominou não apenas a Grécia como também venceu os persas e chegou até a Índia, estabelecendo um império territorial imenso. Não temos como seguir essa epopéia aqui. Entre 336 e 323 a.C., fundou muitas cidades que tiveram, em geral, seu nome, como Alexandria, no Egito.

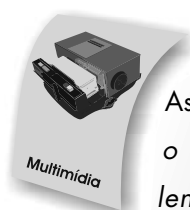
Sobre essa primeira Alexandria, são múltiplas as versões, incluindo a tese de que já seria intenção de Alexandre criar uma capital cultural, que integrasse gregos e bárbaros numa cultura comum (obviamente helênica). Não nos parece que as fundações tenham ido muito além de proteger as conquistas, neste caso, do delta, apesar de a cidade já contar com uma ágora e cedo não se restringir ao seu papel militar. No caso da Alexandria egípcia, será sob os Lágidas que florescerá e conhecerá seu apogeu na Antigüidade.



Figura 15.19: Sítio de Alexandria (teatro do período romano).

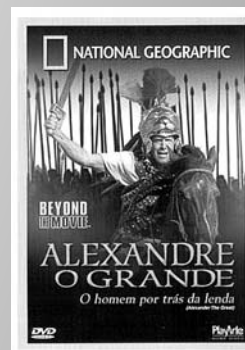
Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Image:The_Roman_Theatre_in_Alexandria.JPG

Alexandria do Egito inicialmente deu o tom às demais fundações: uma guarnição militar e uma população indígena para cultivar o território da cidade. As cidades foram fundadas em pontos estratégicos, mas será que Alexandre tinha planos de uma "fusão" cultural?



Assista ao documentário *Alexandre o Grande: o homem por trás da lenda*, da National Geographic (*Alexander the Great*, EUA, 2004).

Nesse documentário, especialistas discutem a figura do general macedônico que criou um dos maiores impérios já conhecidos, com base em documentos literários e arqueológicos.



Com a morte de Alexandre, seu império se desintegrou em monarquias na Macedônia, no Egito e na Síria. Os Estados helenísticos fizeram com que as *poleis* perdessem sua independência, não tivessem mais exército ou política externa autônoma. As *poleis* gregas, entretanto, continuaram a existir, e cada qual manteve sua própria constituição e suas leis. Quando as monarquias helenísticas foram, gradativamente, incorporadas ao domínio romano, a partir do século II a.C., as *poleis*, ainda assim, continuaram a manter suas instituições, mas se transformavam aos poucos. Mas, embora não tivessem mais uma independência *de fato*, mantiveram uma grande fidelidade à sua cultura.

O Mediterrâneo na época helenística é ainda pouco estudado. Há pouco mais de um século desperta a atenção dos historiadores e, hoje em dia, dos cientistas políticos, para quem o referencial era a história grega clássica, e essa história grega terminava nas disputas sangrentas de Demóstenes e de Filipe II, com um ponto final nas conquistas de Alexandre. Contudo, mesmo com poucas pesquisas a nos guiar, o período helenístico oferece à investigação histórica um campo admirável: mesmo que as fontes escasseiem muitas vezes, a partir de então se multiplicam com o aparecimento de uma documentação nova, os papiros, que conservam tanto tratados e cartas reais como registros de contas ou anotações particulares. Do mesmo modo, a renovação e ampliação da história da arte nos permitiu tratar a iconografia do período helenístico com mais atenção.

A principal característica desses reinos helenísticos era a convivência de muitos povos, com dezenas de línguas, governados por uma elite de origem macedônica e que tinham na língua grega um elemento oficial e universal. Foram fundadas diversas cidades, como Alexandria, no Egito, que viria a se destacar por uma vida intelectual intensa. A civilização helenística se baseava na convivência de muitos povos, e as trocas culturais entre os diferentes grupos se intensificaram de forma extraordinária. Talvez o exemplo mais notório para a história posterior do Ocidente seja a cultura judaico-helenística. Em Alexandria, uma importante comunidade judaica foi

estabelecida, e esses judeus não apenas adotaram a língua grega, como passaram a interpretar sua tradição religiosa à luz da filosofia grega, antecipando o próprio cristianismo, que também faria interagir as tradições grega e judaica.

Começa assim, para a historiografia tradicional, um novo período, a que se decidiu chamar *helenístico* (em alemão, *Hellenismus*), que corresponde a uma incontestável renovação do helenismo em todos os âmbitos e a uma interação política, econômica e social entre povos distintos do Mediterrâneo e mais além e só “termina”, em termos de periodização historiográfica, quando Roma conquista, um por um, todos os reinos helenísticos.



Atende ao Objetivo 2

4. Leia o texto a seguir. Trata-se da transcrição de uma carta de Alexandre, o Grande, aos habitantes da cidade de Quíos, cidade grega da Tróade que apoiou os persas contra a Liga de Corinto, encontrada recentemente em papiro. Após reconquistar a cidade, Alexandre decretou:

Deisiteo exercendo a pritania, do Rei Alexandre ao povo de Quíos. Os exilados originários de Quíos retornarão todos. Nomógrafos serão eleitos para redigir e refazer as leis, de maneira a retirar tudo que fira a democracia e o retorno dos exilados. As redações e correções serão submetidas a Alexandre. Os habitantes de Quíos fornecerão vinte trirremes armadas (navios com três fileiras de remadores), às suas custas [sic]; essas trirremes navegarão pelo mesmo tempo que o restante da marinha grega. Aqueles que entregaram a cidade aos bárbaros (persas), aqueles que fugiram,

serão banidos de todas as cidades que assinaram a paz e serão passíveis de prisão, segundo a decisão dos gregos. Os que ficaram serão processados e julgados pelo sínédrio dos gregos. Se ocorrerem disputas entre os que ficaram e os que retornaram, serão julgadas por nós. Até que os habitantes de Quíos tenham preparado a sua constituição, haverá uma guarnição militar, do Rei Alexandre, grande o suficiente e custeada pelos locais (RIG, p. 33).

Com base na leitura dessa carta, como podemos avaliar a situação política das *poleis* após a conquista de Alexandre?

Resposta Comentada

Alexandre, denominado *basileus* (rei), apresenta-se como mantenedor da tradição da *politeia* e restaurador da democracia. Repare, contudo, que a redação final da Constituição estava sujeita à sua aprovação, e a cidade devia contribuir com homens para o exército real. As cidades gregas, antes autônomas, passam a fazer parte de um império. Perdem aquilo que, tradicionalmente, era o apanágio da liberdade: o exército que possibilitava a defesa da autonomia. Por outro lado, o Império helenístico procurava preservar as regras de funcionamento das cidades, suas magistraturas e leis. O documento, então, retrata bem esses dois aspectos da cidade helenística: a autonomia legislativa interna, mas a falta de liberdade externa.

Considerações Finais

Com a consolidação das conquistas de Alexandre, o mundo das *poleis* independentes paulatinamente deixou de existir. Muitos de seus elementos, porém, inspiraram outros povos e criaram um grande legado que, de certo modo, permanece vivo entre nós.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, faremos a nossa última parada: os quartos “clássicos” do nosso roteiro de viagem: Roma e os romanos.

A partir de agora, você conhecerá a pequena cidade do Lácio, na Itália, que criou o maior Império de todos os tempos: o *Império Romano*.

Aula 16

Roma e Itália:
o espaço, a
ocupação
humana e a
urbs no período
arcaico

Meta da aula

Introduzir o estudante na história da Roma Antiga e de seu Império, a partir do delineamento de questões relativas aos documentos disponíveis para a pesquisa histórica, à ocupação humana da Península Itálica e aos primórdios da cidade de Roma.

Objetivos

Após o estudo do conteúdo desta aula, você deverá ser capaz de:

1. comparar os dados provenientes da tradição lendária sobre a fundação de Roma com as informações arqueológicas sobre a Península Itálica no período em questão;
2. reconhecer elementos e instituições da sociedade romana no período monárquico, compreendendo alguns de seus principais aspectos conhecidos.

Pré-requisitos

Para que você encontre maior facilidade na compreensão desta aula, é importante ter em mãos um bom dicionário da Língua Portuguesa e um atlas.

INTRODUÇÃO

O império romano, de início talvez o mais fraco e que se tornou, por suas conquistas, o Estado mais poderoso que jamais existiu na face da terra, tem sua origem em Rômulo, filho de uma sacerdotisa de Vesta e, ao que se acredita, de Marte (Eutrópio, I, 1-2).

O Império Romano habita a imaginação do Ocidente há muitos séculos. Hoje em dia, diversos filmes e espetáculos nos trazem uma Roma imaginária, a Roma imperial. A história e o mito de Roma vêm sendo um dos temas favoritos da Literatura e dos espetáculos, denotando as ligações culturais que existem entre nós e a Antiguidade. Artistas e escritores interpretam o material romano antigo de diversas maneiras: entre os extremos do fantástico e do obscuro, por um lado, e das reconstruções acuradas, por outro, a Literatura e as Artes refletem o fascínio que Roma exerce na imaginação ocidental. É certo que a Roma e o Império que apresentam são imaginários, pois o material antigo é usado de modo a tratar de temas pertinentes ao próprio tempo de artistas e literatos.



As recriações de temas da história romana são constantes. Recentemente, no Brasil, por exemplo, foi lançado o filme *Cleópatra* (Brasil, 2006. Direção: Júlio Bressane). O tema de Cleópatra foi motivo para várias interpretações, algumas bem-sucedidas, outras nem tanto, e a maioria insiste em mostrar uma Cleópatra sexy e tola, o que não corresponde à imagem que os próprios romanos tiveram da mesma. O cinema internacional já viu mais de 200 filmes sobre a rainha lágida do Egito, e em cada um surge uma Cleópatra distinta. As recriações mais famosas são, talvez, a de 1934, de Cecil B. de Mille, com Claudette Colbert, e a de 1963, de Joseph Mankiewicz, com Elizabeth Taylor.



Fonte: <http://guia.folha.com.br/cinema/ult10044u404190.shtml>

A Roma imaginária dos modernos, contudo, não existe somente nas artes e na literatura. Na vida política, Roma também é uma inspiração. Vejamos o que nos diz Pierre Grimal, um dos mais importantes latinistas da atualidade:

Depois de ter deixado de ser uma realidade política, Roma tornou-se um mito; os reis bárbaros fizeram-se coroar imperadores dos romanos. A própria noção de império, tão vaga, tão complexa, só se compreende na perspectiva romana: a sagração de Napoleão, na Notre-Dame de Paris, só seria celebrada com validade pelo bispo de Roma. O renascimento súbito da idéia

romana, que poderíamos julgar definitivamente morta, não é, nesse início de dezembro de 1804, uma fantasia de tirano, mas a intuição política de um conquistador que, para além de mil anos de realeza francesa, encontra uma fonte viva do pensamento europeu. Seria fácil evocar outras tentativas, mais recentes, cujo insucesso não pode fazer-nos esquecer que despertaram fortes ecos quando um povo ouviu proclamar que o Império renascia nas “colinas fatais de Roma” (GRIMAL, 1988, p. 11-12).

Podemos, porém, perguntar: O que foi Roma? Ou mesmo: De que Roma falamos quando dizemos “Roma”? Da cidade? Do império? Do mito?

A quarta parada do nosso roteiro de viagem é, então, Roma, nossos quartos “clássicos”. O que foi Roma, cidade e império, capital do mundo na Antiguidade (*caput rerum*), *urbs et orbis* (a cidade e o mundo, como os próprios romanos costumavam dizer), é algo que vamos buscar compreender a partir de agora. Decerto, não será possível apresentar mais do que as linhas gerais daquilo que foi Roma e seu império, mas esperamos que você tenha um instrumental suficiente para se lançar em outras viagens a Roma. Em primeiro lugar, perguntamos: como estudar a história romana?

Para o estudo do mundo romano, dispomos de diversas fontes de informação: documentos escritos, objetos variados, pinturas, esculturas, edifícios, moedas etc. O latim está na origem de várias línguas modernas, e os romanos escreveram muitas obras, de diferentes gêneros, que chegaram a nós graças, principalmente, à ação dos copistas medievais. Produziram comédias, tratados, discursos, poesia, história. Essas obras constituem uma fonte de informação riquíssima para que possamos perceber o que os próprios romanos pensavam acerca de si mesmos, de sua sociedade e do mundo ao seu redor.

As obras latinas que nos chegaram por esta tradição literária limitam-se, porém, a uma parcela muito reduzida do original. A maioria das obras não foi muito copiada na própria Antiguidade, pois os manuscritos eram caros e pouco numerosos, e apenas alguns livros

foram reproduzidos em larga escala. As obras de Cícero (106-43 a.C.), consideradas leitura obrigatória para quem quisesse falar bem o latim, foram bem preservadas. Contudo, a maioria das obras latinas era copiada e publicada, obtendo boa divulgação no mundo romano por alguns anos, para depois serem abandonadas. Destas, hoje, muitas vezes nos resta só o título, ou a indicação de seu conteúdo. Mesmo obras muito famosas na Antiguidade foram perdidas, dada a falta de interesse dos copistas medievais, seja por serem consideradas obscenas pela Igreja, seja por seu conteúdo ser muito difícil para seu entendimento. Assim, muito material literário desapareceu no decorrer dos séculos.

Além dessas obras escritas, temos acesso a vestígios materiais. Os romanos davam muita importância aos registros desse tipo. Não apenas cartas, livros e documentos de cunho administrativo eram produzidos, mas também inscrições, muitas vezes monumentais, em grandes edifícios públicos, em letras imensas, para serem vistas a longa distância, que são estudadas pela epigrafia. Temos também inscrições feitas com pincel ou estilete, os *graffiti* (grafites), em vasos de cerâmica ou paredes. Conhecemos centenas de milhares de inscrições latinas, com informações sobre vários aspectos da vida romana. Tais inscrições foram transcritas e estão disponíveis na grande coleção denominada *Corpus Inscriptionem Latinorum* (CIL).



Figura 16.1: Inscrições (*graffiti*) encontradas em Pompéia.

Fonte: <http://www.ufositeitalia.altervista.org/Articoli/Sator.htm>

Os romanos também nos deixaram uma grande quantidade de construções, como suas famosas estradas, que cruzavam todo o território e perduram, em grande parte, até hoje. Cidades romanas inteiras ainda podem ser visitadas, como Pompéia, soterrada pela erupção do Vesúvio em 79 a.C. e, portanto, relativamente conservada; além disso, até mesmo humildes vasos de cerâmica, preservados aos milhões, podem ser importantes para que entendamos como viviam os romanos, pois nos trazem imagens do cotidiano, permitindo, por exemplo, que estudemos os produtos neles transportados. Também a forma dos vasos nos diz muito sobre seus costumes, como comiam e bebiam etc. Estudaremos alguns desses temas em nossas próximas aulas.

É preciso, para fins didáticos, organizar a nossa visita. Há, então, que periodizar o nosso estudo. Tradicionalmente, a história de Roma é dividida em três grandes períodos: a *Monarquia*, da fundação da cidade (em 753 a.C., segundo a tradição) a 509 a.C.; a *República*, de 509 a 27 a.C., e o *Império*, de 27 a.C. a 395 d.C., ano da divisão do Império em duas partes, com capitais em Roma e Constantinopla, ou 476 d.C., ano da deposição do último imperador do Ocidente, Rômulo Augusto. Mas, como você já deve ter percebido, em história, estabelecer datas é algo sobremaneira complicado. As datas nos servem, apenas, como pontos de apoio para fins analíticos, não significando nada além de convenções. Vamos, então, conhecer um pouco de Roma e seu mundo, seguindo a periodização tradicional, mas sem que esta funcione como uma “camisa-de-força”.

A Roma das origens

Não houve nenhum Homero que escrevesse uma *Ilíada* ou uma *Odisséia* romanas... Quando os romanos começaram a escrever sobre as suas próprias origens, a sua cidade tinha já séculos de existência, a bem dizer, cerca de quinhentos anos. Certamente, contudo, tinham muitas lendas e histórias que eram passadas de geração a geração de romanos, em relatos que serviram de material para as narrativas posteriores que tentavam dar conta das origens da *urbs*.

Todos os povos procuram explicar de onde vieram, como surgiram, e os romanos contavam certas lendas sobre as origens de sua cidade. O relato lendário sobre a fundação de Roma é resultante da combinação de duas versões: uma mais antiga e outra criada após a expansão romana. A mais antiga, de origem itálica, contava que a *urbs* foi fundada por Rômulo, filho do deus Marte e Réia Sílvia, filha do rei Numítor, de Alba Longa, uma cidade de origem etrusca que distava poucos quilômetros do sítio de Roma. A segunda, de origem grega, ligava-se ao antigo mito das viagens de Enéas, após a destruição de Tróia.

Amúlio, irmão de Numítor, teria destronado seu irmão e obrigado sua sobrinha Réia a se tornar uma sacerdotisa vestal. As vestais tinham de manter sua virgindade durante os anos em que se dedicavam ao serviço de Vesta, a deusa do fogo doméstico (HORVAT, 2007). Desse modo, o usurpador Amúlio pensava que evitaria contestações ao seu poder.

Ocorre que o deus Marte viu Réia Sílvia, e por ela se apaixonou. A vestal correspondeu ao amor do deus e engravidou. Mas uma gravidez não é algo que se esconda por muito tempo...



Figura 16.2: Sacerdotisa vestal (escultura).

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Vestalin.jpg>

Acompanhemos o texto de Tito Lívio, historiador romano do século I d.C. que nos conta essa história:

Mas acredito que o destino estava encarregado da fundação de uma cidade tão poderosa: era a ele que cabia lançar os alicerces desse vasto império que iguala o dos deuses. A vestal que se tornara mãe deu à luz dois filhos (...). Contudo, nem os deuses, nem os homens puderam salvar a mãe e os filhos da crueldade do rei. Acorrentada, a sacerdotisa é colocada na prisão e manda-se jogar os filhos no rio [Tibre]. O acaso ou a bondade dos deuses fez com que as águas do Tibre, estagnadas nas margens, não chegassem até o curso normal do leito; porém, aos executantes das ordens reais, as águas, apesar da lentidão da corrente, pareceram suficientes para submergir as crianças. Persuadidos de ter cumprido sua missão, eles as deixam à beira do rio, no lugar onde hoje está a figueira ruminal [Romulário, em Roma]. Todos estes lugares eram então vastos ermos. Conta-se que a água pouco profunda fez flutuar logo o berço que continha as crianças; que, ouvindo o ruído dos seus vagidos, uma loba

vinda com sede das montanhas se desviou de seu caminho e se deitou para dar-lhes de mamar com tanta doçura a ponto de lambe as criancinhas, como testemunhou o chefe dos pastores do rei. Este homem chamava-se Fáustulo. Levou-as para casa e encarregou sua mulher, Larentia, de criá-las. Outros contam que Larentia era uma prostituta que os pastores chamavam de Loba; eis o fundamento da tradição milagrosa. Tais foram o nascimento e a educação destas crianças (Tito Lívio. *Hist.* I, 3-4 *passim*).



Figura 16.3: A Loba capitolina. A escultura da Loba é antiga, mas os dois gêmeos são interpolações modernas.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Ancient_Rome

Ao se tornarem adultos, restauraram seu avô no trono de Alba Longa e pediram-lhe permissão para fundar uma cidade no Lácio, a região em que foram criados, às margens do Tibre. A lenda nos diz também que, quando da escolha do local e do traçado da cidade, os gêmeos brigaram, e Rômulo acabou matando seu irmão, Remo.

A lenda também nos diz que, para povoar sua nova cidade, Rômulo acolheu todos os proscritos, transformando a colina do monte Capitólio em refúgio, e, para dar continuidade à sua cidade, raptaram-se mulheres sabinas. O “Rapto das Sabinas” tornou-se um tema célebre, e os romanos diziam que teria gerado uma grande guerra na região. As sabinas, apesar da violência que sofreram, teriam sido bem tratadas e amadas por seus raptadores. Acreditando que uma guerra traria destruições sem fim, teriam exigido a paz entre seus pais e seus novos maridos, trazendo a concórdia à região.

Por tal fato, segundo a tradição, Rômulo convidou os sabinos para residirem na cidade, fez do rei Sabino um companheiro de trono e, por fim, fez todos os homens jurarem que as mulheres jamais seriam tratadas como escravas dos homens, mas seriam respeitadas como suas companheiras de vida. De fato, veremos ao longo das nossas aulas que as mulheres romanas não viviam nem eram vistas como as *mélissai* atenienses, ou seja, como simples objetos para o uso dos homens...



Figura 16.4: O rapto das sabinas, recriado na modernidade por Jacques-Louis David em 1799.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Image:Sabine_women.jpg

A cidade, então, se consolidou e se desenvolveu, e Rômulo, seu primeiro rei, teria desaparecido durante uma tempestade, sendo adorado como o deus *Quirino*.

A segunda lenda conta que Enéas, troiano filho de Afrodite e de Anquises, rei de Dárdanos, após a queda de Tróia vagou pelo Mediterrâneo, incumbido pelas divindades de fundar uma nova cidade, uma cidade que seria invencível. Chegando ao Lácio, reinou por alguns anos. Depois de morto, foi adorado como *Júpiter*

Indiges. Seu filho, Ascânio, teria fundado Alba Longa, casando-se com Lavinia, e seu descendente, Numítor, pai de Réia Sílvia, era o avô de Rômulo.

Percebemos que Roma, por estas lendas, ligava-se ao deus Marte e à deusa Afrodite, que foi equiparada pelos romanos à sua deusa Vênus. Para os romanos, era sobremaneira importante considerar que seu destino estava ligado aos deuses, pois essas nobres origens legitimavam seu poder sobre outros povos e serviam como propaganda de suas qualidades, pois vinculava Roma à tradição do mundo helenístico.

Na modernidade, por meio da análise dessa tradição e recorrendo a novos documentos, historiadores e arqueólogos procuram reconstituir as condições que geraram o nascimento da *urbs*. A arqueologia permitiu encontrar os indícios de ocupação do sítio onde Roma surgiu. Sua localização, na margem esquerda do rio Tibre, ao norte, era favorável, pois era ponto de cruzamento de várias rotas. A cidade se desenvolveu numa alça formada pelo rio, onde havia a ilha Tiberina, facilitando a travessia.

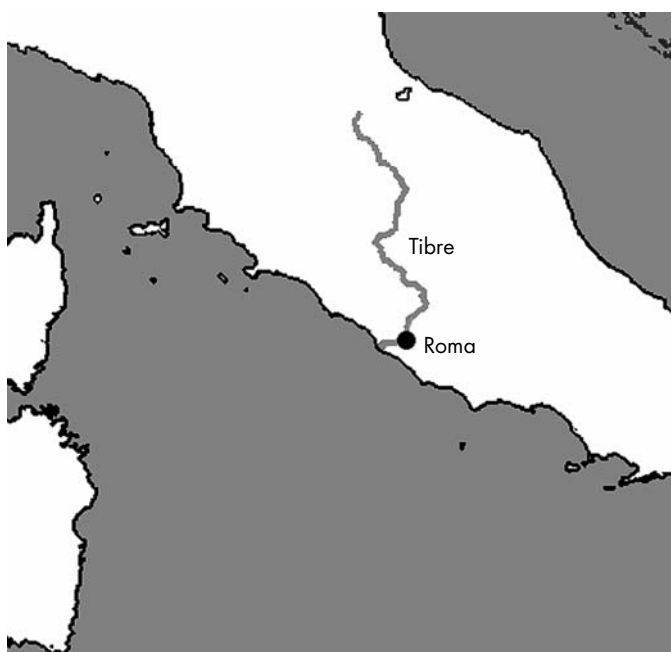


Figura 16.5: Rio Tibre (Tevere, para os italianos) e a localização de Roma.

Fonte: <http://fr.wikipedia.org/wiki/Tibre>

Para começar, vamos conhecer um pouco da geografia da Itália. A Península Itálica caracteriza-se por uma cadeia montanhosa central, os Apeninos, e, ao norte, vemos os Alpes, que, com sua grande altitude, protegem-na dos ventos frios do norte, proporcionando um clima ameno, com chuvas regulares. O solo no litoral e ao longo dos vales dos rios é muito fértil, favorecendo a agricultura, e a abundância de vegetação permitiu o desenvolvimento da criação de gado, a tal ponto que toda a península foi chamada de Itália, que quer dizer “terra dos vitelos”.

O rio Tibre nasce nas montanhas da Itália central e cruza uma planície, antes de chegar ao mar Tirreno. A planície do Lácio, região de Roma, era pantanosa, cercada por colinas com bosques e florestas. Na região, viviam os latinos, e, a 25 quilômetros da foz, na margem esquerda do Tibre, em área estratégica para o comércio, entre o interior da península e a costa, surgiu a cidade de Roma, em meados do século VIII a.C.

Sendo navegável, o rio permitia a conexão entre a navegação fluvial e a marítima. Nessa região passava a rota que conduzia do interior às salinas da costa e a que ligava a Etrúria, no norte, à Campânia, ao sul. As colinas escarpadas, em torno do vale pantanoso que viria a ser o *Forum romanum*, o centro da vida pública, facilitavam a defesa das populações que aí se estabeleceram. Motivos econômicos e militares foram, portanto, fundamentais para o desenvolvimento de Roma.

As sete colinas de Roma



Figura 16.6: As colinas de Roma.

Fonte: http://it.wikipedia.org/wiki/Sette_colli_di_Roma

Os arqueólogos encontraram vestígios de cabanas dos primeiros tempos de Roma, e alguns aspectos da lenda puderam ser confirmados. Pelos dados arqueológicos, percebemos que, ao longo de vários séculos, o sul da Itália e a Sicília foram o ponto de encontro de vários povos, provenientes de diferentes regiões, que estabeleceram entre si diversos tipos de relações. Ora combatendo-se e pilhando-se, ora mantendo pacíficas relações, exercendo o comércio e casando-se entre si, permutavam idéias e divindades.

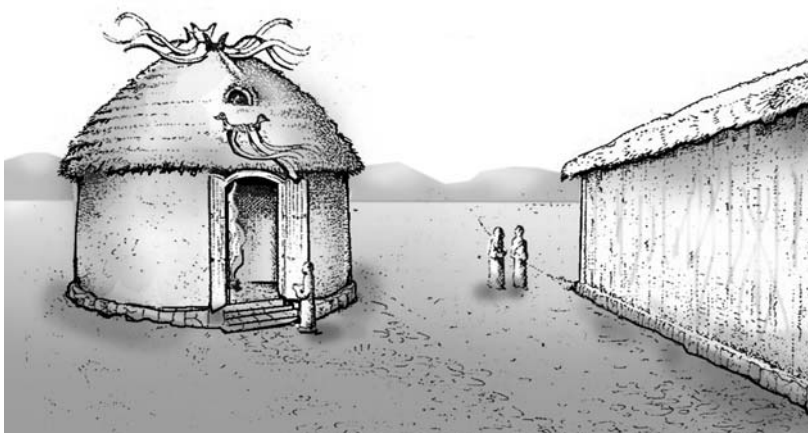


Figura 16.7: As pesquisas arqueológicas permitiram a reconstituição das cabanas do sítio original de Roma, que se assemelhavam à ilustração.

Fonte: <http://www.stevensaylor.com/Roma%20Image%20Gallery.html>

A arqueologia, por exemplo, revelou ligações intensas entre a Itália e o Mediterrâneo oriental na Idade do Bronze, assim como migrações de povos provenientes do norte, que trouxeram, pela primeira vez, os povos a que chamamos *itálicos*. Uma cultura material relativamente uniforme se espalhou por quase toda a Itália, e seus habitantes falavam línguas ligadas estreitamente à família de línguas indo-européias. Entre eles estavam os sabinos, os oscos, os úmbrios, os samnitas, os lucanianos e os latinos. Entre estes últimos, os romanos, de origem latina, vieram a conquistar e paulatinamente absorver os outros.

No norte da península, os etruscos tinham desenvolvido cidades ricas e importantes. A origem desse povo é ainda obscura para nós, e não se chegou a um consenso sobre a sua língua, mas sabemos que não é indo-européia. Por volta do século VIII a.C., as regiões que hoje chamamos de Toscana e Úmbria, e algumas partes do Lácio e da Campânia, eram etruscas na língua e na cultura.



Os etruscos, povo cuja origem é controversa, desenvolveram, a partir do século VIII a.C., uma civilização brilhante na atual Toscana, no território entre o mar Tirreno, o rio Arno e o Tibre. O desenvolvimento da civilização etrusca foi favorecido pelo contato com o mundo grego e com os povos do Mediterrâneo oriental. A prosperidade de suas cidades se vincula à exploração das férteis áreas agrícolas e à riqueza de seu subsolo, com ferro e cobre. Sua organização política era baseada em cidades autônomas, governadas por reis (os *lucumons*) que, no século V a.C., foram substituídos por magistrados anuais. O apogeu de seu poderio ocorreu no século VI a.C., no qual estabeleceram uma aliança com Cartago, a mais importante das cidades de origem fenícia no norte da África. As principais cidades etruscas foram Volterra, Populônia, Veios, Tarquínios, Vulci, Perúgia, Arécio, Fiesole. No fim do século VII a.C., ocuparam a região de Roma e a passagem do Tibre, que lhes abria caminho em direção ao sul, para o Lácio e a Campânia. Para o norte, expandiram-se até o vale do Pó, onde fundaram Felsina (a atual Bolonha).

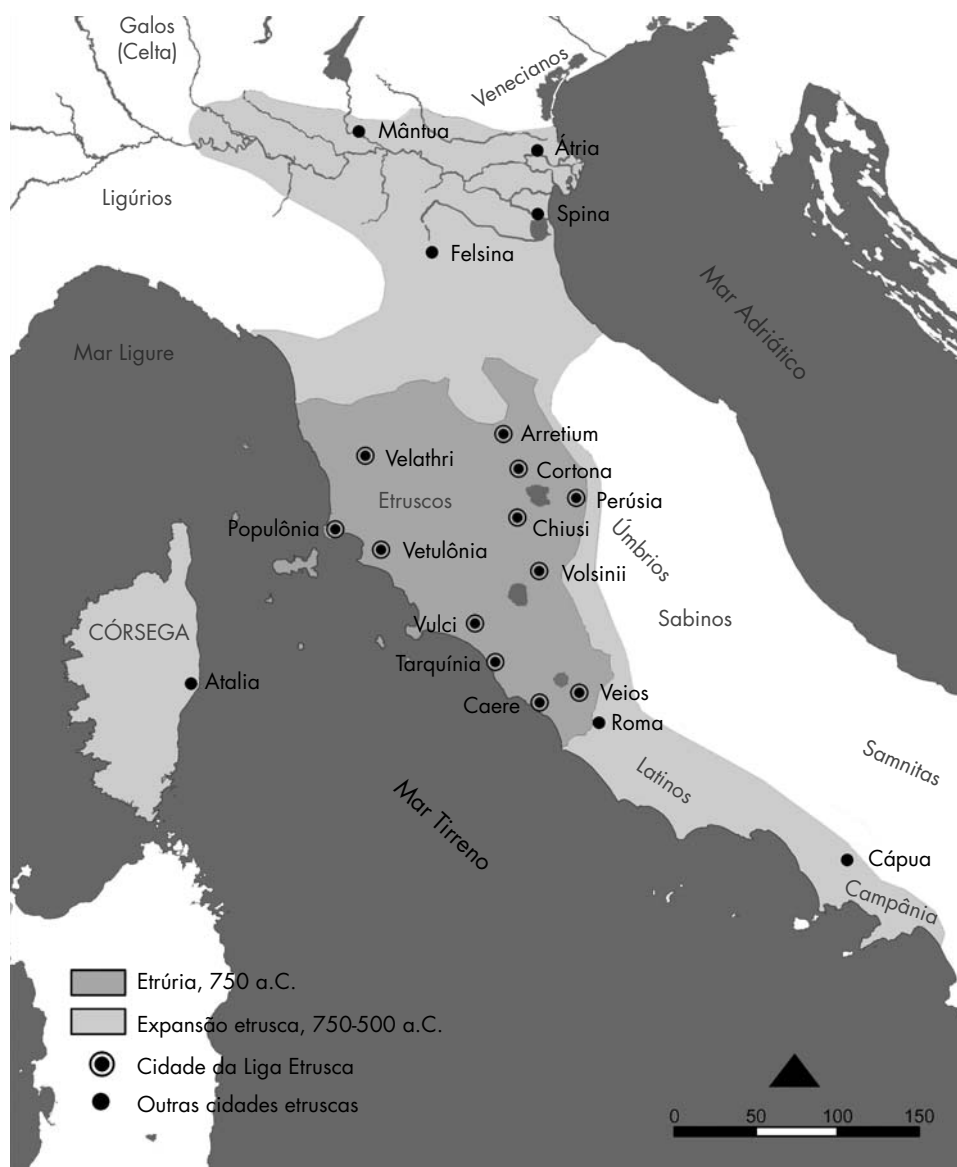
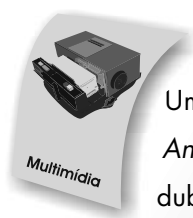


Figura 16.8: Mapa da Etrúria antiga.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/Image:Civilizacion_etrusca.png

No sul da península, havia as cidades gregas da Magna Grécia, criadas pela expansão grega do século VIII ao VII a.C. Os gregos estabeleceram cidades ao longo da costa sul da Itália e da Sicília (além de terem criado cidades no sul da atual França, da atual Espanha, na Líbia e em outras regiões). Mais ou menos à mesma época, os fenícios, os melhores marinheiros da Antiguidade, começaram a fundar entrepostos comerciais e cidades no norte da África, na Sardenha e na costa oeste da Sicília e da Espanha. A mais poderosa dessas cidades fenícias, Cartago, acabou dominando o mundo das cidades fenícias.



Um bom documentário sobre a civilização etrusca é *Ancestors of Ancient Rome – The Etruscans* (EUA, 2002), dublado e editado no Brasil pela A Cicada Films, sob o título *Os etruscos e os prazeres no mundo antigo*. O título é, certamente, discutível, mas trata-se de um bom documentário.



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Etruscan_cippus_warrior_head.jpg

As possibilidades econômicas eram grandes na Península Itálica, tanto na produção agrícola e na criação de animais como no comércio. Não se conhecem os detalhes da fundação de Roma, mas uma das hipóteses é que Roma teria sido fundada na região do Lácio por chefes etruscos que teriam unido numa única comunidade diferentes povoados de latinos e sabinos. Segundo Finley:

Em linhas gerais, a tradição romana consiste em que a cidade foi fundada em 753 a.C., passou para o domínio etrusco em 616 (sendo o rei Tarquínio Prisco), libertou-se em 509, consolidou a sua posição como cidade principal dos latinos e jamais voltou atrás. Havia poucas cidades sem fundadores lendários, e neste caso não necessitamos de encarar as versões ou a data a sério. No entanto, a arqueologia sugere que as colinas do Capitólio e Palatino foram os primeiros centros de ocupação, e é também aí que a tradição localiza a “fundação” de Roma. Das colinas, a área habitacional estendeu-se para o velho Forum e para a “via sacra”, que seguia para Leste a partir do Forum. Até aqui, não há qualquer divergência séria entre os historiadores modernos. A temperatura começa a subir quando o Forum foi terraplenado, recebeu um pavimento de pedra solta e depois um piso apropriado e a “arquitetura desenvolvida” (diferente das cabanas) fez a sua aparição. Segundo Gjerstad e seus apoiantes, esses novos desenvolvimentos fundamentais situam-se no período de 575-450 a.C., e ele reconstitui a história como se segue: Roma não foi realmente “fundada” como uma comunidade urbana em 575, quando as aldeias dispersas pelas colinas se unificaram, após o que surgiu a dominação etrusca de reis e, finalmente a expulsão destes em 450 (FINLEY, 1990, p. 139).

Entre 753 e 509 a.C., Roma cresceu, deixou de ser uma pequena povoação e transformou-se numa cidade com calçamento, fortificações e sistema de esgoto, tendo o latim se consolidado como língua corrente.

Alguns fatos sobre a ocupação das colinas romanas, apesar da obscuridade desse período, são geralmente aceitos. Seguramente, as primeiras colinas a serem ocupadas foram o Palatino, o Esquilino e o Quirinal, no início do primeiro milênio antes de Cristo. Além de tumbas encontradas no Palatino e no vale do Fórum, foram encontrados vestígios de fundos de cabanas que remontam ao século VIII a.C. Pode-se admitir, com certa segurança, que os aldeamentos primitivos das colinas romanas eram minúsculos aglomerados de comunidades tribais, escassamente organizados e originariamente independentes. A união desses núcleos foi o primeiro passo para a “fundação” de Roma.

Segundo a tradição, em 509 a.C., nobres romanos teriam se revoltado contra seus senhores etruscos, deposto o rei etrusco que governava a cidade despoticamente e instaurado um sistema republicano. Bruto teria sido o líder da revolta contra os etruscos e se tornou o primeiro magistrado da nova República. Contudo, o período que se estende do século VIII ao final do século VI a.C., ou seja, das origens de Roma até o início da República, são muito obscuros. As reconstruções históricas feitas por especialistas são muito divergentes. Ouçamos novamente o que diz Finley sobre essa tradição:

Cinqüenta anos a mais ou a menos não fazem muita diferença, em especial se nos recordamos de que a atribuição de datas arqueológicas deve permitir uma margem mínima de erro como essa. Todavia, o esquema cria mais problemas do que resolve. (...) Torna-se necessário realçar o fato de não poder haver qualquer defesa dos pormenores da tradição romana, nem mesmo do que se afirmou que na realidade acontecera em 509. Não houve qualquer “expulsão dos etruscos”. Registrou-se uma mudança política com impacto no futuro que nenhum contemporâneo poderia ter imaginado, mas não foi uma mudança que deixasse quaisquer traços no registro arqueológico e, sobretudo, no meio de Roma, cidade com um historial absolutamente contínuo de densa habitação, desde então.

A linha limite entre um “rei legítimo” e aquilo a que os gregos chamavam tirano era muito fina. As lutas entre tiranos e aristocratas desenrolavam-se por todo o mundo grego do século VI, assim como na Itália, Sicília e, aparentemente, Cartago. As classes inferiores alinhavam com frequência ao lado do tirano, como em Cumas, após a sua vitória sobre os etruscos. Pode ter sido, também, essa a situação em Roma. Os nobres romanos que expulsaram o rei tirano, Tarquínio Soberbo, eram de origem mista latino-etrusca (assim como, provavelmente, sabina). É por isso que homens de nomes indiscutivelmente etruscos ainda se vêem nas listas consulares dos cinquenta anos seguintes, até que foram totalmente latinizados em Roma, ou postos de parte. (...) Mais tarde, por motivos óbvios, esses aspectos do estabelecimento da República desapareceram da tradição, substituídos por uma história bem clara de romanos nobres e etruscos brutais e devassos (1990, p. 141).

Vamos conhecer, na próxima seção desta aula, alguns elementos da vida romana em seu período monárquico.



Atende ao Objetivo 1

1. Leia o seguinte trecho:

A lenda dos primeiros tempos de Roma está, assim, repleta de “sinais” que os historiadores atuais tentam decifrar. Seja qual for a origem das diferentes lendas (o rapto das sabinas,

Comentário

Todos os povos têm lendas e outras narrativas que contam a sua origem, sejam de que tipo forem. Essas narrativas servem para criar ou garantir a unidade e a identidade do grupo, explicar os costumes, as crenças e os rituais etc. Os romanos também as conheceram e, se algumas são muito antigas e provenientes do Lácio, como a de Rômulo e Remo, outras são criações posteriores, como a de Enéas, fixada após a expansão de Roma pela Península Itálica e pelo Mediterrâneo, quando se tratava de justificar tal expansão, ao vincular Roma à tradição das *poleis* helênicas. Mas, se tais narrativas apresentam uma cidade predestinada pelos deuses a ser invencível e eterna, os dados arqueológicos, apesar de poucos e fragmentários, apresentam-nos uma Roma muito mais simples, originalmente um pequeno povoado, situado a meio caminho entre as cidades da Etrúria e as da Magna Grécia, e cercado por povos montanhese. Se algumas “datas” podem ser parcialmente comprovadas, outros relatos lendários devem ser descartados como criações improváveis. Os dados arqueológicos comprovam-nos, também, a origem mista de sua população (o que é narrado pelas lendas) e nos trazem questões sobre a origem da *urbs* sobre as quais muito resta ainda por pesquisar. Desse modo, as narrativas lendárias e míticas se unem aos dados arqueológicos, permitindo-nos uma via de acesso, ainda parcial e incompleta, à compreensão do que foi a Roma das origens.

A Roma dos reis: organização social e política

A partir de pesquisas provenientes da interpretação dos dados literários e dos dados arqueológicos, os historiadores buscam reconstituir a vida na Roma arcaica, e é consenso que o grupo fundamental para a organização política era a *gens* (*gentes*, no plural). Cada *gens* era formada por um grupo de famílias, vinculadas a um antepassado mítico, do qual derivava o nome gentílico – nome que identificava os seus membros, por exemplo: Aurélia, Fábia, Valéria, Cláudia, Júlia etc. Cada *gens* possuía tumbas próprias e celebrava cultos privados, organizava sua própria defesa, inclusive porque seu núcleo se concentrava em determinado território.

As famílias que constituíam a *gens* eram núcleos menores, e cada uma se caracterizava por um *cognomen* usado após o nome da *gens*. Por exemplo, a família Cipião pertencia à *gens* Cornélia, então, o nome de um dos mais famosos generais romanos era: *Públio Cornélio Cipião*. O prenome é *Públio*, seu “nome próprio”, como costumamos dizer. *Cornélia* é o nome de sua *gens* e *Cipião* o nome de seu núcleo familiar. Outro nome famoso: *Caio Júlio César*. Seu prenome é *Caio*, sua *gens* era *Júlia* (*Iulia*, em latim) e sua família, *César* (*Caesar*, em latim).

A família romana arcaica era uma entidade social, econômica e religiosa. O chefe da família, chamado *pater familias*, em virtude de sua autoridade, exercia um poder juridicamente ilimitado sobre todas as pessoas que compunham a *gens*: a mulher, os filhos e os escravos, e também sobre o patrimônio familiar, legalmente reconhecido como *patria potestas*. Era de sua competência a administração da propriedade familiar, o cultivo das terras; as questões jurídicas, como a punição de delitos cometidos por membros de sua família, assim como eram de sua responsabilidade os ritos religiosos familiares. Na vida política, seu domínio correspondia ao exercido pela aristocracia guerreira formada pelos representantes das famílias de maior prestígio.

Outro aspecto importante da organização social da Roma primitiva é a divisão entre *patrícios* e *plebeus*. A tradição atribuía a Rômulo a criação dos dois grupos que se tornariam rivais, sendo chamados *patrícios* os descendentes dos primeiros senadores (*patres*), nomeados por Rômulo.

As origens da plebe são ainda mais obscuras do que as das *gentes*. Etimologicamente, este nome se liga à idéia de multidão: o termo *plebs* é próximo do grego *plethos*, que tem este sentido (ERNOUT; MEILLET, s.v. *plebs*). Conhecemos muito pouco as origens da plebe, mas vários historiadores concordam que teria se constituído a partir da chegada de novos grupos humanos na *urbs* primitiva, apesar das barreiras impostas pelas *gentes*. Seriam os indivíduos “proscritos” da lenda, a quem Rômulo permitiu estabelecer-se em Roma. Provavelmente, o afluxo de artesãos e mercadores atraídos pela prosperidade da

região, um eixo de cruzamento de rotas comerciais, ajudou a formar uma plebe urbana e, ao mesmo tempo, o enriquecimento da cidade sob os reis etruscos favoreceu o seu desenvolvimento.

Além dos *gentiles* propriamente ditos, a *gens* incluía numerosos *clientes*. As relações de clientela podem ser definidas, *grosso modo*, como um vínculo estabelecido entre indivíduos, um *patrono* e um *cliens*. Ambos, patrono e cliente, ficavam ligados por uma série de obrigações recíprocas: o cliente tinha assegurada sua proteção pelo patrono, que no período arcaico o defendia em caso de agressões, e o patrono obrigava-se a prestar auxílio, combatendo sob as ordens do *pater familias*. O cliente também devia prestação de jornadas de trabalho ao patrono, como sinal de sua subordinação.

A Roma das origens era uma sociedade aristocrática baseada no pastoreio e na agricultura, e o cliente era, provavelmente, um camponês pobre que cultivava a terra do patrono, em troca da proteção e de uma posição de dependência pessoal no grupo gentílico. Na época republicana, como veremos mais tarde, o patrono lhe dava assistência jurídica em troca de apoio na vida política.



Figura 16.9: Agricultor romano. Baixo-relevo do século II a.C.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:M%C3%A4hmaschine.jpg>

A clientela romana passou por uma longa evolução, assumindo várias funções, mas podemos dizer que se tratava de uma instituição ligada a uma sociedade na qual as relações pessoais eram fundamentais. Buscar a proteção de um poderoso era essencial para sobreviver ou para ser reconhecido na comunidade, e por ela protegido.

Após a fundação da cidade, no século VIII a.C., as primeiras instituições políticas se organizaram em forma de monarquia, surgindo a *civitas*, a estrutura estatal da cidade. A tradição, como você já viu, refere-se à existência de um rei, *rex*, desde os tempos mais remotos. É indiscutível a existência da monarquia romana, mas há também um relato lendário sobre os sete reis de Roma: uma série de quatro reis latinos e sabinos, caracterizados por seu respeito às *gentes* (Rômulo, Tito Tácio, Anco Málio e Numa Pompílio) e, em seguida, três reis etruscos, cujo poder absoluto se coaduna com as tiranias que predominaram no século VI a.C. em toda a bacia do Mediterrâneo (Tarquínio Prisco, Sêrvio Túlio e Tarquínio, o Soberbo). Essa tradição é lendária, pois não é confirmada pelos dados arqueológicos, tampouco pelo bom senso: uma pessoa não conseguiria reinar por mais de cem anos, como, segundo as lendas, é o caso de alguns desses reis...

Os romanos certamente conservaram alguns elementos de sua história mais remota nessas narrativas, embelezando-a para completar as lacunas que existiam no relato tradicional. Da lista dos sete reis lendários de Roma, Rômulo surge como o fundador, o legislador que dotou a cidade de leis, criou o *Senado* e dividiu a população em *cúrias* (do latim *co-uiria*, reunião de homens a partir da organização das *gentes*). Outros reis surgem como fundadores de instituições fundamentais da cidade, como Numa Pompílio, que teria realizado a organização religiosa, que conheceremos posteriormente. Ouçamos o que nos diz um historiador grego, Dionísio de Halicarnasso, sobre a monarquia romana:

Sua organização foi a seguinte: Rômulo distribuiu todo o povo em três grupos, colocando na chefia de cada um deles o indivíduo mais ilustre. Em seguida, dividiu novamente cada

um dos grupos em dez, à frente dos quais colocou os mais corajosos. Chamou de tribos as divisões maiores e de cúrias as menores, nomes que permanecem até hoje. (...)

Rômulo reservou ao rei as seguintes prerrogativas: em primeiro lugar presidir às cerimônias sagradas e aos sacrifícios e realizar tudo aquilo que tinha sido previsto pela vontade dos deuses; em seguida, como guardião das leis e dos costumes dos antepassados, provar a justiça segundo o direito natural e o direito estabelecido; julgar os crimes maiores, relegando os menores aos senadores, impedir todos os erros nos processos e executar as decisões da maioria. Estes foram os poderes concedidos aos reis; além disso, o mesmo era o chefe supremo da guerra.

À assembléia do Senado atribuiu a honra e o poder de decidir sobre todas as questões que o rei lhe submetesse e de fazê-lo por meio de voto. Ela deveria ser guiada pela maioria. Ao povo em geral, concedeu os seguintes três poderes: eleger os magistrados, sancionar as leis, decidir sobre a paz e a guerra, se o rei assim o desejasse. No entanto, mesmo assim, a autoridade do povo não estava fora do controle, pois a aquiescência do Senado era necessária. O povo não votava em massa, mas era convocado pelas cúrias, e aquilo que parecesse bom para a maioria das cúrias era em seguida deferido ao Senado (Dionísio de Halicarnasso, II, 7, 2-4; II, 14, 1-3).

Certamente, Dionísio, escrevendo havia mais de cinco séculos depois do período dos reis, atribuiu a Rômulo realidades posteriores ao estabelecimento da República. Muitas instituições que descreve são republicanas, mas percebemos o esforço em organizar, para seus leitores, a história romana.

O primeiro rei etrusco teria sido Tarquínio Prisco; seu sucessor, Sêrvio Túlio, cercou Roma com uma muralha e a dividiu em classes censitárias, isto é, baseadas no censo. Seu genro Tarquínio, o Soberbo, o destronou e governou despoticamente. Foi o construtor do sistema de drenagem de água e escoamento de esgoto do *Forum*,

originalmente um pântano, e quase terminou a construção de um templo no Capitólio, dedicado à tríade constituída por Júpiter, Juno e Minerva. A tradição reza que foi expulso em 509 a.C., marcando o término da dominação etrusca e da realeza em Roma.



Figura 16.10: A Cloaca Máxima, em Roma, cuja construção foi atribuída ao rei etrusco Sêrvio Túlio.

Fonte: http://it.wikipedia.org/wiki/Cloaca_Massima

Ao rei cabia a chefia dos assuntos militares e religiosos. No século VI a.C., os reis assumiram os atributos de origem etrusca que evidenciavam seu poder: a toga púrpura, a coroa de ouro, o cetro, os *litores* (oficiais que acompanhavam o rei quando este aparecia em público) e a cadeira ornada de marfim. Alguns desses emblemas de soberania os identificavam com Júpiter, o rei dos deuses. Durante a República e o Império, eram esses mesmos símbolos que o triunfador exibía durante uma cerimônia originária da Etrúria: o triunfo, cerimônia na qual o general vitorioso subia ao Capitólio numa quadriga puxada por cavalos brancos, ostentando a toga púrpura, o cetro e a coroa real.



Figura 16.11: A cerimônia do *triumfo*, de origem etrusca, era um dos principais rituais do poder romano. (Triunfo de M. Valério Corvino, membro da *gens* Valeria.)

Fonte: http://it.wikipedia.org/wiki/Immagine:Triumph_of_Marcus_Valerius_Corvinus.PNG

A estrutura aristocrática da Roma dos reis se expressava na existência do conselho de anciãos, o Senado (do latim *senex*, “ancião”), que reunia os *pater familias*. A tradição, como vimos, atribuía sua criação a Rômulo, ao escolher cem senadores entre os homens notáveis das principais famílias patrícias. O Senado era o conselho consultivo do rei, manifestando-se sobre questões importantes, como as declarações de guerra. É importante ressaltar que o poder real em Roma não era hereditário. A escolha do novo rei cabia aos senadores, que indicavam um nome, a quem a assembléia das cúrias conferia o poder supremo.

Assim, existiam três tribos (*Tities*, *Ramnes*, *Luceres*), que constituíam a base para o recrutamento do exército da cidade primitiva. As tribos eram subdivididas em cúrias, sendo dez para cada tribo. As trinta cúrias eram centros da vida religiosa, com cultos aos seus próprios deuses. As cúrias eram a base de recrutamento da *centúria* (em latim, “reunião de cem homens”), unidade do exército.

Politicamente falando, as cúrias formavam a assembléia popular denominada *comitia curiata*, que ratificava alguns atos realizados pelas *gentes*, como testamentos. Mas o principal ato

dessa assembléia era a promulgação da lei que conferia ao novo rei o *imperium*, denominado *lex curiata de imperio*. É preciso fazer aqui um parêntese: para nós, o termo *império* designa um poder territorial sobre outros povos. Mas, em Roma, o termo expressava os poderes civil, militar, judiciário e religioso, que permitiam a seu detentor recrutar e comandar o exército, convocar o Senado e as assembléias e administrar a justiça.

Além disso, antes de certos atos da vida pública (entrada no poder, convocação das assembléias, partida do exército para a guerra), o rei devia “tomar os ***auspícios***”, ou seja, interpretar sinais como o vôo dos pássaros, os raios, os trovões etc., para verificar se os deuses eram ou não favoráveis a esses atos.

Por volta da primeira metade do século VI a.C., Roma tornou-se um centro urbano organizado segundo o esquema etrusco. Como você já viu, o vale do *Forum* foi drenado com a construção de um esgoto, a *cloaca maxima*, assumindo a partir daí o papel de centro da vida comunitária. Artesãos da cidade etrusca de Vulci colaboraram na construção de templos em Roma, como o do Capitólio. Com a dominação etrusca, Roma sofreu transformações decisivas.

A tomada dos ***auspícios***, em latim *aves specere*, literalmente “ver os pássaros”, era um ritual no qual o *pater familias*, ou o sacerdote, traçava um quadrado no chão (o *templum*) e, dentro dele, observava o espaço correspondente ao quadrado no céu. Acreditavam os romanos que as divindades se manifestavam por sinais que manifestavam sua vontade em relação aos atos humanos, que eram perscrutados pelo oficiante da cerimônia.



Figura 16.12: O Capitólio, com seus templos. Reconstrução a partir de dados arqueológicos (maquete).

Fonte: <http://ancientworlds.net/aw/Places/Place/324684>

O reinado de Sêrvio Túlio é um marco na tradição lendária das origens, em razão das reformas institucionais por ele promovidas. Os historiadores do século I d.C. Tito Lívio e Dionísio de Halicarnasso deixaram um relato minucioso da “constituição serviana”, que introduziu o censo e dividiu a população em cinco classes censitárias, de acordo com a fortuna. Essa divisão tinha um importante papel, do ponto de vista militar, político e tributário. No aspecto militar, cada uma dessas classes censitárias deveria fornecer determinado número de centúrias para o exército. A organização do exército em centúrias baseava-se na adoção da tática hoplítica de combate, que você já conhece, que havia se difundido na Itália a partir das cidades helênicas da Magna Grécia.

Todos os que tinham condições de se armar ao modo dos hoplitas eram convocados para servir no exército. Assim, era constituída a *classis* (do latim *calare*, “chamar”). No sentido primitivo da palavra, significava o conjunto dos homens recrutáveis para a guerra, o povo em armas. Abaixo desses homens, havia os que não faziam parte das classes, os *infra classem*. A sociedade romana ficou dividida, então, entre os *assidui*, todos os proprietários com bens suficientes para serem mobilizados, e os *infra classem*, também conhecidos como *proletarii* (da qual derivou o nosso vocábulo “proletários”), que no censo nada tinham a declarar a não ser seus filhos (*proles*).

Os direitos políticos eram também desiguais. A nova assembléia do povo (*comitia centuriata*) tinha as características de uma assembléia de cidadãos armados. Nos *comitia centuriata*, o voto não era computado por indivíduo, mas por centúria. O sistema de votação dava aos cidadãos mais ricos a maioria dos votos, pois a primeira classe fornecia a maior parte das centúrias (93 num total de 197 centúrias). Você conhecerá a organização e o funcionamento dessas assembléias na nossa próxima aula.

Outra medida atribuída a Sêrvio Túlio foi a criação das quatro tribos urbanas em que Roma foi dividida: a Suburana, a Esquilina, a Colina e a Palatina, correspondendo às regiões da cidade. Mais tarde,

conforme novas terras foram sendo conquistadas, acrescentaram-se outras tribos, chamadas *rústicas* (de *rus*, “campo” em latim), criadas no território em torno da cidade. Cada cidadão era inscrito em uma dessas tribos.

A obra atribuída pela tradição a Sêrvio Túlio pode ser considerada uma reforma das instituições, tendo em vista a expansão da cidade sob o domínio etrusco, com a finalidade de garantir maior espaço a grupos de pessoas ricas, mas que não estavam integradas na estrutura das *gentes* patrícias.

Os etruscos influenciaram a sociedade romana em diversos campos: as instituições políticas foram organizadas segundo seu modelo; transmitiram várias práticas religiosas, inclusive os ritos associados ao funcionamento do Estado, como a cerimônia do triunfo, o colégio dos *augures* (encarregados de interpretar os **augúrios**), e o ritual de fundação de cidades.

Na arquitetura, os etruscos disseminaram o uso do arco e da abóbada nas construções. Mas eles não foram os únicos a fornecer elementos culturais a Roma: o mundo grego, presente nas regiões ao sul da península em cidades como Siracusa, Agrigento, Tarento, Nápoles e Síbaris, também entrou em contato direto com as populações itálicas. A agricultura, o artesanato e o comércio marítimo fizeram a prosperidade dessas cidades, o que favoreceu seu grande desenvolvimento cultural. O contato entre esses povos, como seria natural, não foi marcado apenas pela competição: houve várias trocas culturais entre suas cidades.

No início do século VI a.C., contudo, a monarquia foi abolida e uma nova forma de governo foi instaurada: a República. Segundo a tradição, um sobrinho de Tarquínio, o Soberbo, teria estuprado uma jovem matrona, Lucrecia, que por isso se suicidou. Um aristocrata chamado Lúcio Júnio Bruto liderou uma revolta do povo romano que, indignado com a violência cometida contra uma mulher romana, expulsou o rei etrusco, abolindo a realeza em Roma. Este teria sido o início da República, na qual o rei foi substituído por dois magistrados eleitos anualmente, chamados cônsules. O povo romano teria jurado

Os **augúrios** (do latim *augere*, “fazer crescer”, “propiciar”) eram sinais enviados pelos deuses a partir de cerimônias religiosas, os *sacrifícios* (cujo significado é “tornar sagrado”). Os sacrifícios eram realizados durante um ritual solene, no qual uma ou mais vítimas animais eram imoladas. Suas entranhas (os *extra*) eram verificadas. Se fossem saudáveis, os deuses estariam de acordo com o ato que os seres humanos desejavam realizar. Se não fossem, significava que os atos humanos não seriam bem-sucedidos.

jamais permitir que houvesse novamente reis em Roma, impedindo a autocracia por todos os meios.

Esse relato tradicional da expulsão dos reis, transmitido pelos historiadores da época clássica, é certamente lendário. A tradição romana apresenta a República como uma realização da aristocracia, que restaurou a “liberdade” de Roma ao expulsar o tirano. Se a história de Lucrecia pode ser verdadeira, e pode ter funcionado como um bom motivo para uma rebelião contra os Tarquínios, o fim da monarquia romana provavelmente não ocorreu devido a um único ato revolucionário, mas sim à complexa situação da Península Itálica, envolvendo as cidades etruscas, latinas e gregas.

O ano de 509 a.C., ou, melhor dizendo, o início do século VI a.C., marcou uma mudança de regime, como se verificou igualmente nas cidades etruscas, nas quais as grandes famílias, exercendo seu poder, substituíram o rei por um colégio de magistrados, que provavelmente foram chamados de *pretores* e somente mais tarde de *cônsules*. As funções religiosas do rei que não puderam ser eliminadas foram transferidas para um *rex sacrorum*, que se tornou um magistrado ligado às questões religiosas no novo regime.

O domínio etrusco em Roma só desapareceu efetivamente em 480 ou 470 a.C., quando os etruscos sofreram reveses ao sul. O fim da sua preponderância vincula-se ao seu enfraquecimento político, o que os levou a perder o controle do Lácio e da Campânia.

Segundo P. Grimal:

Com a realza terminava também a predominância dos etruscos na cidade. Pela mesma época, Atenas, como é sabido, expulsava os Psistrátidas e recuperava sua liberdade. Esta coincidência pareceu suspeita a muitos historiadores modernos, que se recusaram a admitir a data de 509 tradicionalmente apontada para o estabelecimento da República. Mas esta coincidência, só por si, não é uma razão suficiente para contestar a afirmação de um fato tão importante e cuja data, pelo menos aproximada, não poderia deixar de ser conhecida

de todos. De resto, alguns argumentos vêm contrariar este ceticismo. Verifica-se, por exemplo, que a influência helênica, tão sensível na Roma etrusca, diminui consideravelmente no século V. Ora, sabemos que o início do século V marca, em Itália, uma série de reveses e, abandonando as suas recentes conquistas, tende a encerrar-se novamente na Etrúria propriamente dita (GRIMAL, 1988, p. 33).

Os primeiros séculos da República foram marcados por uma série de campanhas militares, durante o século V e a primeira metade do século IV a.C. As primeiras lutas resultaram da reação etrusca à tomada de Roma e da sublevação do Lácio contra a hegemonia romana. Membro da Liga Latina, uma liga de cidades latinas reunida para sua proteção, Roma se empenhou na defesa do Lácio contra populações montanhesas que freqüentemente desciam e atacavam as cidades da planície, como os samnitas. Ao mesmo tempo, esses séculos viram nascer e se consolidar as principais instituições e práticas sociais que marcarão o desenvolvimento da *urbs*. Mas esse é um tema que deixaremos para a nossa próxima aula.



Atende ao Objetivo 2

2. Leia o trecho a seguir:

A organização social de Roma nos primeiros tempos é, sem dúvida, de difícil reconstrução. Não obstante, é possível admitir que algumas das instituições sociais ainda vivas na República e no Império tenham tido sua origem na Realeza. Tal é o caso da *gens* e da *família* romanas (FLORENZANO, 1994, p. 61).

Disserte sobre as principais instituições sociais e políticas que podemos admitir como existentes na Roma dos primeiros tempos.

Comentário

A partir da leitura desta aula, você deverá dissertar sobre instituições como a realeza, o senado, as tribos, os *comitia*, as *gentes* e as famílias, o patronato e a clientela, explicando suas características gerais e seu funcionamento. Procure estabelecer relações entre essas instituições, por exemplo, comentando os laços existentes entre a clientela e a plebe romana; o patronato e o *pater familias*, os *comitia* e as *gentes*. Desse modo, você poderá perceber os vínculos existentes entre tais instituições e, com isso, conhecer um pouco da vida romana à época dos reis.

Considerações Finais

Podemos dizer que durante o período da monarquia, surgiram instituições que marcarão profundamente o desenvolvimento futuro de Roma. Tais instituições constituirão a Roma republicana e, no século VI a.C., a *urbs* já se apresenta, materialmente, como uma cidade urbanizada. O antigo núcleo de pastores e agricultores, reunidos nas *gentes* sob a égide do *pater familias*, foi urbanizada, viu nascer uma organização social e política e os quadros que enformarão a vida republicana, criados a partir de vários elementos que buscamos definir desta aula, e cujo desenvolvimento importa agora acompanhar ao longo dos séculos.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, você conhecerá um pouco mais sobre Roma. Visitaremos Roma sob a República e acompanharemos o desenvolvimento da cidade, bem como o seu processo de expansão na Itália e no Mediterrâneo.

Aula 17

Roma: a cidade
e sua expansão
no período
republicano

Meta da aula

Apresentar as principais instituições romanas sob a República e as linhas gerais da expansão romana na Itália e no Mediterrâneo.

Objetivos

Após o estudo do conteúdo desta aula, você deverá ser capaz de:

1. reconhecer os fundamentos políticos e sociais da República romana, suas principais instituições, sua composição e seu funcionamento;
2. reconhecer as linhas gerais do processo de expansão romana na Itália e no Mediterrâneo durante a República.

Pré-requisitos

Para que você encontre maior facilidade na compreensão desta aula, é importante ter em mãos um bom dicionário da Língua Portuguesa e um atlas.

INTRODUÇÃO

Como você viu na última aula, o início da República romana é tradicionalmente datado de 509 a.C. É possível que essa data seja fictícia, mas o que importa é que nessa época uma mudança institucional importante se deu: o início da República, após o fim da monarquia. Nesse momento, o grupo das famílias aristocráticas romanas, cujos *patres* formavam o Senado, tomou o poder.

Nesta aula, conheceremos um pouco mais sobre a cidade de Roma no período republicano, momento no qual a *urbs* consolidou seu poder no Lácio e na Itália, crescendo e se transformando. Esse período representa, também, o momento de maior expansão do poder romano no Mediterrâneo, e a *urbs* teve de se adaptar e se conformar às novas realidades. Foi então que Roma lançou as bases de seu Império.

A República romana

A passagem da monarquia à República, em Roma, pode ser analisada em termos da relação dos romanos com o seu espaço. Em outras palavras, podemos refletir sobre como tal processo de mudança política expressou e condicionou a constituição de novos espaços, em consonância com as novas organizações que a vida pública exigia. Houve, ao lado da criação de magistraturas e instituições que formaram a estrutura política da *urbs*, a constituição de um espaço apropriado ou, melhor dito, a delimitação de um espaço público, que abrigaria e daria forma às instituições cívicas.

É necessário recordar que, no mundo antigo, se observa uma nítida oposição entre o que é privado e o que é público. O primeiro, o âmbito privado, é o reservado, o íntimo, o próprio da família e, entre os romanos, considerado sagrado. O segundo é aquilo que se

refere à vida exterior. E tal dialética se expressa materialmente na constituição dos espaços da vida romana. O espaço interior, no qual estão a família e os espíritos dos antepassados (em latim, os *maiores*), tem um centro: a lareira, que ilumina, aquece e aviva a casa (*domus*, em latim, de que derivam os termos *doméstico*, *domínio* etc.). O centro do espaço doméstico é o fogo, a lareira, onde habitam os *Lares*, os deuses protetores da *gens*.



Figura 17.1: Lararium da Casa dos Vettii, em Pompéia.

Fonte: <http://www.brynmawr.edu/Acads/Cities/wld/00600/00600x4c.jpg>

Para o romano antigo, a força geradora que está contida em cada *domus* é transmitida à cidade, uma força que procede tanto de sua íntima relação com os deuses quanto com os antepassados. A *domus* é um santuário doméstico, no qual o *pater familias* oficia como um sacerdote: num altar (*ara*) de pedra próximo à lareira eram oferecidos os sacrifícios propiciatórios que estabeleciam as relações com o mundo sobrenatural e com os espíritos dos antepassados.

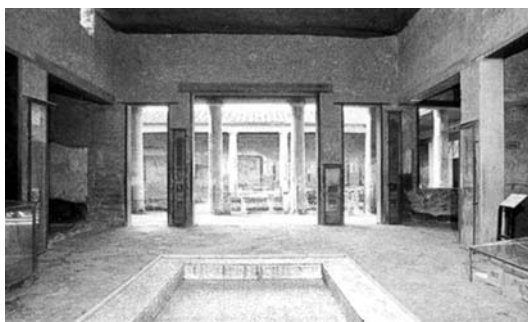


Figura 17.2: Sala principal (*atrium*) de uma *domus* romana (reconstituição do átrio da Casa dos Vettii, em Pompéia).

Fonte: <http://faculty.cua.edu/pennington/pompeii/Vetiimpluvium.htm>

Com a criação da cidade e seu desenvolvimento, o que havia de sagrado em cada *gens* foi transmitido a um espaço comum a várias famílias, “fora” (em latim, *forum*) das casas propriamente ditas, de modo tal que o *forum*, ainda que não fosse um espaço doméstico particular, não era visto como um espaço exterior, mas, sim, como um espaço *público*. Daí a veneração sacrossanta do espaço do *forum romanum* e a identificação da cidade com os templos de seus deuses e com os sepulcros dos antepassados. Ao comentar a cidade de Roma, Cícero (1997, p. 55) nos diz: “Grande coisa é, pois, ter os mesmos monumentos dos ancestrais, usar os mesmos santuários, ter sepulturas comuns.” Daí deriva o termo *pátria*: a “terra dos pais”.



Figura 17.3: O *Forum romanum*, centro cívico da *urbs*.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/Image:Forum_Romanum_panorama_2.jpg_

Esse espaço sagrado que é a cidade aos poucos foi fortalecido, espiritual e fisicamente, por seus habitantes. Certamente, de início os homens livres eram somente os nobres, ou patrícios, e só aos poucos se incorporou um número maior de pessoas à cidade, os *plebeus*. O crescimento da cidade acabou fazendo com que fosse necessário integrar comunidades mais amplas à *urbs*, criando a idéia de "cidadania": o cidadão (em latim, *ciuis*) do qual deriva o termo *ciuitas* (cidade), e os dois termos coexistirão, *urbs* e *ciuitas*, como bem expressa Cícero (1997, p. 41): "Entre *urbs* e *ciuitas* há esta diferença: *urbs* são os edifícios; *ciuitas*, os habitantes."

Sabemos, então, que a sociedade romana estava dividida no período monárquico em *patrícios*, os nobres, que compunham as famílias poderosas e proprietárias de terras; *clientes*, que originalmente parecem ter sido servidores e protegidos dos nobres, e a *plebe*, congregando todos os demais habitantes. Nesse momento, podemos dizer que somente o patriciado era cidadão. Com o fim da monarquia, houve que criar novas formas de governo e condução da *urbs*.

O escritor romano Varrão nos fala um pouco sobre as magistraturas criadas no período republicano:

...Começarei com os cargos públicos. O cônsul foi assim chamado, pois é quem consulta (*consulere*) o povo e o senado; a não ser que seja como diz Ácio no seu Brutus: "Aquele que sabe as medidas corretas (*recte consulat*), seja este o cônsul." O pretor (*praetor*) é aquele que vai à frente (*praeire*) da justiça e do exército, daí a frase de Lucílio: "Os pretores vão à frente e no comando."

O censor é aquele que decide (*censio*), ou seja, arbitra o que o povo apresenta no censo. Edil (*aedilis*) é aquele que controla os edifícios (*aedes*) sagrados e privados. Os questores (*quaestores*), nome derivado de *quaerere* (buscar), são aqueles que buscam os recursos públicos e que buscam descobrir as fraudes, agora em função dos *triumviri capitales* (os três magistrados encarregados das questões criminais). Em seguida, os magistrados encarregados de processos judiciais (*quaestionem iustitia*) foram chamados

quaesitores (juizes). Os tribunos militares (*tribuni militum*) têm esse nome porque, antigamente, eram três enviados militares, um para cada uma das três tribos, Ramnes, Luceres e Tities. Os tribunos da plebe (*tribuni plebei*) têm esse nome porque os primeiros tribunos da plebe, encarregados da defesa da plebe (*plebs*) foram escolhidos entre os tribunos militares, quando da secessão.

O ditador (*dictator*) era assim chamado porque o cônsul dizia (*dicere*) que todos deveriam obedecer às suas ordens (*dicta*).

O chefe da cavalaria (*magister equitum*) deriva seu nome do poder absoluto sobre os cavaleiros (*eqüites*) e tropas auxiliares, tal como o ditador tem poder absoluto sobre o povo, pelo que é chamado, também, *magister populi*, ou “mestre do povo”. Como todos estão sob a autoridade dos mestres (*magistri*), são chamados *magistratus* (magistrados)... (VARRÃO, 1999, p. 80-82).

Nos primeiros tempos da República, os patrícios detinham todos os direitos políticos e só eles podiam ocupar cargos públicos como os de cônsul e senador. Os clientes e a plebe – composta de homens livres, pequenos agricultores, comerciantes e artesãos – não tinham direitos plenos. Para além de possuírem as terras mais férteis, que eram trabalhadas por camponeses (às vezes, escravizados por dívidas), o poder dos patrícios tinha um fundo eminentemente religioso. Eram os únicos a conhecer os ritos religiosos e as leis e, com base nisso, tinham exclusividade no governo da *urbs*.

Segundo Grimal,

Do ponto de vista religioso, os patrícios possuem um privilégio que em breve se tornará precioso: o de conhecer os auspícios, isto é, de interpretar diretamente, sem recurso a nenhum sacerdote, a vontade divina. Saberemos avaliar a importância deste poder se pensarmos que todo ato público deve ser precedido de um entendimento com os deuses. Assim, os patrícios não tardaram a reivindicar o monopólio das magistraturas que comportavam o conhecimento dos auspícios, isto é, na prática, o consulado e as outras

magistraturas mais importantes que, progressivamente, foram sendo criadas. Este aspecto religioso da oposição contribuiu muito para fortalecer e para criar entre as duas metades da sociedade romana uma diferença que rapidamente se tornou irreduzível (GRIMAL, 1988, p. 35).

A cidade, porém, cresceu, e a cada dia novos elementos chegavam a ela. O comércio trazia novas riquezas, que a localização geográfica de Roma ajudava a estimular, e novos grupos sociais enriqueciam. Ocorre que os plebeus comerciantes e os artesãos mais abastados se ressentiam cada vez mais da falta de voz na condução dos assuntos da cidade.

Some-se a isso o fato de que o crescimento da cidade tornava-a um pólo de atração para os ataques belicosos dos povos montanhese, atraídos por sua riqueza, bem como das incursões guerreiras de outras cidades. Desse modo, os exércitos dos patrícios e seus clientes não mais conseguiam dar conta, sozinhos, da defesa de uma cidade maior, mais rica e mais populosa. Cada vez mais, os plebeus eram chamados a defender uma cidade que era sua, mas na qual não tinham direitos políticos plenos.

Segundo P. Grimal (1988, p. 34):

No interior (da *urbs*), o século V foi preenchido por uma longa sucessão de lutas entre patrícios e a plebe, as duas classes em que se divide a sociedade romana de então. Esta oposição chegou a pôr em causa a própria existência do Estado romano. É fácil adivinhar que o conflito tinha por causa o desejo, nos primeiros, de manter as prerrogativas políticas e, nos segundos, de conquistar a igualdade de direitos, mas ignoramos como se instituiu este estado de fato e quais são exatamente as origens do patriciado e da plebe.

Aparentemente, o conflito começou no início da República. Talvez porque esta começou por ser – como tantas vezes nas cidades gregas – não uma verdadeira democracia, mas uma oligarquia. (...) Parece que os patrícios eram membros de algumas grandes famílias cujas tradições gentílicas mantinham uma organização de caráter arcaico.

Somente depois de mais de dois séculos de luta entre plebeus insatisfeitos e patrícios ciumentos de suas prerrogativas é que progressivamente os primeiros obtiveram direitos políticos semelhantes aos dos segundos. Certamente, os plebeus enriquecidos tiveram o apoio necessário dos grupos mais humildes, descontentes com a legislação sobre dívidas, dentre outras coisas.

A tradição conta que, certa feita, os soldados plebeus se recusaram a obedecer aos cônsules e se retiraram da *urbs*, provavelmente para o Monte Sacro, no Aventino. A *urbs* se viu desfalcada em boa parte de sua população, o que significava um risco imenso para a sua própria sobrevivência. Os plebeus ameaçavam criar uma nova cidade, ao lado de Roma. Essa nova cidade seria mais populosa do que a original, e os patrícios perceberam a gravidade da situação. A lenda diz que um ex-cônsul, Menênio Agripa, conseguiu que a plebe desistisse de seu intento e retornasse, fazendo-lhes um longo discurso sobre a necessidade de se estabelecer a concórdia na *urbs*.



Figura 17.4: Relevo representando litores e músicos acompanhando o cônsul.

Fonte: <http://www.escolar.com/avanzado/historia014.htm>

Por volta de 450 a.C., os plebeus conseguiram que as leis que regiam a cidade fossem registradas por escrito, numa tentativa de se evitar injustiças. O conjunto das normas redigidas é conhecido como Lei das XII Tábuas, que se tornou um dos textos fundamentais do Direito Romano, uma das principais heranças romanas que chegaram até nós. A publicação dessas leis, por volta de 450 a.C., na forma de tábuas que qualquer um, desde que soubesse ler, podia consultar,

foi fundamental para o rompimento das barreiras que separavam os patrícios dos plebeus. As XII Tábuas não chegaram completas até nós, mas possuímos vários fragmentos delas, e podemos imaginar o quanto foram importantes para o desenvolvimento da *urbs*.

Os plebeus obtiveram outras conquistas importantes, tais como o fim da escravidão por dívidas, a criação do cargo do *tribuno da plebe* – um magistrado que teria por missão defender os plebeus, com o poder de vetar medidas governamentais que prejudicassem a plebe –, o reconhecimento dos poderes da assembléia da plebe, a possibilidade de casamentos entre patrícios e plebeus, antes proibidos.

A assembléia da plebe (*consilium plebis*) consistia numa assembléia reunida por tribos. Às quatro tribos urbanas, que correspondiam às quatro zonas da cidade, juntaram-se, no século V a.C., as tribos rústicas (do latim *rus*, campo), localizadas na área em torno da cidade. Com a expansão territorial, o número das tribos foi aumentando e chegou ao número definitivo de 35. A divisão por tribos serviu como base para o funcionamento da assembléia do povo romano (*comitia tributa*). Cada cidadão passou a ser inscrito em uma tribo de acordo com o local de sua residência, e não mais com base em seu nascimento. Essa assembléia era mais “popular” do que a *centuriata*, organizada de acordo com a distribuição dos cidadãos por classe (com base em sua fortuna) no censo. Mas a assembléia mais importante da *urbs* era a *centuriata*, que seguia a organização do exército romano.

A plebe reunida em assembléia formava, então, o *consilium plebis*, com função eleitoral, pois nela eram eleitos os tribunos da plebe. Ali também se votavam os chamados *plebiscitos*, mas suas decisões só eram válidas para a própria plebe.

Também no campo religioso, a plebe conseguiu algumas conquistas importantes. Em 493 a.C., foi construído no Aventino, fora do *pomerium*, o templo consagrado às divindades agrárias Ceres, Liber e Libera, deuses ligados à plebe. Esse templo rivalizava com o da Tríade Capitolina (Júpiter, Juno e Minerva) no Capitólio, que existia desde 509 a.C., e era o centro religioso do Estado

patrício. No templo plebeu foi instituído um tesouro e um arquivo destinado a guardar as deliberações da plebe. Para cuidar dele, foram nomeados novos magistrados, denominados edis (de *aedes*, para nós, “templo”).



Figura 17.5: A deusa Ceres, escultura romana, ca. 250 d.C.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Ceres_statue.jpg

Os patrícios, porém, contavam a seu favor com a tradição e com o controle das funções religiosas desde a época arcaica. Sua supremacia sem dúvida era devida à riqueza, representada pela propriedade fundiária e seus grandes rebanhos. Contavam ainda com uma numerosa clientela e alianças com as aristocracias de outras cidades, que os romanos chamavam *amicitia* (amizade), uma rede de alianças políticas.

Para compreendermos as alterações geradas pelo sucesso das reivindicações plebéias, temos de analisar o desenvolvimento econômico, social e militar de Roma no início da República. Vejamos o que nos diz a historiadora Maria Beatriz Florenzano (1994, p. 69):

Embora a atividade agrícola tenha sido a atividade econômica predominante durante toda a história de Roma, que (...), por exemplo, desde o século IV era um centro comercial e manufatureiro de alguma importância.

Os plebeus, obviamente, não formavam um grupo homogêneo. Enquanto alguns grupos de plebeus conseguiram enriquecer com o desenvolvimento econômico da cidade, desde o período monárquico, inclusive em atividades ligadas ao artesanato e ao comércio, outros grupos da população empobreceram por causa do endividamento e da perda de terras, especialmente os pequenos camponeses. Como a cada geração precisavam dividir a modesta propriedade familiar entre os herdeiros, não conseguiam mais viver com o cultivo de seus lotes de terra cada vez menores. Além disso, a guerra, as más colheitas e o ataque de inimigos obrigavam o pequeno proprietário a recorrer a empréstimos para sobreviver. Quando não podia saldar sua dívida, devia trabalhar como escravo para o credor até ser liberado, ficando refém de um patrono aristocrata.

As reivindicações da plebe, portanto, eram múltiplas e variadas. Os plebeus ricos lutavam pela igualdade política e civil, ou seja, queriam ter acesso às magistraturas e à integração social por meio de casamentos com patrícios. Os membros pobres da plebe faziam reivindicações econômicas, queriam encontrar uma solução para o problema das dívidas e a participação nas terras de propriedade do Estado.

Tais reivindicações foram alimentadas pelo fato de que:

No plano externo, Roma preocupou-se de início em consolidar e ampliar a hegemonia sobre a Liga das cidades latinas da qual fazia parte. Uma vez senhora das decisões no Lácio, empreendeu lugar, a princípio defensivas, contra seus vizinhos mais próximos: volscos, équos e hérnicos (FLORENZANO, 1994, p. 63).

Devido às contínuas guerras em que Roma esteve envolvida com os povos montanhese e com outras cidades, foi preciso recorrer

a todos os cidadãos para obter soldados e recursos. Portanto, as necessidades das campanhas militares faziam recair sobre os plebeus encargos militares e financeiros cada vez mais pesados. Essa situação permitiu que a plebe conseguisse uma ação política eficaz em sua luta contra o patriciado: em troca de sua participação na defesa de Roma, exigiu o fim do monopólio político e jurídico que os patrícios detinham, especialmente devido às novas conquistas territoriais, que enriqueciam a cidade em favor dos patrícios, que monopolizavam as novas terras (*ager publicus*).

Em 367 a.C., os tribunos da plebe Licínio Estolão e Lúcio Sexto fizeram aprovar as leis conhecidas como *Licínias Sextias*. Uma delas estabelecia a obrigatoriedade de nomear um cônsul plebeu todos os anos. Há documentos referentes a duas outras leis, que visavam melhorar a situação da plebe: uma sobre a redução das dívidas, permitindo deduzir do montante as somas já pagas como juros, e outra estabelecendo 500 *iugera* (125 hectares) como sendo o máximo de extensão de terras públicas que um indivíduo podia ocupar.

Paulatinamente, os plebeus conseguiram acesso a todas as magistraturas; em 300 a.C., foram abertos aos seus representantes os altos cargos sacerdotais dos pontífices e dos áugures. Em 287 a.C., a lei *Hortensia* deu validade legal às decisões dos plebiscitos. A historiografia considera que essa lei marca o fim da luta patrício-plebéia, uma vez que os plebeus haviam obtido a igualdade política com os patrícios. Na verdade, porém, as vitórias da plebe ficaram praticamente restritas aos mais prósperos segmentos desta, homens que enriqueceram exercendo atividades comerciais e industriais.

Uma nova distinção social estabeleceu-se aos poucos, fundada principalmente na riqueza. Havia, de um lado, os romanos ricos – patrícios e plebeus enriquecidos – e de outro os romanos pobres – a grande maioria. As diferenças entre patrícios e plebeus, especialmente as religiosas, jamais foram abolidas de todo, mas se formou uma nova nobreza, a *nobilitas*, que reunia patrícios e plebeus ricos. Os plebeus ricos tinham interesse no casamento com as filhas de patrícios, enquanto os patrícios obtinham apoio político e riquezas com esses casamentos mistos.

A maior parte dos romanos, até o século III a.C., era constituída por pequenos camponeses que cultivavam suas terras com as próprias mãos. Plebeus enriquecidos pelo comércio rapidamente compravam grandes extensões de terra, e a indústria e o comércio se desenvolveram significativamente a partir do século IV a.C., fazendo de Roma uma potência econômica na península.



Atende ao Objetivo 1

1. Leia o trecho a seguir e disserte sobre as alterações sociais e políticas ocorridas na *urbs* no período republicano:

O alargamento dos limites da velha cidade teve um resultado imediato: já que os patrícios tinham deixado de ter o monopólio do consulado, este tornava-se acessível aos recém-chegados à cidade romana, e as cidades que aceitassem ligar o seu destino ao de Roma poderiam passar a ser tratadas como iguais. O Estado romano flexibilizava-se e adquiria assim um dos seus caracteres mais originais, a faculdade de acolher, oferecendo-lhes a plenitude dos direitos, se não os inimigos, pelo menos os estrangeiros da véspera (GRIMAL, 1988, p. 37).

Comentário

Refleta sobre o conflito patrício-plebeu e comente o trecho de P. Grimal, tendo em vista que nos primeiros tempos da República os patrícios, membros das gentes mais antigas, haviam se reservado as melhores terras, assim como o direito de ditar e exercer o governo de Roma, enquanto os plebeus que enriqueceram com o comércio e a manufatura se ressentiam da falta de participação política, no que foram apoiados por plebeus pobres, despossuídos ou escravizados por dívidas. Após o século IV a.C., os plebeus conseguiram atingir uma situação mais próxima à dos patrícios. Decerto você pôde perceber que nem todos os plebeus foram bem-sucedidos nesta ascensão política. Houve o surgimento de uma nova aristocracia, a *nobilitas*, formada por patrícios e plebeus, formada por alianças e casamentos, que comporiam a oligarquia que governaria Roma a partir de então.

A organização política sob a República

Segundo a historiadora Norma Musco Mendes,

Etimologicamente, *res publica* significa tudo aquilo que é público, que pode ser o próprio Estado, sua constituição, o interesse comum. Os romanos não tinham um nome específico para designar o seu sistema político; era simplesmente equacionado com a própria comunidade e os seus interesses.

Res publica quer dizer assunto da união de um certo número de homens associados por um consenso comum no direito e na comunhão de interesses (CÍCERO, 1997, p. 25).

De acordo com esta concepção, as relações de mando e obediência eram centradas no domínio da lei emanada pelo

princípio da soberania do povo, algo que atribuía às leis um caráter divino e afastava o domínio do homem sobre o homem. Os cidadãos obedeciam às leis criadas pela vontade política de fazer do direito o meio de regularizar as relações humanas. Isto fica explícito quando Cícero, nas Leis, discursa sobre a necessidade da autoridade, atribuindo-lhe o caráter de presidir, de ordenar o que é justo, útil e de agir conforme a lei (...).

Logo, *res publica* significava mais que um conjunto de cidadãos. Significava todos os assuntos e tudo que dissesse respeito àquela comunidade, assim como a forma de governo que preservasse os interesses coletivos e garantisse a ordem, a liberdade contra o estabelecimento da monarquia, ou seja, o governo de um só (MENDES, 2006, p. 21-22).

O regime republicano instituiu *magistraturas*, geralmente anuais e colegiadas, para que o poder não ficasse concentrado nas mãos de uma só pessoa. Dessa forma, ficava garantida a *libertas* do cidadão, pois se formou uma *civitas*, uma comunidade de homens livres submetidos a um conjunto de leis que limitavam a autoridade dos homens tomados individualmente.

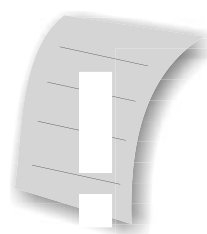
O Senado, ou conselho de anciãos, que já existia na Roma dos reis, adquiriu maior importância com a República, pois era o único órgão permanente de governo, agora composto por ex-magistrados *cum imperium*, ou seja, que detinham o mando militar e político supremo. Eram trezentos senadores inicialmente. Os *censores* atualizavam a lista de senadores (o *album*) a cada cinco anos, podendo incluir novos membros para completar o número.

Os dois magistrados principais eram chamados cônsules. Detinham o poder militar e civil máximo (*imperium*), o que lhes permitia convocar e consultar o povo e o Senado, comandar as legiões e julgar sem apelação os cidadãos em tempo de guerra. Outros magistrados eram os *pretores* (encarregados da justiça, principalmente), os *questores*

(*grosso modo*, tesoureiros), os *edis* (encarregados da cidade, de seu abastecimento, da supervisão das vias públicas e das festividades religiosas), além de outras magistraturas menores.

O Senado se reunia por convocação do cônsul ou, na falta deste, do pretor, que fixava a ordem do dia, organizando a pauta dos assuntos a serem discutidos. O Senado emitia pareceres – os *senatus consulta* –, mas, como personificava a conservação da tradição dos ancestrais, sua autoridade tinha um peso considerável. Sua competência era grande: controlava o tesouro público (*aerarium*), dirigia a política externa e a guerra. Ocupava-se da religião cívica e devia zelar pelos interesses da cidade.

Os magistrados inferiores (*sine imperium*) eram os *edis*, encarregados da vigilância dos mercados, das vias e dos edifícios públicos e da organização dos jogos, e os *questores*, auxiliares dos magistrados superiores, encarregados de gerir os recursos e as despesas. Os *tribunos da plebe*, criados após a secessão da plebe, completavam o quadro das principais magistraturas romanas. E, em caso de ameaça grave à República, o Senado podia indicar um magistrado extraordinário investido do *imperium* por um período máximo de seis meses: o ditador.



AS MAGISTRATURAS PRINCIPAIS

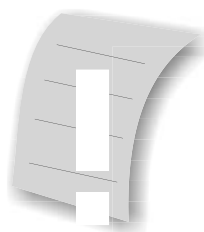
Magistratura	Número de magistrados	Competência	Duração
Consulado	2 cônsules	Magistrado superior em política, administração e comando militar	1 ano
Censura	2 censores	Recenseamento dos cidadãos, elaboração do <i>album</i> do Senado; gestão do patrimônio do Estado	18 meses, a cada 5 anos
Pretura	2, 4, 6 e 8 pretores; 10 sob Júlio César	Competência judiciária e política em Roma; comando militar; governo de província, a partir do século I a.C.	1 ano
Questura	10 questores; depois, 20	Auxiliares dos magistrados superiores, com encargos financeiros e de gestão do Tesouro	1 ano

Edilidade	4 edis/ 6 sob César	Superintendência dos mercados e vias públicas; organização dos jogos	1 ano
Tribunato da plebe	2 na origem, depois 10	Competência geral, podendo vetar todo ato de um magistrado e se opor a decisões do Senado; plebiscitos	1 ano
Ditadura	1 ditador	Indicado em caso de guerra ou revolução, em ocasiões excepcionais	No máximo 6 meses

Os cidadãos romanos se reuniam em assembleias, cuja complexa organização já comentamos, e elegiam os magistrados, aprovavam as leis etc. Segundo Políbio (1992, p. 6),

O governo da República Romana estava dividido em três corpos tão bem equilibrados em termos de direitos que ninguém, mesmo sendo romano, poderia dizer, com certeza, se o governo era aristocrático, democrático ou monárquico. Atentando ao poder dos cônsules, dirá que é absolutamente monárquico e real; à autoridade do senado, parecerá aristocrático e ao poder do povo, julgará que é um estado popular.

Os romanos utilizavam-se da sigla *SPQR* (*Senatus Populusque Romanus*) para se referir ao seu próprio estado, que significa “O Senado e o Povo de Roma”. Contudo, embora teoricamente o poder emanasse do povo, a influência dos senadores predominava, pois as assembleias mais importantes, os *comitia centuriata*, eram aquelas que reuniam os soldados, e nelas os poderosos tinham muito mais votos que os mais pobres. Além disso, como você já viu, o fato de as magistraturas serem colegiadas e, em sua maioria, anuais fazia com que o Senado fosse o único órgão permanente da República romana.



AS ASSEMBLÉIAS ROMANAS

Assembléia	Comícios curiais	Comícios centúriais	Comícios tribais	<i>Concilium plebis</i>
Unidades de voto	30 cúrias	193 centúrias	35 tribos: 4 urbanas e 31 rurais	35 tribos: 4 urbanas e 31 rurais
Presidente	Cônsul, pretor ou <i>pontifex maximus</i>	Cônsul ou pretor	Cônsul ou pretor	Tribuno da plebe ou edis plebeus
Função eleitoral	–	Eleger cônsules, pretores e censores	Eleger edis curiis, questores e tribunos militares	Eleger tribunos e edis da plebe
Função legislativa	Confirmar o <i>imperium</i> dos magistrados e também adoções e certos testamentos	Principal órgão durante a República: declaração de guerra e casos especiais	Legislar de forma geral	Votar as leis propostas pelos tribunos da plebe (plebiscitos)
Função judiciária	–	Julgar acusações capitais	Julgar crimes de Estado passíveis de multa	Julgar crimes de Estado passíveis de multa. Casos de abuso de poder

Podemos dizer, então, que a supremacia senatorial não era uma simples questão de liderança governamental, mas o principal fator do poderio militar romano. O Estado romano era uma soberba máquina militar comandada pelo Senado, basicamente um corpo de senhores da guerra. Isso porque as magistraturas civis e militares romanas, se não eram sempre idênticas, freqüentemente apareciam como os dois lados de uma mesma moeda. As magistraturas menores e maiores eram também comandos militares; as mais antigas assembléias populares, os *comitia curiata* e *centuriata*, parecem ter suas raízes em organizações militares. A última era, formalmente, uma convocação de cidadãos para a guerra.

O Senado não era uma assembléia hereditária, nem seus membros recebiam pagamento por seus serviços. E, desde que somente homens ricos tinham condições de se candidatar às mais altas magistraturas, das quais provinham os Senadores, o Senado era uma cidadela dos ricos e poderosos. Dentro do Senado, as ações eram geralmente dominadas pelos antigos cônsules, os *consulares*, que formavam uma “elite dentro da elite”.

De um ponto de vista estritamente legal, o Senado era somente um corpo consultivo, sem poderes legislativos. Diferentemente das assembléias (*comitia*), o Senado não aprovava leis (*leges*), mas apenas moções ou resoluções (*senatus consulta*). Por convenção constitucional, contudo, o Senado era sempre consultado pelos magistrados nas questões mais importantes do Estado. Antes de apresentar uma proposta a uma das assembléias, esperava-se que o magistrado a levasse ao Senado para debate. Assim, na prática, o Senado era o único corpo deliberativo permanente do sistema de governo romano. Em nome do povo, um tribuno da plebe podia vetar um *senatus consultum* e atos de outros magistrados, mas, como custódia da Constituição e juiz último de assuntos religiosos, o Senado era geralmente capaz de encontrar uma justificativa de natureza religiosa para impedir ações de assembléias ou de magistrados, bastando que os sinais enviados pelos deuses nos auspícios fossem desfavoráveis.

Além disso, o Senado tinha outros poderes, como supervisionar o tesouro do Estado, o *aerarium*, e todos os gastos públicos, além de decidir sobre as relações internacionais. Exceto no caso de uma declaração formal de guerra – que, tradicionalmente era direito do povo romano reunido na assembléia *centuriata*, a condução dos assuntos estrangeiros era prerrogativa do Senado. Com as guerras formalmente declaradas, as operações militares ficavam sob seu controle e dos magistrados superiores. Além disso, o Senado definia a esfera da atividade dos magistrados como um todo. Podemos dizer, então, que Roma era uma cidade aristocrática e censitária.



Atende ao Objetivo 1

2. Leia o trecho a seguir:

Qual parte compete ao povo no governo? Por um lado, o Senado dispõe de tudo o que dissemos e, principalmente, maneja sob seu arbítrio a cobrança e os gastos referentes às rendas públicas; por outro, os cônsules são absolutos nos casos de guerra e independentes em campanha. Contudo, o povo tem sua parte e bastante importante. Ele é o único árbitro dos prêmios e castigos, únicos pólos que sustentam os impérios, as repúblicas e toda a conduta dos homens. Num estado onde não se conhece a diferença entre estes dois recursos (prêmios e castigos), ou, uma vez conhecendo, faz-se mau uso deles, as coisas não podem caminhar bem (POLÍBIO, 1992, p. 6).

Com base no trecho de Políbio, analise a organização e o funcionamento do sistema de governo romano sob a República.

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and extend across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

Comentário

Você deverá refletir sobre a composição, as competências e atribuições das quatro instâncias de reunião de cidadãos (os *comitia curiata*, *centuriata*, *tributa* e o *consilium plebis*). À mais antiga assembleia, a curial, cabiam apenas algumas funções religiosas e de lei pública e privada. A *centuriata* tinha principalmente a tarefa política de eleger cônsules, pretores e censores, reunida e presidida por um cônsul ou pretor. Tinha também os poderes tradicionais de declarar guerra e ratificar tratados, além de cuidar dos casos de apelação de cidadãos condenados à pena capital. Nela, os cidadãos eram agrupados por centúrias, que não eram iguais em tamanho, e a minoria dos cavaleiros e cidadãos da mais alta classificação censitária controlava o maior número delas – 98 centúrias, isto é, 98 votos, num total de 193. Como votavam na frente, geralmente não havia necessidade de se pedir os votos das últimas centúrias, ou seja, na prática, os cidadãos mais pobres dificilmente chegavam a votar. A assembleia tribal era mais comumente empregada para propósitos legislativos e judiciais. Convocada e presidida por cônsules, pretores ou *edis curvis*, tinha também a responsabilidade de eleger *edis curvis*, questores e ofícios menores. A assembleia tribal era estreitamente ligada ao *concilium plebis* e, para todos os propósitos práticos, eram virtualmente idênticos. O *concilium* era exclusivamente plebeu, elegendo suas próprias magistraturas: tribunos e *edis plebeus*. Dessa breve e simplificada imagem da complexidade tortuosa das instituições governamentais romanas, vemos a realidade da supremacia dos *nobiles*. O Senado era o conselho supremo dessa aristocracia, seu instrumento para o controle do Estado, e renovava periodicamente, com a censura, seus membros com ex-magistrados *cum imperium*, oriundos das classes mais altas. Tradicionalmente, o Senado era capaz de controlar as magistraturas e era decisivo nas esferas da religião, legislação e finanças, na condução da guerra e das relações exteriores. As eleições e as leis aprovadas eram responsabilidade das assembleias populares, perpetuando a hierárquica estrutura de poder sob o Senado.

A expansão romana

A expansão romana na Itália foi contemporânea a esse processo de consolidação política interna e de mudança institucional. Ameaçada externamente, a *urbs* teve não apenas de se defender, mas também de desenvolver meios para enfrentar as crescentes necessidades de recursos humanos e materiais.

Segundo Grimal (2005, p. 31-32):

Quando se restabeleceu a concórdia entre os cidadãos, Roma pôde retomar sua política de expansão. Seu império chegava já aos primeiros patamares dos Apeninos; suas colônias eram bastante fortes para conter a pressão dos montanheses, os équos e os hérnicos, situados a este e a sudeste do Lácio. Mas para o norte, a rota de conquistas estava cortada por uma cidade etrusca muito poderosa, que desde há muito era um rival perigoso. Para destruir Veios foi preciso um sítio de dez anos, tão longo como o de Tróia. Foi então que, pela primeira vez, a legião romana aprendeu a executar manobras de campanha de guerrilha. (...) Durante meses, os legionários permaneceram nas trincheiras, sob as muralhas. Essa era uma experiência nova. Até então, as guerras só ocorriam durante a estação de bom tempo. O exército se reunia em março – precisamente o mês dedicado ao deus da guerra –, entrava em campanha e voltava quando as árvores perdiam suas folhas. Os soldados podiam velar por seus interesses, controlar a exploração de seus campos (...).

Durante o sítio de Veios, como as operações prosseguiram inclusive no inverno, houve que resignar-se a pagar os soldados. Camilo, comandante das tropas em Veios, reclamou e impôs a instituição do soldo. As tropas, agradecidas a seu chefe, lutaram com mais arrojo e, finalmente, Veios sucumbiu.

A conquista de Veios foi o primeiro grande empreendimento romano fora do Lácio. O longo conflito terminou em 396 a.C., com

a destruição de Veios, cujo território foi anexado. Mas uma grave ameaça surgiu com a invasão dos gauleses, povo guerreiro celta que ocupava desde a Germânia até a Gália (que correspondia, em parte, ao território da atual França), que se estabeleceu na planície do Pó, no norte da Itália. Em 390 a.C., os gauleses invadiram Roma, e P. Grimal nos conta uma narrativa lendária sobre esta invasão:

Durante longos dias, teve lugar o sítio do Capitólio. Uma noite, os gauleses tentaram escalar a colina, aproveitando a obscuridade. Fizeram tão pouco ruído que nem os cães de guarda ouviram; parecia que seu intento teria um bom sucesso, quando, de repente, os gansos sagrados criados no santuário de Juno despertaram e começaram a grasnar. Se deu o alarme. Os soldados correram aos postos de alerta; os primeiros inimigos estavam pondo o pé na plataforma. Mas os romanos se lançaram sobre eles, e os fizeram cair com todo o seu peso sobre os companheiros que os seguiam. Resumindo, o ataque fracassou. Ainda assim os víveres se esgotavam e não poderiam resistir por muito tempo. Pressionados por seus soldados, os chefes romanos tiveram que empreender negociações, aceitar a idéia de rendição e perguntar pelas condições de Breno (o líder dos gauleses). Este pediu ouro, muito ouro, e prometeu respeitar a vida dos combatentes. No dia seguinte, os oficiais romanos saíram da cidadela, acompanhados por escravos que portavam o metal para o resgate. Começou-se a pesá-lo e, quando se alcançou o peso acordado, Breno lançou sua espada no prato da balança e exigiu que se agregasse ao resgate o suficiente para restabelecer o equilíbrio. Os romanos protestaram: “A desgraça caía sobre os vencidos!”, lhes disseram. Mas houve que obedecer. Fartos de ouro, aplacados pelo butim, os gauleses acederam por fim a abandonar Roma e a retomar o caminho do norte.

Os romanos asseguraram-se de que não fossem muito longe: que Camilo conseguiu reunir um exército de auxílio entre as cidades aliadas de Roma, temerosas do perigo gaulês, que atacou aos

gauleses enquanto se retiravam. Seja como for, Roma sentira o medo; estivera perto de sucumbir, e entendeu que nem as mais sólidas muralhas servem de nada se não há braços para defendê-las. A guerra a havia arruinado, boa parte de suas casas tinham sido queimadas ou destruída, e perdera a honra. Assim é que, por muito tempo, os gauleses seguiram inspirando temor aos romanos. Durante séculos, bastava que se pronunciasse seu nome para que todos saíssem correndo buscando armas (2005, p. 34-35).

Depois de superarem esse perigo, os romanos conquistaram a região do Lácio, cujos habitantes, os latinos, foram absorvidos e incorporados à cidadania romana. Com isso, Roma desfez a Liga Latina e se tornou a senhora do Lácio.

Após combater essas populações vizinhas e consolidar sua posição no Lácio e nas áreas limítrofes, Roma iniciou, no século IV a.C., uma ofensiva para deter o avanço de populações de montanhese ao sul, que seguiam do interior em direção à costa. Após a submissão da Itália central, as vitórias romanas levaram à conquista da Itália meridional e do sul. Após quase dois séculos de luta pela supremacia na Itália, Roma tornou-se uma potência de âmbito internacional.

Como explicar a rapidez das conquistas romanas na Itália? Certamente, uma resposta simples não é possível, se é que existem respostas simples quando estudamos a história romana... Se observarmos, contudo, o modo como os romanos agregavam as populações dos territórios conquistados, talvez tenhamos uma pista para a compreensão desse sucesso. O conceito de cidadania romana era muito mais amplo e flexível do que, por exemplo, o espartano ou o ateniense. Tornavam-se cidadãos romanos todos os escravos que eram manumitidos (os *libertos*), ainda que não dispusessem da totalidade dos direitos políticos. Os filhos de *libertos*, contudo, tinham a cidadania plena, pois tinham nascido livres (eram *ingenui*, em latim). Do mesmo modo, os romanos concediam a cidadania a pessoas e povos aliados. Muitos estudiosos vêem nisso um dos motivos do sucesso romano, pois a concessão da cidadania fazia com que Roma passasse a se expandir também de modo pacífico, a partir de tratados de aliança com outros povos e cidades.

Após dominar o Lácio, Roma voltou-se para o sul da península. Conseguiu fazer alianças importantes com cidades gregas da Campânia, que era uma região fértil agricolamente e que tinha portos importantes. A partir da Campânia, Roma se deparou com os povos samnitas, que ocupavam a região montanhosa central da península, a quem derrotou após duas longas guerras. Abaixo da Campânia, as cidades da Magna Grécia capitularam uma a outra e, em 272 a.C., Roma tinha assegurado o seu domínio sobre toda a Península Itálica.



Figura 17.6: Guerreiro samnita (pintura parietal do período republicano).

Fonte: <http://www.escolar.com/avanzado/historia014.htm>

As guerras de conquista e os pactos de aliança trouxeram conseqüências importantes para as instituições romanas: Roma englobava agora sistemas locais muito diversos: *poleis* gregas meridionais, ricos centros agrícolas da Campânia, cidades etruscas com instituições urbanas desenvolvidas, além de povoados mais simples de pastores das regiões dos Apeninos. Unificar a Península Itálica sob sua hegemonia era um grande problema, devido às diferentes estruturas das comunidades submetidas.

Os romanos, então, empregaram várias estratégias nesse sentido: a aristocracia criou laços de *amicitia* com as classes dirigentes de outras cidades, permitindo a entrada de famílias das elites itálicas na aristocracia senatorial, estabelecendo relações políticas, e redes de *clientela*, além de alianças familiares com os grupos dirigentes de cada sociedade submetida.

Na península, as populações sob o domínio romano adquiriram situações jurídicas diferentes perante a *urbs*, que firmou múltiplos tratados de aliança com as cidades itálicas. Teoricamente autônomas, as cidades se comprometiam a prestar auxílio militar em caso de conflito externo, fornecendo soldados. Eram os chamados aliados (*socii*, termo do qual derivou a nossa palavra “sócio”). Existiam as *ciuitates sine suffragio*, nas quais os habitantes eram considerados cidadãos de segunda classe, que gozavam de cidadania romana incompleta, sem direito de votar nas assembléias. Algumas cidades recebiam a condição de *municipium*, comunidades cuja população local tinha a cidadania romana e total autonomia em relação aos assuntos internos.

A política de conceder cidadania romana de várias maneiras a elementos itálicos era uma forma de integrá-los e assegurar o fornecimento de quadros para o exército. Cada legião do exército romano compreendia 3.000 homens de infantaria pesada, mais 1.200 *vélites* (infantaria ligeira) e 300 *equites* (cavaleiros). A cada ano era feito o recrutamento (*tirocinium militae*), que atingia apenas os proprietários, pois se acreditava que lutavam melhor os homens que tinham terras para defender. As legiões só não eram recrutadas nos anos em que Roma não estava envolvida em nenhuma campanha militar, o que era raro no período republicano.



Figura 17.7: Revelo representando legionários romanos.

Fonte: <http://bloguehistorico5.wordpress.com/category/imperio-romano/>

As guerras adquiriram um papel ainda mais importante como meio de resolução dos problemas sociais internos, já que ampliavam o território. As terras conquistadas significavam a ocupação e a exploração econômica das zonas anexadas. O fato mais importante é que as guerras de conquista se tornaram fundamentais para toda a sociedade romana. Muito cedo, os romanos perceberam que elas eram também um empreendimento lucrativo: traziam a riqueza do saque para os soldados e seus comandantes. Mas não só os militares eram beneficiados com as guerras: os cidadãos mais pobres eram beneficiados com a aquisição de terrenos nas áreas conquistadas (incorporadas no *ager publicus*), tanto nas vizinhanças de Roma como nas *colônias* romanas ou latinas recém-fundadas. Além disso, os combates proporcionavam também a glória militar que interessava à aristocracia dirigente que, assim, afirmava sua superioridade e garantia as magistraturas para seus membros, que se tornavam famosos na *urbs*. A expansão era, então, de interesse geral, já que o êxito militar permitia a solução de vários problemas romanos à custa dos vencidos.

A hegemonia romana na península foi facilitada pelos estabelecimentos feitos em locais estratégicos: as colônias, ou seja, as cidades fundadas nos territórios conquistados e anexados por Roma. O recurso à colonização criou uma camada de camponeses leais a Roma por quase toda a Itália. A partir da fundação de Óstia, na metade do século IV a.C., ao longo da costa itálica foram criadas

diversas guarnições romanas, como Anzio, Terracina e Minturno, entre 338 e 283 a.C. Com o passar do tempo, várias fundações se seguiram a essas.

Nessas colônias, que tinham originalmente um objetivo militar, os cidadãos romanos recebiam pequenos lotes de terra e conservavam sua cidadania. Também, como já dissemos, foram criadas colônias latinas, nas quais eram instalados contingentes maiores de



Figura 17.8: Rua de Óstia.

Fonte: <http://www.bsos.umd.edu/econ/euro/Ostia.htm>

peças. Essas eram formadas por “latinos”, ou seja, não-romanos, que recebiam lotes maiores de terra sem, entretanto, tornarem-se cidadãos com plenos direitos, já que não podiam votar nas assembléias.

As Guerras Púnicas e a expansão romana no Mediterrâneo

Após controlar toda a Península Itálica, Roma entrou em contato direto com Cartago, cidade fundada pelos fenícios em 814 a.C., no norte da África, uma superpotência do Mediterrâneo antigo. As cidades do Mediterrâneo ocidental, sem exceção, reconheciam a supremacia cartaginesa, mas a rapidez da expansão romana funcionou como um alerta para Cartago, pois significava o surgimento de uma possível ameaça em sua zona de domínio comercial.

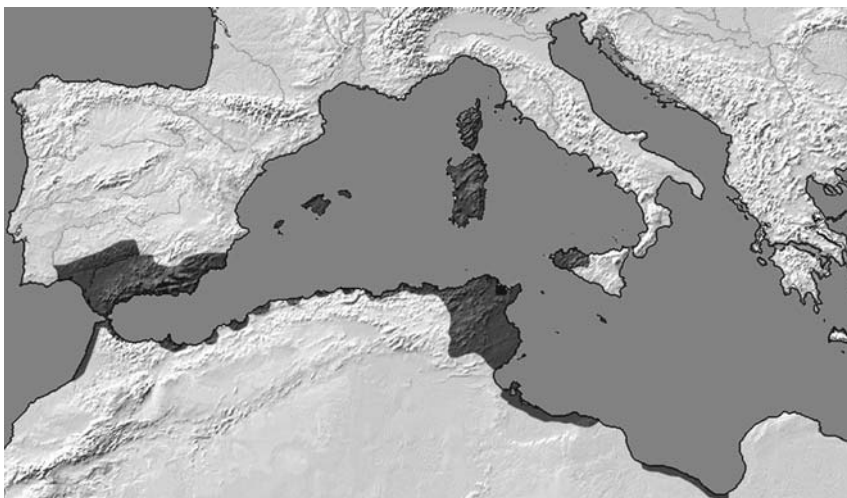


Figura 17.9: Império cartaginês à época das Guerras Púnicas.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/44/CarthageMap.png>

O termo “**púnico**” se refere a Cartago. Os romanos chamavam aos cartagineses *poeni* (fenícios, em latim), nome do qual derivou o vocábulo *púnico*.

O ímpeto expansionista romano não tinha diminuído, e os enfrentamentos entre as duas poderosas cidades tiveram início na Sicília, ilha situada entre Roma e Cartago e rica o bastante para despertar o interesse da aristocracia fundiária romana. Foi o início da I Guerra **Púnica**.

Ao longo da I Guerra Púnica (264-241 a.C.), Roma, que jamais enfrentara um combate naval, precisou construir uma frota para proteger sua costa e bloquear os estabelecimentos cartagineses na Sicília, e conseguiu destruir uma grande frota púnica nas ilhas Egates, levando Cartago a aceitar um tratado de paz. Os vencidos desocuparam a Sicília e aceitaram pagar em dez anos uma pesada indenização. Aproveitando as dificuldades de Cartago, Roma ocupou também a Sardenha. Foi o início da expansão territorial romana fora da Península Itálica.



Figura 17.10: Relevo com imagem de navio de guerra romano.

Fonte: <http://www.escolar.com/avanzado/historia014.htm>

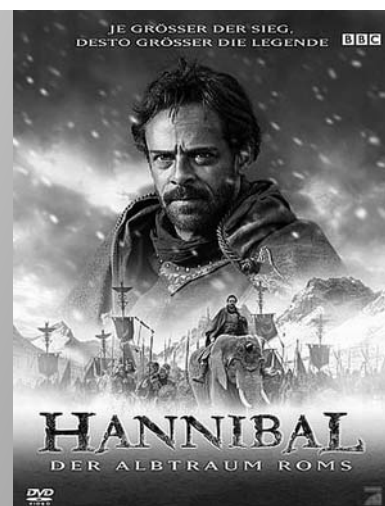
Assim, após a I Guerra Púnica, Roma tornara-se também uma potência marítima: com a conquista da Sicília (241 a.C.), da Sardenha e da Córsega (237 a. C), pôde organizar estas ilhas como as primeiras províncias romanas e expandir-se pelo mar Mediterrâneo.

Após o fracasso contra Roma, o general cartaginês Amílcar Barca defendeu um projeto de expansão fora da África. Veteranos e mercenários de Cartago desembarcaram na Península Ibérica, conquistando territórios que correspondem à atual Andaluzia a partir de Gades. A existência de minas nessa região permitiu a Cartago a cunhagem de moedas com maior teor de prata, restabelecendo as perdas que tivera com sua derrota.

Em 218 a.C., Aníbal, filho de Amílcar, retomou a guerra contra Roma a partir da Península Ibérica, invadindo a Península Itálica pelo noroeste, chegando a atravessar os Alpes. A operação levou cinco meses, causando a perda de parte dos efetivos no caminho. Tornou-se um mito a travessia de Aníbal com seu exército, que incluía seus temíveis elefantes, verdadeiros tanques de guerra, pelos Alpes. Os romanos, que nunca tinham visto um elefante, ficaram apavorados e os cavalos aterrorizados quando viram a chegada do exército cartaginês. E Aníbal esperava que muitos dos aliados dos romanos a abandonassem, enfraquecendo seu poder.



Aníbal, o pesadelo de Roma (Direção de Edward Bazalgette, documentário da BBC, Inglaterra, 2006). Conta a história de Aníbal Barca, general e estrategista cartaginês, filho de Amílcar, famoso pela luta contra a República romana na II Guerra Púnica (218 a 201 a.C.), quando marchou em direção à Roma através da Espanha e do sul da França, cruzando os Alpes com uma infantaria de 100.000 soldados, 12.000 cavalos e 50 elefantes. Sua história reviveu com Petrarca (1304-1374), em seu poema épico *África*.



Cartaz do filme: <http://www.makingoff.org/forum/index.php?showtopic=1354>

Os romanos foram surpreendidos pela chegada dos cartagineses procedentes do norte, pelos Alpes, sendo obrigados a defender o Vale do Pó, e sofreram uma grave derrota no lago Trasímene. Aníbal, então, se dirigiu para a Itália meridional, e Quinto Fábio, nomeado ditador para fazer frente à situação, optou pela tática de evitar batalhas campais, dada a força bélica dos cartagineses. Seguiu-se uma guerra de devastação de ambas as partes. Decididos a enfrentar Aníbal em batalha, os romanos sofreram outra derrota em Cannae (216 a.C.), perdendo 80 mil homens, um côsul e numerosos senadores. Vários aliados de Roma passaram para o lado de Aníbal, que se instalou em Cápua.

A partir de 215 a.C., seguiu-se uma guerra de desgaste, em que Roma chegou a recrutar 25 legiões. A *urbs* conseguiu resistir devido a vários fatores, entre os quais suas muralhas, sua frota e a fidelidade dos aliados da Itália central e de suas colônias. Só em 211 a.C., Roma conseguiu tomar Cápua e Siracusa. Em 209 a.C., recuperou Tarento e Cartagena, com seus arsenais e minas de prata. Finalmente, o general Públio Cornélio Cipião convenceu os romanos a invadir a África, o que foi um golpe de mestre, pois Aníbal foi chamado de volta para defender a sua cidade, abandonando a península itálica.

Derrotados em Zama, perto de Cartago, os cartagineses aceitaram a paz em 201 a.C.: entregaram a frota, abandonaram todas as suas possessões fora da África e se comprometeram a pagar outra pesada indenização de guerra. Com isso, Roma adquiriu territórios na Hispânia e anexou Siracusa, na Sicília. Também castigou duramente os aliados que passaram para o lado de Aníbal: confiscou suas terras, a elite dirigente foi sumariamente executada, exigiu multas pesadas, instalou guarnições militares e destruiu suas muralhas.

Em Roma, a idéia de expansão já tinha conquistado senadores e cidadãos. Os aristocratas não queriam renunciar a novas oportunidades de glória e de butim, e os negociantes itálicos e fornecedores do exército queriam novas chances de comércio; o povo, por sua vez, tinha esperanças de conquistar mais terras. A *urbs*, então, começou a ter interesses econômicos no Oriente.

No decorrer do século II a.C., as legiões romanas submeteram a Macedônia (171-168 a.C.), destruíram Cartago no final da III Guerra Púnica (149-146 a.C.), submeteram a maior parte da Península Ibérica e ocuparam a Grécia em 146 a.C., numa expansão cada vez mais vertiginosa. Os territórios ocupados foram anexados ao Estado romano e organizados em forma de novas províncias: a *Hispânia*, em 197 a.C., a *Macedônia*, em 148 a.C., a *África*, em 146 a.C., e a província da *Ásia* (antigo reino de Pérgamo), em 133 a.C.

As consequências dessa expansão foram enormes, pois esses territórios, que continham populações e cidades variadas e antigas, compreendiam áreas de produção agrícola muito desenvolvidas e dispunham de jazidas de matérias-primas, como as minas de prata da Hispânia. Também forneceram uma grande quantidade de prisioneiros de guerra, logo escravizados, e de provinciais desprovidos de direitos e submetidos à exploração. Abriram-se novos mercados aos negociantes itálicos para as atividades comerciais e empresariais, sem qualquer tipo de concorrência.

Vemos então que, ao fim de apenas meio século, Roma transformara-se numa potência mediterrânea e adquirira um império territorial. Os romanos podiam, então, chamar o Mediterrâneo de *Mare Nostrum* (nosso mar).

A partir daí, Roma conheceu um impressionante afluxo de riquezas, principalmente sob forma de dinheiro e escravos provenientes do saque das guerras e da exploração das suas províncias. Essa situação permitiu que o Senado, em 167 a.C., isentasse os cidadãos romanos do *tributum*, o imposto direito que recaía sobre eles. Os territórios conquistados pagavam impostos à *urbs*, que enriquecia cada vez mais. Além disso, as aduanas estabelecidas em vários locais, como Óstia, Cápuia, Puteoli e outras, e a exploração de minas de prata asseguravam rendimentos regulares ao tesouro (o *aerarium*).

As novas oportunidades de comércio no Mediterrâneo, a exploração das províncias e de minas e o constante aumento dos

recursos financeiros, graças às enormes riquezas drenadas das áreas conquistadas, elevaram a um nível muito alto o comércio e a economia monetária e resultaram na formação de um forte grupo de comerciantes e empresários.

Gradualmente, um novo grupo social, a *ordo equester*, se diferenciou da elite das famílias senatoriais. O *status* dos membros da ordem eqüestre era caracterizado por alguns símbolos. O cavaleiro tinha, por exemplo, o direito de usar o anel de ouro, de ostentar uma listra estreita de púrpura sobre a toga (*angusticlavus*), que o distinguia dos senadores, cuja listra era larga (*laticlavus*), e tinha acesso aos lugares de honra reservados nas primeiras filas no teatro. A distinção também se baseava no censo: no século II a.C., estipulou-se a quantia mínima de 400 mil sestércios, uma moeda romana, para a inclusão na lista dos cavaleiros, muito mais alta do que o mínimo exigido para o cidadão de primeira classe, ou seja, 50 mil sestércios.



Figura 17.11: Sestércio de prata do século III a.C. No anverso, vemos a efígie coroada de Roma. No reverso, os deuses gêmeos Castor e Pólux, que os romanos denominavam Dióscuros.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/Sestertius>

Enquanto isso, a antiga aristocracia senatorial, cujo vértice era ocupado pela *nobilitas*, destacava-se do restante da sociedade por sua riqueza, pela extensão de suas propriedades agrárias, por sua atividade política, por seus privilégios, seu prestígio e estilo de vida, e estabelecia alianças políticas e familiares (mediante o casamento ou as adoções) com os cavaleiros.

Como várias famílias senatoriais se extinguíam por falta de descendentes, sempre havia a possibilidade da inclusão de homens que estavam ascendendo socialmente. Assim, cavaleiros tinham a oportunidade de serem admitidos, por sua capacidade, no estreito círculo senatorial. Esses homens eram conhecidos sob o nome *novis*, ou seja, “homens novos”, e assimilavam rapidamente as idéias conservadoras da aristocracia e podiam até chegar ao cargo de cônsul, como foi o caso do general Caio Mário e do orador Marco Túlio Cícero, dentre outros que você conhecerá na nossa próxima aula.

Para adquirir o prestígio que lhe garantiria a vitória nas eleições, um político devia obter o comando de operações militares no exterior. Suas vitórias contribuía para ampliar a influência de sua família. Apenas essas famílias tradicionais podiam proporcionar a seus membros a formação necessária para o desempenho das funções políticas e militares, e gozavam de popularidade junto ao povo de Roma e aos soldados, dispondo também de vastas clientelas, não só na Itália, mas agora também nas províncias. A riqueza da aristocracia aumentava como nunca, pois os generais vitoriosos retornavam a Roma com imensos tesouros provenientes da pilhagem dos povos vencidos. Essas riquezas foram investidas, sobretudo, na aquisição de terras na Itália e de escravos.



Atende ao Objetivo 2

3. A partir da leitura do seguinte trecho de P. Grimal (2005, p. 53-54), analise o processo de expansão de Roma na Itália e no Mediterrâneo durante o período republicano:

A segunda guerra púnica ficou gravada na memória dos romanos como um pesadelo. Foi um duelo de morte com o chefe cartaginês. Este não duvidou em mobilizar toda a cidade que odiava todos os recursos da África, Espanha e tudo que pôde dos da Itália. Inclusive tentou fazer intervir o rei da Macedônia, Filipe, que dominava a Grécia. Os romanos tiveram que se mobilizar em todas as frentes ao mesmo tempo. Várias derrotas estiveram a ponto de acabar com eles, mas, longe de abandonar o campo de batalha, reagiram com tanto vigor que suas forças não fizeram mais do que aumentar; sua reputação transcendeu as fronteiras da Itália. Após Zama, todos os olhos estavam postos em Roma, nesse Senado que, cada vez mais, podia converter-se em árbitro do mundo.

Comentário

Refleta sobre o sucesso obtido por Roma na maior parte de suas operações militares durante a República, que a fizeram, após a II Guerra Púnica, apesar dos reveses sofridos, obter força e prestígio no contexto mediterrâneo. Roma agora dominava toda a Itália, tinha províncias na Sicília, na Córsega, em Sardenha, dentre outras, e chegou ao Oriente. Comente, então, as bases desse sucesso expansionista, dissertando sobre os seus fundamentos políticos, econômicos e sociais.

Considerações Finais

No século II a.C., Roma era uma grande potência política e econômica. Após a derrota final de Cartago, todo o comércio do Mediterrâneo ocidental passava por suas mãos, e em toda parte se viam negociantes italianos tomando o lugar dos cartagineses. Roma se convertera na senhora de minas da Hispânia, que lhe proporcionavam grandes quantidades de prata, cobre e ouro. Novos mercados se abriam aos seus produtos e as riquezas afluíam à *urbs*.

Enfim, com todo esse movimento de expansão e conquista territorial, alterações fundamentais ocorreram em Roma, que enriquecia cada vez mais. Os territórios conquistados eram agregados ao Estado romano como *ager publicus*, cujo uso era cedido aos membros da *urbs* e as rendas provenientes de sua exploração deviam, em tese, reverter em benefício do povo romano. Ocorre que, em geral, somente os mais ricos cidadãos conseguiam adjudicar tais terras, e foi em torno da questão do *ager publicus* que ressurgiram conflitos até então minimizados pela expansão, tema que você conhecerá em nossa próxima aula.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, você conhecerá um pouco mais sobre a sociedade romana. Trataremos da vida social, política e econômica de uma cidade que, agora senhora do Mediterrâneo, viu ocorrerem graves crises e grandes transformações que a transformariam na capital de um grande império territorial e cultural.

Aula 18

Vrbs et orbis: o
império romano

Meta da aula

Apresentar as linhas gerais do processo que levou, a partir do crescimento imperial romano, à crise do regime republicano e ao estabelecimento do principado.

Objetivos

Após o estudo do conteúdo desta aula, você deverá ser capaz de:

1. reconhecer o império territorial romano e as formas de administração imperial durante o período republicano;
2. identificar as linhas gerais da crise da República romana e do estabelecimento do principado.

Pré-requisito

Para que você encontre maior facilidade na compreensão desta aula, é importante ter em mãos um bom dicionário da Língua Portuguesa e um atlas.

INTRODUÇÃO

O Império Romano foi a herança de uma expansão territorial que durou muitos séculos. Como você já viu, nos primeiros séculos de sua história, Roma entrou em vários conflitos no Lácio, dominou ou fez alianças com povos vizinhos, expandindo-se primeiro em direção ao Lácio e, depois, à Itália central, meridional e setentrional. Os conquistados recebiam um tratamento muito diversificado, segundo sua posição em relação ao poder romano. Os que se aliassem recebiam direitos totais ou parciais de cidadania, enquanto os derrotados que não cedessem eram subjugados. Povos inteiros eram vendidos como escravos ou submetidos a tratados muito desiguais, tais tratados (*foedera*) faziam chegar a Roma muitas riquezas, na forma de escravos, impostos e tributos.

Como explicar o sucesso dessa conquista? Roma, talvez por ter se originado de uma união de povos, parecia saber conviver com as diferenças, e adotava soluções engenhosas para evitar a oposição e cooptar possíveis inimigos: incluía os membros das elites dos povos aliados na órbita romana, com a concessão da cidadania. Assim, havia povos que se aliavam aos romanos e tornavam-se seus amigos, enquanto outros lutavam e, ao perderem, eram submetidos ao jugo romano. Na prática, a aliança com Roma significava o fornecimento de forças militares, as chamadas tropas auxiliares, a aceitação da hegemonia política romana, mas permitia-se um grau, variável também de integração com o estado romano. Os que se opunham eram massacrados ou escravizados, e suas terras eram tomadas e divididas entre os romanos e seus aliados.

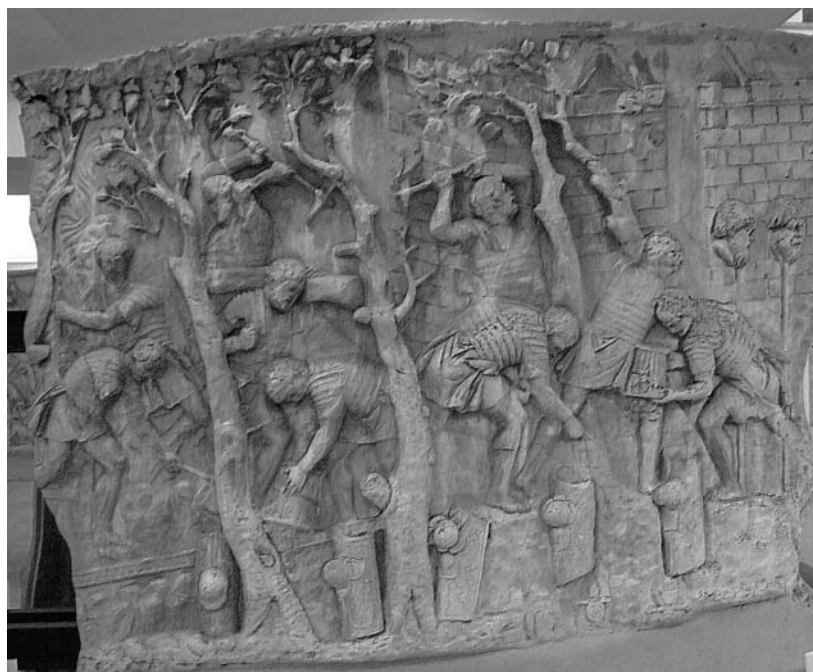


Figura 18.1: Soldados romanos construindo uma estrada. Métopa da Coluna de Trajano.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Image:Metopa_Columna_lui_Traian_Constructie_drum.jpg

Esse método, inédito até então, de tratar de forma diferente os povos vencidos era muito eficaz e favorecia o domínio romano, pois dificultava a união dos derrotados e as revoltas contra Roma. Alguns povos aliados recebiam plenos direitos de cidadania, incluindo o voto. Outros povos recebiam apenas o direito latino (um direito limitado), sem possibilidade de votar. Com outros povos, ainda, Roma estabelecia alianças que lhes permitiam manter seus próprios magistrados e leis tradicionais, submetendo-os, porém, à tutela romana e exigindo que fornecessem regularmente as tropas auxiliares que requisitasse. Com o intuito de prevenir revoltas, Roma construiu estradas por toda a Itália, o que permitia o deslocamento rápido das tropas, e fundou numerosas colônias sobre o território dos povos aliados, além de garantir, com a sua rede de estradas, a comunicação entre a *urbs* e suas províncias.



Figura 18.2: Estrada romana de Setúbal (Portugal).

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Estrada_romana.jpg

Essas colônias eram habitadas por cidadãos romanos, camponeses-soldados, que tomavam conta da região, garantiam sua lealdade aos romanos e recebiam lotes de terras confiscados aos antigos habitantes que foram contrários a Roma.

Vamos conhecer, nesta aula, um pouco mais sobre esse imenso império, lançando nosso olhar, em primeiro lugar, para o seu funcionamento e, depois, para a própria *urbs* e suas transformações.

O Império Romano

Desde o período republicano, então, Roma dera início à sua expansão territorial, em primeiro lugar, na península itálica. Nos séculos III e II a.C., após três guerras contra os cartagineses, motivadas pela rivalidade entre os dois povos em relação ao comércio e à navegação no Mediterrâneo, Roma conquistou a Sicília, o norte da África, a península

ibérica e os reinos helenísticos. No século I a.C., foram conquistados os territórios da Ásia Menor, o Egito e a Gália. O alcance geográfico do domínio romano ainda hoje chama a atenção, pois nunca houve, antes ou depois, império territorial tão grande e integrado como o romano.

O Império Romano englobava milhões de pessoas, e importa saber como os romanos asseguraram a hegemonia necessária para manter unida tão vasta extensão territorial.

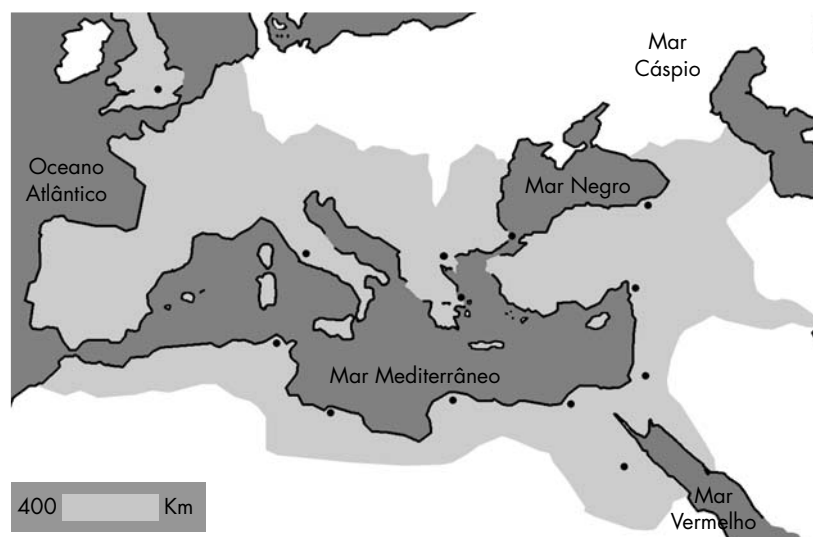


Figura 18.3: Império Romano em 117 d.C.

Fonte: <http://www.historiadomundo.com.br/romana/mapa-do-imperio-romano/>

Observando o enorme espaço geográfico que o domínio romano alcançou em seu apogeu, no século II d.C., percebemos que muitos povos diferentes foram englobados no império: hebreus, no Oriente Médio; bretões, na atual Inglaterra; gauleses, habitantes das Gálias, que correspondiam ao território da França; os egípcios; os gregos e muitos outros povos. Alguns desses povos foram submetidos aos romanos, enquanto outros eram incorporados devendo apenas pagar tributos.

Segundo Pierre Grimal:

Muitos se têm interrogado sobre os motivos que terão levado os romanos a reunir assim, no seu *imperium*, povos tão diferentes, cuja diversidade tornava difíceis de administrar e que não podiam ser incluídos num quadro jurídico único, aplicável a todos. Vários motivos desempenharam, com certeza, um papel, para além do puro e simples instinto de dominação. Em primeiro lugar, aquilo a que podemos chamar um medo obsessivo. O Lácio, cantão de dimensões restritas na Itália central, tinha de garantir a sua segurança frente a populações diversas, vindas dos Apeninos ou da Etrúria (...). Quanto já não se trata mais da Itália, mas de um quadro mais vasto, permanece o mesmo sentimento (...).

Tal sentimento justificava-se sempre que o inimigo fosse um “bárbaro”, afastado, na maneira de viver, dos princípios e dos valores romanos.(...) Mas só poderia aplicar-se aos povos bárbaros, essencialmente das províncias ocidentais e, no Oriente, a alguns que o helenismo não abrangera. Nos países helenizados, pelo contrário, era Roma que podia fazer figura de bárbara (...).

Os Romanos apresentaram-se muito cedo como “protetores” dos Gregos, o que constitui um primeiro passo para a integração no *imperium*, a partir do momento em que a proteção se exprime pela conclusão de uma aliança, pela assinatura de um tratado (GRIMAL, 1999, p. 22-23).

A questão da manutenção da unidade de governo e administração era das mais difíceis, principalmente nas regiões mais afastadas, a milhares de quilômetros. Era necessário construir e manter estradas para que o exército e os funcionários alcançassem os lugares mais distantes e para que os impostos pagos chegassem a Roma.

Para assegurar a ordem entre os conquistados, Roma tinha de manter postos avançados e acampamentos militares espalhados pelo território imperial. Era preciso alimentar e armar os soldados onde eles estivessem, assim como era necessário fazer chegar ordens de Roma às tropas e aos governos mais distantes.

Mesmo com todas as dificuldades de transporte e comunicações da época, o império se manteve unido por um período bastante longo. Para controlar tantos povos diferentes, dominar tão grande território, cobrar impostos, reprimir revoltas e guardar fronteiras, os romanos contavam com armas, navios, escravos e centenas de funcionários. Contudo, para uma imensa população, de até cinquenta milhões de habitantes deste território, a estimativa para o exército era de apenas, no máximo, 390 mil homens, e a burocracia imperial também nunca foi muito grande, o que demonstra a importância das elites locais para a manutenção do império.

A capacidade administrativa dos romanos em seu império deve ser lembrada com destaque. Nos primeiros séculos, ainda da Itália, os romanos estabeleciam tratados com diversos povos e assentavam cidadãos romanos em colônias. Quando, a partir do final do século III a.C., conquistaram terras fora da Itália, criaram-se províncias.



Figura 18.4: Províncias romanas, com seus nomes originais.

Fonte: http://www.arikah.net/enciclopedia-portuguese/Prov%C3%ADncia_romana

Cada província tinha uma capital, onde o governador era assistido também por um conselho provincial, formado pela elite local e funcionários. Na base estavam as *ciudades*, cada uma com grande autonomia na gestão de seus assuntos, com constituição própria, câmaras municipais (*ordo decurionum*) e magistrados locais (*duunviros*).

Desse modo, podemos perceber a importância das elites locais para a manutenção do Império Romano. A organização institucional da *res publica*, que você conheceu na aula anterior, não permitia a presença constante de oficiais romanos em províncias que se tornavam cada vez mais distantes em relação a Roma. Por meio da cooptação das elites locais, pela concessão da cidadania, pelas redes de *amicitia*, por tratados, alianças e outros meios, Roma conseguia manter tais elites fiéis a si, mantendo as províncias vinculadas ao império.

A aristocracia senatorial romana conseguia, assim, controlar o imenso *corpus* territorial romano, se fortalecendo ainda mais. Mas, se a aristocracia romana vivia um momento de grande poder e riqueza, as coisas não andavam bem para a população mais pobre da Itália e da própria *urbs*.

As guerras muito longas, em locais distantes, por exemplo, tornavam cada vez mais difícil a participação dos camponeses romanos na infantaria. Desse modo, a *urbs* teve de se deparar com novos problemas, especialmente vinculados, por um lado, à manutenção desse império e, por outro, às questões trazidas por seu próprio enriquecimento. A sociedade romana começou a se transformar rapidamente. As guerras passaram a produzir grandes lucros, em especial por meio da captura e venda de inimigos como escravos, que passaram a ser utilizados como mão-de-obra em larga escala, nas *villae*, as propriedades rurais aristocráticas, que passaram a produzir produtos, especialmente vinho e azeite, em escala industrial, e nos *latifundia*, nome latino para as imensas propriedades fundiárias que foram criadas após as conquistas romanas, estabelecidas especialmente na Sicília, uma região propícia para o cultivo em larga escala de trigo.

Na próxima seção, estudaremos o que ocorreu com a *urbs* após a grande expansão romana pelo Mediterrâneo.



Atende ao Objetivo 1

1. Leia o seguinte texto e responda à questão:

No interior do *imperium*, o estatuto das pessoas e o das cidades variam consideravelmente. No topo da hierarquia, os cidadãos de pleno direito, vivendo em Roma ou nas colônias. Seguem-se os cidadãos de direito latino, que possuem apenas alguns dos privilégios dos primeiros. Vêm, por fim, os peregrinos (*peregrini*), considerados estrangeiros, mas que não são, contudo, “fora-da-lei”. Entre as cidades, umas são totalmente romanas, as “colônias”, e são fundações novas ou refundações. Outras existiam antes da chegada dos conquistadores. São os municípios. Possuem os seus próprios magistrados, provenientes da tradição nacional, mas, aos poucos, a sua aristocracia confunde-se com a de Roma. (...)

Quanto aos povos em si, uns são considerados “aliados” de Roma (*socii*), outros são *foederati*, assim chamados por, na origem, terem concluído um tratado (*foedus*) com os romanos. Quando um pouco era derrotado e se rendia, tornava-se *dediticius* e, em princípio, era súdito dos romanos. Mas, progressivamente, esta categoria inferior tornava-se cada vez menos representada, a não ser no Egito, onde perdurou por mais tempo (GRIMAL, 1999, p. 22).

Com base no que você já sabe sobre Roma, explique o porquê de a República ter organizado os povos e territórios que conquistava do modo que P. Grimal apresenta.

Comentário

Você deverá responder tal questão lembrando os elementos-chave da estrutura político-governamental da Roma Republicana. As magistraturas e os órgãos republicanos tinham como base o quadro cívico e territorial da cidade de Roma. Com a expansão, Roma teve de dar conta da administração de um imenso território, que englobava povos distintos, com estruturas e tradições também distintas. Desse modo, analise o trecho de Grimal e explique a importância do estabelecimento de formas diferenciadas de dominação dos povos inseridos no território imperial por parte da República romana para a manutenção da unidade imperial.

O crescimento da *urbs* e os problemas sociais

Com o desenvolvimento das conquistas, principalmente após as Guerras Púnicas, Roma passou a basear grande parte de sua economia no trabalho escravo. Os cidadãos mais ricos podiam possuir dezenas, às vezes centenas, de escravos. Os escravos eram

fundamentalmente prisioneiros de guerra, podiam pertencer ao estado ou a particulares. Trabalhavam nas grandes obras públicas, oficinas, agricultura, minas, pedreiras, e também como criados domésticos, músicos, professores, secretários; podiam também ser gladiadores, apesar de nem todos os gladiadores terem sido escravos, um tema de que trataremos na nossa próxima aula.



Figura 18.5: Gladiadores romanos. Mosaico.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Image:Astyanax_vs_Kalendio_mosaic.jpg

Boa parte das terras tomadas dos povos derrotados pelo estado romano foi arrendada a membros da elite que, posteriormente, acabaram por considerá-las, na prática, como uma propriedade particular, ampliando ainda mais seus domínios. Por outro lado, ocorreu o empobrecimento dos pequenos agricultores e, em certas regiões, mesmo seu desaparecimento. Isso ocorreu devido a vários fatores, mas, especialmente pela desvantagem na concorrência do preço de seus produtos em relação ao preço daqueles que chegavam das províncias (por exemplo, o trigo do norte da África era mais barato que o do Lácio).



Figura 18.6: Romanos na colheita – Relevo.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Harvester.jpg>

A concentração da terra nas mãos de grandes proprietários fez com que a produção de seus escravos concorresse com vantagem com a dos pequenos produtores. Desencorajados e empobrecidos, os camponeses abandonavam suas terras, processo visível já no século II a.C., e se estabeleciam em Roma, engrossando as fileiras da plebe urbana.

Para amenizar o problema social das massas de desocupados na *urbs*, Roma passou a dar-lhes subsídios, e desenvolveu-se na famosa política do “pão e circo”, isto é, a plebe urbana recebia alimentos a preços baixos e espetáculos públicos gratuitos para sua diversão. Você saberá mais sobre esse tema na nossa próxima aula.

Uma vez na cidade, muitos não conseguiam trabalho, pois grande parte dos ofícios era exercida por escravos, e os recém-chegados ficavam reduzidos à miséria. Processo semelhante ocorreu com muitos artesãos, que viram sua produção comprometida pela presença significativa de escravos na indústria artesanal, fabricando artigos de bronze, vidro, ferro, cerâmica, vinho etc.

A população dos campos da Itália declinava economicamente, enquanto as províncias progrediam. Em decorrência da exploração das regiões conquistadas, com o recebimento de impostos e de gêneros alimentícios, principalmente cereais, por preços considerados irrisórios e o acúmulo de metais preciosos, o estado romano fortaleceu-se de modo sem precedentes, mas sua população empobreceu. As mesmas

guerras de conquista que arruinavam os pequenos camponeses enriqueciam a elite romana. Entre aqueles que se beneficiaram com a expansão territorial e comercial estavam os grandes produtores rurais, os comerciantes e os *publicani*.

O desenvolvimento do estado romano não foi somente territorial, trazendo, do mesmo modo, uma grande sofisticação econômica. Contratos do estado, trabalhos públicos e outras necessidades da administração do império eram geralmente levadas a cabo por cidadãos privados, pois a República romana jamais desenvolveu um serviço civil. E o desenvolvimento econômico permitiu a acumulação de fortunas em tais atividades.

Esse enriquecimento foi resultado da expansão territorial e econômica, um processo acelerado pelo sucesso romano nas Guerras Púnicas e em suas primeiras possessões imperiais. O senado continuou a controlar as finanças estatais, enquanto as gentes aristocráticas mantinham seu monopólio do poder. Mas, a despeito do controle senatorial, um grupo emergiu e, entre outras coisas, servia ao estado, dedicando-se, por exemplo, ao grande comércio marítimo (a provisão das tropas e aos contratos públicos). Sua ascensão deveu-se ao desenvolvimento econômico e político, mais do que às restrições impostas aos senadores pela lei. Esses homens eram chamados de *equites*, pois eram cavaleiros no exército romano.

Como os plebeus ricos outrora, os *equites* eram o reservatório de sangue novo da aristocracia romana. Os *noui* eram equestres e formavam o grupo no qual a mobilidade social era possível. A crescente sofisticação e a complexidade da vida romana demandavam técnicas e conhecimentos mais especializados, contribuindo para a mobilidade social. Novas necessidades nas magistraturas e demandas de ofícios e funções resultaram na diferenciação de homens que podiam enriquecer e adquirir reputação, formando conexões de vários tipos.

Assim como altos ofícios foram criados ou desenvolvidos durante a República, muitas posições menores se desenvolveram, algumas eletivas, mas muitas por designação, que alguns *noui* usavam como

meios de atingir os ofícios maiores. Escribas e outros serviam aos magistrados, e a República teve um número crescente desses ofícios menores e, para além do óbvio benefício de apoio potencial que podiam obter dos magistrados, frequentemente tinham oportunidade, às vezes ilícitas, de obter riquezas.

A expansão militar e política contemporânea e posterior às Guerras Púnicas fez, então, enriquecer a *urbs* e alargar o *ager publicus*. Só que esse enriquecimento e alargamento, em vez de trazer uma solução para os problemas econômicos e sociais, acabou por agravá-los.

Desde, pelo menos, o século V a.C. que nobres e plebeus pobres tinham ideias diferentes acerca da utilização dessa parte do território conquistado que a *res publica* reservava para si. Os nobres preferiam que o *ager publicus* fosse considerado “domínio público”, o que equivalia, na prática, a dizer que eles poderiam usá-lo em proveito próprio, pois tais terras eram adjudicadas pelo estado romano a pessoas que tivessem dinheiro suficiente para suportarem tais contratos; os mais pobres, pelo contrário, preferiam que o *ager publicus* lhes fosse distribuído. Na prática, porém, era a minoria rica que o arrendava e que entregava, depois, a sua exploração a sociedades comerciais, conhecidas como *publicani*.

Tudo isso trouxe como consequência a formação de grandes propriedades fora de Roma, cujos donos eram políticos e magistrados na *urbs*, e em cujo cultivo eram empregados, em massa, os escravos que afluíam a Roma devido às conquistas. Por conseguinte, os pequenos e médios proprietários romanos, com dificuldades de subsistência, se viam obrigados a abandonar, em grande número, as suas terras.

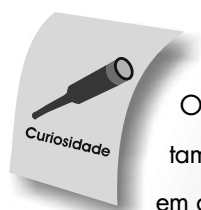
Os camponeses empobrecidos se dirigiam, pois, à *urbs*, uma cidade que crescia muito então. Desenraizados, buscavam trabalhos ou caíam na dependência de quem lhes oferecesse mais garantias de vida. Tornaram-se, pois, os novos clientes, desta vez urbanos, que os políticos aproveitaram em seu próprio benefício. A princípio, com o crescimento da *urbs*, eles eram ocupados na construção civil, mas a cada dia novas levas de pessoas chegavam a Roma.

Enquanto levadas e mais levadas de despossuídos chegavam à cidade, demandando trabalho e alimento, a *res publica*, enriquecia com os tributos que recebia dos povos dominados. Eram também as sociedades de *publicani* que arrendavam do estado essa tributação, e rapidamente os equestres romanos se incluíam nessas sociedades, pois viam no aumento da riqueza uma forma segura de ascensão social.

A referida situação econômica caracterizou-se, em linhas gerais, pelo extremar das posições no que tange à posse das terras. Durante a II Guerra Púnica, morreram milhares de romanos, na sua maioria, homens em idade produtiva. Esses homens eram, também, a força militar de Roma que se via, agora, com problemas para compor o efetivo de seu exército. Além disso, o tempo de serviço militar tornou-se muito longo, dada a distância dos campos de batalha em relação a Roma. Para minimizar o problema, o estado romano diminuiu o censo mínimo da quinta classe censitária, e muitos *proletarii* passaram a ser incorporados nas fileiras do exército.

Uma parte da *nobilitas* percebeu que, se não se tomasse uma atitude em relação ao crescente número de *proletarii* na *urbs*, a situação poderia se tornar calamitosa. Era flagrante o despovoamento rural, a proletarização da *urbs*, a baixa da curva demográfica, a subalimentação de boa parte da população e o rancor dos aliados itálicos, que participaram das conquistas, mas não receberam a sua parte do butim...

Um jovem aristocrata plebeu, quando viajou à Hispânia, ao ser integrado no exército romano, teve consciência da gravidade da situação. Tibério Semprônio Graco viu os campos da Etrúria, que apresentavam um aspecto desolador. Além disso, uma revolta de escravos ocorrida na Sicília (em 135 a.C.) veio confirmar as suas suspeitas. Havia que fazer reformas econômicas e sociais na *urbs*.



O historiador Plutarco nos transmitiu um discurso que, supostamente, Tibério Graco teria feito ao povo romano, reunido em assembleia:

Os animais da Itália possuem cada um sua toca, seu abrigo, seu refúgio. No entanto, os homens que combatem e morrem pela Itália estão à mercê do ar e da luz, e nada mais; sem lar, sem casa, erram com suas mulheres e crianças. Os generais mentem aos soldados quando, na hora do combate, os exortam a defender contra o inimigo suas tumbas e seus lugares de culto, pois nenhum destes romanos possui nem altar de família, nem sepultura de ancestral. É para o luxo e enriquecimento de outrem que combatem e morrem tais pretensos senhores do mundo, que não possuem sequer um torrão de terra (PLUTARCO, 1994).

Roma vivia, então, uma conjuntura de profunda crise e, apoiado por alguns nobres, como seu sogro, o patrício Ápio Cláudio Pulcro, apresentou-se para concorrer ao tribunato da plebe e, quando tribuno, apresentou uma proposta de legislação, a **Rogatio Sempronia**.

A finalidade da sua proposta não era exclusivamente econômica. A legislação pretendia, por um lado, reduzir o número de *proletarii* e de subalimentados e, por outro, queria soldados robustos e ligados à terra. Sua legislação pode ser vista como eminentemente conservadora aos moldes romanos: queria reatar a antiga tradição de que o vínculo do homem à terra é o que faz dele um bom combatente.

Para atingir o sucesso de suas finalidades, o meio mais adequado era proceder a uma distribuição de terras. Por isso, a *rogatio* previa a entrega do *ager publicus* aos *proletarii*, além do controle da quantidade de terras que uma única pessoa podia possuir.

Os senadores aperceberam-se logo que, se a *rogatio* passasse a *lex*, a sua hegemonia econômica e política estaria em cheque. Obviamente, então, passou a combatê-lo com unhas e dentes. Aproveitando que boa parte dos nobres estava envolvida na guerra

Uma **rogatio** era uma proposta feita por um magistrado aos *comitia*. Trata-se do equivalente ao “projeto de lei” atual.

contra os escravos da Sicília na primavera de 133 a.C., Graco aprovou a sua *rogatio*. Outro tribuno, Marco Otávio, ligado aos *nobiles*, porém, vetou a sua proposta e Tibério, atacando Otávio, o demitiu, alegando que não cumpria seus deveres de tribuno perante a plebe romana. Ao fazer isso, Graco pretendia fazer do povo a fonte do poder romano, mas, com essa maneira de agir, colocou em risco todo o sistema de governo republicano, pois:

- a. nenhum exemplo do passado sancionava a sua atitude e, entre os romanos, o *mos maiorum* era a lei suprema;
- b. transferia dos magistrados para o povo a autoridade efetiva;
- c. atentava contra o princípio da colegialidade, que a prática da República confirmara há muito;
- d. desfazia o equilíbrio em que, até então, tinham vivido os diversos órgãos do estado romano.

Tibério Graco foi ainda mais longe: fez eleger *triunviros* (em latim, “três homens”) para superintenderem a aplicação da lei: ele próprio e duas pessoas da sua família: seu irmão, Caio Semprônio Graco, e seu sogro, Ápio Cláudio Pulcro. Os protestos dos senadores não tardaram a aumentar...

Graco, então, ousou: recandidatou-se ao tribunato da plebe. Nenhuma lei escrita o proibia disso, mas nenhum costume o sancionava. Mas foi abandonado pelos demais tribunos da plebe, seus colegas, que não mais suportavam sua supremacia, e pela própria plebe que o apoiara, instalada então em terras nas províncias... No dia das eleições, não era o povo reunido quem o esperava, mas homens armados. A um sinal, ele e seus homens foram atacados e Tibério perseguido. Um de seus colegas de tribunato lhe assistou uma pancada no crânio. Com ele, morreram trezentos de seus partidários.

Dez anos depois, seu irmão, Caio Semprônio Graco, retomou sua luta, e foi eleito tribuno da plebe por duas vezes, encontrando também o destino trágico de Tibério. Vejamos o que nos diz a historiadora Norma Mendes:

As crises recorrentes que sucederam os conflitos políticos suscitados pelas tentativas de reforma agrária dos Gracos liberaram todas as forças que caracterizaram o processo de desagregação do sistema republicano, tais como o individualismo x coletivismo, ou seja, impossibilidade das instituições republicanas preservarem os interesses da *res publica* ante os interesses privados; cisão no seio da elite romana, cujas divergências se manifestavam na luta pelo exercício do poder, sendo caracterizada não como rivalidades sociais e sim políticas e circunstanciais; a formação de coligações políticas entre os círculos de liderança; o uso da violência na vida pública; prática de ilegalidades constitucionais; a incapacidade do exército cívico diante das necessidades de um exército profissional e permanente e, portanto, o surgimento das bases essenciais para o estabelecimento do poder pessoal (MENDES, 2006, p. 22).



O papel dos cidadãos mais pobres também tem recebido crescente atenção dos historiadores nos últimos anos. Até que ponto as necessidades das pessoas comuns dividiam os sentimentos políticos, estimulando as atividades de alguns aristocratas, e gerando resistência entre os *nobiles* conservadores? Podemos entrever níveis de liderança capazes, na República tardia, de mobilizar a opinião pública e galvanizar a ação coletiva.

Segundo a historiadora Maria Beatriz Florenzano:

Ao longo dos séculos II e I, quantidades cada vez maiores de desocupados proliferavam nas cidades (em Roma contavam-se aos milhares), constituindo-se numa massa em disponibilidade, pronta a lutar ao lado de um ou outro partido. Daí o nome de “classe perigosa”, pelo qual foi – esta massa, a plebe – conhecida. Com efeito, sua participação como massa de manobra foi intensa durante as crises – guerras civis – que marcaram o fim da República (FLORENZANO, 1994, p. 82).

É necessário examinar meticulosamente a variedade dos meios pelos quais os sentimentos populares podiam ser expressos, as formas de comunicação entre a elite e os comuns, os símbolos e imagens empregados, as estruturas de organização e suas estratégias. Uma mudança fundamental teve lugar na República tardia: os laços verticais entre patronos e clientes foram afrouxados, como uma consequência do aumento da população e esta fragilização dos antigos canais de comunicação parece ter levado à emergência de uma “clientela pública”, que se ligava aos líderes populares, ou seja, aqueles que se apoiavam nas classes mais pobres da população, que agora era uma coletividade mais independente, mais diversa e mais volátil que em períodos anteriores.

Um dos fatores que mais chamam a atenção é que o crescimento da plebe urbana não se deu somente entre os “proletários”, mas também pequenos comerciantes e mercadores, libertos, endividados e migrantes, homens de todos os tipos, das municipalidades, sem laços prévios com a *nobilitas*. A plebe não constituía uma massa monolítica, compreendendo indivíduos engajados em diversos tipos de ocupações e diferenciada em suas condições socioeconômicas, incluindo alguns indivíduos com certa riqueza.

Conquistado o mundo, uma nova era de perturbações agitou Roma. Tratava-se de saber em benefício de quem, de que grupo social, seria explorado o imenso território de que a *urbs* se dotou.

Roma atravessou, então, durante quase um século, uma grave crise, oriunda de seu próprio crescimento: a cidade oligárquica se transformara em um império.

Em 111 a.C., o general Caio Mário, um “homem novo”, recrutou pela primeira vez soldados voluntários que recebiam salário. O procedimento de Mário levou a um processo de profissionalização do exército. Nos séculos seguintes, o exército continuará a incorporar, cada vez mais, soldados e oficiais de origem não romana. Durante os dois primeiros séculos do Império Romano, legiões inteiras eram compostas de tais soldados, como uma legião de batavos, uma tribo de germanos, originários da região da atual Alemanha. Com o tempo, os novos soldados passaram a ser mais leais aos generais que ao Estado romano. Apoiando os generais, podiam obter vantagens, como parte da presa de guerra. Além disso, ao passarem à reserva, recebiam lotes de terras, ou mais vantagens, de acordo com o sucesso e o poder de seu general.

O exército sempre foi um elemento central para o domínio romano. Virgílio, na *Eneida*, expressa o lema romano: *Parcere subiectis et debellare superbos* (“poupar os que se submetem e debelar os que resistem”) (*En.* VI, 851-3).



Figura 18.7: Soldados romanos. Métopa da Coluna Trajana.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Image:Cornicen_on_Trajan%27s_column.JPG

A função do exército, para além de defender Roma de ataques externos ao império, consistia em reprimir a dissidência interna, pois sua presença era fundamental para a garantia do poder romano no interior das fronteiras. Como vimos, o exército tornou-se um mosaico de povos com o passar do tempo, usando o latim e adotando, em grande parte, comportamentos romanos.

Segundo Florenzano:

É preciso lembrar que seu contingente (do exército) era constituído essencialmente por camponeses que haviam abandonado as suas terras. Durante dezenas de anos, gerações de agricultores e pastores partiam para as guerras de conquista e, em troca deste sacrifício, recebiam um parco soldo, vestimentas e alimentação. Sua ambição de continuar sendo proprietários de terras, razão de ser de todo cidadão romano, não era satisfeita de modo regular. Senadores e cavaleiros eram os únicos a lucrar com a expansão territorial, acumulando enormes riquezas em contribuições, extorsões, terras e escravos. Os fatos de tal forma ocorriam que, durante o último século antes de Cristo, os exércitos tendiam a apoiar mais os generais vitoriosos, que podiam oferecer-lhes maiores gratificações, do que o próprio Estado romano, a quem teoricamente deviam fidelidade. Assim sendo, cada general que lutava pelo poder no fim da República pôde contar com exércitos fieis que o apoiassem (FLORENZANO, 1994, p. 85).

O primeiro episódio das chamadas “Guerras Civis” foi a luta entre Mário, o general que se tornara o campeão da plebe urbana e do exército, conquistador de boa parte da África do Norte e vencedor de povos germânicos, e Sila, o general aristocrata que conquistara boa parte do Oriente para Roma. Essa guerra intestina revelou a carência das instituições tradicionais romanas, que não mais conseguiam manter a ordem na própria *urbs*, enquanto as conquistas eram cada vez mais vitoriosas. As ambições dos generais

aristocratas, os *imperatores*, não tinham mais freio. Quem eram esses *imperatores*? Eram generais consagrados por seus soldados, atingindo um grau de poder que os elevava muito acima de qualquer um de seus concidadãos. A expansão territorial romana permitiu que se formasse um grupo de conquistadores, prontos a se lançar em aventuras de conquistas.

Em 60 a.C., três desses homens, Pompeu, Crasso e César uniram-se para dominar a vida política e conduzir o império. Concluída a aliança, conhecida como “Primeiro Triunvirato”, que não tinha nenhuma base legal, esses homens partilharam entre si o império. Esses triúnviros levaram o poder romano a uma extensão muito grande, com suas conquistas nas Gálias, na Hispânia e no Oriente. Mas Crasso morreu no campo de batalha, em Carrae, no Oriente, e entre os dois triúnviros remanescentes a rivalidade cresceu dia a dia.



Figura 18.8: Caio Júlio César. Busto de mármore.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Julius_caesar.jpg

Os senadores se convenceram de que Pompeu poderia representar uma força para a legalidade republicana ameaçada, e o apoiaram. O conflito foi deflagrado no início de 49 a.C., quando o senado decidiu retirar o comando das Gálias de César. Recusando-se a entregar suas armas e suas legiões, César atravessou o Rubicão, ou seja, um pequeno riacho que marcava o limite da sua província, perto de Ravena, na Itália, e marchou sobre Roma com seus exércitos.

Pompeu fugiu com os senadores, e César ocupou Roma. Fez com que o povo o legitimasse e começou a “sua” conquista. Venceu os exércitos de Pompeu e do senado, e assumiu a tarefa de reorganizar o estado, tornando-se ditador vitalício. Segundo Grimal,

Adivinha-se nele um pensamento que meditou sobre os problemas fundamentais: compreendeu que as antigas formas da vida política estão ultrapassadas, que o insucesso do regime resulta não dos homens, mas das instituições que uma longa evolução não soube adaptar verdadeiramente às necessidades imperiais. As dificuldades que o estado conhecera no tempo dos Gracos regressam agora, mas segundo as dimensões do Império, isto é, do mundo (GRIMAL, 1999, p. 49).



Muitos historiadores apresentam uma cadeia de circunstâncias que levaram necessariamente ao desastre da Guerra Civil. Acidentes e irracionalidades, enfim, acasos misturam-se à necessidade no curso da história. A travessia do Rubicão vem sendo um marco, para Roma e seus historiadores, como para os historiadores modernos. Mas as últimas décadas da República constituem uma era revolucionária? A formulação é fácil, mas talvez enganadora. A formulação mais apropriada da questão seria: o quanto a *res publica* estava preparada para absorver e se ajustar às mudanças? Até que ponto uma cidade-Estado, com suas instituições apropriadas às suas dimensões, poderia continuar a manter e administrar uma imensa entidade política como a Roma atual e suas províncias?

Vejamos novamente o que Grimal nos diz:

A ação de César está à altura do problema. Abalando as tradições, chama para o senado homens novos, originários das províncias, concede o direito de cidade romana a povos inteiros, como os gauleses cisalpinos, funda colônias fora da Itália para acolher uma parte da plebe e, ao mesmo tempo, forma núcleos de romanização, restaura a autonomia municipal das cidades provinciais, (...), protege os provinciais contra os excessos dos governadores e, sobretudo, dos publicanos. Em suma, tenta generalizar a ordem e a justiça. Mas a realização destes vastos desígnios assentava unicamente na sua autoridade. (...) Mas os nobres romanos odiavam demasiadamente os reis e, a 15 de março de 44, César foi morto por um punhado de revoltosos (GRIMAL, 1999, p. 49).

Segundo Norma Mendes:

Vemos em César o ideal universalista, unificador e de integração entre Roma, a Itália e as províncias. Serviu-se da ditadura como um instrumento para obter um poder centralizado e pessoal, sua morte, (...) é entendida por nós como o resultado da ação de um grupo de senadores que se sentia ultrajado em sua dignidade e em seus interesses pela ditadura vitalícia de César, pois sabemos que para um senador romano a República era uma forma de governo e um estilo de vida. César não teve tempo para consolidar o seu programa de poder pessoal, mas lançou as bases sobre as quais a monarquia romana será erguida (MENDES, 2006, p. 23-24).



Figura 18.9: O assassinato de César, por Carl Th. von Piloty (século XIX).

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Caesars-tod_1-640x386.jpg

Caio Júlio César lançou as bases de um regime absoluto, consolidando o poder dos grandes generais, os *imperatores*. Aristocratas buscando a proeminência eram um grande peso para a constituição republicana. Júlio César não foi o primeiro a desejar, por meio das magistraturas, de seu talento e intrigas, ter um poder maior do que o de outros aristocratas. Mas, ao atravessar o Rubicão em defesa de sua posição, tornou-se o último deles. Toda a política é uma luta pelo poder, e o tipo extremado do poder é a violência.

O assassinato de César não pôs fim à guerra civil em Roma. O retorno à situação anterior era impossível, dada a magnitude do conflito. A estrutura oligárquica de governo, que fora estabelecida ao longo dos séculos, não conseguia gerir o império. O comportamento conservador e exclusivista dos senadores era incompatível com o fato de que o império era sustentado pelas províncias, e havia que atender, ao menos, às elites provinciais, responsáveis pela manutenção da unidade do território imperial.

Após a morte de César, Marco Antônio, seu lugar-tenente, assumiu o poder, mas logo um sobrinho de César, Otávio, apresentou-se como herdeiro do ditador. César havia adotado Otávio como herdeiro, em testamento. E, como Antônio não o incluía em suas decisões, Otávio toma o partido do senado, apresentando-se como o defensor da causa republicana.



Figura 18.10: Augusto. Busto de mármore.

Fonte: <http://web.mac.com/heraklia/Augustus/>

Em 31 a.C., Otávio, após vencer Antônio, tornou-se o verdadeiro senhor de Roma e do império, logo reconhecido pelo Senado como *princeps*. Recebeu ainda o nome de *Augustus*, um título derivado do verbo latino *augere*, “que faz crescer”. O regime instaurado por Augusto passou a ser conhecido como “Principado”, pois o governante era o *princeps*, o *imperator* vitorioso.

Segundo Grimal,

A ambição de Augusto salvou, sem dúvida, a civilização romana, ao mesmo tempo que lhe permitiu definir-se, completar-se material e moralmente e impor-se durante tempo suficiente para deixar marcas duradouras na história humana. O equilíbrio antigo, que opunha às cidades conquistadas apenas a cidade de Roma, foi substituído por uma nova ordem, na qual o peso dos povos subjugados aumenta constantemente. O Senado já não é o único senhor; ao lado do Príncipe, não é mais do que o conselho em que se reúnem os grandes funcionários do Império. As intrigas sutis entre as facções já não constituem o único motor da vida política; os

administradores já não se encontram à mercê de rivalidades ambiciosas; são verdadeiramente os agentes de um governo forte, a quem devem prestar contas. Os chefes do exército já não se lançam, como no passado, em conquistas pessoais; são apenas os oficiais a serviço do Príncipe, único imperator, único detentor dos auspícios (GRIMAL, 1988, p. 51).

Quando assumiu o poder, Augusto iniciou um processo de reforma do estado romano, que permitiu a consolidação da unidade imperial. Utilizando antigas instituições da República, como as magistraturas, garantiu a continuidade da estrutura política e economia romanas, mas abriu as portas do senado a membros das famílias municipais italianas, inaugurando a aproximação de Roma com suas províncias. O poder político, antes dominado pelo senado, passou a se concentrar nas mãos do imperador, sem, contudo, afastar os senadores do poder, pois estes mantiveram, com seus quadros, o funcionamento da máquina administrativa do novo estado imperial.

Esse foi o momento da criação de um vasto sistema de comunicações e de reforma urbana na própria Roma, o que gerou empregos para a plebe urbana. O império se tornou mais próspero, dados os incentivos à agricultura, às indústrias manufatureiras em todo o império e à intensificação do comércio.

Vejamos o que nos diz um escritor romano, Floro:

Agora que todas as raças do oeste e do sul estavam subjugadas e também as raças do norte, aqueles pelo menos entre o Reno e o Danúbio e do leste entre o Cirus e o Eufrates, as outras nações também, que não estavam sob o governo do Império, reconheciam a grandeza de Roma e reconheciam seu povo como os conquistadores do mundo. (...) Então, por toda a parte do mundo habitado estava a paz e uma trégua ininterrupta firmemente estabelecidas. (...) Por todos estes grandes acontecimentos [Augusto] foi chamado de imperador perpétuo de pai da pátria (FLORO, 1929, p. 34).



Figura 18.11: Augusto – Escultura de mármore.

Fonte: http://www.artchive.com/artchive/R/roman/roman_augustus2.jpg.html

Augusto inaugurou um período de paz interna que durou cerca de 250 anos (ca. 31 a.C.- 235 d.C.). Este período é denominado *pax romana* (do latim, “paz romana”). De fato, após tantas guerras civis, Roma parecia aliviada com o novo regime. Os imperadores tinham grandes poderes, mas não eram reis, nem a sucessão era, necessariamente, hereditária. No período imperial, a administração dos domínios romanos foi reorganizada, visando à maior centralização do poder; o imperador passou a acumular, na prática, todos os poderes, apesar de continuarem a existir os órgãos governamentais da República. Durante a *pax romana*, novas conquistas foram efetivadas e as atividades econômicas e culturais ganharam grande impulso, sendo, do mesmo modo, uma época de grandes construções. Edifícios, monumentos, aquedutos, pontes, circos, anfiteatros, dentre outros tantos elementos que você conhecerá em nossa próxima aula.



Atende ao Objetivo 2

2. Leia o trecho a seguir e comente a crise política e social de fins da República, à luz do que você aprendeu nesta seção.

O assassinio de César foi um gesto de uma minoria de aristocratas, convencidos de que a pessoa do “tirano” era o único obstáculo que impedia o regresso ao estado político anterior. Inconscientes da profundidade da crise, atribuíam à ambição de César aquilo que, na realidade, era um ajustamento político indispensável, imposto por fatores que ninguém podia controlar (GRIMAL, 1999, p. 49).

Resposta Comentada

Refleta sobre as afirmações de Grimal, tendo como base o fato de que o Imperium Romanum, no final do século I d.C., era um imenso corpo político e territorial. Estendia-se do Oriente ao Ocidente e, mesmo que subsistissem povos e regiões fora do controle de Roma, a *urbs* era a senhora do Mediterrâneo e mais além. Roma conquistara o mundo, agora tinha que governá-lo. Seus territórios e províncias tinham estatutos diversos e não formavam um conjunto coerente, e era muito difícil administrá-los utilizando os quadros tradicionais da cidade. Os governadores

de província, ex-magistrados em Roma, tinham de permanecer por muito tempo em seus cargos, e esse fato revelou-se perigoso para a ordem republicana, pois muitos podiam sucumbir à tentação do poder pessoal. Enquanto isso, na própria *urbs* os problemas não eram pequenos. A plebe, agora ampliada ao extremo, não tinha trabalho e vivia miserável em Roma e em outras cidades italianas. Nos campos, pequenos e médios produtores tinham dificuldades em concorrer com as grandes propriedades escravistas, gerando mais miséria e dificuldade para a população romana e itálica, de que a questão dos irmãos Tibério e Caio Graco e a Guerra Civil nos provêm bons exemplos.

Considerações Finais

Ao longo de séculos de consolidação e expansão da *urbs*, muitas vezes acompanhados de crises, a República tomou uma forma capaz de permitir à sociedade romana desenvolver suas potencialidades de modo tal que conduziu Roma à conquista do mundo antigo. Mas essa expansão e esse crescimento prodigioso desequilibraram essa sociedade e encerraram a harmonia de suas instituições políticas e sociais. Desse modo, a crise da República significou o esforço de adaptação da *urbs* às novas condições econômicas e sociais trazidas por seu *imperium*.

Augusto, o *princeps*, celebrou um triplo triunfo nos dias 13, 14 e 15 de agosto de 29 a.C., simbolizando seu poder absoluto e o encerramento da guerra civil. Roma, a partir de então, conhecerá uma nova estabilidade social e política, e o mundo romano viverá a *pax romana*.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, você conhecerá a vida cotidiana, a sociedade e a cultura em Roma e nas cidades imperiais.

Aula 19

Roma: sociedade
e cultura

Meta da aula

Apresentar alguns elementos que compunham a vida social e cultural em Roma e seu Império, destacando as cidades imperiais como elementos-chave no processo de consolidação e manutenção da unidade imperial romana.

Objetivos

Após o estudo do conteúdo desta aula, você deverá ser capaz de:

1. compreender a importância das cidades no processo de consolidação e manutenção da ordem imperial romana;
2. identificar alguns aspectos e elementos da vida cotidiana em Roma e no Império.

Pré-requisitos

Para que você encontre maior facilidade na compreensão desta aula, é importante ter em mãos um bom dicionário da Língua Portuguesa e um atlas.

INTRODUÇÃO

O historiador Georges Duby escreveu no Prefácio da coleção *História da vida privada*:

Por que os romanos? Porque sua civilização seria o fundamento do Ocidente Moderno? Não sei. Não se tem certeza do que seja tal fundamento (...); não percebemos bem o sentido exato que devemos dar ao termo “fundamento” (...). A história, essa viagem ao outro, deve servir para nos fazer sair de nós, tão legitimamente quanto nos confortar em nossos limites (DUBY, 1989, p. 14).

Muitas coisas nos chegaram de Roma e seu Império. Nesta aula, você conhecerá alguns elementos fundamentais da vida cotidiana em Roma e nas cidades imperiais, e terá elementos para refletir sobre aquilo que nos disse Duby.

As cidades romanas

É possível que, quando falamos em *cidades romanas*, a primeira imagem que nos chegue seja a de Pompeia, uma das cidades romanas congeladas no tempo pela erupção do Vesúvio. Decerto, por terem sido preservadas pelas cinzas vulcânicas, os estudos arqueológicos em Pompeia e Herculano permitiram que obtivéssemos inúmeras informações sobre suas populações, seus costumes etc. Mas não só Pompeia e Herculano estão presentes em nosso mundo.

Além da própria Roma, muitas cidades fundadas pela *urbs* chegaram até nós. Da Itália à Inglaterra, do leste europeu até Portugal, da Alemanha até o norte da África, de todas as regiões do antigo Império Romano nos chegaram, com diversas modificações, não somente elementos arquitetônicos romanos, mas cidades inteiras. Em muitas

.....

ciudades da Itália e das províncias ocidentais, por exemplo, o traçado das ruas nos revela suas origens romanas, de Florença a Londres, de Colônia e Arles a Gloucester. Foram os romanos que, nas províncias ocidentais do seu *imperium*, fundaram as primeiras cidades.

Na Gália, na Britânia, no Reno, na Hispânia, em outros sítios, as populações locais (celtas, bretões, germanos, iberos etc.) tinham aldeias e outros tipos de povoações (que os romanos chamavam de *oppida*), e muitos desses vestígios são estudados pela arqueologia. Os arqueólogos encontraram sítios populacionais com altas muralhas, com agrupamentos de cabanas, indícios de mercados etc., mas, mesmo quando havia algum núcleo populacional anterior à conquista, os romanos introduziram e impuseram novos modelos que levaram à criação de um tipo uniforme de cidades, as *cidades imperiais romanas*, muitas das quais tiveram um longo futuro, como *Lutécia* (Paris), *Londinium* (Londres), *Bracara Augusta* (Braga), *Olisipo* (Lisboa), *Colonia Ara Claudia Agrippinensis* (Colônia, na Alemanha). Desse modo, cidades como Lyon, Bordéus, Tolosa, Turim, Florença, Verona e muitas, muitas outras devem a sua orientação geral e o desenho de bairros ao antigo núcleo romano.

Jorge Mario Davidson nos chama a atenção para o fato de que a conquista territorial romana levou à necessidade de os romanos reorganizarem os territórios conquistados, a fim de consolidar e manter a unidade imperial. Ao tratar da conquista da Britânia, Davidson nos diz:

A incorporação do novo território implicou para Roma a necessidade de fazer diversos tipos de intervenção no espaço, desterritorializações e reterritorializações, com a finalidade de estabelecer as suas bases geográficas de poder. Ao falar em desterritorialização, referimo-nos àquelas intervenções que agem de forma destruturante sobre a lógica de um determinado território, abrindo caminho para sua substituição por uma nova forma de conceber o espaço, uma verdadeira reterritorialização. (...)

No processo de mudança da lógica do território, Roma investiu no controle e na modulação da mobilidade, isto é, da circulação das pessoas, bens e dinheiro. Para atingir este objetivo, limites, caminhos e cidades revelaram-se como peças-chave (MENDES; BUSTAMANTE; DAVIDSON, 2005, p. 34-35).

Começemos pelos caminhos que levavam a Roma. As estradas romanas são um triunfo da arquitetura. No início da conquista, seu fim era principalmente militar e administrativo. As cidades foram aumentando de acordo com as necessidades e, com o tempo, os romanos utilizaram-nas para todos os ofícios da guerra e da paz, do comércio e das comunicações.

Através de regiões montanhosas como os Alpes e os Apeninos, Roma construía estradas em zigue-zague, com extraordinária perícia; na planície, preferia a rota mais curta, a linha reta, sem utilizar os caminhos que já existiam. Jorge Davidson novamente nos explica:

O objetivo prático imediato era estabelecer vias de comunicação rápidas e seguras entre as diversas cidades e regiões para permitir a circulação de pessoas – soldados, representantes do poder central, etc. –, informação e mercadorias. (...) Assim se integrava, privilegiando os percursos que interessavam ao poder central, permitindo o fluxo de mercadorias entre os portos e os centros urbanos mais importantes e possibilitando também a circulação das legiões entre os portos de chegada e os pontos extremos (...). Além do aspecto físico, a construção da rede viária também deve ter provocado um impacto em termos simbólicos. De fato, os caminhos traçados por Roma não tinham nenhuma consideração pelas fronteiras preexistentes: os limites que dividiam os territórios (...) foram violentamente desconsiderados pelos caminhos traçados pelo Império (2005, p. 36-37).

Em Cumas e Nápoles, os romanos abriram túneis em duras massas de rocha vulcânica. O revestimento das estradas era feito cuidadosamente com camadas de diferentes materiais, que de tão firmes duram até hoje. Tão perfeitos e duradouros também foram muitos de seus sistemas de drenagem e de esgoto.

Foi preciso, para administrar e integrar tão grande território, criar cidades e estradas que viabilizassem o Império, reprimissem as revoltas e reordenassem a vida das populações submetidas. Estudaremos um pouco mais esse tema na nossa próxima aula.

Para além das necessidades imperiais, outros fatores contribuíram para a proliferação de cidades e para o cuidado com a sua integração. Para os romanos, uma simples aglomeração humana não é uma cidade de fato. Uma cidade não se forma pela pura e simples junção de cabanas individuais ou familiares. Os romanos só consideravam cidade um local no qual seus habitantes conseguiam criar os instrumentos de uma vida *pública*: santuários, locais de reunião, edifícios públicos, cultos públicos, fontes d'água públicas onde as pessoas podiam buscar a água necessária aos ritos religiosos familiares e para a vida doméstica. Por fim, o próprio solo da cidade estava consagrado aos deuses e constituía um local sagrado, como você já viu em nossas aulas.

Nesse ponto, podemos dizer que as fundações de cidades romanas tinham a intenção de ser uma *imagem* de Roma, especialmente aquelas que foram fundadas especificamente por cidadãos romanos, às quais se dava o nome de *colônias*. Tentava-se reproduzir o mais possível as instituições, os prédios, os monumentos, os cultos da *urbs*, a "cidade" por excelência, modelo e inspiração para todas as demais. Encontramos em toda parte, nos locais mais remotos das províncias mais longínquas, as características essenciais da capital.

As cidades eram o centro da vida civil e o foco das ambições, a ponto de, na modernidade, muitos terem visto o Império Romano como uma quase confederação de cidades cuja capital era Roma. A criação de colônias e a reordenação do espaço nas províncias conquistadas tinham como objetivo e como efeito a criação de "pontos estáveis" no interior dos territórios anexados. Desconfiava-se dos "pagãos" (um nome derivado

de *paganus*, do latim *pagus*, “campo”), ou seja, dos camponeses, agricultores e pastores, e de todos aqueles que estavam dispersos e que não viviam nem pensavam segundo as categorias romanas.

Nem todas as cidades espalhadas pelo Império eram colônias, ou seja, nem todas foram originalmente povoadas por cidadãos romanos. Muitas delas, principalmente no Oriente e na própria Itália, já existiam antes da conquista, e muitas vezes eram mais luxuosas do que a própria Roma.

Você já viu que cada uma das cidades assim sujeitas ao domínio de Roma estava ligada à *urbs* por um tratado que lhe conferia um estatuto particular. Muitas vezes, as cidades conquistadas tinham uma autonomia bastante grande em relação a todos os assuntos locais, e continuavam a dispor de suas assembleias políticas tradicionais. O mesmo acontecia com as cidades indígenas que, no Ocidente, eram criadas após a conquista, pelos provinciais. Todavia, rapidamente essas cidades tenderam a adotar o modelo das colônias e a imitar suas instituições. Ao longo do tempo, deixou de haver, no território imperial, cidades que não tivessem o seu pequeno senado (ao qual chamavam ordem dos *decuriões*), o seu corpo eleitoral formado por seu povo, os seus magistrados agrupados em colégios e que correspondiam aos cônsules, aos censores e aos edis de Roma.

Assim, as províncias passaram a ser compostas por um mosaico de cidades que constituíam as suas células políticas, e essas células formavam a base de sustentação do Império. Na implementação da ordem imperial romana, as cidades foram uma peça-chave, divulgando e consolidando os padrões romanos de vida e de cultura.

Cada cidade tinha como núcleo uma aglomeração que era o centro administrativo provincial e, à volta dela, um território que lhe estava submetido. Os habitantes da cidade exerciam sobre os do campo uma primazia comparável à que têm os cidadãos romanos sobre os habitantes das províncias.

Atualmente, com o grande desenvolvimento da arqueologia, nosso conhecimento das cidades romanas desenvolveu-se muito.

Novas descobertas acrescentam muito ao nosso conhecimento sobre o mundo romano: vestígios desenterrados em escavações ou um monumento liberto das construções modernas, que parasitavam o material antigo, escondiam-no ou desfiguravam, mostram-nos, cada vez mais, a face das cidades antigas.

Percebemos, então, que por todo lado se encontram edifícios que, se não são sempre semelhantes na sua forma, são pelo menos análogos em sua função. No centro, o *fórum*, praça pública; o *Capitólio*, templo da religião oficial; a *cúria*, onde se realizavam as reuniões dos decuriões e a *basílica*, sede da vida judicial. Além disso, um *teatro* ou um *anfiteatro* (ou ambos, se a cidade fosse próspera), para os espetáculos e para os jogos; as *termas*, vastos estabelecimentos de banhos que desempenhavam um grande papel na vida social; os *aquedutos*, as *fontes* e todas as *latrinas* (instalações sanitárias); as *muralhas*, mais frequentes em cidades situadas em províncias mais turbulentas; finalmente, construções de prestígio, como os arcos do triunfo, as colunas votivas e estátuas, nas quais o poder e a unidade do Império encontravam a sua expressão.

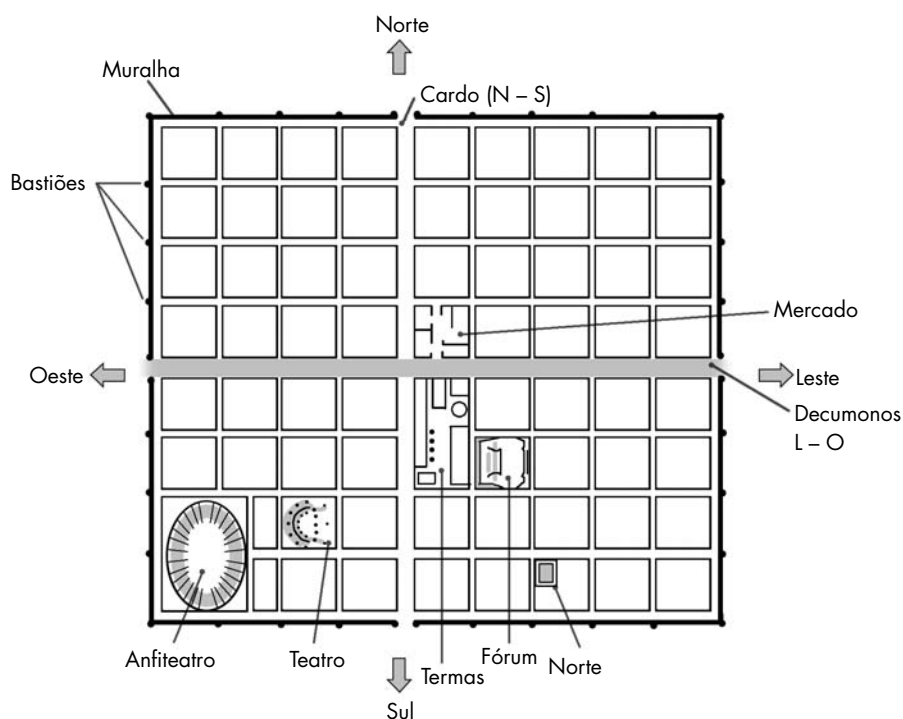


Figura 19.1: Esquema de uma cidade romana.

Fonte: <http://historia7.blogs.sapo.pt/2007/05/>

Algumas variações locais intervinham e introduziam certa diversidade nesse modelo comum. Criaram-se estilos arquitetônicos mistos com as tradições indígenas, que modificaram os modelos clássicos importados pelos construtores romanos. Isso se torna evidente, principalmente, nos edifícios religiosos, mas também o percebemos nas casas privadas, menos submissas às regras oficiais do que os edifícios públicos.

A cidade planejada romana tem uma longa história, mas só podemos acompanhar aqui algumas de suas características. O tipo mais antigo de cidade era o *castrum*, uma área retangular protegida, dispondo de uma estrada central. Esse tipo aparece nas antigas colônias romanas, como Óstia (338 a.C.) e Minturnas (296 a.C.). Eram pequenas guarnições de cerca de 300 famílias, que protegiam uma estrada ou um litoral. Algumas se expandiram posteriormente, como Óstia, para além das muralhas originais.



Figura 19.2: Óstia. Vista aérea.

Fonte: <http://www.turismo-roma.eu/tour.asp?idTour=14&idCatTour=3>

Um estágio posterior é o da cidade de estilo hipodamiano, assim chamado devido a Hipodamo, arquiteto grego que, ao que parece, o projetou. É um estilo fácil de ser reconhecido pelo aspecto retangular do traçado das ruas, e se tornou rapidamente o tipo mais comum de cidade, quando se planejava criar um centro urbano autossuficiente.

Por meio de um aparelho com o qual o *agrimensor* (que hoje chamaríamos *topógrafo*) determinava um ângulo reto, eram traçadas duas amplas avenidas que se cortavam perpendicularmente. Onde o terreno permitisse, a cidade tinha o formato retangular. Tendo esta cruz como ponto de partida, marcavam-se quarteirões retangulares; a intervalos regulares traçavam-se ruas. Os exemplos mais antigos são os das colônias latinas de Alba Fucens (303 a.C.) e Cosa (273 a.C.). Em Aosta (*Augusta Praetoria*, 23 a.C.), por exemplo, o retângulo principal era dividido com precisão matemática em dezesseis outros retângulos, e cada um, por sua vez, em quatro quarteirões para as construções públicas e as particulares.



Figura 19.3: Augusta Praetoria. Planta da cidade.

Fonte: http://www.gruppoarcheologicocanavesano.it/la_storia_antica_del_canavese.html

Uma cidade precisava de uma boa localização para os seus templos, uma delimitação nítida da propriedade, drenagem e abastecimento d'água. Temos notícias de regras referentes à altura dos edifícios e de disposições que proibiam o tráfego pesado durante certas horas.

Os aquedutos romanos são famosos até hoje. Transportava-se água por meio de canais subterrâneos ou de aquedutos até as casas. Catorze aquedutos, com longitude total de 426km, cobriam as necessidades da cidade de Roma, fornecendo cerca de duzentos litros diários de água para cada habitante, servindo às residências particulares. Os romanos pagavam contas de água como nós? Sim, quem podia pagar recebia água em casa. Em muitas regiões das províncias, como no norte da África, o abastecimento de água era melhor do que hoje em dia, e alguns aquedutos romanos ainda estão em uso.



Podemos perceber elementos arquitetônicos do Império Romano bem perto de nós. Por exemplo, no Rio de Janeiro, o Aqueduto da Carioca, conhecido como Arcos da Lapa, foi construído de acordo com os métodos romanos de construção. Procure conhecer o mais brasileiro de todos os aquedutos romanos!

O famoso Pont du Gard, por exemplo, perto de Nîmes (a Neumasis romana) leva, através do vale do Gard, a água por canais subterrâneos, formados por três filas de arcos, um sobre o outro. Sua altura máxima é de 49m (na Antiguidade, era pintado de vermelho). O aqueduto de Cartago (hoje Túnis), ainda em pé, tem 153km de longitude; parte da água segue por túneis, parte por arcos gigantescos. O de Tarragona tem 35,50km, e o de Lyon, 17,50km.



Figura 19.4: Pont du Gard, França.

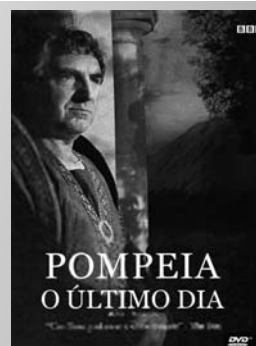
Fonte : http://fr.wikipedia.org/wiki/Image:Pont_du_gard_panoramique_depinched.jpg

Os romanos empregavam tubos de baixa pressão (os de alta pressão exigem tubulações de ferro soldado que os romanos não sabiam fazer). Utilizava-se a energia hidráulica para os moinhos e as serrarias, as fontes das praças públicas e para as esquinas das ruas, que refletiam a luz do sol, dando uma sensação de frescor às cidades poeirentas. O cuidado dos aquedutos era um serviço público que estava a cargo de agentes do Estado ou do município. Em Roma, eram os *edis* que cuidavam dos aquedutos, como você já viu.

Como a maior parte dessas cidades ainda existe – aliás, são cidades grandes na Europa, no Oriente Médio e no norte da África –, muitas vezes a pesquisa arqueológica é prejudicada pelo fato de que há construções de períodos posteriores ao Império em cima do núcleo romano. Há, por exemplo, uma Paris contemporânea, uma Paris moderna e uma medieval em cima da Lutécia romana. Desse modo, a pesquisa arqueológica em Pompeia e Herculano, preservadas pela catástrofe do Vesúvio, é algo ímpar, pois permite a visão integral da cidade romana. Vejamos o caso de Pompeia.



Um excelente documentário, disponível em DVD e dublado em português, é *Pompeia, o último dia*, da BBC. Nele, além da ótima reconstituição dos momentos que antecederam a erupção do Vesúvio, podemos assistir a uma boa entrevista com o arqueólogo brasileiro Pedro Paulo de Abreu Funari sobre a vida cotidiana nesta cidade.



Em Pompeia, podemos observar com clareza as funções políticas e religiosas de uma cidade. Numa extremidade fica o Capitólio, ou templo principal; na outra, as três edificações para o governo local, ao passo que, de cada lado, ficam a basílica, o recinto votivo e os templos públicos, e o *Macellum*, ou mercado fechado de alimentos. O conjunto era circundado por uma colunata de dois andares e fechado ao tráfego de veículos.



Figura 19.5: Macellum. Mercado de Pompeia.

Fonte: <http://www.cherba.com/i2p/050625/pompeii3.jpg>

A cidade, como outras do Império, era murada, e diversos portões, como a Porta de Herculano, a do Vesúvio e a de Nola (esses nomes derivam das estradas, com destino a tais lugares, que partiam desses portões). Os principais edifícios públicos aqui, como em outras cidades romanas, eram o fórum, os teatros aberto e fechado, o anfiteatro, a palestra (campo de exercícios), as termas, a basílica (grande construção para os negócios públicos) e os templos.



Figura 19.6: Fórum de Pompeia.

Fonte: <http://es.wikipedia.org/wiki/Pompeya>

Para o Império, as cidades não interessavam somente pela manutenção do controle imperial. Havia vantagens econômicas no planejamento urbano romano. Os mercados estavam restritos a certos edifícios, como em Pompeia, ou ficavam em recintos especiais, que facilitavam o controle dos negócios pelos órgãos do governo, otimizando, por exemplo, a coleta de impostos.

Em Óstia, por exemplo, havia a grande praça de escritórios para os comerciantes estrangeiros, o que facilitava seu controle e a supervisão pelo governo. Toda a área às margens do Tibre fora reservada para docas e armazéns. Grandes quantidades de produtos eram recebidas no porto diariamente, desembarcadas e armazenadas em depósitos. Depois disso, eles eram encaminhados a diversos mercados.

Uma área comercial em Roma cresceu desde cedo ao sul do Aventino, onde foi construído um novo porto fluvial, o *Emporium*, dotado de grandes armazéns e celeiros. Atrás desses edifícios, ergue-se hoje o monte Testaccio, o “Monte de Cacos”, que constitui um impressionante testemunho da vitalidade comercial da época: com trinta metros de altura, foi formado inteiramente pela acumulação de restos de ânforas usadas para transportar produtos como azeite e vinho. É um imenso documento da história econômica de Roma.

Em Roma, o mercado mais importante era um edifício imponente, com diversos andares, o chamado Mercado de Trajano, muito maior do que o Macellum de Pompeia, possuindo, em seu interior, muitas lojas que vendiam de tudo a uma multidão de compradores, como um *shopping* atual.



Figura 19.7: Monte Testaccio. Fotografia do século XIX.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Image:Monte_testaccio_novecento.jpg

Outros edifícios sempre presentes nas cidades romanas eram os teatros e anfiteatros e, em muitos casos, são também os mais bem-conservados das cidades antigas. Sob o Império, toda cidade dispunha pelo menos de um teatro, e as mais importantes dispunham também de um anfiteatro.

Os jogos (*Ludi*) e os espetáculos eram elementos importantíssimos para a sociedade romana. Faziam parte da religião, e, sem eles, os cultos religiosos não podiam ocorrer. Ao levar para as províncias as práticas da religião romana, era preciso instituir nelas os jogos, e os edifícios necessários para os celebrar. E, além disso, a atração que exerciam sobre as populações constituía um meio poderoso de romanização.

Os jogos incluíam competições e divertimentos. Havia várias formas de corridas, dramatizações e mimos, lutas de gladiadores e animais selvagens. Não duvidamos de que sua popularidade e a multiplicação de seus dias foi resultado do apelo dos divertimentos e das corridas, especialmente a corrida de carros (o principal esporte romano), que eram oferecidos. Por outro lado, os jogos jamais perderam seu aspecto ritual: os deuses desciam de seus templos para assisti-los e havia rituais religiosos realizados, inclusive representados perfeitamente para que a cerimônia fosse bem-sucedida. Havia também um colégio

especial de sacerdotes, criado em 196 a.C., cuja obrigação era supervisionar os jogos e as cerimônias religiosas a eles relacionadas, os *epulones* (BELTRÃO, 2003).



Não é fácil classificar as divindades romanas, pois jamais foram organizadas num panteão, nem sabemos se havia um número fixo delas, nem maiores detalhes sobre suas funções. Algumas dessas divindades fazem parte da tradição romana desde os primeiros tempos da cidade, outras são adições posteriores, introduzidas em datas específicas, com cerimônias específicas, que os romanos cuidadosamente recordavam. Algumas tinham múltiplas associações com áreas diferentes da vida, e frequentemente tinham nomes adicionais, definindo um aspecto particular da divindade. Outras parecem ter existido apenas para uma função ou um momento particulares. Algumas tinham sacerdócios especiais ou, no caso de Vesta, sacerdotisas; muitas não tinham sacerdotes.

É, porém, possível construir grupos entre as divindades com propósitos práticos, de análise e interpretação: um grupo muito importante para a população romana é, sem dúvida, Júpiter, Juno, Marte, Vênus e Minerva, mas a lista de nomes de deuses romanos conhecidos é imensa. Há também uma distinção entre divindades que tinham templos e aquelas que não tinham, mas a primeira lista foi crescendo conforme novas divindades eram acrescentadas. Ocorre que outras eram cultuadas em grutas, ou santuários que não eram, rigorosamente falando, templos. Também não é claro quando a construção de um templo de fato representa o reconhecimento de uma nova divindade. A *Magna Mater* (Cibele), por exemplo, não teve templo em Roma, até que foi importada em uma grande cerimônia por volta do fim da II Guerra Púnica e passou à lista das maiores divindades a partir de então.

O mais importante é perceber que as divindades romanas estavam sempre presentes na vida romana, não somente como estátuas em seus templos, mas nas ruas, nos jogos, nas ocasiões públicas, nos eventos

especiais. Nesse sentido, os deuses romanos eram cidadãos pertencentes à cidade, participando de seus triunfos e derrotas e de seus rituais. Certamente, todas as ações importantes do Estado envolviam consultas repetidas aos deuses, tanto em forma de auspícios como de sacrifícios; uma vitória era celebrada por uma procissão, o triunfo, no qual o exército e seu general desfilavam pela cidade para sacrificar a Júpiter no Capitólio; e o Estado definia suas relações com os cidadãos divinos por juramentos coletivos regulares em que se prometiam recompensas em troca do apoio divino (BELTRÃO, 2006).

Os teatros e anfiteatros não estavam destinados aos mesmos jogos e espetáculos. Os primeiros eram reservados às comédias, às tragédias e a mímica. Os segundos destinavam-se às exhibições de caráter mais violento: os combates de gladiadores, às caçadas (*venationis*) e às corridas, especialmente as de *quadrigas*, carros puxados por quatro cavalos.



Figura 19.8: Corrida de quadrigas no Circus Maximus, o principal hipódromo de Roma. Relevo romano (século II/III d.C.)

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/Image:PalazzoTrinci026.jpg>

O anfiteatro, bem como os jogos que ali se realizavam, é uma invenção itálica, enquanto o teatro é um edifício de origem helênica. Os romanos apreciavam muito o teatro grego, e levaram o teatro a Roma e, depois, o popularizaram nas províncias. No entanto, seria errado pensar que os romanos imitaram pura e simplesmente nos seus teatros os modelos que as cidades helenísticas lhes apresentavam.

O teatro romano difere do grego em vários aspectos. As tragédias e as comédias romanas não seguiam o mesmo esquema das gregas, e, por essa razão, eram necessários teatros adaptados às especificidades romanas. Desse modo, os arquitetos romanos modificaram o plano e a disposição dos teatros gregos. Vamos conhecê-los um pouco mais.



Figura 19.9: Teatro romano em Orange, França.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Image:3755_DSC_0425.JPG

Roma não dispôs de nenhum teatro de pedra antes de Pompeu, nos últimos anos da República, mas já de longa data as representações cênicas atraíam as multidões. Você já viu que um teatro grego era composto essencialmente da *orchestra*, onde evoluiu o coro, e era rodeado em mais da metade por bancadas concêntricas (*cavea*). No centro da orquestra, um altar indicava que as tragédias e comédias eram, sobretudo, cerimônias religiosas e cívicas, mais do que uma diversão.

Os arquitetos romanos trouxeram modificações importantes a esse plano tradicional: a orquestra deixa de ser um círculo completo para passar a ser um semicírculo, pois as peças romanas não incluíam o coro. Desse modo, a orquestra foi diminuída e foi aumentado o espaço dos espectadores. Eram aí colocados os assentos dos mais altos dignitários da cidade, enquanto a multidão se aboletava nas bancadas da *cavea*. Esta fica igualmente limitada a um semicírculo, e deixa de ultrapassar o diâmetro da orquestra.

Todo o espetáculo é, então, levado para o antigo *pulpitum* (foi assim que os romanos chamaram ao *proskenion*), que foi rebaixado e aproximado da orquestra. Além disso, o muro de sustentação que separava o *pulpitum* da orquestra foi ornamentado com um conjunto de colunetas e de nichos, alternadamente retangulares ou em absíde. Muitas vezes dali brotavam fontes cuja água, destinada a refrescar os espectadores, corria depois por um canal paralelo ao *pulpitum*. Mas, para além do aspecto decorativo e refrescante, tal inovação criou uma separação entre espectadores e atores. Além disso, foi introduzido o uso da *cortina*, mas, ao contrário dos nossos hábitos teatrais, a cortina baixava no início da apresentação para subir no fim.

Por trás do *pulpitum*, a antiga *skené* não desapareceu, e a sua fachada continuou a servir de decoração à ação, mas a sua altura era muito maior do que no teatro grego, e, sobretudo, a arquitetura desse “pano de fundo” (*scenae frons*) tornou-se muito mais complexa do que a do teatro grego, carregada de elementos decorativos que rapidamente se tornaram estereótipos, dando origem à nossa ideia de “cenário”.

A *scenae frons* constituiu um dos elementos mais característicos do teatro romano. Podia representar a fachada de um palácio com até três andares (por exemplo, o Teatro de Sabratha, na atual Líbia). Portas em número ímpar (três ou cinco, conforme o tamanho do teatro) estavam nele dispostas, colocando o *pulpitum* em comunicação com esse palácio imaginário. A porta do meio chamava-se *Porta Real*, e era por aí que surgia o tirano da tragédia e as personagens principais. As portas laterais destinavam-se às entradas e saídas das personagens de menor importância. A cada

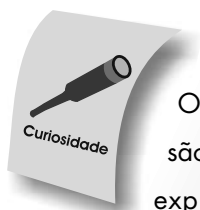
uma das portas correspondia, nos andares superiores, uma janela em que, por vezes, aparecia personagens (por exemplo, deusas e deuses), que intervinham na peça a partir desse local elevado.



Figura 19.10: Teatro de Sabrata, Síria.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Image:Theatre%2C_Sabrattha.JPG

A ornamentação da *frons scenae* podia atingir uma riqueza extraordinária. Havia estátuas colocadas em todos os nichos. Pelos entablamentos, corriam frisos esculpidos. A pedra era revestida de mármore de cores vivas. Em nenhum sítio, o esplendor de uma arquitetura de prestígio se torna tão evidente como nos teatros romanos. Seu caráter monumental impedia qualquer modificação de uma representação para outra, mas proporcionava uma vantagem que ainda hoje é apreciada pelas companhias teatrais que utilizam os teatros romanos: repercutida pelo muro, a voz enchia com facilidade toda a *cavea*.



Os autores teatrais romanos mais conhecidos atualmente são Plauto e Terêncio, ambos comediógrafos. Suas peças exploram os diálogos movimentados, com expressões pitorescas e vivazes, desenvolvendo tipos teatrais que influenciaram profundamente o teatro moderno, como os pais ranzinzas, os escravos velhacos, as velhas rabugentas, as cortesãs sedutoras, os parasitas, os soldados fanfarrões etc. De Plauto, *O Anfitrião*, por exemplo, foi recriado no teatro de Molière; a peça *Casina* foi atualizada por Regnard em *As loucuras amorosas*, assim como *Os Menecmos*, que recebeu várias novas versões em nossa época. De Terêncio, as peças mais conhecidas são *Formião*, que recebeu uma nova versão de Molière em *Velhacarias de Escapino*; *Adelfos*, que o mesmo Molière recriou em *Escola de maridos*.

Por fim, enquanto os teatros gregos eram, na maior parte dos casos, erguidos nas encostas de uma acrópole, assentando as bancadas dos espectadores na rocha em que eram entalhadas, as cidades romanas, geralmente estabelecidas na planície, não podiam recorrer a esse expediente. Era preciso elevar a cavea por substruções que encimavam um sistema de galerias e abóbadas.

Desse modo, foi criado um novo tipo de arquitetura teatral: do exterior, o monumento apresenta-se como uma imensa rotunda cuja fachada é formada pela sobreposição de várias ordens de arcadas. Por entre os arcos, podemos entrever um labirinto de corredores, de escadas, de deambulatórios (corredores) colocados por baixo das bancadas. Tudo era calculado para facilitar a movimentação de multidões. Em poucos instantes, milhares de espectadores atingiam o lugar destinado a cada um e, em caso de chuva repentina, se refugiavam ao abrigo das alas cobertas.



Figura 19.11: Teatro de Marcelo, em Roma (exterior).

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/Image:RomaTeatroMarcello01.JPG>

Os anfiteatros, por sua vez, foram inventados na Campânia, nos jogos gladiatórios dos povos samnitas. O maior exemplo de anfiteatro romano é o *Anfiteatro Flaviano*, apelidado *Coliseu*, termo derivado de *Colosseum*, “colosso”. Sua característica principal é a forma alongada da arena, que se explica pela necessidade de aumentar ao máximo o número de espectadores sem aumentar as dimensões do conjunto em demasia. Curiosamente, Roma foi uma das últimas cidades a ter um anfiteatro como o Coliseu; as cidades imperiais já tinham se equipado de anfiteatros (como os de Sintes, Arles, Nîmes, Autun, Poitiers, o *Itálica* na Hispânia etc).



Figura 19.12: Anfiteatro Flaviano (Coliseu), Roma.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Image:Colosseum_in_Rome%2C_Italy_-_April_2007.jpg

Além dos monumentos destinados aos jogos e espetáculos, outros edifícios característicos das cidades romanas são as *termas*. Mais uma vez, trata-se de uma invenção arquitetônica itálica derivada da *palestra* (ginásio, em grego) helênica. Tal como os teatros e anfiteatros romanos, as termas apareceram primeiro na Itália meridional, e só depois em Roma. As mais antigas que conhecemos são as *Termas de Stabia*, do século II a.C.



Figura 19.13: Apodyterion das termas de Stabia.

Fonte: http://es.wikipedia.org/wiki/Imagen:Pompeji_Terne_Stabiane_Apodyterion.jpg

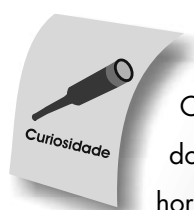
Além de um grande pátio rodeado de colunas que se destinava aos exercícios físicos, as instalações de água foram muito aperfeiçoadas no período imperial romano. Canalizações traziam a água diretamente dos aquedutos, e salas especiais eram destinadas a cada um dos momentos da operação complicadíssima que era, então, um banho, com salas geralmente reservadas ao banho de homens (as maiores) e outras para o de mulheres (menores).

Vemos nas termas um *apodyterium* (vestiário), um *frigidarium* (sala com piscina de água fria), um *tepidarium* (sala com piscina de água morna) e, por fim, uma estufa (*caldarium*). Cada pessoa passava de uma sala para a outra de acordo com um ritual obrigatório: no *frigidarium* ocorriam as primeiras abluções, que consistiam em se deitar em uma cuba que ocupava quase a totalidade da sala. Depois, passava-se ao *tepidarium*, onde o corpo se habituava gradualmente à temperatura elevada. Passados alguns minutos, o banhista passava ao *caldarium*, onde o calor provocava uma sudção abundante, como em uma sauna moderna. Aí estavam colocadas as bacias contendo água morna e uma banheira onde se podia mergulhar completamente e relaxar, após um dia de trabalho, ou após um dia de festa. Depois, retomando em sentido inverso o caminho percorrido, a pessoa retornava ao *frigidarium*, para um último banho frio. Outras salas serviam para massagens, unções de óleo, e, nas termas mais luxuosas, havia várias salas de convívio e galerias de arte, destinadas a passeios, como as *Termas do Norte*, em Timgad, no norte da África, e as *Termas de Caracala*, em Roma.

A demanda por termas cada vez maiores e mais confortáveis levou os arquitetos a imaginar dispositivos bastante engenhosos para construí-las, como os pavimentos suspensos com a ajuda de pequenos pilares de tijolos, os *suspensurae*; no vão, o ar quente proveniente da fornalha circulava livremente e aquecia o chão, passando depois por um grande número de canalizações verticais nas paredes. Para obter mais ou menos calor em uma sala, bastava colocá-la mais ou menos próxima do início do trajeto do ar quente, sendo que as mais próximas da fornalha eram, evidentemente, as mais quentes.

Esse método de aquecimento foi usado também para aquecer os edifícios, públicos ou privados, nas províncias localizadas em zonas temperadas, como na Britânia.

Cada cidade romana dispunha de um grande número de termas, além dos banhos instalados nas propriedades particulares mais luxuosas. Na vida cotidiana dos romanos e das populações romanizadas, as termas ocupavam um lugar central. Era nelas que, em torno das 16 horas, uma vez terminado o dia de trabalho, os romanos iam tomar banho e descansar, enquanto a hora do jantar não chegava. Faziam um pouco de exercício, relaxavam sob as mãos dos escravos massagistas, conversavam, comiam guloseimas compradas aos vendedores ambulantes. Muitos romanos também marcavam reuniões de negócios nas termas. Em suma, toda cidade que pretendia ser grande e moderna no Império tinha de ter uma ou mais termas, a fim de atender à sua população.



Os romanos costumavam acordar muito cedo, com o raiar do dia. As lojas em Roma abriam cedo, cerca das oito horas da manhã, assim como todas as demais atividades.

Trabalhava-se até o meio-dia, quando tudo fechava para o almoço (*prandium*), e no verão dormia-se um pouco logo após a refeição, fazendo-se a sesta. O almoço era muito leve: pão, azeitona, queijo, nozes, figos secos e algo para beber, geralmente vinho. Os trabalhadores mais simples tinham o costume de levar marmitas e faziam suas refeições pelas ruas, ou sentados no anfiteatro. Tudo reabria depois do almoço e à tarde, para encerrar o dia, ia-se tomar banho nas termas públicas, que podiam ser usadas mediante uma taxa, geralmente de pequeno valor, então, mesmo os mais humildes as usavam. À noite, fazia-se a principal refeição do dia, a *cena*.

Os pobres contentavam-se com pão, vegetais e vinho. Os mais ricos tinham longos banquetes, com três pratos: uma entrada, o prato principal, com carne, e a sobremesa, com frutas e doces. Uma das mais completas descrições de um banquete romano encontra-se no romance *Satyricon*, de Petrônio.

E eram cidades muito movimentadas... Problemas comuns em cidades grandes atuais também ocorriam em Roma e em outros centros urbanos do Império. Vejamos um trecho da *Sátira III* de Juvenal sobre esse assunto. Essa sátira se chama *Os apuros de Roma*:

Por falta de sono aqui doentes morrem,
Com indigestões causando tais moléstias,
Pois o estômago inflamado não digere.
Foge o sono das nossas estalagens:
É muito cara uma alcova escondida.
O ruído dos carros, quando não podem
Virar alguma esquina à vontade;
A gritaria enorme dos arrieiros,
Despertaria um Druso, e as próprias Focas;
Se é preciso sair, encontra-se um rico,
Que na liteira, acima do povo,
Que lhe dá passagem, corre súbito,
Sobre os ombros de escravos liburnos;
Lê no caminho, escreve, e dorme dentro,
A liteira fechada chama o sono,
E sentado, anda mais que a pé andamos.
Da turba, a onde nos impede os passos;
Pelas costas o povaréu nos empurra.
Cotovelada de um, bordoadada de outro;
Com a tábua o outro me fere a cabeça;

De azeite este me suja com a talha:
Cheias de lama, vejo as minhas pernas,
Da bota, uma tacha de um soldado,
Com mil dores num dedo se me encrava.
Com que fumaça celebram as espórtulas!
Vêm cem convidados; suas comidas
Os escravos levam depois; com muito
esforço
Corbulo sustentara tantos vasos,
Tantos quanto agüenta à cabeça
O mocinho infeliz, que muito direito
Vai, sem nada entornar, e na pressa
Faz com que o próprio vento o fogo
acenda;
Com pressa rasga os trapos remendados;
Logo, comprida tábua adiante vacila,
Lá vai cair de um carro; uma alta pilha
De lenha uma carreta vem tirando
Que ameaça o povo do cume.
E se um carro tombar, desses que levam

As pedras da Ligúria, sobre as gentes,
Caindo essa montanha, como fica
O corpo de uma pessoa; ossos e membros
Onde estão? Qual espírito para não ser
mais visto
Desaparecem! Enquanto isso acontece, os
incautos
Lavam a louça, a lanterna assopram,
E a roupa em cheiros recendendo vestem,
E a tudo acodem afanosos,
(...)
Da noite, ouve agora outros perigos.
Das mansões, à grande altura, observa
Donde uma telha vindo abre a cabeça;
Quantas vezes, louça quebrada, e cacos
Vêm da janela, e os restos imprimem
O chão de lajedo? Serás tomado
Por inerte, e negligente de infortúnios
Saindo a tais horas sem testamento.
Tão grandes são os males que te
aguardam,
Das janelas da insone vizinhança!

Por isso, deseja antes, e aos deuses pede,
Que em vez de cacos, lancem fezes.
O bêbado petulante, não tendo
A quem possa maltratar, a noite
Passa, qual outro Aquiles, de Pátroclo
A morte, deplorando sobre a terra;
De bruços ou de costas se mexe,
Sem que durma um momento, não
encontrando
Com quem implique;
(...)
Nem tudo expus ainda; muitas vezes,
Mesmo fechada a porta, vão roubar-te;
Já trancados os fechos em silêncio,
O sicário, o ladrão, não perde a vez;
Quando o Lago Pontino, e o Pinhal
Galinário,
Tem boas guardas, à cidade
Como para o viveiro vem correndo.
Onde forjar tantas cadeiras?
(...)
Quando em Roma um só cárcere existia,
No governo dos reis e dos tribunos!

Enfim, em Roma, como alhures, o luxo dos ricos contrastava com a miséria dos pobres. Esse abismo não diminuiu nos dois primeiros séculos do Império – pelo contrário. Entre os habitantes de Roma, que chegou a ter mais de um milhão de habitantes, havia centenas de milhares de trabalhadores, artesãos, empregados ou pequenos funcionários. Eram, em sua maioria, escravos ou libertos, originários das províncias ou estrangeiros, e provavelmente essa sátira de Juvenal expressava em muito o seu dia a dia.



Atende ao Objetivo 1

1. Leia o seguinte trecho da historiadora Regina Bustamante:

É fundamental compreender as estratégias que permitem manter unidos grupos que, se identificando culturalmente, se reconheçam como iguais e se distingam dos “outros”. (...) As formas de identidade e alteridade são específicas de um contexto histórico determinado, tanto no tocante aos processos internos da sociedade quanto às suas relações e aos contatos com outras sociedades próximas ou distantes. Portanto, pertencer ou não a um grupo ou a uma sociedade é uma construção social e cultural, cujo significado e forma variam no tempo e no espaço (...) (BUSTAMANTE, 2006, p. 111).

A partir do que você estudou nesta aula e nas anteriores, analise a importância das cidades romanas para a integração e a unidade do Império Romano.

Comentário

Refleta sobre o papel das cidades imperiais considerando que, após subjugar o mundo mediterrâneo com as suas legiões, Roma buscou perpetuar o seu domínio por meio das leis e da cultura. Cerimônias públicas, templos, teatros e outros forneciam o enquadramento

cotidiano da civilização romana, que teve nas cidades seu *locus* privilegiado. As cidades, portanto, foram elementos fundamentais para a consolidação e manutenção do Império, divulgando o estilo de vida, os valores e a cultura romana entre os povos pertencentes ao Império, incorporando-os em instituições e hábitos e criando uma forma de vida comum, que se verifica nas diversas províncias imperiais.

Sociedade e vida cotidiana

O estudo dos objetos da vida material é de grande valia para o historiador, pois reflete a vida concreta dos grupos humanos. A arqueologia, nesse ponto, tem feito muitos progressos, e vem revelando dados e vestígios materiais que nos permitem ler os textos literários sob uma nova luz, captando um pouco da vida cotidiana das pessoas que viveram na Antiguidade.

O estudo das casas romanas, por exemplo, nos revela muito sobre a sociedade romana, suas atividades, seu modo de vida etc. Uma casa exprime, antes de tudo, a sociedade na qual seus moradores vivem, pois o espaço doméstico, antes de ser algo privado, é uma construção social que atende às necessidades e aos constrangimentos da vida social.

Conhecemos melhor a casa da elite romana e provincial, pois foram construídas com materiais mais duráveis do que as casas mais modestas. A casa da elite era denominada *domus* (*domi*, no plural), termo do qual derivaram as nossas palavras *doméstico*, *domesticidade*, *domínio*, *dono*, *dona*, entre outras. Vejamos alguns elementos das *domi*, pois seu estilo nos permite compreender alguns aspectos da vida no Império Romano. A *domus* era a antiga casa do *paterfamilias* em Roma e, inicialmente, era uma construção modesta. Aos poucos, com o enriquecimento geral da aristocracia romana, ela foi se desenvolvendo até chegar ao esquema que apresentamos

a seguir. Resta notar que, aos poucos, esse tipo de construção será adotado pelas elites provinciais, pontilhando as cidades de casas que expressavam a riqueza e o *status* sociopolítico dos seus habitantes.

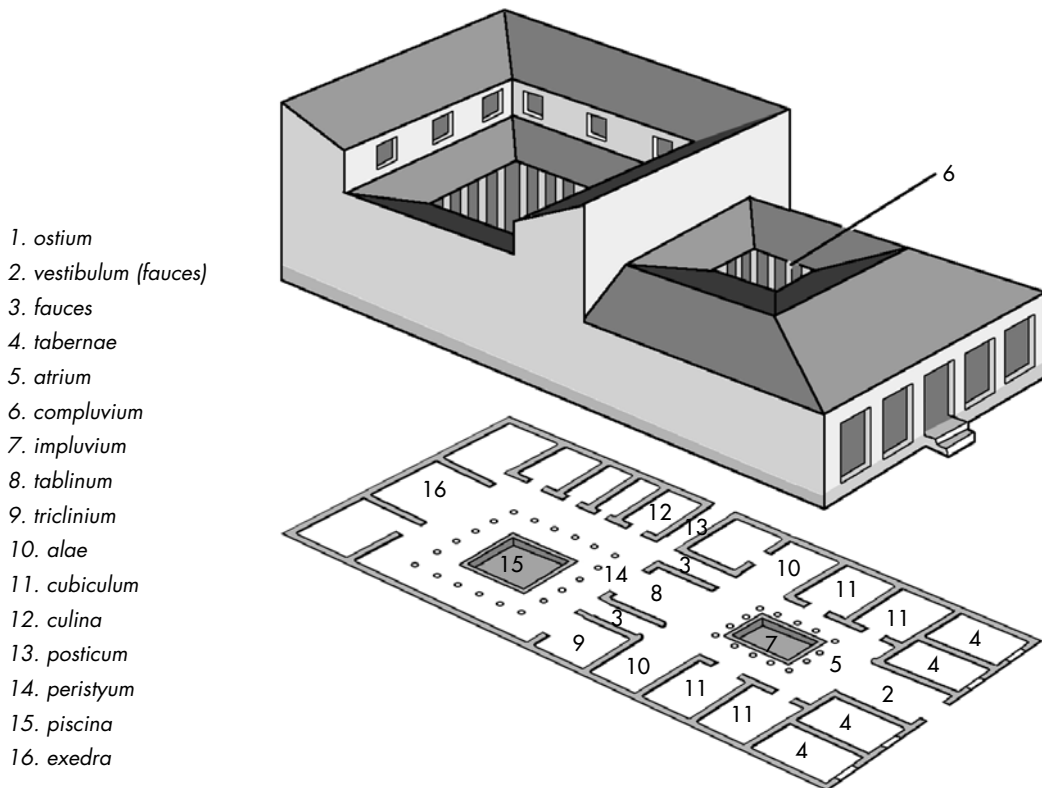


Figura 19.14: Esquema da *domus*.

Fonte: <http://es.wikipedia.org/wiki/Domus>

A casa romana era construída voltada para dentro, ou seja, tinha pouquíssimas janelas para o exterior, para a rua. A *domus* do período imperial era dividida em duas partes: a primeira estava agrupada em torno do *atrium*, a segunda, em torno do *peristylum*. A *domus* era perfeitamente adaptada ao clima mediterrâneo, com espaços abertos, permitindo que a luz e o ar penetrassem e circulassem entre os corredores e cômodos diversos.

As *domi*, em geral, tinham apenas um andar. No *atrium*, vemos uma pequena piscina, o *impluvium*, que acumulava água da chuva que entrava pelo *compluvium*, uma abertura no telhado, enquanto no *peristylum* a chuva molhava as plantas do jardim. Na origem, o *impluvium* era a única fonte de água da casa. Mais tarde, com a construção dos aquedutos, o *impluvium* perdeu sua função de armazenamento de água, mas continuou existindo como uma tradição arquitetônica. Muitas vezes, o *impluvium* estava conectado a outros tanques que recolhiam o excesso de água para uso futuro. Nas províncias setentrionais, muito mais frias, as casas mais ricas eram adaptadas ao clima, contendo um sistema de aquecimento para que o ar quente circulasse no chão e ao longo das paredes.



Figura 19.15: Atrium da Casa dos Vetti, Pompeia.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/3b/Roman_impluvium.PNG

Uma típica casa romana contava com uma passagem, o *vestibulum*, que a ligava à rua, e um corredor que levava da porta principal ao *atrium* era denominado *fauces*. Para além da porta principal, havia uma segunda entrada, o *posticum*, geralmente na parte lateral da casa. Por ela passavam os escravos, os clientes mais humildes ou mesmo o senhor da casa, quando queria sair ou entrar sem ser visto pela rua principal.

O *atrium* parece ter sido originalmente o cômodo da mãe da família. Daí um leito (*lectus genialis*) do lado oposto da entrada principal. Talvez esse leito representasse a santidade do casamento (e a noiva era deitada nele pela comitiva nupcial, como parte da cerimônia do casamento). No *atrium* também ficava o *lararium*, que você já viu, e a *arca* (algo como o cofre da família) e muitas vezes, conforme a nobreza de seu proprietário, as ***imagines*** familiares.

As ***imagines*** eram os bustos dos ancestrais das famílias nobres romanas. Quanto mais *imagines* uma família tivesse, mais nobre ela era.



Figura 19.16: Nobre romano carregando as *imagines* de ancestrais. Estátua de mármore.

Fonte: <http://www.uoregon.edu/~klio/im/rr/gen/roman.gif>

O *tablinum* era a grande sala de recepção da casa, situada entre o *atrium* e o *peristylum*. Ele era separado do *atrium* apenas por uma cortina que podia ser aberta ou fechada conforme se queria ou não privacidade em algum momento, e era separado do *peristylum* por uma espécie de biombo ou tela de madeira, ou mesmo por portas largas e uma pequena passagem, o *andron*. Quando as cortinas, portas ou telas eram abertas, as três partes eram totalmente interligadas.

O *triclinium* era a sala de jantar (em latim, *cena*) romana do período clássico. Muitas casas encontradas tinham vários *triclinia*, permitindo à família o luxo de escolher onde fazer suas refeições ou seus banquetes. Muitas vezes, havia um *triclinium* para ser usado no verão, bem ventilado, e outro para ser utilizado no tempo frio.



Figura 19.17: Mosaico com representação de *triclinium*. Séforis, Israel.

Fonte: <http://dqhall59.com/lastsupper/triclinium.htm>

O *peristylum* era, na prática, o jardim da casa. Além de plantas e flores, estátuas e outros ornamentos embelezavam esta área. Assim como o *tablinum* dava prosseguimento ao *atrium*, no centro da *domus*, assim a *exhedra* se estendia a partir do *peristylum*. Era um cômodo espaçoso, de proporções similares às do *tablinum*, e servia como local de reuniões mais íntimos ou mesmo para banquetes. Os *cubicula* eram os quartos. Eram cômodos bem menores do que os demais da casa, apesar de muitos conterem obras de arte.

A *taberna* era um aposento na *domus* que tinha sua própria entrada para a rua e que não conduzia ao interior da casa. Às vezes, havia várias *tabernae* numa única *domus*, que podiam ser usadas como lojas, alugadas ou empregando-se um escravo da família para nelas negociar.



Figura 19.18: *Peristylum* da casa dos Vetti, Pompeia.

Fonte: http://www.geocities.com/salixastur/domusromana_es.html

As pessoas menos ricas moravam em casas muito mais modestas. Em geral, alugavam um *cenaculum*, que hoje chamaríamos de “apartamento”, em uma *insula* (um prédio de apartamentos), às vezes com quatro, cinco e até sete andares. A arqueologia encontrou *insulae* luxuosas em Óstia, consistindo de grandes blocos bem construídos, com vários pavimentos, mas as *insulae* de luxo não eram a regra. Roma sofreu, assim como as principais cidades imperiais, como você já viu, os problemas da superlotação e da falta de espaço. As *insulae*, casas de aluguel para classes pobres, eram estruturas débeis, a maioria de madeira, inseguras e anti-higiênicas. As *insulae* eram subdivididas em pequenos cômodos, sem água, sem ventilação. As lamparinas e os braseiros para iluminação e aquecimento eram fonte de incêndios frequentes. No andar térreo, aberto para a rua, encontravam-se lojas e tabernas. Uma das regiões de Roma mais pobres e populosas, onde foi encontrado um grande número de *insulae* foi o Suburra. Certamente, as cidades populosas do mundo mediterrâneo contaram com habitações populares desse tipo, nas quais as pessoas viviam em condições precárias.



Figura 19.19: Ruínas de Insula romana.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Image:Campitelli_-_Insula_romana_1907.JPG

Vamos, então, conhecer um pouco mais sobre a sociedade romana. Começemos pelas mulheres. Elas nunca foram consideradas cidadãs, daí não poderem exercer cargos públicos. No entanto, talvez por influência de costumes etruscos, as romanas não viviam reclusas como as gregas. Estavam presentes tanto na vida doméstica como na vida pública. Podiam estudar e chegavam a tomar parte nas campanhas eleitorais e gerir grandes negócios, por exemplo.

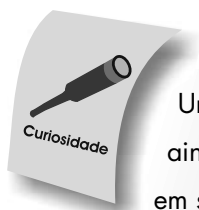
Nas famílias mais ricas, em geral eram os pais dos noivos que acertavam o casamento dos filhos, pois era uma questão de união de famílias, e não de afeto entre os noivos. O casamento era selado por um contrato e por um aperto de mãos dos noivos.



Figura 19.20: Relevô em sarcófago (ca. 160-80 d.C.) representando um casamento romano.

Fonte: <http://www.the-romans.co.uk/julius.htm>

Os romanos se casavam muito jovens. Na aristocracia, na véspera do casamento, a noiva dedicava seus brinquedos aos *Lares*, os deuses familiares, numa cerimônia de despedida da infância. A casa era decorada com muitas flores. No dia do casamento, a noiva vestia-se de branco e usava um véu laranja-avermelhado, para atrair bons auspícios. A cerimônia começava com a tomada dos auspícios, para saber se um casamento naquele dia seria propício. Se fossem bons, os noivos assinavam um registro de casamento, diante de testemunhas, davam-se as mãos e rezavam juntos para que o casamento fosse feliz. Se fossem ruins, marcava-se a cerimônia para outro dia. Se continuassem ocorrendo repetidamente maus auspícios, os romanos arrumavam outro par, pois aquela união não estava destinada a um bom futuro. E a cerimônia terminava com um sacrifício aos deuses.



Um costume romano que hoje em dia alguns recém-casados ainda seguem é o de o noivo não deixar a noiva entrar em sua nova casa andando com os próprios pés. Um noivo romano pegava a noiva no colo e atravessava o umbral da porta, levando-a em seus braços. Esse costume pode nos parecer muito romântico, mas não era assim que os romanos o viam. Era de péssimo agouro que a noiva tropeçasse na soleira de sua nova casa, pois indicava que a noiva morreria no primeiro parto.

O novo casal da aristocracia tinha como objetivo a reprodução de herdeiros e a manutenção da tradição familiar. Os partos ocorriam em casa, com a ajuda de escravas e parteiras e, diferentemente de outros períodos, com o pai da criança e o pai da noiva, o avô do bebê, ajudando. Aliás, um pai romano acreditava que era de sua responsabilidade, tanto quanto da mãe, a criação e a educação dos filhos, o que diverge da ideia que muitos homens, atualmente, têm de seu papel como pai.

A mãe amamentava os filhos, sendo substituída por uma escrava caso não pudesse fazê-lo. Quando crescia, a criança ganhava muitos brinquedos, como bonecas e animais em miniaturas, carros etc. Aprendia a ler e tinha aulas, quase sempre em casa, com um professor particular, geralmente um escravo (os preferidos eram os gregos). A maioria dos romanos, contudo, era pobre e suas famílias eram bem diferentes. Desde cedo, os filhos tinham de ajudar os pais, que possuíam poucos ou nenhum escravo, mas a grande maioria das crianças romanas aprendia a ler e escrever, pois a taxa de analfabetismo em Roma era baixa.

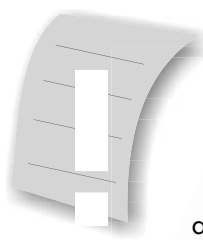
Enquanto os meninos ricos aprendiam a oratória, os humildes se interessavam mais pelas contas e pela escrita, para se prepararem para os negócios mais cedo. Filhos de grandes famílias aprendiam o grego, que deviam falar e escrever perfeitamente. Os objetivos do ensino preliminar eram o domínio da língua latina e o aprendizado das principais operações matemáticas, enquanto o ensino superior voltava-se para a composição literária, com ênfase na gramática latina, na métrica da poesia etc., preparando o jovem para a eloquência e atuação na vida pública. Para os jovens nobres, o treinamento militar iniciava-se cedo, no Campo de Marte, onde os jovens praticavam o arremesso de disco e de dardos, equitação e natação, aprendendo a se tornar bons soldados e líderes militares competentes.

Aqueles, porém, que queriam se destacar no governo de Roma e do Império deviam dominar, simultaneamente, a oratória – para atuar politicamente – e a arte militar – para o comando das legiões. Esses dois aspectos da educação romana andavam sempre juntos, como mostra o caso de grandes generais e escritores, como Júlio César e Marco Aurélio. Percebemos que a educação tinha seu foco principal nos homens, mas as mulheres também eram bem-educadas, e mesmo as meninas das famílias mais humildes aprendiam a ler e a escrever.



A literatura romana, ou latina, pois muitos de seus autores eram provenientes dos municípios ou das províncias, é bem conhecida, e boa parte de suas obras chegou até os nossos dias. Textos de Ênio, Lucílio, Virgílio, Ovídio, Horácio, Lucrécio, Catulo, Cícero, Salústio, Júlio César, Varrão, Tito Lívio, Sêneca, Tácito, Petrônio, Marco Aurélio e tantos outros formaram a base da educação do Ocidente ao longo dos séculos. Essas obras se tornaram modelos, criando uma literatura “clássica” para nós. Hoje em dia, grande parte desses poemas, tratados, histórias etc. contam com boas traduções em português.

São textos de vários gêneros literários, que devemos conhecer não apenas por seu valor *per se*, mas também porque transmitiram à cultura ocidental padrões e formas de ver, perceber e interpretar a realidade em que ainda nos pautamos.



Como você já viu, as mulheres romanas não viviam reclusas e interagiam socialmente com os homens. Os pesquisadores concordam que elas tinham uma inserção social bastante ampla, participavam dos banquetes, das reuniões sociais e tinham direitos de propriedade, podendo mesmo ser donas de empresas. Mas não eram consideradas cidadãs, pois não podiam votar nem ser eleitas, mas as inscrições encontradas em Pompeia mostram que as mulheres participavam das campanhas eleitorais ativamente. Temos também diversos documentos escritos por romanas, que foram reunidos no *Corpus Inscriptionum Latinarum* (CSIL). As romanas tinham uma posição ímpar na história do Ocidente, que só pode ser comparada à do século XX.

Já tratamos das relações de pessoas do mesmo sexo no mundo grego e mencionou-se que essas relações eram conhecidas pelos romanos como “amor grego”. Na elite romana, aceitava-se o homoerotismo, mas estimulava-se o casamento entre pessoas de sexos diferentes, a fim de manter a descendência necessária à continuidade temporal e econômica das famílias, daí que os romanos costumavam se casar muito jovens. Pelas fontes, percebemos que o moralmente condenável era alguém tentar se fazer passar por pessoa do outro sexo, por exemplo, um homem fingindo ser uma mulher e vice-versa.

Para os romanos, ricos ou pobres, a sexualidade era também intimamente ligada à religiosidade, em particular ao culto à fertilidade. Em toda a parte, encontravam-se objetos que fazem referência a relações sexuais: nas paredes das casas, nos cruzamentos, pingentes em colares, em anéis. As casas tinham falos esculpidos nas extremidades do telhado, e um vestígio desse elemento se pode ver em algumas casas atuais (agora já sem o formato antigo, mas sim como uma telha que se alça de forma aparentemente inexplicável) (FUNARI, 2003).

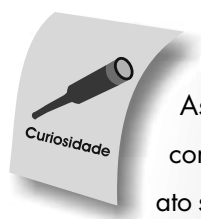


Figura 19.21: Imagem fálica em calçamento de rua em Pompeia. A inscrição significa em português: “Aqui mora a felicidade”.

Fonte: <http://www.dightonrock.com/thephallicsymbolonthemaincatholi.htm>

Até mesmo as campainhas das casas romanas podiam ser em forma de um ou mais falos, que o visitante tinha de tocar para se fazer notar. As mulheres romanas usavam brincos e pingentes com a forma de conchas, num claro remetimento ao órgão sexual feminino e, nas paredes das *domi*, muitas pinturas parietais representavam casais durante o ato

sexual. Isso causou, nos modernos, uma certa surpresa, um estranhamento de que os romanos não tivessem pudor de uma referência sexual tão explícita, e muitos desses objetos ficaram por séculos escondidos, em reservas técnicas de museus, no subsolo de prédios públicos etc. Contudo, para os romanos, as relações sexuais não tinham nada de obscenas, muito menos pecaminosas, mas eram associadas à renovação das forças vitais e à magia da reprodução. Por isso, tais objetos e obras de arte eram considerados amuletos poderosos contra o mau-olhado e o azar. Sua presença em lugares como o telhado, a soleira da porta principal da casa e nas campainhas das casas, nos pescoços dos bebês e nas paredes dos *cubicula* tinha essa função protetora e propiciatória para aqueles que os vissem ou usassem (FEITOSA, 2003).



As próprias relações sexuais, pelo mesmo motivo, eram consideradas propiciatórias, e até mesmo a referência ao ato sexual tinha essa conotação. Por exemplo, nós herdamos dos romanos um gesto, a *figa*, que significa “vagina” no latim popular. A figa é um gesto que representa a relação sexual e, por isso, traz boa sorte.

É possível que muitos dos elementos da vida cotidiana que você conheceu nesta aula sejam considerados estranhos, ou exóticos, enquanto outros sejam mais próximos de nós. É fundamental, para o historiador, “abrir os olhos” para ver, compreender e interpretar tanto as diferenças quanto as semelhanças. É vital para o historiador resgatar a pluralidade e o dinamismo dos elementos culturais da sociedade que estuda, afastando-se de uma perspectiva monolítica, presentista e autocentrada. É preciso, então, que o historiador deixe

de olhar somente “para o seu próprio umbigo”, esforçando-se por ver, perceber e compreender atitudes, mentalidades, valores, expressões, concretizações ou simbolizações nas práticas e representações culturais de outras sociedades, pois só assim estará apto a interpretá-las. Roma está ao mesmo tempo perto e distante de nós. Está perto o suficiente para reconhecermos raízes de alguns dos nossos elementos culturais e políticos. Está distante o suficiente para que seja o “outro” de nós, o nosso *alterum*.



Atende ao Objetivo 2

2. Atualmente, a importância da arqueologia e dos estudos da vida material e cotidiana está bem mais difundida entre os historiadores do que algum tempo atrás. Esses estudos têm levado os historiadores a perceber a necessidade de buscar perspectivas de análise mais plurais, ampliando seu olhar para a compreensão de realidades que não são passíveis de se entrever por outras fontes.

A partir do que você estudou nesta aula, comente a importância do estudo da cultura material, do “corriqueiro e comum”, para a compreensão da sociedade imperial romana.

Comentário

Refleta e disserte sobre a importância dos estudos da vida material, permitindo a ampliação do olhar do historiador sobre a sociedade romana. Use exemplos em sua resposta e pesquise outras informações sobre a vida romana antiga, complementando as informações constantes desta aula. Trata-se de uma categoria documental que desvela toda uma multiplicidade de aspectos sobre a sociedade estudada, tornando mais rica e profunda a análise e interpretação da mesma pelo historiador.

Considerações Finais

Podemos dizer que, em termos materiais, o Império Romano estava evidenciado na organização das cidades, em seus monumentos e prédios públicos, que ordenavam e integravam os espaços sociais. Cada um desses monumentos, anfiteatros, basílicas, mercados, aquedutos, dentre outros, era uma manifestação simbólica do poder do Império, cotidianamente presente aos olhos de todos. Esses símbolos levavam os habitantes das cidades imperiais a ver, pensar, observar e compreender as coisas a partir dessa ordem visual e concreta, cuja solidez e grandiosidade enfatizavam a unidade e a perenidade imperial. Podemos perceber o quanto as cidades romanas eram espaços privilegiados de construção e manutenção do Império.

Do mesmo modo, a vida nas cidades se constituía como imagens ou projeções da vida na *urbs*. As atrações da vida urbana, como as termas, os teatros, os mercados, despertavam a admiração dos provinciais. O mais importante é notar que a cidade criava um sistema de vida coletiva para seus habitantes, com padrões, crenças coletivas, hábitos e costumes que integravam as populações e criavam uma identidade comum, a “romanidade”.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, nossa viagem aos “clássicos” chegará ao seu termo. Discutiremos algumas questões relativas a conceitos como imperialismo, romanização e mundialização, e refletiremos sobre o papel dos clássicos na atualidade.

Aula 20

Imperialismo e
romanização:
nós e os
"clássicos"

Metas da aula

Discutir conceitos fundamentais para a análise do Império Romano e perguntar pelo papel dos clássicos na nossa vida.

Objetivos

Após o estudo do conteúdo desta aula, você deverá ser capaz de:

1. conhecer as discussões atuais dos conceitos de *imperialismo* e *romanização* e sua importância para a pesquisa e a interpretação do Império Romano;
2. perceber a presença e o papel dos "clássicos" na atualidade.

Pré-requisito

Para que você encontre maior facilidade na compreensão desta aula, é importante ter em mãos um bom dicionário da Língua Portuguesa.

INTRODUÇÃO

Na nossa última aula, discutiremos dois conceitos-chave para a compreensão e interpretação do Império Romano: os de *imperialismo* e *romanização*. Por fim, encerrando a nossa viagem pelos clássicos, trataremos novamente da importância do estudo da História Antiga, perguntando sobre a presença dos clássicos em nossa cultura, ou seja, a presença atual dos clássicos em nós.

Imperialismo e romanização

No prólogo do artigo denominado "A Experiência Imperialista Romana: Teorias e Práticas" é apresentado e discutido o significado do termo *imperium* para os romanos no período republicano, e a ampliação de seu sentido durante o longo período de expansão romana no Mediterrâneo (MENDES, BUSTAMANTE, DAVIDSON, 2005, p. 18-19). Do sentido original de soberania e comando, o termo se transformou, adaptando-se à nova realidade cosmopolita de Roma, referindo-se cada vez mais à unidade política e cultural criada por Roma em seu território, um território de grande diversidade de povos, línguas, culturas.

O artigo chama a atenção para o fato de, na modernidade, ter havido uma apropriação do termo latino *imperium* para se definir a "política expansionista e incorporadora, empreendida por Estados, que passavam a exercer por conquista a soberania sobre ampla extensão territorial" (MENDES, BUSTAMANTE, DAVIDSON, 2005, p. 19). O termo *imperium*, então, tornou-se um conceito a partir do qual eram definidos e analisados fenômenos políticos modernos. E falamos hoje em "impérios" a torto e a direito, assim como usamos a expressão *imperialismo*, pouco parando para refletir sobre ela. Vamos, agora, no último porto da nossa viagem, pensar um pouco sobre tais termos, sua origem e como são compreendidos e discutidos atualmente, buscando lançar uma nova luz sobre a nossa atualidade, isso porque:

Além do termo *imperium*, toda a estrutura do Império Romano sobreviveu na história como um “modelo cognitivo” de identificação de império. Tornou-se um referencial de apropriações para a construção de novas ideologias imperiais na Idade Média, nas eras napoleônica e vitoriana, para a experiência fascista e de nossa contemporaneidade e até para a ficção futurista, como provam as alegorias utilizadas pela trilogia cinematográfica de *Guerra nas estrelas* (MENDES, BUSTAMANTE, DAVIDSON, 2005, p. 19).

O termo *imperialismo* teve sua origem no século XIX, com o sentido de um povo conquistar e controlar terras habitadas e pertencentes a outros povos, e corresponde, nesse período, ao aumento do protecionismo econômico e da rivalidade na política colonial entre as potências europeias, os EUA e o Japão. O termo se difundiu e obteve grande sucesso no século XX, ao ser utilizado para justificar a expansão do Império Britânico, o mais poderoso à época. Mas foi a partir da crítica e reflexão inicial de dois autores do início do século XX sobre o capitalismo que o termo se consolidou: com o economista liberal Hobson e, no campo marxista, com Lenin.

J. A. Hobson, em seu livro *Imperialism: a Study*, de 1902, lançou as bases para uma teoria geral do imperialismo enfatizando o seu caráter como fenômeno restrito à sociedade capitalista, caracterizado então como forma de escoamento da produção excedente (HOBSON, 2006). V. I. Lenin, por sua vez, em seu estudo *Imperialism: the Highest Stage of Capitalism*, publicado em 1906, aponta o lado negativo do imperialismo como última fase do capitalismo (LENIN, 1996).

A compreensão do conceito, portanto, se deu por meio da reflexão sobre a política do mundo moderno, a partir do qual o imperialismo foi caracterizado como um ato político que visa à exploração, à submissão, à dependência e à dominação de um país sobre outro, por meio político, militar, econômico e cultural, vinculado às expressões colonialistas europeias, ao capitalismo monopolista e ao militarismo do século XIX e, no século XX, aos fascismos e ao neocolonialismo.

Compreendido desse modo, a aplicação do conceito de imperialismo ao mundo antigo seria inviável. Uma terceira teoria, exposta pelo economista J. A. Schumpeter, em seu livro *Imperialism and Social Classes* (1986), ao contrário das duas anteriores, caracterizava o imperialismo moderno como um remanescente das estruturas estatais agressivas e militarizadas anteriores ao mundo capitalista moderno.

Apesar de essa afirmativa apresentar o problema de não vincular o fenômeno do imperialismo na época moderna ao contexto da busca por novos territórios em função da necessidade de matérias-primas e mercados para o escoamento da produção capitalista dos séculos XVIII e XIX, e sim como um reflexo tardio no tempo dos impulsos que motivaram a política das sociedades antigas, a explicação aqui reside na observação de que a expansão imperialista é *a disposição da parte de um Estado para a expansão violenta e ilimitada*. A observação de Schumpeter acerca do Egito sob o domínio dos hicsos pode ser mais esclarecedora das suas considerações acerca da aplicabilidade do conceito em períodos anteriores ao capitalismo:

Essa nova organização política e social era essencialmente uma máquina de guerra. Era motivada por instintos e interesses guerreiros. Somente na guerra poderia encontrar um escape e manter sua posição doméstica. Sem uma passagem contínua às armas necessariamente teria entrado em colapso. Sua orientação externa era a guerra, e somente a guerra. Essa guerra se tornou a condição normal, somente proveitosa para o bem-estar dos órgãos do corpo social que agora existiam. (...) criada por guerras que a requeriam, a máquina agora criava as guerras que requeria. Uma vontade por conquistas externas sem limites tangíveis, para a captura de posições que eram manifestamente insustentáveis – esse era o típico imperialismo (SCHUMPETER, 1986, p. 47).

Aqui, a explicação reside na crença de que os impérios da Antiguidade possuíam uma agressividade inata e de que somente na guerra uma sociedade encontraria uma válvula de escape para seus problemas internos e manteria sua posição frente às ameaças externas. O pensamento de que a guerra era condição normal para a sobrevivência dos impérios antigos, influenciados pelo desejo de conquistas externas sem limites, está na base das teses que rejeitam outros tipos de explicação historiográfica para os impérios antigos, como as explicações econômicas, culturais etc.

Se a historiografia se preocupou em demasia com a questão da guerra, como você verá em outras disciplinas do seu curso, nos últimos anos uma preocupação com os contatos culturais entre conquistadores e conquistados vem renovando os estudos dos impérios, seja na Antiguidade, seja na modernidade. As tentativas de se conferir uma voz ativa aos povos conquistados são atualmente mais frequentes, especialmente em estudos da Antiguidade que utilizam o instrumental teórico da *teoria pós-colonial*, que se propõe a não somente rediscutir o conceito de imperialismo, mas a rever os estudos sobre o mundo antigo que se desenvolveram no contexto do imperialismo ocidental, principalmente britânico, no século XIX e início do XX.

Além da crítica aos estudos que buscavam uma associação imediata entre o imperialismo antigo e moderno, em suas implicações político-econômicas, a atenção agora se detém nas diversas áreas do mundo helenístico, o que, segundo a arqueóloga Jane Webster, não caracteriza um estudo do imperialismo, mas do colonialismo, ou seja, *da exploração e do controle colonial e das experiências dos diversos povos*, o que nos leva à questão de se o mundo antigo pode ser considerado imperialista no sentido pelo qual o termo tem sido compreendido desde o século XIX (WEBSTER, 1996).

Afirmamos, então, que o imperialismo tem sido considerado um fenômeno da época moderna. Alguns autores, porém, buscaram verificar a aplicabilidade do conceito de imperialismo ao mundo antigo, separando-o dessa conotação moderna, argumentando que

a exploração sustentada e administrada pelo Estado estava ausente mesmo do Império Romano, e que o ganho econômico tem sido supervalorizado como motor da expansão territorial antiga. Assim, historiadores brasileiros como Norma Mendes, Regina Bustamante, Jorge Davidson e outros têm buscado definir o termo "império" como uma categoria analítica, buscando perceber a diversidade e a singularidade das práticas imperiais romanas. Com base em Edward Saïd (1995, 38ss), concebem imperialismo como a

(...) prática, a teoria e as atitudes de um centro metropolitano dominante, governando um território distante. Pode ser alcançado pela força, pela colaboração política, por dependência econômica, social e cultural. É a criação de uma dinâmica específica da dependência, que sobrevive em determinadas práticas econômicas, políticas, sociais e ideológicas, ou seja, em uma esfera cultural geral. Concluimos, pois, que o imperialismo é um processo da cultura metropolitana, entendida como um conjunto de códigos de identificação, referência e distinção geográfica, controle, autoridade, dependência, vantagem e desvantagem, cuja função é a de sustentar, elaborar e consolidar a prática imperial (MENDES, BUSTAMANTE, DAVIDSON, 2005, p. 21-22).

Segundo o historiador da arte Paul Zanker (1990), o imperialismo romano pode ser entendido como o discurso veiculado pela produção intelectual e pela *linguagem das imagens* produzidas pelo relacionamento complexo entre o governo imperial e as províncias, transformando tanto as culturas locais quanto a cultura central. Isso criava discursos textuais e imagéticos que veiculavam, por todo o território imperial, sistemas de representação que davam sentido à vida humana, por meio de uma série de mecanismos que modelavam e remodelavam a vida pública e a vida privada, estimulando a adoção do *modus vivendi* romano, como a religião, as práticas sociais, a educação, a organização administrativa, as instituições, a rede viária, a organização militar, as cidades, enfim.

Segundo Norma Mendes:

A organização municipal viabilizou a integração, desenvolvendo um sentimento de pertença, expressado pelo conceito de cidadania, algo que foi socialmente institucionalizado e moralmente construído, apesar das diversidades regionais, sociais e culturais. (...) Tornar-se cidadão romano era um aprendizado, demarcado por expectativas de comportamentos singulares (2006, p. 42).

À época de Augusto, o padrão cultural romano era o fruto das interações entre os romanos e os outros povos que compunham o Império. Nesse sentido, o Império Romano pode ser compreendido como um projeto cultural, que "permitia a participação, sendo implementado através de vários mecanismos, os quais transcendiam às forças de coesão e implicavam cooptação, cooperação e identificação entre a alteridade das regiões e a identidade imperial romana" (MENDES, 2006, p. 41).

É assim que Norma Mendes compreende aquilo que se denomina *romanização*, antes definido como a imposição da cultura metropolitana pelo centro imperial e, hoje, ressignificado pelos pesquisadores que estudam o Império Romano. Para a historiadora, devemos

(...) descentralizar de Roma o termo *romanização*, e entendê-lo como um processo de mudança socioeconômica multifacetada em termos de seu significado e mecanismos, implicando diferentes formas de ajustamento cultural entre os romanos e os povos dominados (MENDES, 2006, p. 41).

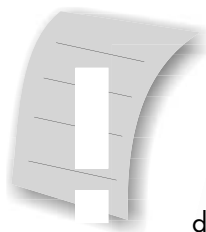
Se podemos falar de um processo de *romanização* ocorrido após a conquista romana, temos de considerar, então, que esta *romanização* foi um processo de aculturação de mão dupla e não somente o resultado de mudanças impostas pelos conquistadores.

Essa é, também, a opinião de Jane Webster (1996), um dos nomes de destaque da chamada "Teoria Pós-Colonial", para quem uma "arqueologia da resistência" deve lidar de forma crítica com os diversos aspectos dos imperialismos e colonialismos, ou seja, os processos hegemônicos pelos quais um domínio imperial é mantido pela interação entre o dominador (colonizador) e o dominado (colonizado). Webster enfatiza que a teoria pós-colonial não é um anticolonialismo, ao contrário, é uma exploração da política cultural colonial, uma crítica da forma pela qual o conhecimento do outro colonial foi produzido. E essa crítica teve origem nos movimentos nativistas que emergiram em ex-colônias europeias no século XX.

A teoria pós-colonial não é um todo homogêneo, e tem se dividido em três temas básicos, buscando estudar a dominação do centro e articular a resistência das margens:

1. a articulação das histórias dos povos colonizados, incluindo sua capacidade para formas sutis de resistência aberta e velada;
2. a desconstrução dos modelos binários pelo qual o Ocidente moderno caracterizou os "outros": metrópole/colônia, centro/periferia;
3. a crítica do *imperialismo de representação*, ou seja, o da relação entre poder e conhecimento na produção do outro colonial. Em outras palavras, trata-se da análise do discurso colonial.

A análise do discurso colonial avançou muito a partir de um livro de Edward Saïd, *Orientalismo* (1978), um estudo da conceituação do Oriente pelo Ocidente, que praticamente criou o discurso colonial como campo de estudo. Sua obra é uma fusão do conceito de discurso de Michel Foucault e do conceito de hegemonia de Antonio Gramsci. Saïd teve imensa influência nos estudos sobre o mundo antigo, especialmente no tocante ao Império Romano, que administrou suas províncias por meio não da coerção, mas da cooptação e cooperação, conferindo um papel de destaque às elites nativas na administração do Império.



A tese de A. Gramsci de que a dominação social envolve o consentimento dos subordinados, por meio da operação de uma ideologia hegemônica, leva em consideração a expressão da dissidência e dos atos de protesto. Em todo sistema de dominação existe coerção, e mesmo a participação das elites nativas no governo provincial deve ser vista no contexto de dissensões no interior das sociedades dominadas (PORTELLI, 1997).

Estamos falando, portanto, de *cultura imperial*, e acreditamos que a abordagem cultural do imperialismo romano transcende as análises monolíticas apresentadas pela historiografia tradicional, que se fixavam exclusivamente ou na dominação político-jurídica ou na dominação militar, no poder econômico, abordagens que mascaravam a interpretação do que foi o Império Romano, posto que utilizavam padrões modernos de explicação diretamente à Antiguidade.

Um excelente aporte para a virada epistemológica dos estudos sobre o Império Romano proveio da antropologia (e vemos, novamente, o quanto o diálogo interdisciplinar é salutar para a construção do conhecimento histórico). O antropólogo Marshall Sahlins, em 1985, publicou uma série de ensaios que reuniu sobre o título *Ilhas de História* (2003). O tema central deste livro diz respeito ao encontro entre ingleses e havaianos, ocorrido no final do século XVIII, mas algumas de suas conclusões podem ser aplicadas ao Império Romano, desde que adaptadas às realidades antigas. Esse livro proporcionou, a partir dos conceitos que desenvolve, uma série de questões extremamente pertinentes para a análise do Império Romano.

Para Sahlins, a cultura é historicamente produzida e alterada na ação. Essa primeira definição adquire uma importância central nos seus ensaios, na medida em que abordam vários “encontros” ocorridos entre culturas monoteísta e politeísta. No momento em

que as culturas grega, judaica, egípcia, persa etc. se encontraram de forma mais duradoura, a partir das conquistas romanas, pode-se admitir que os agentes envolvidos diretamente nesses encontros nunca mais foram os mesmos. Essa afirmação baseia-se na premissa feita por Sahlins, de que a cultura se insere na História e está em constante movimento. É de se esperar, portanto, que esse movimento produza uma transformação estrutural, pois a alteração de alguns sentidos muda a relação de posição entre as categorias culturais, havendo assim o que chama de "mudança sistêmica" (1990, p. 8) e a criação de novas *identidades*, não monolíticas, e sim *plurais*.



Figura 20.1: Na cidade de Aqua Sulis, na Britânia romana (atual Bath, Inglaterra), vemos um interessante exemplo das interações culturais no Império Romano. A Górgona que surge no frontão do Templo de Minerva, deusa romana, não é uma medusa greco-romana, mas a face do deus celta Cernunnos. Vemos, então, elementos de diversas culturas mesclados em uma única imagem.

Fonte: <http://www.kernunnos.com/deities/Minerva.html>

Como salientou Arnaldo Momigliano (1990, p. 9-26), o Império Romano caracterizou-se pelo encontro de inúmeras culturas disseminadas na bacia mediterrânea e para além dela. Essas culturas, e Momigliano discute especialmente a judaica, a egípcia e a grega, admitiram interagir culturalmente. No momento em que elas interagiam, caracterizavam-se por sistemas abertos, estabelecendo negociações, admitindo trocas até um certo limite. Isso implica dizer que não há espaço para noções de influências de uma cultura sobre a outra, numa via de mão única. Portanto, deve-se priorizar a ideia de “negociação cultural”.



Figura 20.2: Inscrição epigráfica de *Civitas Ammaienses*, na Lusitânia romana (Portugal), dedicada ao imperador romano Cláudio, em nome da coletividade, por um magistrado local: A Tibério Cláudio César Augusto Germânico, Imperador, Pontífice Máximo [seguem-se outros títulos imperiais], em 46, da *civitas Ammaiensis* ex voto annuo [trata-se de uma renovação de um voto de fidelidade], sendo legado de Cláudio L. Calvêncio Véter Carmínio. Vemos aqui a importância das elites provinciais para a manutenção do Império. Fotografia do Dr. José d'Encarnação, cedida pelo autor.

O Império Romano admitia concessões para as diversas culturas submetidas aos seus domínios políticos e militares. Por exemplo, o Senado e os governantes romanos não interferiram nas formas como as riquezas eram produzidas no interior dos seus respectivos territórios, assim como não intervieram nas múltiplas formas de manifestações religiosas existentes entre as diferentes culturas inseridas nas fronteiras de seus impérios. A riqueza do Império Romano estava atrelada à reprodução e até mesmo à transformação criativa da ordem cultural desses povos.



No documentário *The Mummies of Rome* (editado no Brasil pela Ga&a Produções, sob o título *As múmias romanas*), vemos um interessante exemplo das interações culturais no Império Romano. O documentário exhibe a múmia e reconstitui, com base em pesquisas arqueológicas, o enterro de um jovem nobre romano, realizado segundo os ritos funerários egípcios. Nas interações culturais trazidas pelo processo de romanização, não só os povos das províncias adotavam elementos da cultura romana, mas também Roma adotava elementos das culturas que lhe estavam submetidas.



A partir dessas discussões, surgiu uma visão totalmente oposta àquela tradicionalmente aceita pela historiografia ocidental moderna sobre o Império Romano: Roma, em contato com as diferentes culturas inseridas em seus domínios territoriais, transformou-se também, adotando elementos culturais, religiosos etc. das culturas dominadas, já que os processos de interações culturais ocorridos no interior de seus domínios devem ser entendidos como uma “via de

mão dupla". Implica dizer, portanto, que a dinâmica reprodutiva do Império Romano era responsável pelas variações que ele conheceu ao longo do tempo e do espaço.

O Império Romano era, então, um território imenso, habitado por diversos povos, cada qual com suas especificidades no ver, no sentir e no pensar em relação aos demais – em suma, com experiências e práticas distintas em suas diversas regiões e, mesmo, com variações no interior de uma mesma comunidade. Na medida em que reconhecemos esses encontros e essas trocas (muitas vezes violentas), admitimos também uma transformação local nas experiências vividas por essas comunidades, proporcionando reproduções locais diferentes (por menor que possam parecer essas mudanças), seja sob o ponto de vista sincrônico, seja diacrônico.

Desse modo, adotamos duas definições, propostas por Sahlins, de culturas que interagem e se complementam:

1ª. *a cultura é justamente a organização atual em termos do passado.*

Ao nos referirmos às diversas culturas, estamos admitindo o uso de um conceito que estabelece, a todo momento, em termos individuais ou coletivos, um diálogo constante entre o presente e o passado. Este último não deve ser visto como um elemento estático, mas em constante mudança.

2ª. *a cultura funciona como uma síntese de estabilidade e mudança, de passado e presente, de diacronia e sincronia.*

Essa outra definição pode ser explicada pelas próprias palavras de Sahlins, ao verificar o contato entre ingleses e havaianos: "no final, quanto mais as coisas permaneciam iguais, mais elas mudavam, uma vez que tal reprodução de categorias não é igual. Toda reprodução da cultura é uma alteração" (1990, p. 180).

Enfim, propomo-nos a prestar atenção à profunda convergência de formas e conteúdos entre essa história dos encontros culturais no mundo romano e a definição de conceitos como *interação cultural*,

sincretismo, negociação, resistência etc., tão caros à produção historiográfica brasileira sobre o Império Romano.

A questão mais premente, do ponto de vista historiográfico, é exatamente aquela de conseguir compreender o “produto final” das diversas interações entre culturas diferentes para originarem um estado cultural específico.

Desse modo, concordamos com Paul Veyne que, quando tratamos do processo de romanização, não devemos incorrer no equívoco de considerar que todas as regiões submetidas ao poder imperial romano assimilaram de modo cabal o *modus vivendi* romano. É certo que houve uma adoção sistemática dos signos identificadores da cultura romana, o que resultou, na maioria dos casos, de uma adoção pelos próprios provinciais daquilo que julgaram passível de ser apropriado dela, ou seja, adotaram aquilo que consideraram *interessante para si mesmos* (VEYNE, 1991, p. 299).

A partir dessas convergências teórico-metodológicas, convidamos você a tentar superar a concepção conservadora da cultura antiga, abandonando uma forma de olhar o mundo antigo pensado como algo unívoco e monolítico. O “judaísmo”, o “cristianismo”, o “romano”, o “egípcio”, o “politeísmo grego”, nunca existiram, de fato, enquanto formas culturais e identitárias autônomas e independentes, a não ser em simplificações de livros didáticos superficiais, ou das identificações ideológicas modernas. Convidamos você a abrir o seu olhar para novas formas de ver e compreender o mundo antigo e, com isso, o nosso próprio mundo.

Para tal, impõe-se a necessidade de buscar modelos teóricos mais flexíveis, que não esgotem a possibilidade das autonomias, sempre relativas, de outros espaços e formas culturais. É com tal bagagem metodológica e hermenêutica que embasamos a nossa viagem ao mundo antigo. A história da cultura ocidental procura nos tempos atuais rever suas formas e seus conteúdos num diálogo difícil, mas rico, com culturas e sabedorias “outras”, de várias formas culturais distantes o suficiente para serem “outras” em relação a

nós, e próximas o suficiente para nos serem significativas e, assim, permitirem a nossa própria autocompreensão. Do mesmo modo, um olhar mais profundo sobre a nossa própria tradição pode fazer-nos redescobrir riquezas esquecidas, numa interação de culturas e visões de mundo mais amplas do que aquelas a que os manuais escolares e as interpretações superficiais e preconceituosas nos acostumaram.



Atende ao Objetivo 1

1. Leia o trecho do historiador Gilvan Ventura da Silva que apresentamos a seguir:

O Império Romano, como se sabe, foi uma entidade política que aglutinou uma infinidade de grupos étnicos dispersos por uma extensão territorial considerável.

Durante décadas, os especialistas em História Romana, ao tratarem do processo de expansão territorial, foram de um certo modo confundidos por essa imagem da unidade e da grandeza de Roma, exaltada sem cessar pelos escritores clássicos, o que os levava a minimizar as particularidades regionais do Império em prol de uma integração entre italianos e provinciais alicerçada na cultura greco-romana, à qual se conferia um *status* privilegiado no contexto do Mundo Antigo. Com a finalidade de explicar o sentido e o alcance das transformações socioculturais produzidas a partir do contato entre romanos e não romanos, forjou-se, no início do século XX, o conceito de *romanização*, o qual, logo de início, enunciava uma relação de superioridade entre conquistador e conquistado. Mais recentemente, no entanto, historiadores e arqueólogos, ao discutirem o que se entende por *identidade romana*, têm enfatizado que o processo de romanização não pode ser entendido em termos absolutos, devendo-se observar atentamente o modo pelo qual as inúmeras coletividades no seio do Império

modo estático e monolítico, do poder político, militar e jurídico de Roma sobre outros povos, mas enquanto um processo de interações culturais e de produção simbólica da unidade imperial, criada e reproduzida historicamente. Os historiadores atualmente questionam que o Império Romano tenha sido uma única realidade, uma totalidade cuja verdade possa ser reduzida a um sistema fechado de princípios de organização e de força coercitiva. Do mesmo modo, a compreensão do processo de romanização como significando a adoção homogênea da cultura romana pelos provinciais foi abandonada, pois partia do suposto de que a cultura do centro imperial era "superior" às culturas dos povos submetidos. Ao contrário, com base em nossos marcos teóricos, como, por exemplo, a teoria pós-colonial, os historiadores da Antiguidade analisam atualmente as práticas e as relações entre Roma e as populações dominadas, considerando suas inter-relações culturais.

Nós e os "clássicos"

Chegamos ao fim da nossa viagem. É o momento de parar e refletir sobre o papel dos "clássicos" em nossas vidas. Vejamos, então, uma anedota relatada por Simon Goldhill:

A brilhante atriz Melina Mercouri, que se tornou a mais famosa ministra da Cultura da Grécia, sabia como cativar sua audiência. Em uma enorme conferência internacional, ela se levantou para fazer um discurso. "Desculpem-me", disse, com forte sotaque (embora falasse inglês perfeitamente bem), "mas em primeiro lugar eu preciso dizer algumas palavras em grego". Ela fez uma pausa, enquanto os delegados, resignados, se acomodaram, e então, com brilhante lentidão, começou. "Democracia, Política, Matemática, Teatro..." (GOLDHILL, 2007, p. 7).

Essa historieta pode nos dizer muito sobre o nosso tema e sobre a nossa viagem. E Goldhill comenta:

Nossos "pais" e nossas "mães" se importaram apaixonadamente com a Grécia e com Roma, e tornaram suas imagens da Grécia e de Roma fundamentais para sua imaginação cultural. Eles utilizaram os clássicos para mudar o mundo. Se não falharmos, como crianças, ao compreender a paixão de nossos pais e mães, nossa visão do passado será totalmente inadequada – e, talvez, pior, pouco mais do que um reflexo embaçado de nossas próprias preocupações. A "relevância" é um ídolo contemporâneo. Entretanto, ela não deve significar apenas deleitar-se com as trivialidades e os eventos do momento, nem deve significar reagir somente à história e imagens exatamente semelhantes às nossas. Relevância significa compreender e aprender a diferença do passado e sua contínua influência no presente (2007, p. 287).

Continuemos. O escritor italiano Luciano Cândora apresenta proposições sobre o "clássico", e sintetizamos algumas delas a seguir:

1. Os clássicos são aqueles livros dos quais, em geral, se deveria dizer: Estou relendo e nunca estou lendo; obras de arte das quais se deveria dizer: Estou revendo e nunca estou vendo.
2. Dizem-se clássicos aqueles livros e aquelas obras de arte que constituem uma riqueza para quem os tenha lido, visto e amado; mas constituem uma riqueza não menor para quem se reserva a sorte de lê-los ou vê-los pela primeira vez.
3. Os clássicos são livros ou obras de arte que exercem uma influência particular quando se impõem como inesquecíveis e também quando se ocultam nas dobras da memória, mimetizando-se como inconsciente coletivo ou individual.

4. Um clássico é um livro ou uma obra de arte que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer.
5. Os clássicos são aqueles livros ou obras de arte que chegam até nós trazendo consigo as marcas das leituras que precederam a nossa e, atrás de si, os traços que deixaram na cultura ou nas culturas que atravessaram.
6. Os clássicos são aquelas obras que, quanto mais pensamos conhecer por ouvir dizer, quando são lidas ou vistas de fato mais se revelam novas, inesperadas, inéditas.
7. Chama-se clássico uma obra que se configura à semelhança dos antigos talismãs.
8. O “seu” clássico é aquele que não pode ser-lhe indiferente, e que serve para definir a você próprio em relação e talvez em contraste com ele (cf. CANFORA, 1993, p. 9-15).

A importância do estudo da História Antiga, contudo, não se restringe à Grécia e a Roma. A historiadora Margaret M. Bakos, por exemplo, dedica-se atualmente ao estudo da “egiptomania” no Brasil, analisando a apropriação e a reinterpretação de elementos da cultura egípcia, com vistas à criação de novos significados e usos. A egiptomania teve sua origem ligada ao interesse de D. Pedro I pelo Egito. Este chefe de Estado adquiriu uma grande coleção de peças egípcias, estimulado por D. Pedro II, um notável estudioso da cultura egípcia, que se encontra no Museu Nacional do Rio de Janeiro (Campo de São Cristóvão),



Figura 20.3: Caricatura da esfinge de Quéfrem, da IV Dinastia (Gizé) com a face de D. Pedro II, publicada originalmente na *Revista Ilustrada*, em 1871.

Fonte: http://www.transoxiana.org/0109/bakos-egipto_brasil.html

Margaret Bakos nos traz uma acurada análise dos usos de símbolos e imagens egípcias, interpretando, por exemplo, a presença de elementos como obeliscos, formas piramidais, esfinges, símbolos faraônicos em nosso país do seguinte modo:

(...) pode-se refletir sobre a busca obsessiva do homem pela permanência dos elementos egípcios na cultura ocidental, a partir de dois enfoques fundamentais e interligados. O primeiro consiste no fascínio pelos valores culturais daquela fase histórica, como o respeito à magia, em lugar do pensamento racional, e o culto à imortalidade, em lugar do temor da morte. É uma sina dos seres humanos a preocupação com tais questões, e elas reaparecem de quando em quando em suas criações. Algumas delas podem se tornar, às vezes, um modismo entre os que praticam o mesmo ofício, e elas podem girar pelo mundo todo através da imitação. (...)

O segundo enfoque é que a readaptação contínua de elementos egípcios a novos usos, ao longo dos milênios, pode

ser movida por coisas bem mais simples e, por isso, também muito humanas, como, por exemplo, a busca de inspiração criativa de cunho estético. Sabemos que determinados padrões de beleza artística distinguiram os egípcios de outros povos contemporâneos, que muitas vezes os copiaram. Os hieróglifos até hoje são considerados os elementos mágicos da mais bela escrita do mundo (BAKOS, 2003, p. 224).



Figura 20.4: Exemplo de egiptomania no Brasil: entrada do Motel Faraó (São Paulo)

Fonte: http://www.transoxiana.org/0109/bakos-egipto_brasil.html



Figura 20.5: Outro exemplo de egiptomania no Brasil: obelisco na avenida Rio Branco (Rio de Janeiro).

Fonte: http://www.transoxiana.org/0109/bakos-egipto_brasil.html

O epigrafista José d'Encarnação nos diz que se assiste atualmente a um interesse redobrado pela História Antiga, e destaca alguns dos seus motivos, dentre os quais a reutilização de monumentos antigos, como o anfiteatro romano de Nîmes (França), as Termas de Caracalla e outros para a realização de espetáculos contemporâneos. Faz a retomada de antigos temas literários clássicos, não somente na literatura erudita, mas também nas obras da chamada "cultura popular", e comenta que a arquitetura pós-moderna voltou a se inspirar nos modelos greco-romanos, utilizando em profusão suas colunatas e seus frontões triangulares. E o autor nos lembra que, entre 1987 e 1988, uma telenovela da Rede Globo glosou a lenda de Édipo na versão de Sófocles (*Édipo Rei*), situando o enredo trágico grego no Rio de Janeiro do século XX.

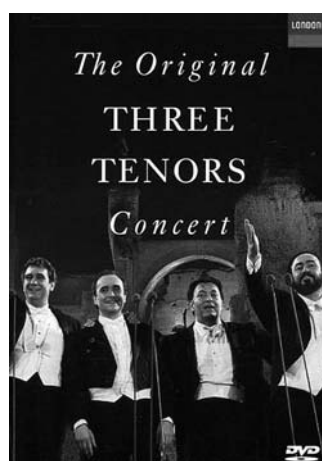


Figura 20.6: Concerto Os três tenores, realizado nas Termas de Caracalla, Roma, em 1990. A partir desse concerto, com Luciano Pavarotti, José Carreras e Plácido Domingo, sob a regência de Zubin Mehta, muitos espetáculos musicais e de dança têm sido montados em antigos monumentos.

Fonte: <http://www.playbillarts.com/news/article/7401.html>

Nas palavras de Encarnação:

Não que estejamos assistindo a um novo neoclassicismo consciente. Mas talvez possamos ser nós os motores dele, num momento em que a Europa busca uma outra unidade, moldada no Império Romano e, simultaneamente, vai haurir a diferença nas suas raízes romanas – que privilegiaram a diferença.

Isso fez, recordo, Norbert Rouland, na obra *Rome. Démocratie Impossible?*, que particularmente apreciei. Não é que a História se repita, mas...

– as reformas agrárias, que se tentaram um pouco por toda a parte nos anos 70, não têm muito a ver com as reformas dos Gracos?

– as conseqüências das conquistas romanas não tiveram singular paralelo nas conseqüências da expansão portuguesa dos séculos XV e XVI e das conquistas espanholas dos séculos XVI e XVII? (...)

– os “imperadores” modernos e contemporâneos não se fazem enaltecer da mesma sorte que os imperadores romanos, de que copiam monumentos e fraseologia lapidar?

– não são hoje ainda os mesmos os mecanismos de promoção social através da benemerência? (...)

– no quotidiano, não nos expressamos da mesma forma? Os grafitos de Pompéia não são comparáveis às nossas juras de amor? (ENCARNAÇÃO, 2003, p. 385-387).

Se a História é uma busca pela compreensão do ser humano no tempo e no espaço, há, então, que observar e conhecer os clássicos, pois estes forneceram temas, modelos e inspirações que orientaram a posteridade. Por exemplo, como poderíamos compreender o imperialismo e o colonialismo da modernidade

sem ter em mente que os conquistadores do Império português e, posteriormente, do Império britânico viajavam para suas colônias levando textos clássicos nas mãos? Como compreender de modo aprofundado um evento que mudou a face da modernidade como a Revolução Francesa, sem perceber os ideais políticos romanos que tinham líderes como Robespierre e Danton? E mais ainda: como compreender que um dos marcos fundamentais da autocompreensão contemporânea, a psicanálise, tenha se iniciado com um mito grego, na leitura freudiana de Édipo? Freud também precisou de um clássico para explicar a mente moderna... Como podemos, em suma, compreender a história da modernidade sem saber que o grego e o latim eram a referência de educação por toda a Europa, e que os modernos sentiam e interpretavam o mundo segundo os padrões de uma Grécia e de uma Roma imaginadas por eles?

Conhecer os “clássicos” é, então, conhecer melhor as fundações da modernidade.



Atende ao Objetivo 2

2. Leia e comente o trecho de Mary Beard e John Henderson que apresentamos a seguir:

O estudo dos clássicos nunca é uma autópsia, por mais que se considerem “mortas” as línguas e as culturas que as utilizaram. A cultura ocidental apóia-se a tal ponto em séculos de investigação do legado clássico que esse legado está sempre arraigado em algum lugar em tudo o que dizemos, vemos e pensamos. *ET IN ARCADIA EGO* [“Até eu estou na Arcádia”] é, agora, como devem ter percebido, um mote para cada

um completar e situar em relação a si mesmo. Talvez seja uma mensagem adversa, talvez um alívio; pode significar para você uma promessa de alegria, uma vez consiga pronunciar as palavras com sinceridade; ou pode encorajá-lo a continuar pensando na sobrevivência do passado no presente, no presente que vive em seu passado. Esperamos que estas páginas tenham dado uma idéia de como é difícil para a arte, a literatura, a história, a filosofia ocidentais e todo o resto da nossa herança cultural falar alguma coisa para a nossa vida sem, no mínimo, uma *Brevíssima introdução aos clássicos*" (BEARD; HENDERSON, 1997, p. 150).

Comentário

Em História jamais há uma única resposta para uma questão, pois a História, por lidar com o que é humano, nunca é exata. Desse modo, reflita, pondere e comente aquilo que você pôde perceber sobre os clássicos, e amplie o seu olhar para além dessas páginas, buscando em torno de si mesmo a presença dos clássicos. O mundo antigo é um tema que existe no nosso presente, na defasagem entre *nós* e *eles*. Ao mesmo tempo distantes e "estrangeiros", ao mesmo tempo próximos e familiares, os clássicos estão em nossos museus, em nossa literatura, em nossos edifícios, em nossas línguas, nossa cultura e nossos modos de pensar. Conhecer os clássicos não é apenas descobrir o mundo antigo (apesar de isso ter já um interesse *per se*), mas é também discutir nossas relações com o mundo antigo. "Clássicos" são mais do que ruínas, restos físicos, do mundo antigo; são também a poesia, a arquitetura, a idéia de cidade, o teatro, a filosofia, a ciência, a História, temas e modelos diversos que fazem parte da *nossa* cultura. E a nossa autocompreensão, a compreensão do mundo em que nos inserimos, depende, sim, de uma introdução aos clássicos, como reza o trecho em análise.

Considerações Finais

No termo da nossa viagem, voltamos a Simon Goldhill:

Para que possamos compreender e fazer parte da tradição cultural do Ocidente, precisamos apreciar a repetida reinvenção do passado por meio de Grécia e Roma. Naturalmente, isso não basta. Mas é um fio essencial que fez do Ocidente o que ele é. (...) Porém, mais importante, essa tradição cultural é o que faz de nós o que somos. Não podemos compreender quem somos sem entender de onde viemos. Sem a Grécia e a Roma imaginárias, aquela viagem de autocompreensão não pode deixar de ser inadequada e incompleta.

Os clássicos são interessantes por si sós; são instrutivos porque nos ajudam a entender como gerações anteriores têm compreendido e reagido ao mundo. Mas eles têm importância porque, sem eles, você não pode responder adequadamente à pergunta "de onde você acha que vem?".

Esse tipo de consciência histórica de si mesmo é um elemento crucial na compreensão do "eu". Admiro muito Cícero quando ele declara que "se você não sabe de onde vem, será sempre uma criança", e creio que a declaração de Sócrates de que "a vida não examinada não vale a pena ser vivida" é tão sedutora quanto inspiradora (GOLDHILL, 2007, p. 287).

Fizemos uma viagem e visitamos os nossos "clássicos"; vimos sociedades, civilizações e culturas que fundamentaram muitos elementos da nossa atualidade. Certamente, essa viagem não foi completa. Muito restou por dizer, muito restou por conhecer. Esperamos, contudo, que a nossa breve passagem pelo mundo antigo tenha fornecido a você elementos que estimulem novas buscas pelo

conhecimento e pela compreensão da História, pois, como você viu no início do nosso caminho, concordamos com Benedetto Croce:
Toda história é história contemporânea!

História Antiga

Referências

Aula 11

- BAKOS, M. *Corpo e egiptomania no Brasil*. Phônix, Rio de Janeiro, 2003.
- _____. *Hieróglifos, imagens, sons e egiptomania*. Phônix, Rio de Janeiro, p. 8, 2002.
- CARDOSO, C. *Deuses, múmias e ziggurats: uma comparação das religiões antigas do Egito e da Mesopotâmia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- _____. *O Egito antigo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. *Sociedades do antigo Oriente próximo*. São Paulo: Ática, 1991.
- CASTAÑEDA REYES, J.C. *Sociedad antigua y respuesta popular: movimientos sociales en Egipto antiguo*. México D.F: Conacyt/Universidad Autónoma Metropolitana-Iztapalapa/Plaza y Valdés, 2003.
- COHEN, R.; TOLAND, J. *State formation and political legitimacy*. New Brunswick::Transaction Books, 1988
- DONADONI, S. *O homem egípcio*. Lisboa: Presença, 1994.
- HARRIS, J. (Org.). *O legado do Egito*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- KEMP, B. *Ancient Egypt. Anatomy of a civilization*. Londres: Routledge, 1987.
- MOKHTAR, G. (Coord.). *A África antiga: história geral da África*. São Paulo: Ática: Unesco, 1983. v. II
- MOLINERO, M. A.; SOLÁ, D. (Coord.). *Arte y sociedad en el Antiguo Egipto*. Madrid: Ediciones Encuentro, 2000.
- PICTURE.List. Gods: Disponível em: <<http://www.ancientegypt.co.uk/gods/explore/main.html>>. Acesso em: 13 maio 2009.
- SILVERMAN, D. *Ancient Egypt*. New York: Oxford University Press, 1997.
- TRIGGER, B., *Monumental architecture: a thermodynamic explanation of symbolic behaviour*. *World Archaeology*, v. 22, n. 2:, p.119-132, 1990.
- _____; KEMP, B.; O'CONNOR, D.; LLOYD, A. *Ancient Egypt: a social history*. Cambridge: Cambridge University, 1983.

Aula 12

- FINLEY, M. I. *Aspectos da antiguidade*. Lisboa: Ed. 70, 1990.
- _____. *O mundo de Ulisses*. Lisboa: Presença, 1982.
- _____. *Os gregos antigos*. Lisboa: Ed. 70, 1988.

FLORENZANO, M. B. B. *O mundo antigo: economia e sociedade*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FUNARI, P. P. *Grécia e Roma*. São Paulo: Contexto, 2001.

HARVEY, P. *Dicionário Oxford de literatura clássica grega e latina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

HOMERO. *A Ilíada*. São Paulo: Abril Cultural, 1974

_____. *Odisséia*. São Paulo: Abril Cultural, 1973,

MOSSÉ, Claude. *Dicionário da civilização grega*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

_____. *Síntese de história grega*. Lisboa: ed. 70, 1994.

VERNANT, J. P. *O homem grego*. Lisboa: Presença, 1994.

_____. *Origens do pensamento grego*. São Paulo: Difel, 1967.

VERNANT, J. P.; VIDAL-NAQUET, P. *La Grèce ancienne 2. L'espace et le temps*. Paris: Éd. du Seuil, 1981.

VIDAL-NAQUET, P. *O mundo de Homero*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

Aula 13

FINLEY, M. I. *O mundo de Ulisses*. Lisboa: Presença, 1982.

_____. *Aspectos da antiguidade*. Lisboa: Ed. 70, 1990.

_____. *Os gregos antigos*. Lisboa: Ed. 70, 1988.

HARVEY, P. *Dicionário Oxford de literatura clássica grega e latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

HOMERO. *A ilíada*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

_____. *Odisséia*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

LÉVÊQUE, P. *L'aventure grecque*. Paris: LGF, 1997.

MOSSÉ, Claude. *Síntese de história grega*. Lisboa: Ed. 70, 1994.

_____. *Dicionário da civilização grega*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

VERNANT, J. P. *O homem grego*. Lisboa: Presença, 1994.

_____. *Origens do pensamento grego*. São Paulo: Difel, 1967.

. VIDAL-NAQUET, P. *O mundo de Homero*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002

Aula 14

- ARISTÓTELES. *Politics*. London: Dover Publications, 2000.
- FINLEY, M. *Aspectos da antiguidade*. Lisboa: Ed. 70, 1990.
- _____. *Economia e sociedade da Grécia antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- _____. *Os gregos antigos*. Lisboa: Ed. 70, 1988.
- _____. *Política no mundo antigo*. Lisboa: Ed. 70, 1997.
- FLORENZANO, M. B. B. *O mundo antigo: economia e sociedade*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- HARVEY, P. *Dicionário Oxford de literatura clássica grega e latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- LÉVÊQUE, P. *L'aventure grecque*. Paris: LGF, 1997.
- MOSSÉ, Claude. *As instituições gregas*. Lisboa: Ed. 70, 1987.
- _____. *Síntese de história grega*. Lisboa: Ed. 70, 1994.
- PLUTARCO. *Lives: Theseus and Romulus. Lycurgus and Numa. Solon and Publicola*. Cambridge-Mass: Harvard University Press, 1914 (Loeb Classical Library)
- VERNANT, J. P. *O homem grego*. Lisboa: Presença, 1994.
- _____. *Origens do pensamento grego*. São Paulo: Difel, 1967.

Aula 15

- ANDRADE, M. G. *A vida comum: espaço, cotidiano e cidade na Atenas clássica*. Rio de Janeiro: DP&M, 2002.
- DETIENNE, M. *O mito: Orfeu no Mel*. In: LE GOFF, J; NORA, P. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 55-56.
- DOVER, K. J. *A homossexualidade na Grécia antiga*. São Paulo: Nova Alexandrina, 1994.
- DUBY, G; PERROT, M. *História das mulheres no ocidente*. Porto: Afrontamento, 1990, v.1.
- DUBY, G. *História social e ideologia das sociedades*. In: LE GOFF, J; NORA, P. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- FINLEY, M. *Política no Mundo Antigo*. Lisboa: Edições 70, 1997.
- _____. *Aspectos da antiguidade*. Lisboa: Ed. 70, 1990.

- _____. *Economia e sociedade da Grécia Antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- _____. *Os gregos antigos*. Lisboa: Ed. 70, 1988.
- FLORENZANO, M. B. B. *O Mundo antigo: economia e sociedade*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- FONTES, J. B. *Variações sobre a lírica de Safo: texto grego e variações livres*. São Paulo: Estação Liberdade, 1992.
- GONZALES, E.G. (Org.). *La mujer en el Mundo Antiguo*. Madrid: Universidad Autonoma de Madrid, 1987.
- HARVEY, P. *Dicionário Oxford de Literatura Clássica grega e latina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- LESSA, F. S. *Mulheres de Atenas: Melissa do Gineceu à Agora*. Rio de Janeiro: LHIA/UFRJ, 2001.
- LÉVÊQUE, P. *Bêtes, hommes et dieux. L'imaginaire des premières civilisations*. Paris: Messidor/Temps Actuels, 1985.
- _____. *O mundo helenístico*. Lisboa: Ed. 70, 1984.
- LÉVÊQUE, P. *L'aventure grecque*. Paris: LGF, 1997.
- LUCIANO DE SAMÓSATA. *Works*. Cambridge-Mass.: Harvard University Press, 1913. Loeb Classical Library
- MAFFRE, J. J. *A Vida na Grécia Clássica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- MAZEL, J. *As Metamorfoses de Eros: o amor na Grécia Antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- MOSSÉ, Claude. *Síntese de História Grega*. Lisboa: Ed. 70, 1994.
- _____. *As Instituições Gregas*. Lisboa: Ed. 70, 1987.
- _____. *Alexandre, o Grande*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- _____. O homem e a economia. In: VERNANT, J. P (Org). *O homem grego*. Lisboa: Presença, 1994. p. 23-46.
- PLATÃO. *Protagoras, Philebus, and Gorgias*. London: Prometheus Books, 1996
- PLUTARCO. *Lives: Theseus and Romulus. Lycurgus and Numa. Solon and Publicola*. Cambridge- Mass: Harvard University Press, 1914 (Loeb Classical Library)
- REDFIELD, J. *O homem e a vida doméstica*. In: VERNANT, J.-P (Org). *O homem grego*. Lisboa: Presença, 1994. p. 23-46.
- RIG E: *Alexandre*. Lejeune, 1988. p. 33.

SEGAL, C. O ouvinte e o espectador. In: VERNANT, J. P (Org). *O homem grego*. Lisboa: Presença, 1994. p. 23-46.

THEML, N. *O público e o privado na Grécia do VIII ao IV séculos*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

VERNANT, J. P. *O homem grego*. Lisboa: Presença, 1994.

_____. *Origens do pensamento grego*. SP: Difel, 1967.

_____. *L'individu, la mort, l'amour. Soi-même et l'autre en Grèce Ancienne*. Paris: Gallimard, 1989: 218.

XENOFONTE. *Oeconomicus*. London: William Heinemann, 1938.

ZWEIG, B. The primal mind: using native American models for the study of Women in Ancient Greece. In: RABINOWITZ, N.S; RICHLIN, A. (Ed.) *Feminist theory and the classics*. New York: Routledge, 1993. p. 145-180.

Aula 16

ERNOUT, A; MEILLET, A. *Dictionnaire étymologique de la langue latine: histoire des mots*. Paris: Klincksieck, 2001.

EUTRÓPIO. *Breviarius*. Liverpool: Liverpool University Press, 1993.

FINLEY, M.I. *Aspectos da antiguidade*. Lisboa: Ed. 70, 1990.

FLORENZANO, M.B.B. *O mundo antigo: economia e sociedade*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GRIMAL, P. *A civilização romana*. Lisboa: Ed. 70, 1988.

_____. *Historia de Roma*. Buenos Aires: Paidós, 2005.

HORVAT, P. O templo de Vesta e a idéia romana de centro do mundo. In: *Phoênix 13*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

TITO LIVIO. *Roman History* (Ab urbe condita). London: Kessinger Publishing, 2007.

Aula 17

ALFÖLDY, G. *A história social de Roma*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

CÍCERO. *De officiis*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1997 (Loeb Classical Library).

_____. *Sobre a república: (de re publica)*. São Paulo: Abril Cultural, 1974 (Os Pensadores).

CRAWFORD, M. *The Roman Republic*. London: Fontana/Collins, 1978.

FLORENZANO, M. B. B. *O Mundo Antigo: economia e sociedade*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GRIMAL, P. *A civilização romana*. Lisboa: Ed. 70, 1988.

_____. *Historia de Roma*. Buenos Aires: Paidós, 2005.

MENDES, N.M. O sistema político do principado. In: MENDES, N. M.; SILVA, G. V. *Repensando o império romano*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

POLÍBIO. *The histories: livro VI*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1992 (Loeb Classical Library).

VARRÃO. *De lingua latina*. Edición bilingüe. Madrid: Ministério de Educación y Ciencia, 1999.

Aula 18

ALFÖLDY, G. *A história social de Roma*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

BRUNT, P. A. *Social conflicts in the Roman republic*. London: Chatto; Windus, 1976.

FINLEY, M.I. *A economia antiga*. Porto: Afrontamento, 1980.

CRAWFORD, M. *The Roman republic*. London: Fontana; Collins, 1978.

EARL, D.C. *Tiberius Gracchus: a study in politics*. Berchem: Latomus Revue D'Études Latines, 1963 (Latomus, 66).

FLORENZANO, M. B. B. *O mundo antigo: economia e sociedade*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FLORO. *Epítome of roman history*. Cambridge-Mass: Harvard University Press, 1929. (Loeb Classical Library).

GRIMAL, P. *A civilização romana*. Lisboa: Edições 70, 1988.

_____. *Historia de Roma*. Buenos Aires: Paidós, 2005.

_____. *O Império Romano*. Lisboa: Ed. 70, 1999.

MENDES, N.M. O sistema político do principado. In: _____.; SILVA, G.V. *Repensando o Império Romano*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006. p. 21-51.

_____.; BUSTAMANTE, R.M.C; DAVIDSON, J. *A experiência imperialista romana: teorias e práticas*. Tempo, Rio de Janeiro, n. 18, p. 17-41.

PLUTARCO. *Lives of noble grecians and romans*. London: Modern Library, 1992.

Aula 19

BELTRÃO, C. A religião na Vrbs. In: MENDES, N.M.; SILVA, G.V. *Repensando o Império Romano*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

_____. *De haruspicum responso: religião e política e Cícero*. Mirabilia, 3. [Revista Eletrônica de História Antiga e Medieval]. 2003: Disponível em: <<http://www.revistamirabilia.com/Numeros/Num3/artigos/art2.htm>>. Acesso em: 16 jul. 2008.

BUSTAMANTE, R. M. C. Práticas culturais no império romano: entre a unidade e a diversidade. In: MENDES, N. M.; SILVA, G.V. *Repensando o Império Romano*. Rio Janeiro: Mauad X, 2006

CORPUS INSCRIPTIONUM LATINARUM. *Inscriptiones parietae pompeianes, herculanenses, stabiannae*. Berlin: Akademie der Wissenschaften, 1871. 4 v.

DUBY, G; ARRIES, Ph. *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. v.1: do Império Romano ao ano mil.

FEITOSA, L. G. C. *Gênero e o erótico em Pompéia*. In: FUNARI, P.P. A; FEITOSA, L. G. C; SILVA, G. J. *Amor, desejo e poder na antiguidade*. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

FUNARI, P. P. A. Falos e relações sexuais: representações romanas para além da natureza. In: FUNARI, P. P. A; FEITOSA, L. G. C; SILVA, G. J. *Amor, desejo e poder na antiguidade*. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

GRIMAL, P. *A civilização romana*. Lisboa: Ed. 70, 1988.

_____. *As cidades romanas*. Lisboa: Ed. 70, 2003.

_____. *O Império Romano*. Lisboa: Ed. 70, 1999.

HARVEY, P. *Dicionário Oxford de Literatura Clássica grega e latina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

MENDES. N. M.; BUSTAMANTE, R. M. C; DAVIDSON, J. *A Experiência Imperialista Romana: teorias e práticas*. Tempo – Revista do Departamento de História da UFF, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, p. 17-41.

Aula 20

BAKOS, M. M. *El Antiguo Egipto en Brasil: Historia de la Egiptología y la Egiptomanía en Brasil*. Transoxiana, n. 9, dez. 2004. Disponível em: <http://www.transoxiana.org/0109/bakos-egipto_brasil.html>. Acesso em: 9 jul. 2008.

_____. *Corpo e Egiptomania no Brasil*. Phoinix, n. 9. Rio de Janeiro, 2003.

BEARD, M; HENDERSON, J. *Antiguidade clássica: uma brevíssima introdução*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

CANFORA, L. *Por que ler os clássicos?* São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

DUBY, G; ARRIÈS, P. (Dir.). *História da vida privada*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. v. 1: Do império romano ao ano mil.

D' ENCARNÇÃO, J. *Atualidade da História Antiga*. Phoinix, n. 9. Rio de Janeiro, 2003.

GOLDHILL, S. *Amor, Sexo e Tragédia: como gregos e romanos influenciam nossas vidas até hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

GRIMAL, P. *A civilização romana*. Lisboa: Ed. 70, 1988.

HARVEY, P. *Dicionário Oxford de literatura clássica grega e latina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

HOBSON, J. A. *Imperialism: a study*. London: Cosimo Classics, 2006.

LENIN, V. I. *Imperialism: the highest stage of capitalism*. London: Pluto Press, 1996.

MATTINGLY, D. J. Dialogues in Roman Imperialism. *Journal of Roman Archaeology*, n. 23, 1997.

MENDES, N.M. O sistema político do principado. In: MENDES, N.M.; SILVA, G.V. *Repensando o Império Romano*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006. p. 21-51.

_____; BUSTAMANTE, R. M. C; DAVIDSON, J. *A Experiência Imperialista Romana: teorias e práticas*. Tempo, Rio de Janeiro, n. 18, p. 17-41.

MOMIGLIANO, A. *Os limites da helenização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

PORTELLI, H. *Gramsci e o bloco histórico*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

SAHLINS, M. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SAÏD, E. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

_____. *Orientalism*. London: Vintage Books, 1979.

SCHUMPETER, J.A. *Imperialism and social classes*. London: Porcupine Press, 1986.

SILVA, G.V. *Romanização, identidade e resistência: a revolta dos isaurianos em 354*. Phoênix, n. 8, Rio de Janeiro, 2002.

VEYNE, P. Humanitas: romanos e não romanos. In: GIARDINA, A. (Org.) *O homem romano*. Lisboa: Presença, 1991.

WEBSTER, J; COOPER, N. (Org.) *Roman Imperialism: post-colonial perspective*. Leicester: School of Archaeological Studies, 1996.

ZANKER, P. *The Power of images in the age of augustus*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1990.

ISBN 978-85-7648-597-1



9 788576 485971



UENF
Universidade Estadual
do Norte Fluminense



Universidade Federal Fluminense

uff



UNIRIO



Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA



Ministério
da Educação

